

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**De documentos, cactos e vírus:
violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira**

Dulce Meire Mendes Moraes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestra em Ciências.

Área de concentração: Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Nieto Olivar

São Paulo
2022

**De documentos, cactos e vírus:
violência sexual, mulheres indígenas e Estado em são Gabriel da Cachoeira**

Dulce Meire Mendes Moraes

Dissertação apresentada para defesa no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestra em Ciências. Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação.

CAAE 30616120.1.0000.5421
Número do Parecer: 4.031.365.

Área de concentração: Saúde, ciclos de vida e sociedade.
Orientador: Prof. Dr. José Miguel Nieto Olivar

Versão Revisada

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Morais, Dulce Meire Mendes

De documentos, cactos e vírus: violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira / Dulce Meire Mendes Moraes; orientador José Miguel Nieto Olivar. -- São Paulo, 2022.

175 p.

Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2022.

1. Antropologia de documentos. 2. Femicídio. 3. Gênero. 4. Amazônia. 5. Covid-19. I. Olivar, José Miguel Nieto, orient. II. Título.

MORAIS, Dulce Meire Mendes. **De documentos, cactos e vírus: violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do Departamento de Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Saúde Pública.

Aprovado em: 16 de fevereiro de 2022

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Flávia Melo da Cunha

Profa. Dra. Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira

Profa. Dra. Cristiane da Silva Cabral

Prof. Dr. José Miguel Nieto Olivar (Orientador)

AGRADECIMENTOS

Primeiro, como não poderia deixar de ser, agradeço às minhas amigas de São Gabriel da Cachoeira: Elizângela da Silva, Ednéia Teles, Vanda Cardoso, Janete Alves, Maria do Rosário, Larissa Duarte, Glória Rabelo, Adelina Sampaio, Rosilda Cordeiro e Bernadete Teixeira. As amigas Norma e Florinda Orjuela, Terezinha e Angelina Marques que me receberam a princípio como pesquisadoras e, posteriormente, como família. À minha querida dona Margô que em todos os cafés da manhã me proporcionou afeto e segurança no caos que se formava na cidade. Essa pesquisa não seria possível sem o acolhimento, saberes e trabalho de cada uma de vocês. Agradeço também a delegada Grace Jardim que gentilmente permitiu meu trabalho na Delegacia de Polícia e me auxiliou nas diversas dúvidas que surgiram durante este meu percurso de trabalho de campo. Obrigada a todas pelos trabalhos que realizamos juntas. E claro, agradeço as crianças Tuyuka que me depositaram confiança e afeto, o carinho e companhia de vocês durante essa jornada foram fundamentais para meu processo de adaptação.

Agradeço também a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), especialmente o Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN), pelo apoio e parceria na realização deste trabalho e tantos outros. Ao Instituto Socioambiental (ISA) que também tem participação no desenvolvimento desta pesquisa através de mulheres que se articularam, trabalharam e ainda, cuidaram de mim durante o processo de trabalho de campo.

Agradeço ao professor José Miguel pela parceria desde nossa primeira conversa; por ter acreditado em mim e ter me permitido o acesso à pesquisa. Tenho muito que agradecer por ter sido sensível em me ajudar a lidar com a violência, a pandemia, as mudanças e os afetos. Sem a sua sensibilidade, comprometimento e seu primeiro olhar sobre tudo que se sucedeu, essa pesquisa não seria possível. Obrigada por me fazer desejar e querer saber mais sobre os mundos através de seu amor pela etnografia. Sou grata também pela orientação, sempre repleta de paciência e apoio, fundamental não só neste percurso acadêmico, mas também na vida. Un día aprenderé bogotano, créeme.

Agradeço às professoras Letícia Ferreira e Cristiane Cabral por terem aceitado fazer parte da minha banca de qualificação, pela disponibilidade, diálogo e trocas que tivemos no percurso de pré-banca. Agradeço novamente às professoras Letícia Ferreira e Cristiane Cabral e à professora Flávia Melo que tão gentilmente aceitaram o convite para participar da minha banca de defesa. Agradeço também à Denise Pimenta, que esteve disponível como banca

suplente e que mesmo assim me presenteou com sua arguição. Agradeço a todas pela leitura generosa e atenta.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que me concedeu apoio financeiro para que eu pudesse ter dedicação exclusiva na produção de minha dissertação de mestrado. Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que financiou o meu trabalho de campo em São Gabriel da Cachoeira em fevereiro de 2020 com recurso do Auxílio Regular 2019/01714-3, projeto coordenado pelo professor José Miguel Olivar.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Também agradeço às “moças da limpeza” e aos seguranças da faculdade que, por muitas vezes, me fizeram companhia nesse momento tão solitário de escrita e de isolamento domiciliar (no nosso caso, especialmente o deles, ocorreu dentro dos muros da Universidade). É lamentável que seus corpos tenham sido privados de serem *resguardados*.

Agradeço a minha amiga Raissa Scapin que muitas vezes revisou meus textos. Especialmente agradeço por se dispor a me ouvir contar o breve relato da história de Francisca e de Sarah e reproduzir, de forma tão sensível, a imagem que criei em minha mente e que me instigou a produzir essa dissertação. O seu desenho é a primeira materialização e movimentação de minhas redes de aliança.

Minha gratidão às amigas Natalia, Rayssa, Carla e Laís. Ao lado de vocês encontrei coragem e acolhimento para encarar a minha trajetória no campo da saúde, quando ela me faltava. Agradeço por todo cuidado, afeto e trocas que tivemos. Aos meus amigos Yago, Dee, Clau + Gutto, Anderson (in memoriam) e Paloma que me ensinaram que a vida é intensa, linda, divertida e única. Me ensinaram a amar de forma diferente, mostraram que existe um mundo distinto daquele que a academia oferece e ensina. Vocês foram minha inspiração, minha força e meu alento. Aos moradores da República Iquiririm: Caio, Sérgio, Ygor, Laís, Carlos, Sheila, Manu, Andressa, Lucas Fernando, Gabi, Victor, Pedro, Julian, Lucas e Samuel. Morar de baixo da escada — no quarto de Harry Potter — por dois anos é extremamente ruim, mas vocês fizeram com que essa minha passagem fosse repleta de risos, comidas e cuidado. O momento mais pulsante de minha transformação tem tudo a ver com cada um de vocês. Obrigada por tanto.

Caio, meu amigo de tantos anos, o mais antigo. É com você que encerro essa sessão de agradecimentos de amores fora da USP. Não podia ser diferente. Na verdade, você é o início de tudo. Jamais esquecerei os seus olhos brilhantes me contando sobre mais uma leitura que havia feito e do livro crepúsculo que me intimou a ler. Naquele momento, iniciei uma nova

jornada em minha vida. Não tenho qualquer dúvida de que é por sua causa que ingressei na vida acadêmica e que estou sobrevivendo a ela. Obrigada por me ensinar a ler, por me ensinar a fazer gráficos e tabelas, por ser meu leitor e, principalmente, pelos nossos 12 anos de amizade.

Agradeço também aos membros do Coletivo de Pesquisa em Antropologia, Arte e Saúde (CPaS-1) que sempre estiveram dispostos em ler e discutir meus textos em meio a cafés e guloseimas. Agradeço a Maria Clara, Marina, Rafael, Kaori, Beatriz e Gizelle que me auxiliaram com slides, gráficos, tabelas, tecnologias e revisões. Especialmente gostaria de agradecer a Tamiris, Danielle, Flávia, Michel, Natalia e José Miguel por compartilharem comigo os afetos mais próximos. Sem vocês não existiria nenhuma *cepa* e nenhum *caps*. A essa família, gostaria de acrescentar e agradecer a Carmem e ao Rodnei. Os meus dias no departamento só eram surreais porque vocês fizeram parte deles. Obrigada por toda burocracia resolvida, pelos doces escondidos, por todas as fofocas em dia e, especialmente, pelo carinho e amor de vocês. *Tontas e palhaças*, vocês fazem muita falta aqui.

Danielle, compartilhar com você os medos e receios relacionados às violências e ao distanciamento de afetos próximos foi fundamental para que eu pudesse encarar o trabalho de campo. Obrigada pelos momentos seguros que me proporcionou em São Gabriel e o acolhimento de sempre. Michel e Natalia, eu não tenho palavras para descrever o quanto sou grata pela amizade de vocês. Na minha jornada tive um amigo que me ensinou a ler e vocês me ensinaram a respirar. Ao som de um ar-condicionado quebrado no HGU e ao som exagerado do ventilador em Manaus, as vozes de vocês ecoavam me lembrando que eu não estava sozinha. Aqui agradeço ao José Miguel e a Flávia que também foram suporte e me proporcionaram alívios em momentos difíceis. Obrigada por tudo que estamos construindo juntos. Michel, obrigada por ser meu parceiro em toda essa rede de cuidado e por compartilhar tantas histórias comigo. O que temos construído é algo que Audre Lorde e toda a casa Evangelista se orgulhariam. *Lip sync for your life*.

Aos meus amigos que se tornaram minha família europeia, mas ainda humilde, Elis Regina: Juliana, Caio, Jesser e Joaquim. De início, agradeço a todos por nosso encontro afetuoso no desconforto da vida e pela disponibilidade que sempre tiveram para revisar meus textos. As poucas vezes que pude confiar em mim e em meu trabalho, devo ao riso doce e às palavras sérias de Juliana. Obrigada por me auxiliar, confiar e me encorajar na trajetória da vida acadêmica, desde São Carlos. Meu eterno marido Caio, sua gentileza me tocou após o nosso primeiro encontro. É curioso saber que nos encontramos no meandro de nossas distintas realidades e, agora, no rio Negro. Que seja em um pedacinho deste lugar que possamos gentilmente continuar nossas trocas, afetos e vida. Que seja lá um mundo aberto e formado por

nós dois. A meu amado Jesser agradeço por sua generosidade em cuidar e ceder em meu favor. Pela formação que me dá diariamente mediante seu caráter insólito. Obrigada pela paciência e por não ter desistido de mim, quando ainda éramos outros. Paris nos espera, com certeza. Ao primeiro amigo da vida acadêmica, Joaquim, agradeço a amizade leve e sincera. Obrigada pela orientação desde 2013 e pelos instantes mais graciosos tomando chás e colhendo amoras, pois foi na feitura desses momentos que produzimos nossa amizade. Agradeço também pelo lar, cuidado e amor que me foi dado nos dias que vivemos juntos — inclusive aqueles em que um oceano nos separava. Obrigada por ser tão presente em minha vida.

Por fim, agradeço à minha família. Ao meu cunhado Wesley e, especialmente, minha mãe Zenita Moraes que também foram meus leitores e me ajudaram no início dessa jornada. A minha irmã Durciléia agradeço porque com sua trajetória me ensinou o que é persistência e a desafiar as condições sociais a nós impostas. Não poderia deixar de agradecer, principalmente, por me presentear com minha pequena Laura: *Lola Princesa*. Aos meus pais, João Mendes e Zenita Moraes, que desde muito cedo me ensinaram e me sustentaram; através das marcas em seus corpos e do carvão penetrado em suas roupas que aprendi o significado de amar e cuidar de alguém. Obrigada pela educação que me deram. Espero que, de alguma forma, eu tenha dado orgulho a vocês.

MORAIS, D. **De documentos, cactos e vírus: violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira.** 2022. Dissertação – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2022.

RESUMO

Nesta dissertação analiso as formas práticas como, entre tensões e saberes, se consolida um contexto crítico de violências e ameaças a mulheres indígenas na cidade de São Gabriel da Cachoeira, e como elas respondem, atravessam e se constituem nele. Para tal, analiso três casos de feminicídio de mulheres indígenas que são lembrados como contendo violência sexual, assim como o início da pandemia de Covid-19 na cidade e as respostas lideradas pelas mulheres. Desse modo, as Declarações de Óbito e Inquérito Policial produzidos em torno dos três feminicídios ajudam a compreender os procedimentos técnicos, a própria produção dos documentos, bem como elucidam o que ocorreu nesses casos específicos. As discussões acerca dos documentos e dos relatos dos moradores de São Gabriel concernentes a esses casos ajudam a identificar saberes produzidos por mulheres que, em diferentes posições os acompanharam. Os saberes das mulheres causam tensões e disputas em relação aos saberes documentais do Estado e de seus agentes. É observado que as relações violentas contra as mulheres na cidade criam resistências e enfrentamentos por vias coletivas e de redes institucionais, de alianças e de afetos. Nesse cenário, que a pandemia de Covid-19 chega à cidade preocupando mulheres indígenas acerca da obliteração das violências que sofrem. A partir disso, o Departamento de Mulheres da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro criou a campanha “Rio Negro, nós cuidamos!” como forma de resposta a pandemia. Nesse marco foi criada a cartilha “Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia. Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!”, prevendo a intensificação e a possibilidade de obliteração da violência contra mulheres.

Palavras-chave: Antropologia de documentos. Feminicídio. Gênero. Amazônia. Covid-19.

MORAIS, D. **Of documents, cactuses and viruses: sexual violence, indigenous women and the State in São Gabriel da Cachoeira.** 2022. Dissertation – Faculty of Public Health at USP, São Paulo, 2022.

ABSTRACT

In this dissertation, I analyze the practical ways in which, between tensions and knowledge, a critical context of violence and threats to indigenous women in the city of São Gabriel da Cachoeira is consolidated, and how they respond, cross and constitute themselves in it. To this end, I analyze three cases of femicide against indigenous women that are remembered as containing sexual violence, as well as the onset of the Covid-19 pandemic in the city and the responses led by women. Thus, the Death Certificates and Police Inquiry produced around the three femicides help to understand the technical procedures, the production of documents itself, as well as clarify what happened in these specific cases. Discussions about documents and reports from residents of São Gabriel concerning these cases help to identify knowledge produced by women who, in different positions, monitored them. Women's knowledge causes tensions and disputes in relation to the documental knowledge of the State and its agents. It is observed that violent relationships against women in the city create resistance and confrontations through collective channels and institutional networks, alliances and affections. In this scenario, the Covid-19 pandemic arrives in the city worrying indigenous women about the obliteration of the violence they suffer. From that, the Women's Department of the Federation of Indigenous Organizations of Rio Negro created the campaign “Rio Negro, we take care!” as a way of responding to the pandemic. In this framework, the booklet “Domestic Violence and Sexual Violence in times of pandemic” was launched. Support networks and complaints: you are not alone!”, foreseeing the intensification and the possibility of obliterating violence against women.

Keywords: Anthropology of documents. Femicide. Gender. Amazon. Covid-19.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEMNY – Associação Cultural Ekatiri Yawwii
BO – Boletim de Ocorrência
CID-10 – Classificação Internacional de Doenças
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
CREAM – Centro de Referência Especializada Ambulatorial
DAJIRN – Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro
DO – Declaração de Óbito
Declaração – Declaração de Óbito
DMIRN – Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro
DSEI-ARN – Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro
DSEI-YA – Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami
FIO – Ficha de Investigação de Óbito
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FMUSP – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
FSP – Faculdade de Saúde Pública
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FVS/AM – Fundação da Vigilância em Saúde do Amazonas
GT – Grupo de Trabalho
IML – Instituto Médico Legal
IP – Inquérito Policial
Inquérito – Inquérito Policial
ISA – Instituto Socioambiental
LACEN – Laboratório Central de Saúde Pública do Amazonas
OVGAM – Observatório da Violência de Gênero no Amazonas
PARI-c – Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à Covid-19
PPGSP – Programa de Pós-graduação em Saúde Pública
SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde
SESAM – Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas
SETCOM – Departamento de Comunicação
SGC – São Gabriel da Cachoeira
São Gabriel – São Gabriel da Cachoeira
TI – Terra Indígena
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
USP – Universidade de São Paulo
UTI – Unidade de Tratamento Intensivo
VE – Vigilância Epidemiológica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO O PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
São Gabriel da Cachoeira, movimento indígena e mulheres.....	18
Violências contra as mulheres indígenas: a construção de um ato público.....	24
Dos capítulos.....	33
CAPÍTULO 1 — REDES DE AFETOS, INSTITUIÇÕES, DOCUMENTOS E MÉTODOS.....	35
1.1 Primeiras alianças: parcerias e breve contexto de pesquisa	36
1.2 Delegacia Interativa de Polícia.....	40
1.2.1 Inquéritos Policiais.....	45
1.3 Caminhos institucionais em busca das Declarações de Óbito.....	49
1.3.1 Declaração de Óbito.....	57
1.4 Projetos, mensagens, áudios e ligações	62
CAPÍTULO 2 — MULHERES INDÍGENAS E VIOLÊNCIA SEXUAL NO FAZER DO ESTADO	68
2.1 Sarah, tintas, canetas	74
2.2 Kátia: construindo um caso na descrição de documentos	80
2.2.1 Produção de delitos: homicídio qualificado e estupro tentado.....	86
2.3 Francisca e os percursos do corpo morto: mulheres indígenas e a produção de saberes	89
2.4 Fotografias, violências e documentação.....	94
CAPÍTULO 3 — MULHERES INDÍGENAS E MOBILIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	103
3.1 Medos e inseguranças: a chegada da pandemia em São Gabriel da Cachoeira.....	107
3.2 Campanha “Rio Negro, nós cuidamos!”	116
3.3 Pandemia e o risco de obliteração da violência contra as mulheres.....	123
NOTAS DE ENCERRAMENTO	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
APÊNDICES.....	140
Apêndice A - Coronavírus (COVID-19) Tome cuidado, parente!.....	140
Apêndice B - Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia. Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!.....	156
ANEXOS.....	168
Anexo A - Ficha de Investigação de Óbito	168
Anexo B - Ficha de Investigação de Óbito de Mulher em Idade Fértil.....	175

INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO O PROBLEMA DE PESQUISA



Figura 1: Acervo pessoal. Autora: Raissa de Moraes Scapin (2019).

Eu estava na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), no dia 5 de novembro de 2018, para a realização da minha arguição do processo seletivo de ingresso no mestrado em Saúde Pública para o ano de 2019. Ouvi de um dos arguidores que havia um professor no departamento que provavelmente teria interesse pela temática de meu projeto de pesquisa e que, por isso, agendaria uma segunda entrevista com ele. Eram 9h30 do dia 14 de novembro quando retornei à FSP/USP, completamente nervosa, mas mais confiante devido ao esperado interesse que o professor José Miguel – hoje meu orientador – apresentava em relação à minha pesquisa.

Minha intenção inicial, que vinha sendo desenvolvida desde a iniciação científica, em 2016, era pensar os procedimentos dos laudos técnico-científicos que o médico legista produzia em casos de mortes violentas. No Brasil, muitas pessoas são vítimas de crimes letais que acabam produzindo danos nos corpos, o que exige processos técnicos específicos para a identificação do morto e da causa da morte. Com a intenção de analisar esses procedimentos de identificação, reivindicava em meu projeto de mestrado – apresentado ao Programa de Pós-graduação da FSP/USP (PPG-SP) – o debate sobre a desigualdade no Brasil, especificamente a

que produz um corpo morto após crimes violentos. Compreender a desigualdade social deve-se ao fato de que apenas alguns indivíduos sejam identificados, demonstrando que há uma irregularidade no acesso a direitos básicos mesmo após a morte violenta, principalmente quando observamos categorias de classe e de raça (FERREIRA, 2009; MEDEIROS, 2016). O professor José Miguel, durante a entrevista, perguntou-me sobre a disponibilidade de eu realizar trabalho de campo no Amazonas e se estaria disposta a trabalhar com mulheres indígenas. A partir daí, as coisas começaram a ficar confusas, afinal, eu desejava realizar trabalho de campo no Instituto Médico Legal (IML), localizado próximo à Faculdade de Saúde Pública na cidade de São Paulo. No entanto, comecei a ter alguns novos direcionamentos relacionados à minha pesquisa caso eu viesse a ingressar no PPG-SP. Isso porque o professor José Miguel me contou que, após ler meu projeto de mestrado, recordou-se de um evento que ocorrera no ano de 2016 em São Gabriel da Cachoeira (doravante São Gabriel ou SGC), interior do Amazonas. Contou-me que duas mulheres indígenas, Francisca e Sarah¹, haviam sido violentadas sexualmente e, posteriormente, assassinadas. Continuou dizendo que, mesmo que todo mundo soubesse do ocorrido, em suas Declarações de Óbito (doravante Declaração ou DO) não constava a violência sexual que essas mulheres sofreram. Em trabalho de campo realizado em 2017, José Miguel fez um levantamento institucional sobre casos de violência sexual e homicídios em São Gabriel e durante este período, o pesquisador teve acesso e pôde fotografar algumas Declarações de Óbitos², disponibilizadas pela Vigilância Municipal em Saúde, dentre elas a de Francisca e de Sarah.

A ausência de referência a tal violência nos documentos apresenta uma tensão entre o que sabem os moradores e o que escrevem os profissionais do Estado, marcando, assim, um dissenso entre as pessoas e o Estado. Essa ausência também altera dados sobre óbitos e expõe a subnotificação de violência sexual, além de não permitir uma real solução legal para os familiares. Na cidade, quando corpos são encontrados, muitas pessoas se juntam ao redor, muitas fotos dos corpos circulam nos grupos de WhatsApp e todos veem as condições em que são avistados. São essas condições, relacionadas a um saber construído historicamente que,

¹ Nesta dissertação utilizo nomes fictícios como o de Sarah criado por Olivar (2019) e Francisca criado por mim (MORAIS, 2020). No entanto, também utilizo nomes verdadeiros - com o consentimento das interlocutoras - por conta da luta delas de se reafirmarem enquanto mulheres indígenas, mães, liderança e, assim, resgatar e preservar a diversidade cultural de seus povos. Inclusive, uma de minhas interlocutoras solicitou que eu fizesse uso de seu nome indígena. Em outros momentos, faço referência apenas a categoria de “profissional”, seguida da instituição pertencente, como por exemplo, profissional da Vigilância, a fim de garantir uma leitura mais fluida e a omissão da identidade da interlocutora. Os interlocutores que aparecem em menor frequência, menciono apenas a profissão e etnia. Quando necessário, as estratégias de nomeações serão apontadas no decorrer do texto.

² Posteriormente, com minha entrada no Programa de Pós-graduação, o professor José Miguel compartilhou as fotografias comigo. Desse modo, pude ter acesso ao conteúdo desses documentos.

aparentemente, fazem com que a população aponte que mulheres mortas foram violentadas sexualmente, produzindo então crimes de feminicídios³.

Intrigada com o relato do professor sobre Francisca e Sarah, após ingressar no PPG-SP, decidi realizar minha pesquisa de mestrado em São Gabriel da Cachoeira para tentar compreender justamente esses casos emblemáticos de violência sexual e feminicídios cometidos contra mulheres indígenas. Comecei, então, a elaborar um novo projeto de pesquisa. Dessa vez, o interesse era compreender a maneira como casos de violência sexual e feminicídio são reelaborados e reescritos pelas agências do Estado local e também como são reelaborados pelos moradores da cidade. Portanto, meu foco de pesquisa passou a ser os próprios documentos, técnicas e saberes referentes aos casos de violência sexual seguida de feminicídio em São Gabriel da Cachoeira e os relatos dos moradores sobre determinados casos.

Para isso, a produção do Estado na cidade de São Gabriel da Cachoeira tornou-se peça fundamental de compreensão para lidar com a temática de violência contra mulheres indígenas. Assim sendo, tomo como marco teórico de minha discussão sobre Estado a trilha proposta por Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017) que chama a atenção ao cuidado em não tomar o Estado como unidade institucional, ideológica ou ainda idealizada. O Estado, neste trabalho, é formado pelas diversas versões dos agentes que o compõem por meio de suas relações. É abordado como “conceito com gente dentro” (LEINER, 2012), produzido por relações generificadas, sexualizadas e atravessadas por afetos em um processo duplo e contínuo de produção de gênero e Estado (VIANNA&LOWENKRON, 2017).

Para elucidar as relações do Estado, bem como para compreender como ocorrem essas violências na cidade, opto por trabalhar com três casos de feminicídio que envolvem agressões físicas e violência sexual que ocorreram à noite, em locais públicos (não domésticos) na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Um dos casos que trabalho é referente a Francisca, mulher de etnia Tukano de 36 anos que foi assassinada no ano de 2016 e, segundo familiares, violentada sexualmente antes de sua morte. Sarah, 17 anos, etnia Piratapuya, cuja Declaração de Óbito teve acesso físico na Vigilância Epidemiológica no ano de 2020 e o Inquérito Policial (doravante

³ Feminicídio é a qualificação do homicídio que envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher e que criminaliza e propõe punições mais severas para quem pratica tais crimes. Desde o ano de 2015, no Brasil, com a Lei (13.104/2015) — mais conhecida como Lei do Feminicídio — o feminicídio foi incluído no Código Penal Brasileiro como crime hediondo, ou seja, é um crime que não prevê fiança, indulto e liberdade provisória. Importante dizer que nesta dissertação assumo os casos de Francisca, Sarah e Kátia como sendo de feminicídio devido às condições da violência apresentada pelos moradores da cidade e ao conteúdo do Inquérito Policial de Sarah e Kátia, que informa que essas mulheres tiveram, especialmente, suas roupas retiradas de seus corpos, o que, segundo os moradores, indica prática de violência sexual. Mas ressalto que o Inquérito de Sarah foi instaurado como crime de homicídio e o de Kátia como homicídio qualificado e estupro tentado, como veremos no segundo capítulo da dissertação.

Inquérito ou IP) em 2021, documentos que relatam o óbito também no ano de 2016. E por fim, Kátia, 18 anos, etnia desconhecida por mim, cuja história tive acesso por meio do Inquérito Policial no ano de 2020 e que registra o óbito da jovem como sendo ano de 2015.

A violência neste trabalho é abordada de forma vasta que se constitui pelo que dizem os moradores da cidade e os agentes de Estado e, também, pelo que é produzido nos documentos estatais a respeito de determinados casos com vítima mulher. A produção da violência é constituída através da feitura das relações cotidianas que envolve o medo, os afetos, as preocupações tanto das mulheres indígenas como as minhas próprias lidando com a cidade, os relatos, as imagens, os documentos, as violências e a pandemia de Covid-19 que chegou posteriormente. Assim, o fenômeno da violência estabelece um contexto denso e pano de fundo das relações em São Gabriel da Cachoeira em que sua forma concreta, nesta pesquisa, se encontra nos relatos, no conteúdo dos documentos.

Esses materiais de trabalho de campo são analisados, no segundo capítulo, a luz de pesquisas produzidas por autoras do campo teórico sobre Estado, uma antropologia recente feita por mulheres do sudeste do país, que lidam com questões do Estado junto à morte, a violência e a produção de documentos (FERREIRA, 2009; NADAI, 2012; FARIAS, 2015; MEDEIROS, 2018; VEIGA, 2018) em contextos, especialmente, de favelas em São Paulo e Rio de Janeiro e cidades como Juiz de Fora e Campinas. Essas autoras ajudam a pensar os atravessamentos nas produções de documentos estatais e, portanto, me oferecem insumos para pensar e tentar elaborar o que é o Estado em São Gabriel da Cachoeira no enquadramento de violências, que é conectado com relações capilarizadas e de gênero. Parte dos atravessamentos diz respeito ao que os corpos falam a partir de procedimentos técnicos dos agentes do Estado e do que sabem os moradores da cidade, evidenciando tensões e saberes relacionados a esses conhecimentos e produções.

Essas tensões e saberes são produzidas principalmente entorno da violência sexual que constantemente se apresenta em um contexto de obliteração, especialmente nos documentos oficiais. Doravante, em um cenário de pandemia, a violência sexual torna-se uma questão que chama a atenção de mulheres da cidade por conta do esquecimento dessa problemática em decorrência da aproximação do vírus da Covid-19. Essa obliteração da violência sexual perpassa a dissertação como um todo, desde a construção do problema até o momento pandêmico em que também se produz um regime específico de invisibilidade da violência, como veremos no terceiro capítulo.

Tudo isso tem a ver com o desenho no início deste trabalho e com as relações que tive com as mulheres em São Gabriel. O desenho que abre esta dissertação é, em parte, meu olhar

sobre o relato que me fez o professor José Miguel e portanto, compõe meu problema de pesquisa. Isso porque, após ouvir a história da morte de Francisca e Sarah, criou-se uma cena em minha cabeça na qual eu podia ver os dois corpos mortos estendidos no chão. Essa cena precisava sair da minha cabeça. A ideia era dar algum sentido à imagem que havia se formado em minha mente e, então, com a ajuda de uma narrativa ouvida e de uma mulher desenhista, procurei fazer surgir uma imagem inexistente, fazer com que aqueles dois corpos ressurgissem do seu apagamento. Meu trabalho começou justamente com essa imagem. Imagem que se misturou a outros tantos corpos pelo caminho — ao do professor José Miguel, da desenhista, ao meu e, agora, aos de tantos mais que poderão vê-la nesta pesquisa.

Para mim, por algum tempo, o sentido que atribuía à imagem misturada ao relato era de o que restava era a morte; dois corpos mortos que me pareciam esvaziados devido às maneiras pelas quais agentes do Estado lidaram com eles em documentos, conforme o relato realizado pelo professor. A imagem era o que restava. Ela era uma forma de tornar presente para mim os dois casos de violência. No entanto, como veremos no decorrer desta dissertação, as mulheres indígenas, mesmo sem ver a imagem do desenho, atribuem outro significado. Por meio das ações e relatos das mulheres indígenas, o desenho ganha outros matizes e dimensões para as quais a violência não é o que se sobrepõe ou domina — como espero mostrar na composição da dissertação —, o que não quer dizer que a imagem ou o seu enquadramento não seja condizente à realidade (SONTAG, 2003), nem que esteja caindo no esquecimento ou apagamento junto aos corpos mortos e violentados que retrata. A imagem presente neste desenho está apenas sendo observada de forma diferente, porque falar de violência com essas mulheres é falar de luta, enfrentamento e mobilização, como foi observado desde 2018 em trabalhos realizados por Olivar et al. (no prelo). As mulheres indígenas de São Gabriel da Cachoeira me fizeram perceber que a imagem não é a única condição possível; elas mostram que essa posição não é estática como a formada em minha cabeça e reproduzida no desenho⁴.

E é nessa lógica de contexto denso de violências que pretendo mostrar os diferentes meandros em que o Estado é produzido: um através dos casos de feminicídio e outro pelo da resistência das mulheres, que se configura na prevenção de novas violências, sofrimentos e mortes que estão relacionadas tanto às diversas violências contra as mulheres quanto as produzidas pela Covid-19. Nesse meandro ocorre uma ruptura nas vidas e relações das pessoas por conta do atravessamento da pandemia, evento provocador de uma ruptura na produção desta

⁴ Agradeço à Dr^a Carolina Junqueira, que gentilmente me orientou na primeira disciplina que realizei na Pós-graduação. Foi na disciplina ministrada por ela que optei por materializar, por meio do desenho, a imagem que foi produzida em minha mente e que consegui formular os primeiros escritos desta pesquisa.

pesquisa. No entanto, entendo a possibilidade, e busco realizá-la, de alinhar questões estruturais da dissertação que ensejam a articulação dos dois caminhos mencionados.

São Gabriel da Cachoeira, movimento indígena e mulheres

Nessa dissertação, é importante chamar a atenção para a cidade de São Gabriel da Cachoeira que é o lugar em que busco pensar as mulheres indígenas por meio de suas ações e relações, a produção de Estado e as violências, ao mesmo tempo que são nessas relações e produções que emerge e se constitui performaticamente a cidade. A cidade de São Gabriel da Cachoeira, pertencente ao município de mesmo nome, foi recentemente declarada como sendo a Capital Estadual dos Povos Indígenas por meio da Lei nº 5.796, de 12 de janeiro de 2022. Também é conhecida como sendo uma cidade indígena em que a “urbanização” e a relação entre “comunidade e cidade” se tornam importantes para pensar tanto a produção antropológica, quanto as questões referentes às políticas indigenistas (LASMAR, 2005; ANDRELLO, 2006; FOIRN/ISA, 2005; IUBEL, 2015; MARQUES, 2015). Essas relações, inclusive, extrapolam os limites de São Gabriel da Cachoeira quando analisados casos específicos, como o de uma família Tuyuka, que apresenta um processo de mobilidade entre cidades, sítios e comunidades no Brasil e na Colômbia (MORAIS, OLIVAR, ORJUELA, ORJUELA, no prelo).⁵ São Gabriel da Cachoeira também diz respeito a produção de um Estado localizado em uma cidade muito particular e, por isso, ela importa enquanto cidade como pretendo mostrar no decorrer de toda a dissertação.

Localizada na região do alto rio Negro, no noroeste amazônico brasileiro, a cidade de São Gabriel da Cachoeira faz parte da região conhecida como “Cabeça do Cachorro” por causa de seu contorno no mapa em relação as fronteiras com a Colômbia e a Venezuela. Cabe mencionar que fui orientada por uma participante, de etnia Tukano, da 1ª Oficina de Promotoras Legais Populares Indígenas realizada em São Gabriel, no ano de 2021, de que não é “Cabeça do Cachorro” e sim “Cabeça da Onça”, porque os cachorros não são daquela região. A maior parte da região do alto rio Negro corresponde a Terras Indígenas demarcadas de forma contínua, além do Parque Nacional do Pico da Neblina (RICARDO & RICARDO, 2011).

Segundo o Censo de 2010, dos 37.896 habitantes do município de São Gabriel, 29.017 se autodeclararam indígenas, contabilizando 76,57% do total, sendo o município de maior população indígena do país e com grande diversidade étnica e linguística. São 23 povos

⁵ Algumas discussões relacionadas as comunidades indígenas e a cidade de São Gabriel da Cachoeira serão realizadas no terceiro capítulo.

indígenas como Piratapuya, Tukano, Tuyuka, Baniwa, Baré, Dâw, entre outros, compreendendo mais de uma dezena de línguas distribuídas em quatro famílias linguísticas: Aruak, Tukano Oriental, Naduhup e Yanomami. A esse conjunto de línguas originárias da região, somam-se ainda o Nheengatu, o Baniwa e o Tukano (línguas co-oficiais do município), além do português e do espanhol. Sua população é formada também por migrantes nordestinos, missionários, funcionários de ONGs e órgãos públicos, colombianos, venezuelanos, militares e ex-militares.

A expressiva concentração de militares na região é uma característica marcante e historicamente relevante devido ao processo de ocupação e militarização desse território, especialmente a partir de 1916, com a chegada dos salesianos na região. Já em 1970 São Gabriel da Cachoeira torna-se local, através das intervenções militares, para o desenvolvimento e progresso com a construção da BR-307 que conecta São Gabriel com Cucuí e a BR-210 que levaria até Benjamin Constant na fronteira com Peru e Venezuela, mas que não teve continuidade em sua construção (OLIVAR, 2019). A intensificação da ocupação de homens militares, bem como a colonização salesiana e a chegada de firmas na cidade para as construções de estradas, além das relações interétnicas estabelecidas, a cidade de São Gabriel “foi e é produzida como espaço performativo de lógicas de socialidade e de poder baseadas na articulação assimétrica do gênero, da raça/ etnia, da procedência regional e nacional, da posição no sistema de colonização” (OLIVAR, p. 13, 2019).

No final do século XX, a luta pela demarcação das Terras Indígenas (TI) e a criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)⁶, em 1987, implicaram um agenciamento decisivo na reorganização da história colonial da cidade de São Gabriel da Cachoeira e da região do rio Negro. A sede dessa associação civil está localizada em São Gabriel da Cachoeira, representando os 23 povos indígenas do rio Negro nos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. A FOIRN, atualmente, opera a partir de cinco coordenadorias regionais: Coordenaria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI), Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Rio Xié (CAIARNX), Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes (DIAWI'I), Coordenadoria da Organização Baniwa e Koripako (NADZOERI) e Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN). Desde sua criação, a FOIRN luta pela demarcação de terras e, hoje,

⁶ Após sua criação, surgem diversas outras organizações na região do rio Negro. Inclusive, em decorrência desse movimento, criou-se a Coordenação das Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira (COIAB) em 1989. A COIAB tem a função de articular as diversas organizações indígenas da região, o que acabou multiplicando o número de organizações (SACCHI, 2006).

desenvolve diversos trabalhos em defesa dos direitos e do desenvolvimento sustentável de 750 comunidades indígenas.

A diretoria da FOIRN é formada por cinco membros entre os quais, desde 2014, uma mulher tem sido eleita para compor o quadro diretivo da organização. No primeiro semestre de 2021, devido ao falecimento por Covid-19 de um dos diretores da instituição, uma das atuais coordenadoras do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN) tornou-se também uma das diretoras da FOIRN. Dessa forma, pela primeira vez, a instituição teve duas mulheres na formação de sua diretoria, uma de etnia Desana e outra de etnia Baniwa. A então coordenadora do DMIRN ocupou a diretoria da FOIRN por um período de três meses e, após nova eleição para o cargo, novamente, um homem passou a ocupá-lo.

Há cinco departamentos que compõem a Federação, a saber, o Departamento de Comunicação (SETCOM), o Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro (DAJIRN), o Departamento de Educação, o Departamento de Negócios Socioambientais e o Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN). O Departamento de Mulheres, que ganhou grande importância nesse trabalho, foi criado no ano de 2002 no I Encontro de Mulheres Indígenas em São Gabriel da Cachoeira. A criação desse Departamento se deve às reivindicações das mulheres indígenas em torno do acesso à renda, à produção e comercialização de artesanatos (geralmente produzidos por mulheres)⁷, do fortalecimento do sistema agrícola, da qualificação das associações de mulheres artesãs, bem como da sua participação em projetos de saúde, políticas públicas e controle social, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil. Inclusive, segundo Maria Matos (2012) — que reflete sobre a construção dos espaços femininos dentro do movimento indígena na Amazônia brasileira —, o movimento de mulheres em São Gabriel da Cachoeira iniciou-se com o agrupamento entre elas e as associações de artesãs cujo gerenciamento é realizado por mulheres indígenas.

Diversos outros trabalhos abordam a temática do movimento político de mulheres indígenas. Dentre eles, temos a tese de doutorado de María Rossi (2016), que investiga as formas de identificação, diferenciação e pertencimento étnico em relações vivenciadas por mulheres do Vaupés, lado colombiano da região do rio Uaupés, bacia do rio Negro, e que, portanto, corresponde à mesma área cultural que está localizada a cidade de São Gabriel da

⁷ Em trabalho realizado por Olendina Cavalcante (2008) a respeito de gênero e agência feminina Makuxi em Raposa Serra do Sol, Roraima, a autora aponta que as mulheres tiveram acesso à renda por meio do artesanato e da venda de panelas de cerâmica. Com o decorrer de minha estadia em São Gabriel e com a chegada da Covid-19 na cidade, a produção, a comercialização e circulação dos artesanatos tornaram-se importantes para se pensar estratégias e ações empreendidas pelas mulheres indígenas locais.

Cachoeira. O trabalho de Rossi apresenta a organização e luta de mulheres para a criação e participação do/no Conselho Regional Indígena do Vaupés (CRIVA), em que, nas eleições para escolha dos representantes, os homens eram sempre priorizados.

No Brasil, os trabalhos de Ângela Sacchi (2003, 2006) realizados em Roraima, Manaus e Brasília com mulheres de diversas etnias, também são de grande importância para compreender a participação e formação de movimentos brasileiros de mulheres indígenas, especialmente na Amazônia brasileira, que surgem a partir de 1990 tendo como pauta a violência contra a mulher. A autora mostra que a participação das mulheres nesses movimentos tem complexificado as identidades étnicas e de gênero nesses espaços (SACCHI, 2003). Posteriormente, Sacchi (2006) aponta que os missionários tiveram grande importância para a produção da comunicação entre os indígenas e o mundo dos brancos, o que se mostrou um importante mecanismo de luta dos próprios indígenas. Para além da comunicação, Aline Iubel (2018) ressalta que as formas de organização dos povos indígenas foram incentivadas pela Igreja. A autora também menciona que o modo organizativo não foi apenas aderido, como também transformado e reinventado criativamente pelos indígenas (IUBEL, 2018).

Como relatou-me Elizângela Baré, uma de minhas principais interlocutoras de etnia Baré, em abril de 2021 (coordenadora do DMIRN no período de 2017-2020):

Os mesmos que vieram nos destruir [missionários], com o tempo, são os mesmos que ajudaram a gente a achar caminhos de como se organizar. E a gente pegou essa estrutura branca — que a gente chama de sociedade civilizada — de associações para poder lutar contra eles mesmos. Eles nos ensinaram e nós, hoje, estamos usando as armas deles, que eles nos obrigaram a usar: a falar o português, a escrever, a conhecer as leis.

Trabalhos como de Gomes & Aires (2018), Dutra & Mayorga (2019) e Santos (2012) também são relevantes para entendermos a criação dos movimentos de mulheres indígenas e as problematizações que essas organizações políticas apresentam em relação à etnicidade, à discussão de gênero e ao feminismo. No entanto, não pretendo me estender mais em relação ao surgimento das organizações de mulheres indígenas. Apenas situo que são figuras de mulheres indígenas que vêm ganhando maior visibilidade nos movimentos políticos e nos diferentes meios de comunicação, como canais de televisão, jornais, sites e *lives*, especialmente durante a pandemia da Covid-19 e isso não é diferente em São Gabriel da Cachoeira.

É justamente por conta dessa visibilidade, mobilização e trabalhos realizados por mulheres indígenas que me insiro aos trabalhos realizados por elas e aqueles desenvolvidos em conjunto com a FSP/USP. É nesse contexto amplo e geral dessa cidade diversa e performática que me deparo com maiores informações sobre a história de Francisca, Sarah e Kátia as quais

me ajudam a situar mais especificamente a cidade de São Gabriel para a compreensão de uma parcela extremamente pequena de suas histórias.

Era final de agosto do ano de 2016 quando Francisca estava em um clube chamado Alemazonas no bairro Dabaru, conhecido como Dabaru Beira Rio por estar na margem do rio Negro. Apesar de estar localizado no mesmo bairro que a Delegacia de Polícia e o Hospital de Guarnição (HGU) da cidade, o Alemazonas fica a uma distância considerável dessas instituições, bem dentro do bairro e em uma rua, como relataram alguns moradores, sem saída e escura. Próximo ao Alemazonas há o balneário Bela Vista, que na época era possível fazer o deslocamento pelos bares através de uma trilha estreita de aproximadamente 15 minutos. Foi nessa trilha que as roupas de Francisca, um pedaço de madeira e uma pedra foram encontradas por policiais. Durante minha estadia na cidade, nunca fui convidada para nenhum desses bares e fui alertada por uma amiga não-indígena que esses lugares não eram seguros de frequentar devido as diversas brigas que aconteciam após o excessivo consumo de álcool das pessoas.

Ao sair da escola, no período noturno, Sarah foi abordada por um homem e, posteriormente, morta em um terreno baldio no centro da cidade. O centro junto com o bairro Fortaleza, segundo Lasmar (p. 151, 2005), era um dos bairros com maior concentração de brancos da cidade. Além disso, o bairro comporta a maior parte comercial da cidade com diversas lojas, especialmente de roupas e eletrônicos. É também onde está localizada a prefeitura, o Centro de Referência Especializada Ambulatorial (CREAM), onde realizei trabalho de campo, bem como a feirinha de produtos alimentícios realizada por revendedores e agricultores autônomos⁸. O trânsito, tanto de pedestres quanto de automóveis, é bem intenso e desordenado no centro da cidade. A região, apesar de sempre parecer muito cheia de lojas, carros e pessoas, apresenta alguns terrenos baldios e outros com construções inacabadas.

Já Kátia estava na orla da praia, no bairro da Praia⁹, quando encontraram seu corpo morto em um dos quiosques ali presente. No período entre fevereiro e março, quando estava na cidade, a orla da praia era muito frequentada para banhos, por moradores indígenas

⁸ Os revendedores compram os produtos dos agricultores e vendem na Feirinha Municipal da cidade, à qual são associados. Nas proximidades, também ficam os feirantes agricultores. No entanto, esses últimos têm cada vez menos espaço físico para exporem suas tendas e realizarem as vendas de seus produtos.

⁹ O bairro da Praia é onde residi por um período de dois meses e meio e onde está localizada a sede do Instituto Socioambiental (ISA), um dos prédios mais altos da cidade por estar construído em um local elevado e ter sua estrutura formada por três andares. O ISA é uma Organização não Governamental (ONG) indigenista que atua na defesa integrada dos direitos humanos e ambientais. Próximo ao ISA, há um mercado, também com grande destaque na cidade devido à sua estrutura arquitetônica que apresenta dois andares. Este edifício contém o mercado no térreo e diversas residências, inclusive a do proprietário, no primeiro e segundo andares. O proprietário é um dos três irmãos que são os maiores comerciantes da cidade, envolvidos na famosa Operação Cunhantã da Polícia Federal. Como sugere o próprio nome, o bairro da praia está localizado no entorno da orla do rio Negro.

(especialmente crianças e adolescentes), militares e suas companheiras que residiam na cidade. Algumas mulheres indígenas que residiam nas proximidades usavam as pedras do rio para lavarem e depois estenderem suas roupas. Na orla há alguns quiosques que também são chamados de boxes. Alguns deles são feitos de cimento e funcionam durante a semana e, principalmente, nos finais de semana. Outros são barracas que os moradores da praia montam para venderem alimentos e bebidas aos domingos. Em período de festas, como no carnaval do ano de 2020, diversas barracas foram montadas e atraíram pessoas da cidade com seus produtos alimentícios e suas músicas. A partir do final de março, o rio Negro começa a ocupar a maior parte da orla, fazendo com que a praia, bem como as pedras dentro do rio, desaparecesse. Neste período, a movimentação na orla da praia começa a diminuir devido à cheia do rio e, especificamente em abril de 2020, por conta das restrições sociais relacionadas à Covid-19. As jovens que residem na praia, segundo Lasmar (2005), relatam que as são as meninas recém-chegadas na cidade as principais pessoas que sofrem violência na cidade.



Figura 2: Bairros de São Gabriel da Cachoeira.

Fonte: Laboratório de geoprocessamento do Instituto Socioambiental – ISA.

Violências contra as mulheres indígenas: a construção de um ato público

Cristiane Lasmar (1996), em sua dissertação de mestrado sobre a antropologia feminista e etnologia amazônica, realizou um levantamento bibliográfico e teórico sobre as principais discussões a respeito da antropologia feminista publicadas nos Estados Unidos e Inglaterra e, também, sobre a literatura relacionada à questão de gênero no Amazonas através de um mito Tukano e outro Mundurucú. Com isso, a autora discute a questão do antagonismo sexual e identifica como essas literaturas se influenciaram mutuamente na discussão de gênero no período de 1970 a 1980, voltadas para investigar as causas, em suas diversas abordagens, da dominação masculina. A autora evidencia a preocupação da época com a universalidade da dominação masculina e, posteriormente, mostra como as abordagens foram tomando um meio mais culturalista para lidarem com a questão.

Discussões sobre gênero entre povos indígenas é um grande desafio. Até hoje, podemos dizer que, problemas como o da universalização da dominação masculina ainda não estão resolvidos dentro do campo da antropologia, principalmente quando voltados às populações indígenas. No entanto, meu trabalho nesta dissertação não é o de investigar as origens dessa dominação em São Gabriel da Cachoeira e tampouco tentar identificar e compreender o que as pessoas dessa cidade relatam sobre essa suposta dominação e sujeição feminina. Desta forma, distancio-me dessa perspectiva ressaltando que, longe de sujeição à dominação patriarcal, observei, ao longo do trabalho de campo, mulheres organizadas e articuladas dentro do movimento indígena, como mencionado anteriormente e como veremos no decorrer desta dissertação.

Um dos momentos mais significativos que diz respeito a tais articulações foi minha experiência na construção de um ato público realizado no dia 8 de março de 2020, dia internacional da mulher, em São Gabriel da Cachoeira. A ideia em apresentar esse ato não é a de determinar ou esmiuçar o conceito de violência na região, mas de tentar compreender o que as mulheres entendem em determinadas situações marcadas por violência. Desse modo, há um interesse nos fazeres, nas práticas, no lidar com essas questões. Minha intenção, portanto, é tentar descrever, interpretar e conectar sentidos possíveis dessas situações e, à luz desse objetivo, a construção do ato público torna-se uma boa introdução tanto a respeito das temáticas de violências quanto de organização do movimento indígena e de dinâmicas de funcionamento da cidade.

A idealização da construção desse ato tornou-se pública no dia 3 de março de 2020. Na ocasião, a jornalista e comunicadora social do Instituto Socioambiental (ISA), Juliana

Radler, mulher “branca” do sudeste, junto a Almerinda Ramos de Lima, do povo Tariano, que na época era diretora executiva da FOIRN, começaram a elaborar a ideia da realização deste manifesto público argumentando que era um ato importante para que as mulheres de São Gabriel se organizassem para defender, apoiar e denunciar as opressões e violências que sofrem. Fomos avisadas e convocadas (as mulheres indígenas que constroem a FOIRN, além de funcionárias do ISA e eu) a participarmos da construção desse ato através de um grupo de WhatsApp. Nesse grupo, também fomos informadas, por Elizângela Baré, sobre a II Feira de Artesanato e Produtos Rurais das Etnias Indígenas da Cabeça do Cachorro, em parceria com o Exército Brasileiro nos dias 7 e 8 de março.

Dentro da sala do DMIRN, reuni-me com Elizângela Baré, uma das coordenadoras do Departamento de Mulheres da FOIRN (2016-2020), Almerinda Ramos, diretora da FOIRN (2013-2016/2017-2020) e com outras mulheres (de etnias: Piratapuya, Tariano, Tukano), as quais, embora não ocupassem cargos dentro da FOIRN, também contribuía para a construção do movimento de mulheres indígenas dentro da instituição e, especialmente, do ato público que estávamos organizando na ocasião. Notei que a notícia dada por Elizângela através do WhatsApp era o assunto do momento. A programação do Exército Brasileiro para o dia internacional da mulher parecia causar um impasse na organização e mobilização das mulheres com quem eu estava trabalhando.

Entre conversas paralelas, algumas risadas, semblantes pensativos e sérios, foi acordado que iríamos tentar realizar o ato do dia 8 em parceria com as artesãs e o Exército Brasileiro, principal aliado-cliente das artesãs urbanas. As conversas informais que acompanhei dentro da FOIRN durante o processo de construção dessa mobilização baseavam-se em unir forças com as artesãs autônomas das comunidades indígenas e não disputar o público com elas e nem com o Exército. Além da disputa do público, as mulheres relataram que a feirinha iria ocorrer no lugar mais movimentado da cidade, na orla da praia.

Marcamos algumas reuniões para a programação do dia 8 de março. Fiquei responsável pela produção de cartazes junto a duas professoras, uma da etnia Tariano, que também é artesã, e a outra de etnia Baniwa. O primeiro encontro ocorreu no dia 4 de março, às 14h, na Casa do Saber (maloca da FOIRN). Fui a primeira a chegar na maloca e fiquei sozinha esperando as duas professoras e os materiais de trabalho (TNT, cartolinas, cola, canetas coloridas, tesouras). Quando elas chegaram, percebemos que os materiais estavam incompletos e que não conseguiríamos trabalhar sem eles. A princípio fiquei um pouco chateada, até eu entender a preciosidade do momento para conhecer aquelas mulheres e estabelecer um vínculo de trabalho com elas.

Estávamos sentadas em torno de uma mesa próxima à entrada da maloca. A maloca da FOIRN é bem grande, toda fechada, com telhado de folhas de piaçava e estava um pouco escura, porque não sabíamos onde acender as luzes. Não queríamos perder a viagem e pensamos em elaborar algumas frases para colocarmos nos cartazes que iríamos produzir para o dia 8 de março. Timidamente, perguntei quais eram as situações de violências que as mulheres de São Gabriel sofriam para que eu pudesse entender melhor e contribuir de forma mais efetiva para a construção das frases.

A artesã, professora e de etnia Tariana de 51 anos, relatou-me:

Nós aqui, os povos indígenas, consumimos muito álcool, principalmente cachaças. Mas eles consomem bastante bebidas, sem controle. Bebe mãe, pai, filhos. As mães com criança de colo já estão bebendo. Muitas vezes esquecem os filhos, do cuidado, atenção, e isso acontece. Acontece que o pai muitas vezes estupra os filhos. Tem o caso de uma colega nossa que aconteceu. Ela perdeu o controle com a filha. A filha saía, usava droga, o pai bêbado. Aí aconteceu, ela chegou drogada e o pai bêbado acabou fazendo esses atos, aí a mãe ficou assim, no meio. Ela não sabia qual defender... pai bêbado, filha drogada e assim foi indo. (Caderno de Campo. São Gabriel da Cachoeira, 2020).

Esse caso aconteceu em 2019. O marido, da etnia Baré, foi preso e a menina, de aproximadamente 13 anos, foi morar com a tia. Isso porque a mãe, da etnia Tariana com origem de Iauaretê, perdeu a guarda da filha após o episódio narrado por minha interlocutora. A denúncia foi realizada pelos vizinhos que ouviram os gritos e chamaram o Conselho Tutelar.

“Acontece prostituição aqui também”, prosseguiu relatando minha interlocutora, procurando reproduzir para mim um quadro geral destas “violências”:

Muitas pessoas vêm lá de cima de vários afluentes daqui do município, são cinco regiões e concentram-se aqui em São Gabriel. Então eles chegam aqui com o objetivo de melhorar a vida, procurar trabalho e acabam se deparando com uma situação difícil. Aí, têm esses comerciantes fortes aqui da cidade que acabam fazendo tipo pedofilia, usando essas meninas novas em troca de 100 reais, em troca de cestas básicas. Aqui não tem indústria, não tem onde conseguir emprego, a única coisa que emprega é o comércio e, às vezes, os militares que oferecem, principalmente para as mulheres, o trabalho doméstico. Então são essas as situações que elas se deparam e acabam fazendo isso, sabe? Por necessidade, não sei também né. (Caderno de Campo. São Gabriel da Cachoeira, 2020).

Conversamos por um longo tempo; ela e a outra mulher ali presente repetiam diversas vezes que histórias como essas são recorrentes em São Gabriel da Cachoeira. Quando nos atentamos ao grupo de WhatsApp, percebemos que as outras mulheres já haviam enviado diversas frases para serem colocadas nos cartazes e, então, combinamos de nos encontrarmos em um outro dia para a realização dessa atividade. Algumas das frases consistiam em “o seu machismo me maltrata e me mata”, “seu fiu, fiu me abrocha!”, “sai pra lá machão!”, “em meu

corpo não há igreja ou estado que coloque a mão”, “respeite as minas indígenas!”, “trabalho, sexo, corpo, maternidade: nós quem decidimos” e “nem a terra, nem as mulheres são territórios de conquista!”.

Sabemos que as violências contra mulheres não são exclusivas de São Gabriel da Cachoeira. No entanto, é possível elencar, especificamente, três pontos importantes que, quando enunciados, lançam luz sobre a discussão que estou tentando tecer nesta dissertação sobre casos de violências em São Gabriel da Cachoeira e na região do Amazonas. Primeiro, como muitas cidades do interior amazonense, esse local apresenta falta de registro e de produções legistas sobre violência sexual em casos de homicídio e, também, ausência de dados e informações sobre violências relacionadas às mulheres. Em segundo lugar, a região do Alto rio Negro tem um histórico de violência contra corpos indígenas, os quais envolvem violência sexual que aparecem desde os primeiros contatos com os brancos (LASMAR, 2005; ANDRELLO, 2006; ROSSI, 2016). Por fim, uma terceira característica é o modo como a violência sexual se articula com as relações étnico-raciais desse local.

Cristiane Lasmar (1996, 2005), autora que discute o casamento interétnico de mulheres indígenas com homens não-indígenas militares em São Gabriel da Cachoeira, entende que o cenário de violência se apresenta em diversas fases, como na escravização praticada pelos portugueses, a repressão em relação aos costumes e crenças imposta pelos salesianos, o tráfico de crianças e abuso sexual de mulheres (LASMAR, 2005). Em um contexto recente, as práticas de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes indígenas exercidas por homens não-indígenas e de grande poder local — como mencionado pela professora de etnia Tariana na produção de cartazes — situam parte dos trabalhos realizados por Olivar (2019; no prelo) e, consequentemente, perpassam minha pesquisa.

Para compreender melhor essa temática de violência, um material que se tornou de extrema importância é o dossiê de Olivar et al. (no prelo) sobre gênero e violência. Esse material é produto de um extenso trabalho colaborativo entre a Faculdade de Saúde Pública (FSP), o Instituto Socioambiental (ISA), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM). O trabalho envolve rodas de conversas realizadas com mulheres, especialmente indígenas, em São Gabriel da Cachoeira, que produzem um direcionamento para se pensar algumas categorias e conceitos sobre essa temática. Essas rodas de conversa fazem parte de um processo de pesquisa que inclui trabalho de campo etnográfico, entrevistas, levantamento e sistematização de notícias, pesquisas de iniciação científica, mestrado, doutorado, além do trabalho colaborativo com as instituições parceiras.

Nesse dossiê (OLIVAR et al, no prelo), encontramos uma síntese sobre o caso da Operação Cunhatã por meio de notícias jornalísticas e trabalho de campo realizado na cidade. Essas ações foram denunciadas desde 2008 e, em 2013, a Operação Cunhatã¹⁰, realizada pela Polícia Federal para investigar a rede de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes em São Gabriel da Cachoeira, tornou-se pública por meio das diversas notícias produzidas na época. Tais notícias são recorrentes nos discursos dos moradores da cidade. Muito próximo ao que as professoras me contaram durante a confecção de cartazes, no dossiê há a matéria “Meninas indígenas são vítimas de rede de pedofilia no Alto rio Negro (AM)”¹¹, publicada no jornal *A Crítica* de 8 de setembro de 2012. As vítimas tinham entre 10 e 16 anos, geralmente virgens, pobres e oriundas das comunidades indígenas. Também informava que a Delegada da Polícia Civil havia declarado ter conhecimento sobre pessoas suspeitas, mas não tinha condições de investigar os crimes devido à falta de profissionais na Delegacia, que contava apenas com um investigador criminal e um escrivão. Essa situação, no meu período de trabalho de campo, se encontrava um pouco diferente. No início de 2020, havia, além da delegada de polícia, um investigador, três escrivães, uma recepcionista e um estagiário.

Além de exploração sexual agenciada por estes grandes comerciantes, políticos e militares, o dossiê que está sendo produzido por Olivar et al. (no prelo) apresenta diversos relatos de jovens sobre o medo de estupro por homens bêbados, comerciantes menores e motoristas de lotação. Muitas relatam histórias próprias ou de amigas, parentes e conhecidas que já passaram por esse tipo de situação, além de assédios nos espaços públicos, bem como no interior de suas casas. Durante minha estadia na cidade, pude perceber não apenas os medos das mulheres que ali vivem, como também meu próprio medo de circular na cidade. Evidentemente, percebi que a dimensão do perigo era completamente outra em relação ao meu corpo feminino, negro, jovem, não-indígena e de procedência de outra região do país.

No dia seguinte, estávamos apenas Elizângela e eu para a confecção dos cartazes. Começou a me contar que quando entrou para o movimento indígena, ela tinha muitas dificuldades para se comunicar tecnologicamente e falar em público. Contou-me que, assim que assumiu a coordenadoria do Departamento de Mulheres, decidiu dar continuidade ao trabalho

¹⁰ Esse foi o nome dado pela Polícia Federal à operação. Cunhatã é uma palavra indígena que significa “moça nova”.

¹¹ <http://acritica.uol.com.br/amazonia/Manaus-Amazonas-Amazonia-Prostiuciao_Infanto_Juvenil-Sao_Gabriel_da_Cachoeira-Indios-Meninas-Alto-Rio-Negro-AM_0_770323003.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2015.

realizado com o professor José Miguel devido à sua importância temática e terminou dizendo: “Eu não faria nada se não fossem essas mulheres, elas sempre estão participando e ajudando”. Enquanto me contava essas coisas, Elizângela me ensinava a desenhar a pata de gafanhoto, uma pintura para as mulheres que as etnias do rio Negro realizam. Ali eu percebi que, intencionalmente ou não, as cores fortes como o amarelo, o vermelho e o preto predominaram em nossos cartazes.

Quando o esperado dia 8 de março chegou, às 16h do domingo, a feirinha das artesãs estava montada na orla da praia. Havia diversas barracas próximas aos quiosques, uma ao lado da outra e não tinham divisórias entre si. Todas estavam cobertas na parte de trás e as duas das pontas, cobertas na lateral. Assim, não era possível ver o rio Negro que estava poucos metros atrás das barracas em que as feirantes estavam expondo seus artesanatos e onde os militares estavam testando o equipamento de som (caixa de som e microfone) na barraca central. No entanto, não havia muitas pessoas circulando nas barracas. Alguns militares, homens, fardados andavam pelo local. Três deles, todos acima de 40 anos, brancos, estavam dentro da barraca central, enquanto aproximadamente cinco deles, mais jovens, aparentando ter cerca de 20 anos e serem indígenas, circulavam pelo espaço da orla da praia, onde o ato ocorreria. Durante quase todo o evento, mulheres indígenas falavam no microfone chamando os moradores a participarem do ato e da feirinha das artesãs. O microfone estava à disposição de todas as pessoas que desejassem se manifestar naquele momento. No entanto, Elizângela era uma das poucas mulheres que fazia algum tipo de discurso voltado às violências que especialmente as mulheres sofrem na cidade. Os moradores que por ali circulavam ficaram sentados em mesas e cadeiras nas proximidades das barracas, comendo, bebendo e conversando.

Começamos a colar nossos cartazes nas barracas e pendurar nossas faixas nas árvores. No momento em que pensei que iríamos fazer esse trabalho sozinhas e sem a ajuda de homens militares, mostrando nosso “empoderamento”, ouvi Elizângela falando para o jovem militar que se aproximava de nós: “Precisamos de uma escada. Aquela escada ali é de vocês? A gente precisa que você traga ela aqui e pendure essa faixa nesta árvore”. Assim o jovem o fez e, em poucas horas, a orla da praia estava ornamentada. Nesse momento, eu me recordava apenas do incômodo que as mulheres do movimento indígena haviam sentido dias antes com a parceria dos militares. No entanto, essas mulheres estavam produzindo, usando os termos de Butler (2019), relações de aliança e intersecção através de suas redes tradicionais e externas às suas culturas — incluindo meu próprio corpo não indígena e que, de certo modo, acaba representando uma instituição pública de ensino. Butler (2019) argumenta que manifestações nas ruas e nas praças são políticas de aliança: os corpos congregam, eles se movem e falam

juntos, e reivindicam um determinado espaço como público. A partir da argumentação de Hannah Arendt de que toda ação política requer um espaço de aparecimento, a autora diz que esse espaço de aparecimento é, justamente, produzido nas relações de aliança.

Ficou evidente nesse ato público que os homens militares não estavam congregando junto às mulheres indígenas. Em determinado momento, um homem fez uma fala, no microfone da barraca central, referente à admiração que tinha pelas artesãs que, ao invés de ficar reclamando sobre violências e abusos, trabalhavam e garantiam seu próprio sustento. Nesse instante, eu estava movendo algumas das faixas e cartazes de lugar e não pude me atentar a quem estava falando. Ademais, o homem foi cercado por um grupo considerável de pessoas que parou para ouvi-lo, ocultando-o, desta forma, de meu campo de visão. Posteriormente, fui informada que se tratava de um militar do Exército. Como as próprias mulheres haviam dito dias antes do ato público, não havia como medir forças e disputar o espaço e o público com a instituição do Exército Brasileiro. Se aliar e garantir a aparição pública das mulheres indígenas sem prejudicar a comercialização dos artesanatos das feirantes tornou-se uma solução, inclusive anterior ao problema que encontraram.

Antes da fala do militar, aproximadamente às 17h no horário de São Gabriel — enquanto o sol continuava sobre nossas cabeças, intensificando o calor amazonense —, Elizângela e Almerinda Ramos estavam na barraca central falando no microfone sobre a importância daquele dia e que aquele era um ato em busca de seus direitos. Havia muitas pessoas brancas e indígenas sentadas, bebendo e comendo a uns 40 metros de onde elas estavam, mas pouquíssimas pessoas circulando na feira das artesãs. Então percebi que uma mulher, Baniwa, de aproximadamente 30 anos, estava com um cacto e uma caixinha de areia nas mãos. Me ofereci para ajudar a carregar e peguei a caixinha. Logo, outras 13 mulheres de diversas etnias (Tariana, Tukano, Baniwa, Baré, Desana), entre 30 e 60 anos de idade, nos cercaram, e então a mulher que estava com a planta começou a falar: “Vamos caminhando em fila até o centro da praça, vamos deixar essas coisas no chão e em seguida faremos uma roda e cada uma quando for falar deve pegar um punhado de areia da caixa e colocar no cacto”.

Nenhuma das mulheres, as quais faziam parte do grupo do WhatsApp, pegava a caixa de mim. Me senti extremamente incomodada, porque percebi que esses materiais faziam parte da apresentação delas e eu não queria atrapalhar. Fiquei muito preocupada porque, com toda certeza, queria participar e ajudar/aprender de alguma forma, mas, ao mesmo tempo, era a única não indígena ali na roda. Então, olhei para a mulher com o cacto e disse que deixaria a caixa de areia no centro da roda, como ela havia me explicado, e depois sairia para que o ato delas fosse feito sem que eu interferisse. Ela me olhou sorrindo e disse que eu poderia ficar na roda e

participar sem nenhum problema. Então, prestei atenção no discurso de Elizângela: “Nós, mulheres indígenas, mulheres de São Gabriel da Cachoeira, mulheres do Brasil, juntas contra a violência”. Esse discurso, a fala da mulher Baniwa com a planta e toda a minha experiência com essas mulheres nos dias anteriores me trouxeram um pouco mais de confiança em participar da apresentação com elas. Caminhamos em direção ao centro do espaço, deixamos o cacto e a caixinha de areia no chão e formamos um círculo de mãos dadas em torno destes materiais enquanto Elizângela levava o microfone até nós.

Essa “dramatização”, como denominaram formalmente as mulheres indígenas, foi realizada para todos aqueles que circulavam entre a feira das artesãs e as mesas próximas às barracas. Havia moradores indígenas e não indígenas, membros do Exército Brasileiro e suas esposas, funcionárias de ONGs e instituições como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Universidade de São Paulo (USP), Instituto Socioambiental (ISA). A primeira fala foi realizada por uma professora, da etnia Desana, que estava toda de preto representando o luto, vestindo uma espécie de faixa na cabeça, com plumas amarelas e pretas. Ela encheu uma de suas mãos com um punhado de areia em memória de duas professoras que foram mortas, uma por um policial e a outra pelo próprio marido. Seu discurso foi intenso e comovente. Ela disse que sabia que, de alguma forma, essas duas mulheres estavam ali conosco e que a violência doméstica, tanto quanto a violência policial, deveriam acabar. Depois, a professora e artesã da etnia Tariano colocou um punhado de areia no cacto e começou a falar sobre a violência contra as crianças. Enfatizou que o pai, avô, irmão, que deveriam dar afeto e segurança, são os mesmos que violentam as crianças dentro de suas próprias casas. Em sua fala, evidenciou que os abusos não são restritos às crianças do sexo feminino. No final, quando algumas das mulheres da roda haviam colocado um punhado de areia no cacto, a mulher que havia carregado a planta até o centro da roda falou sobre os jovens que vão estudar fora de São Gabriel e sofrem discriminações culturais e sociais, além de violência sexual. Então, encheu a mão de areia e colocou no cacto, complementando: “O cacto é uma planta muito forte, que consegue nascer entre pedras, suas raízes são penetrantes e, da mesma forma, vocês também o são”. Nesse ato público, em 2020, a mulher de etnia Baniwa traz uma nova imagem para pensarmos o que é e como é ser mulher indígena no rio Negro. Um cacto que é resistente, capaz de persistir em condições adversas e de se proteger com seus espinhos ao mesmo tempo que é capaz de florir.

No início, quando falo a respeito do desenho e de como eu o via, senti que é como se, a despeito de toda violência, eu tivesse entendido que é possível colori-lo e dar movimento a ele, como quando me engajei na confecção dos cartazes. Embora fosse um momento para a

preparação de um ato contra a violência sofrida pelas mulheres, não faltou espaço para cores, beleza, sorrisos, companheirismo e amizade. A imagem do cacto no ato simboliza bem essa contradição da vida que viceja em meio ao árido.

Este ato me fez perceber a capacidade que estas mulheres têm de envolver pessoas em sua luta, desde a produção de materiais até o momento de aparição em público. Elizângela, em um de seus discursos no momento do ato, disse que as pessoas não precisam ter medo de falar sobre gênero e que gênero não é uma discussão que tem que ser feita apenas pelas mulheres, porque gênero é falar sobre a sociedade e não necessariamente sobre mulheres. O gênero estabelece intersecções com discussões sobre raça, sobre classe, sobre etnias, sobre discussões sexuais e regionais, como ressalta Butler desde *Problemas de Gênero* e em sua discussão sobre a funcionalidade da assembleia pública em que se compartilha uma condição social precarizada e injusta (BUTLER, 2019). As mulheres se reuniram na orla da praia para evidenciar uma situação de insatisfação compartilhada a despeito das violências que são proferidas contra elas e, também, no que tange a pouca resolutividade que encontram nessas situações e contextos violentos. Os corpos destas mulheres ocuparam a orla da praia como um “direito de aparecer uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais visíveis” (BUTLER, p. 31, 2019), pela primeira vez na cidade, como relatou-me a jornalista do ISA. Elas, parece-me, produzem a feitura do mundo de modo compartilhado na construção de um lugar onde todas as vidas sejam vivíveis.



Figura 3: Ato pelo Dia Internacional da Mulher em 8 de março de 2020.
 Autora: Ana Amélia Hamdan/Amazônia Real.

Dos capítulos

Esta dissertação foi organizada em três capítulos, com o propósito de mostrar parte da morte e da vida de mulheres indígenas em São Gabriel da Cachoeira. A morte dessas mulheres é evidenciada por meio de relatos de moradores da cidade, inclusive de *parentas*¹² próximas, tanto quanto por meio de Declarações de Óbito armazenadas na Vigilância Epidemiológica da cidade e de Inquérito Policial produzido pela Delegacia de Polícia de São Gabriel. Já a vida das mulheres de São Gabriel será mostrada por meio do trabalho de campo etnográfico realizado com elas, evidenciando, por um lado, suas lutas e mobilizações de resistências frente às violências que sofrem e, por outro, o cuidado por elas promovido em relação à pandemia da Covid-19.

O primeiro capítulo é dedicado a mostrar as alianças que fui estabelecendo em São Gabriel da Cachoeira, bem como o acesso que fui tendo às instituições em que realizei trabalho

¹² *Parente (a)* é um termo muito recorrente em São Gabriel da Cachoeira que pode se referir a um membro da família, bem como a outro indígena de qualquer outra localidade e etnia.

de campo documental na tentativa de compreender como o Estado reelabora os casos de mortes de mulheres que possivelmente envolvem a violência sexual. Também apresento, nesse capítulo, os materiais e métodos de meu trabalho de campo presencial relacionados aos documentos analisados e as pesquisas e trabalhos produzidas durante a realização de meu trabalho de campo online em decorrência da pandemia de Covi-19.

No segundo capítulo, procuro mostrar algumas relações que evidenciam formas de produção de violências contra mulheres em São Gabriel da Cachoeira. Com base em relatos etnográficos e documentos, pretendo mostrar as relações capilares entre os agentes do Estado e os moradores da cidade por meio da circulação de fotos via WhatsApp e do caso de assassinato de três mulheres indígenas. Essas relações consistem em produções de saberes, trocas, tensões, documentos e Estado em São Gabriel da Cachoeira.

Por fim, no último capítulo, mostro como essas mesmas mulheres indígenas reagem ao cenário crítico intensificado pela pandemia da Covid-19, evidenciando sua luta e resistência, além de produzirem tensões e saberes — agora também voltados ao enfrentamento da emergência sanitária — intensificando suas redes de cuidado e de alianças com a população do rio Negro, com agentes de Estado, ONGs nacionais e internacionais. Procuro apresentar também, em meio ao novo cenário, as preocupações em torno da obliteração das violências contra elas e, como respostas a essas apreensões, suas novas alianças e intersecções entre as temáticas de violências e pandemia de Covid-19. Esse capítulo tem a ver com trazer uma ruptura para dentro da dissertação e, também, de costurar a partir da ruptura, cuidando especialmente da ideia de obliteração.

CAPÍTULO 1 — REDES DE AFETOS, INSTITUIÇÕES, DOCUMENTOS E MÉTODOS

Inspirada pelo trabalho de Thais Mantovanelli (2020)¹³ e pensando analiticamente o fluxo de relações e conexões empíricas de meu trabalho de campo, tomo como orientação metodológica para minha etnografia as lutas e resistências das mulheres indígenas. Essas ações se mostram presentes desde nosso primeiro encontro e me mobilizam a pensar tensões e saberes relacionados às questões de violências e de Covid-19 no decorrer das vivências dessas mulheres em relação à presença de setores específicos do Estado em São Gabriel da Cachoeira. Foram essas relações, conexões e experiências que possibilitaram a realização de meu trabalho de campo na cidade de São Gabriel e meu campo que ocorreu de forma online nos anos de 2020 e 2021. Tais relações, conexões e experiências produziram vínculos íntimos de afetos, apesar das dificuldades que estávamos enfrentando com a pandemia e da dor da perda e do luto recente por conta da doença, ou ainda por aquelas dores mais antigas relacionadas às violências ocorridas contra as mulheres que eram amigas e *parentas*.

Dessa maneira, nesse capítulo pretendo mostrar minhas relações em campo que contribuem para pensar violências que ocorrem contra mulheres em São Gabriel e a disputa, controvérsia e multiplicidade em relação à violência sexual que sofrem. As relações estabelecidas com moradores da cidade me proporcionaram o acesso aos relatos a respeito de violências contra mulheres e as articulações com a Delegacia de Polícia e a Vigilância Epidemiológica me permitiram acesso e análise dos documentos produzidos em torno dos casos que envolvem a morte de Francisca, Sarah e Kátia. Nesse capítulo, exponho a forma como tratei os documentos coletados em campo, incluindo, assim, estes documentos como parte das redes de relações estabelecidas.

O trabalho de campo realizado teve início em 15 de fevereiro de 2020, dia que cheguei em São Gabriel da Cachoeira e, de certo modo, ocorre até o momento (novembro de 2020) por meio de projetos em parceria com as mulheres indígenas do rio Negro como “Gênero e Violência contra mulheres indígenas na cidade de São Gabriel da Cachoeira”, “Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à Covid-19 (PARI-c)” e “Projeto Fundo Canadá” que serão

¹³ A autora aponta a vida como um conceito-verbo-multiespécie como crítica e resistência frente aos projetos estatais e empresariais relacionados à construção da usina Hidrelétrica de Belo Monte no Pará. Isso quer dizer, segundo a autora, vida como ação, como existência de povos que por meio de relações ecossistêmicas evidenciam suas maneiras de estar no mundo (MANTOVANELLI, 2020, p. 98-100).

descritos adiante. Esse período de quase dois anos de trabalho de campo ocorreu por meio de duas formas, a saber, de modo presencial e online. A princípio a interação em campo de forma online ocorreu por conta da pandemia de Covid-19, quando meu campo presencial foi interrompido em maio de 2020. Posteriormente, com os projetos e trabalhos realizados em parceria com as mulheres de São Gabriel da Cachoeira esse trabalho de campo online ganhou continuidade no decorrer do ano de 2020 até final de setembro de 2021. Claro que durante esse extenso período de trabalho de campo online tive momentos mais intensos e densos de trabalho, como por exemplo, nos meses de maio/junho/julho/agosto de 2020 e os meses de junho/julho/agosto/setembro de 2021 períodos que me dediquei aos projetos mencionados. Agora tentarei descrever minha trajetória, relações e alianças em campo presencial que foram fundamentais para tecer esse trabalho dissertativo e que permitiu vínculos capazes de serem desenvolvidos através das tecnologias digitais como o WhatsApp, que tiveram importância para o desenvolvimento dos projetos conjuntos.

1.1 Primeiras alianças: parcerias e breve contexto de pesquisa

- Se a mulher é violentada, os filhos sofrem. A família toda sofre. **(Elizângela Baré)**.
- As denúncias na Delegacia aumentam em períodos de campanha contra abusos. Por isso as rodas de conversa se tornam tão importantes. **(Delegada)**.
- Tinha uma menina de 14 anos que sofria abuso. Ela participava das rodas de conversa, ela se suicidou. Às vezes a gente não sabe lidar com a informação, poderíamos ter encaminhado ela para um psicólogo. **(Miriõ)**.
- Violência não é cultura, é costume. Essas violências vêm acontecendo dentro das comunidades indígenas. **(Elizângela Baré)**.
- Médico legista não tem, então a gente conta com as testemunhas. O setor da saúde deveria levar o corpo, mas é a prefeitura quem o leva direto para o necrotério. **(Delegada)**.

Essas falas foram pronunciadas no dia 19 de fevereiro de 2020, na palhocinha do Instituto Socioambiental (ISA), instituição na qual nos hospedamos o professor José Miguel, a professora Flávia Melo, a graduanda Danielle Ichikura e eu¹⁴. Foi nessa instituição que conheci Elizângela Baré, 36 anos, de etnia Baré, casada com homem indígena, mãe de três filhos e, na época, coordenadora do Departamento de Mulheres do Rio Negro da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (DMIRN/FOIRN). Ali também conheci Miriõ, de 28 anos, de etnia Desana, mãe de um menino e ex-coordenadora do Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro (DAIJRN), da mesma organização. Nosso encontro foi

¹⁴ Segundo o condutor do táxi-lotação que fretei no aeroporto com a professora Flávia Melo, e um outro homem que estava chegando na cidade, o ISA é “o lugar onde as pessoas que vêm fazer pesquisa ficam”.

proporcionado pelo professor José Miguel e pela jornalista e comunicadora social do ISA, Juliana Radler, mulher não indígena de aproximadamente 38 anos, que marcaram uma reunião para nos conhecermos e estabelecermos uma relação de trabalho com a delegada da cidade¹⁵. A delegada é uma mulher não indígena, nascida em Manaus, tem cerca de 32 anos, é casada com um militar do Exército — não-indígena — e tem uma filha.

Nessa reunião, pude ter um contato inicial com alguns relatos de uma parcela de experiências vivenciadas por mulheres indígenas na cidade que são marcados por violência. Também pude estabelecer meus primeiros laços de atividades em campo com Miriõ e, especialmente com Elizângela Baré que vêm articulando trabalhos relacionados às violências contra mulheres em São Gabriel.

A reunião começou às 18 horas e nos acomodamos nos bancos em formato de meia lua da palhocinha. Todas nós nos apresentamos e falamos brevemente sobre nossos trabalhos referentes à violência em São Gabriel da Cachoeira. Elizângela e Miriõ me pareciam extremamente preparadas e preocupadas com essa questão na cidade. Evidenciaram seus trabalhos na coordenação do DMIRN e DAIJRN em parceria com a Faculdade de Saúde Pública e o ISA. Expressaram suas preocupações com as mulheres, jovens e crianças que sofrem violências relacionadas ao suicídio, estupro, ameaça, agressão, assédio e homicídios. Nesse mesmo encontro, as mulheres presentes apresentaram estratégias que poderiam contribuir para a discussão da violência contra a mulher indígena como, por exemplo, a continuidade da realização de rodas de conversas¹⁶ para melhor compreensão da temática na cidade e nas comunidades indígenas; continuar exigindo que se tenha uma delegada mulher na cidade e, por fim, indagar a respeito do cuidado dos outros e de si nesse processo de lidar com a violência.

A delegada que na época atuava na cidade de São Gabriel nos elucidou a respeito do trabalho da polícia na cidade e, principalmente, referiu-se às dificuldades de atuação sem suportes técnico-científicos e de recursos humanos para as investigações sobre os crimes violentos na cidade. O procedimento a ser realizado pela delegada em casos de morte por causa violenta¹⁷ é o envio de uma requisição para Manaus, especificando como ocorreu a morte e quais foram as lesões provocadas no corpo, mas, geralmente, não se tem nenhum tipo de resposta.

¹⁵ Elizângela Baré, Miriõ, Juliana Radler são nomes verdadeiros utilizados por meio do consentimento das interlocutoras.

¹⁶ As rodas de conversas que tanto Miriõ, Elizângela e a Delegada se referiam foram organizadas pelo professor José Miguel, com parceria da FOIRN e do ISA no ano de 2018, como parte do Projeto Mulheres Indígenas, Gênero e Violência no Rio Negro.

¹⁷ Mortes que envolvem acidentes, homicídios e suicídios.

Por fim, a professora Flávia Melo e eu manifestamos interesse nos documentos produzidos pelos profissionais da delegacia, especificamente os Boletins de Ocorrência e os Inquéritos Policiais para a continuidade e desenvolvimento de nossos trabalhos no Observatório de Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM) e em minha dissertação de mestrado. Nesse momento, estabelecemos uma relação de trabalho conjunto também com a delegada da cidade que se mostrou inteiramente interessada e disponível para nos auxiliar em nosso trabalho na cidade. A delegada ainda nos orientou a priorizar o trabalho com os BOs, pois este é o documento no qual as mulheres conseguem informar e elaborar suas queixas e denúncias ao policial.

Essas alianças iniciais de trabalho proporcionaram outro evento que ocorreu no Telecentro do ISA, no dia 28 de fevereiro. Estávamos Elizângela Baré, Juliana Radler, José Miguel, Flávia Melo, Danielle Ichikura, cerca de 30 mulheres indígenas, moradoras de São Gabriel — algumas com quem tive o privilégio de trabalhar junto na FOIRN e em trabalhos bibliográficos posteriores ao meu trabalho de campo presencial (2020) na cidade — e eu nesse evento. As mulheres estavam sentadas em meia lua enquanto Elizângela fazia a abertura e coordenava o evento, seguida por José Miguel, Flávia, Danielle e eu que fizemos algumas falas em um microfone no meio da sala do Telecentro. O objetivo do encontro foi uma apresentação pública do processo, das parcerias, uma espécie de prestação de contas, como foi dito durante a organização do evento referente aos trabalhos que vínhamos (principalmente o professor José Miguel) realizando na cidade desde o ano de 2010¹⁸.

Essa prestação de contas era importante porque o trabalho desenvolvido trata-se de um empreendimento coletivo que busca conhecer e mobilizar ações sobre as formas de violência que as mulheres indígenas de São Gabriel são socialmente obrigadas a lidar nos seus percursos de vida, bem como sobre as formas através das quais essas mulheres e suas redes resistem, cuidam-se, acolhem-se, protegem-se e lidam com estas formas de agressões, conflitos e violências. Sendo assim, com a divulgação e diálogo sobre trabalhos anteriores, informamos as

¹⁸ Os trabalhos desenvolvidos em São Gabriel da Cachoeira são: Projeto Fronteiras da Secretaria dos Direitos Humanos e da ONG ASBRAD (Responsável: José Miguel Olivar, 2010); Projeto Trânsitos, crime e fronteiras: gênero, tráfico de pessoas e mercados do sexo no Brasil (Responsável: José Miguel Olivar, 2014); Projeto Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (Responsável: Flávia Melo, 2015); Projeto Gênero em territórios de fronteira e transfronteiriços na Amazônia brasileira (Responsável: José Miguel Olivar, 2016); Sistematização dos Dados dos Boletins de Ocorrência (Responsáveis: Flávia Melo, Denise Bentes, Elizabeth Moraes e Marilene Peres, 2018); Rodas de conversa com mulheres, principalmente indígenas, em São Gabriel da Cachoeira (Responsáveis: Elizângela Baré, Jose Miguel e Juliana Radler, 2018); Análise estatística dos dados de Boletins de Ocorrência (Responsáveis: Flávia Melo e James Dean dos Santos, 2018); Elaboração e Discussão do Dossiê (Responsáveis Jose Miguel, Juliana Radler, Carla Dias, Danielle Ichikura); Coleta de notícias da mídia (Responsável: Nathalia Farias).

mulheres indígenas da cidade que como desdobramentos de nosso trabalho conjunto, Danielle e eu estávamos, a partir de então, desenvolvendo pesquisas sobre violência obstétrica, feminicídio e violência sexual na cidade. Esse processo de trabalho também serviu para apresentar Flávia, Dani e eu para as mais de 30 mulheres presentes no encontro.

Assim, esse momento foi crucial para que eu pudesse conhecer mulheres de diferentes etnias (Piratapuya, Tukano, Dessano, Arapaso). Além disso, pude me familiarizar um pouco mais com algumas percepções e dinâmicas das violências sofridas e relatadas por elas. Trago, como exemplo, o caso de Ednéia Teles, de etnia Arapaso que fazia parte do Departamento de Comunicação (SETCOM) da FOIRN. Ednéia também fez uso do microfone e contou sobre o compartilhamento de imagens de uma mulher nua que estava ocorrendo entre os moradores da cidade e o quanto isso a entristeceu. Em sua fala anterior, ela dizia como era importante respeitar e auxiliar umas às outras. Também foi um evento de suma importância para que eu pudesse me apresentar, tornar público meu trabalho na cidade e, principalmente, solicitar a ajuda daquelas mulheres para a realização da minha pesquisa e, também, para a minha estadia em São Gabriel.

Nos últimos dias de trabalho de campo conjunto¹⁹, dia 1 de março, fui convidada a participar de um Dabucuri²⁰ – festa produzida como forma de agradecimento e reconhecimento – realizado durante a feirinha da Vila Tuyuka²¹. Era uma festa de despedida que a família de irmãos Tuyuka organizou e presenteou com diversas frutas e farinhas o professor José Miguel, a professora Flávia e Danielle, que iriam embora nos próximos dias. Foi nesse Dabucuri que ouvi pela primeira vez em São Gabriel algo relacionado a Francisca. Meus ouvidos estavam atentos em meio à música ao vivo e a todas as conversas paralelas que aconteciam. Eu estava sentada de frente para a professora Flávia e atrás dela tinha um homem indígena de 48 anos, que conversava com o professor José Miguel. Em meio a todo o barulho na maloca, ouvi José Miguel dizendo algo como “o caso, o que virou?” Imediatamente olhei para Flávia, que já estava me olhando de volta e, discretamente, levantamo-nos e trocamos de lugar.

¹⁹ Nos primeiros 15 dias em São Gabriel da Cachoeira, realizei trabalho de campo conjunto com o professor José Miguel Olivar e a professora Flávia Melo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

²⁰ Rosilene Pereira (2016) aponta que o Dabucuri é um ritual milenar dos povos indígenas do Alto rio Negro e que “durante a cerimônia ocorrem trocas de saberes e conhecimentos que envolve cantos, música, dança, bebida, alimentos, histórias, ornamentos, ritos de passagens, momentos de aliança política social e arranjos matrimoniais” (PEREIRA, 2016, p. 4). Atualmente a família Tuyuka realiza o Dabucuri como forma de agradecimento, reconhecimento e retribuição a alguma pessoa; o Dabucuri oferecido aos pesquisadores teve duração de aproximadamente cinco horas. (Caderno de Campo. São Gabriel da Cachoeira, 2020).

²¹ Essa feira acontece todos os domingos, das 7h da manhã até umas 15h da tarde na maloca dos Tuyuka. Os Tuyuka são conhecidos por serem grandes produtores de alimentos e ali comercializam seus produtos (farinha, maçoca, tapioca, goma lavada, macaxeira entre outros) ao som de músicas colombianas, kuximawara (composições de tecladistas de São Gabriel), merengue e cariço (instrumento musical de sopro, flauta) e de muita dança, além do consumo de caxiri (bebida fermentada à base de mandioca).

Quando me sentei na frente do homem desconhecido por mim, pude ouvi-lo dizer que “não teve nenhuma investigação”. Ao chegarmos em casa, o professor José Miguel contou-me que aquele homem era marido da falecida Francisca, e que aquela era a primeira vez que ambos falaram juntos sobre o ocorrido. Foi por meio do vínculo entre José Miguel e a família Tuyuka que pude ser acolhida, primeiro como pesquisadora e depois como amiga. E, por conta desse vínculo, eu também estava sendo presenteada com aquele Dabucuri e tive a oportunidade de conhecer Laura, Linda e Ângela²², *parentas* de Francisca, que frequentam semanalmente a feirinha. Ângela é uma grande amiga do professor José Miguel; se conheceram em um domingo do ano de 2016 e, por conta de seu afeto com o professor, ela não teve dificuldades em me acolher na cidade. Suas sobrinhas, Linda e Laura, foram quem, posteriormente, me receberam em sua casa, desejando-me boa estadia em São Gabriel.

Ainda sentada na frente do professor e do marido de Francisca, observo que Linda estava atenta ao que acontecia na feira, enquanto seu filho caçula de seis anos passava por mim sorrindo, indo ao encontro da mãe para a abraçar. Quando o menino retornava, passando por mim, eu acariciava seu cabelo e suas bochechas e, até o fim da tarde, também ganhei um abraço dele. Desse modo, através da atenção e carinho que demonstrava ao seu filho, Linda se aproximou de mim e convidou-me para estar na feirinha no domingo seguinte. Laura estava com um vestido vermelho e, no início, conversava apenas com o professor José Miguel em espanhol e, às vezes, sentava-se conosco à mesa. Ela apenas se aproximou de mim por conta de Linda, sua irmã, para me dizer que também tinha um filho de 7 anos.

Assim, conheci duas sobrinhas e uma cunhada de Francisca. O marido nunca me foi apresentado e durante meu trabalho de campo não consegui me aproximar dele, bem como de seus outros irmãos, especialmente os homens. No próximo capítulo, me dedicarei a falar mais sobre essa família que além de me acolher na cidade, foi fundamental para que eu conhecesse melhor a localidade, os bares, os relatos sobre o caso de Francisca.

1.2 Delegacia Interativa de Polícia

Era de interesse da FOIRN, do ISA, do Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM) — coordenado pela professora Flávia Melo — e meu, estabelecer uma relação de trabalho com a Delegacia de São Gabriel da Cachoeira. O objetivo dessa articulação era a produção de informações e pesquisas sobre os casos de violência contra as mulheres

²² Laura e Linda escolheram seus nomes para que eu pudesse utilizar nessa pesquisa. Linda, sobrinha de Ângela, escolheu o nome de sua tia.

indígenas a partir de dados disponibilizados pela Delegacia Interativa. Além disso, nosso grupo de trabalho almejava produzir uma aproximação da população feminina de São Gabriel com a Delegacia, uma vez que, como nos relatou Elizângela, a Delegada atuante na cidade foi uma reivindicação das mulheres indígenas no ano de 2018. Contudo, não obstante a presença de uma delegada mulher na cidade, como também me disse Elizângela, elas ainda tinham medo de frequentar esse espaço, inclusive para se informar sobre o funcionamento da instituição. Esse medo deve-se à ausência de vínculo entre as mulheres da cidade e os delegados de polícia, algo que, segundo Elizângela, é consequência do fato de os delegados atuarem lá por 15 dias e depois retornarem para Manaus ou para suas cidades, não permanecendo em São Gabriel da Cachoeira. Dessa forma, quando as mulheres procuravam a delegacia, não havia delegado no local, apenas o escrivão de polícia²³. Elizângela disse que “a mulher tanto era violentada pelo motivo que a levou fazer a denúncia quanto no processo de realizar a própria denúncia que não ia pra frente. Então não adianta nem ir na delegacia”. Nota-se que o medo relatado por Elizângela está relacionado a sofrer mais violência no processo de denúncia. Violência decorrente da ausência de profissional na cidade, mas também de profissional que seja sensível às questões relacionadas às mulheres indígenas de São Gabriel e que seja, de algum modo, resolutivo em suas atividades.

No período de trabalho de campo conjunto, um primeiro passo importante para o início da pesquisa foi a viabilização de nossas atividades dentro da Delegacia Interativa de São Gabriel da Cachoeira pela professora Flávia Melo, cuja experiência em trabalhos realizados em delegacias e com documentos foi fundamental para tanto. Em 2012, a professora Flávia Melo deu início ao Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM) e realizou um mapeamento da violência contra mulheres reportada à polícia civil, primeiro no Alto Solimões e, em 2015, na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Este trabalho, coordenado pela professora Flávia Melo, se fez importante devido à escassez de documentos públicos relacionados à violência contra mulheres no interior do Amazonas (MELO, no prelo, p. 10). Segundo a autora, foi publicado em 2013 o Anuário da Segurança Pública do estado do Amazonas que apresentava uma ausência de informações referentes a violências domésticas nas cidades do interior amazonense. O OVGAM é um programa de extensão universitária que

Em face dos aspectos que motivaram a sua criação, o objetivo estabelecido para o OVGAM foi o de fomentar a articulação de redes [de] pesquisa e de enfrentamento à violência contra mulheres no Amazonas, o que revela seu duplo compromisso com a pesquisa aplicada e com a extensão universitária. Para isso, sua equipe de investigadores se dedicou a: (i) identificação, catalogação e atualização de dados

²³ Segundo o profissional da Delegacia de São Gabriel da Cachoeira, é comum que os escrivães de polícia executem a função de delegado nas Delegacias do interior amazonense.

sobre instituições e serviços governamentais e não-governamentais, especializados e não especializados nas regiões amazonenses do Alto Solimões, Baixo Amazonas e Alto Rio Negro; (ii) caracterização da violência contra mulheres na região através de banco de dados fundamentado nas informações disponíveis nas agências de segurança pública e justiça e compor a distribuição espacial da violência contra mulheres no Estado; (iii) realização de oficinas e cursos de curta duração para profissionais de instituições/serviços governamentais e não governamentais, especializados e não especializados no enfrentamento à violência contra mulheres; (iv) fomento de ações de pesquisa e fortalecimento de parcerias com instituições de ensino e pesquisa para criação de redes de interlocução acadêmica nacional e internacional; e (v) estímulo à criação de conselhos de direitos da mulher (MELO, no prelo, p. 5).

Os trabalhos realizados pela equipe do OVGAM consistem em visitas institucionais, entrevistas, observação participante, etnografia, catalogação dos serviços públicos existentes para atenção às mulheres em situação de violências. E, também, em levantamento de dados dos boletins de ocorrência, inquéritos policiais e processos criminais, tendo como recorte os documentos que diziam respeito a todas as notificações criminais envolvendo mulheres de todas as idades, a partir do ano de 2010 (MELO, no prelo). Toda essa experiência da professora com a criação e coordenação do OVGAM foi fundamental para nosso trabalho na delegacia de São Gabriel da Cachoeira e para minha dissertação.

Nosso trabalho consistia em fotografar os Boletins de Ocorrência (BO) com vítima mulher para complementar os dados já coletados no ano de 2015. Fomos informados pela Delegada que provavelmente haveria pouca movimentação na semana de carnaval, devido ao feriado, e nos deslocamos até a Delegacia, no bairro Dabaru, para a realização de nosso trabalho. Com o auxílio do profissional da Delegacia, retiramos alguns livros ata (documento que registra acontecimentos, assuntos e denúncias reportados à polícia) da sala de arquivo. A recepção é o maior cômodo da Delegacia, ambiente que permite o acesso a todas as outras salas, inclusive à porta de entrada. Sua disposição me pareceu curiosa porque é o espaço em que se realizam as denúncias ao mesmo tempo em que não oferece nenhum tipo de sigilo ao denunciante e ao profissional que trabalha na recepção. É um ambiente que apresenta uma grande porta de vidro e acomoda todos os que buscam por atendimento. Desse modo, qualquer pessoa que esteja aguardando para ser atendida, bem como qualquer outro profissional de segurança pública que esteja circulando pelo espaço da Delegacia, pode ver e ouvir o denunciante. Esse espaço, também contém uma mesa redonda e cadeiras à esquerda da entrada, banheiros e a sala de arquivo do lado direito. Ao fundo, duas mesas, uma ao lado da outra – com um computador –, utilizadas pelos funcionários e estagiário para a realização de Boletins de Ocorrência. Nos foi cedida parte da mesa utilizada pelos funcionários, a mesa redonda e algumas das cadeiras utilizadas para aguardar o atendimento. Durante essa semana de trabalho, tive a oportunidade

de conhecer o espaço de uma Delegacia que, assim como as mulheres indígenas da cidade, eu tinha certo receio de frequentar.

A professora Flávia Melo orientou a mim e ao professor José Miguel que fotografássemos todos os BOs que tivessem mulheres como vítimas e que estivessem entre os anos de 2010 e 2020. Explicou-nos que, como não há delegacia da Mulher em São Gabriel da Cachoeira, a Delegacia Interativa de Polícia (DIP) da cidade realiza tanto as denúncias relacionadas a furto, roubo, lesão corporal, quanto o trabalho de Delegacia Especializada de Polícia (DEP), que atende as denúncias de violências contra a mulher, a criança e a pessoa idosa. Observamos, primeiramente, que os BOs foram escritos à mão até 2015 para só então serem digitados e colados no livro ata. Somente a partir de 2020 passaram a ser totalmente digitais. Circunscritos a esse período, eram inúmeros os Boletins, mas a professora Flávia Melo nos treinou a olhar como era sua estrutura. Ensinou-nos primeiro que havia dois tipos de livros ata: o livro de ocorrências típicas e o livro de ocorrências especializadas, devido à delegacia atuar como DIP e DEP. Fomos instruídos a fotografar ambos os tipos de livros. Flávia Melo ressaltou que a primeira informação que um BO apresenta é a comunicação da denúncia, seguida do nome do denunciante (quando digitado, aparece em destaque) e, depois deste, a situação que levou à denúncia, sendo ocasional o registro do nome de quem cometeu o suposto crime. Com o olhar treinado, ficou mais fácil identificar os BOs que diziam respeito às violências contra mulheres. Dentre os Boletins que fotografamos, encontramos diversas ocorrências que envolviam vítimas mulheres, como roubo, injúrias, difamação, acidente de trânsito, lesão corporal, violência doméstica, prostituição infantil e ameaça.

Essa coleta de dados ocorreu do dia 24 ao dia 27 de fevereiro de 2020. Nossas ferramentas de trabalho eram: uma câmera fotográfica da professora Flávia Melo, um iPad do professor José Miguel e meu celular. Assim, realizamos o primeiro passo metodológico de nosso trabalho: a fotografia dos Boletins de Ocorrência. Conseguimos coletar dados registrados entre 01/01/2014 a 31/12/2019, sendo 5 livros de ocorrências típicas, 2 livros de ocorrências especializadas, formulários impressos que correspondem aos períodos de junho a dezembro de 2019. Ao todo, foram identificados 3500 Boletins de Ocorrências que continham vítimas mulheres.

No primeiro dia de trabalho, fomos apenas a professora Flávia Melo e eu. Recordo-me que o profissional da Delegacia abordou a professora desejando saber que tipo de serviço ela procurava, ao que a professora respondeu explicando o trabalho que estávamos realizando na delegacia. No segundo dia, contamos com a presença do professor José Miguel. Neste dia, uma cena me chamou a atenção para a forma com que estavam lidando os profissionais de segurança

pública em relação à Lei Maria da Penha e as violências que ocorrem contra as mulheres daquela cidade. Enquanto estávamos na recepção da Delegacia fotografando os livros, dois profissionais de segurança pública — ambos de aproximadamente 45 anos, ao menos um deles é não indígena — vieram do interior da Delegacia ao nosso encontro. No que entendo ser uma tentativa de reforçar a gravidade de violências físicas contra mulheres, principalmente no período de carnaval, o investigador instruiu o policial dizendo: “Se acontecer algo grave aí você avisa. Mas só algo grave mesmo”. No entanto, após uns 5 minutos, olhando para a professora Flávia Melo e para mim que estávamos sentadas próximas às portas do banheiro e de frente para o professor José Miguel (que estava sentado na cadeira da recepção na parede oposta), o investigador retoma:

- Maria da Penha, se a mulher estiver toda arrebatada, machucada e você quiser representar aí você chama (**profissional não indígena**)
- E o José da Penha? [risadas entre os dois] (**profissional**)
- João da Penha... (**profissional não indígena**)

Observei, nesse mesmo dia, que no interior da delegacia, entre a sala da delegada e a do investigador, havia um mural com duas folhas anexadas informando o plantão da polícia civil durante o período de carnaval. Nestes papéis havia duas instruções. A primeira dizia respeito ao plantão das 9h às 12h, em que os funcionários deveriam fazer os registros dos Boletins de Ocorrências e informar no grupo da polícia as ocorrências da madrugada e do dia atual. A segunda era referente à equipe ficar de sobreaviso para qualquer eventualidade, como algum caso de afogamento, homicídio, encontro de cadáver, lesão corporal no trânsito. Caso estes eventos acontecessem, havia uma lista de procedimentos que os profissionais deveriam seguir, a saber:

- a) ir imediatamente ao local para tirar fotos e saber a gravidade da situação
- b) registrar as fotografias
- c) colocar todas as informações no grupo
- d) expedir BO e SVO ou corpo de delito do caso
- e) levar papel e caneta para anotar nomes de testemunhas do caso
- f) notificar e ouvir as testemunhas ainda durante o plantão, dependendo do caso (homicídio, encontro de cadáver, afogamento)
- g) abuso sexual infantil é **urgente**, portanto, informar o Conselho Tutelar e expedir a requisição de conjunção carnal. Informar a delegada
- h) crimes de violência física contra a mulher:
 - I fazer BO, II expedir requisição de corpo de delito, III ouvir a vítima.

Essas informações são importantes para entendermos o funcionamento do trabalho policial da cidade em casos específicos de crimes. Desse modo, ajuda a criar uma imagem do trabalho realizado pelos profissionais de segurança pública no caso de Francisca, Sarah e Kátia que veremos no próximo capítulo. Especialmente no que diz respeito à produção de fotografias.

No terceiro dia, tivemos a presença de Elizângela Baré, que nos ajudou a fotografar os Boletins e também aprendeu sobre a estrutura daquele documento. No último dia, fui sozinha e quando cheguei na delegacia, o investigador estava realizando um BO e me olhou quando entrei. Vi os livros em cima da mesa, do mesmo jeito que havíamos deixado na manhã anterior, dei a volta por trás do profissional e comecei a fotografar os BOs segundos depois que o denunciante saiu da Delegacia. Depois de aproximadamente 20 minutos de trabalho, o profissional da Delegacia, que na ocasião descobri ser técnico de enfermagem, veio falar comigo. Deu a volta por trás da mesa, tocou meus ombros e, desconfiado, perguntou como estava indo meu trabalho, que tipo de pesquisa eu estava realizando, de qual universidade eu era e onde eu estava residindo. Quando suas perguntas foram respondidas, o profissional da Delegacia me disse para ficar à vontade e foi até o centro da recepção ao encontro de uma mulher e um jovem.

1.2.1 Inquéritos Policiais

Após uma semana de trabalho com os BOs, a professora Flávia Melo possibilitou, por meio de uma articulação com a delegada da cidade, que eu também fotografasse os Inquéritos Policiais com vítimas mulheres. Nossa equipe de pesquisa, sob orientação da professora, delimitou cinco incidências penais para o trabalho com os Inquéritos, a saber: feminicídio, estupro de vulneráveis e de mulheres, lesão corporal grave, exploração sexual e tráfico de pessoas, e se ateu aos documentos referentes ao recorte temporal de 2010 até 2020²⁴. Nosso interesse nessas incidências penais era atender aos objetivos de minha pesquisa de mestrado, a qual envolve a violência sexual e o feminicídio de mulheres indígenas em São Gabriel, assim como contemplar o campo de pesquisa do projeto “Gênero e Violência contra mulheres indígenas na cidade de São Gabriel da Cachoeira”, coordenado pelo professor José Miguel em parceria com o DMIRN, o ISA e o OVGAM.

Para a realização e desenvolvimento de minha pesquisa, foi necessário conhecer como a trilha de documentos (MORAWSKA, 2014) de segurança pública produz o corpo morto e violentado. O Inquérito Policial é um documento múltiplo, que dá algumas pistas sobre trabalhos realizados em algumas instâncias do Estado, como por exemplo, o trabalho realizado

²⁴ A escolha por trabalhar com IPs e, posteriormente, com DOs no período de dez anos deve-se ao fato de termos concentrado no OVGAM BOs neste mesmo período de tempo. Assim, a ideia era de termos documentos da Segurança Pública sobre violências contra mulheres para que pudéssemos contabilizar e qualificar as violências, além de produzir um banco de dados que instigue novas pesquisas no interior do Amazonas, especialmente na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Desse modo, minha dissertação compõe também os trabalhos realizados pelo OVGAM.

por peritas no Hospital de Guarnição, o de policiais e o do delegado de polícia na Delegacia, além de apresentar testemunhos de moradores da cidade, por meio do texto redigido pelo escrivão de polícia. A construção da trajetória burocrática (FERREIRA, 2009, p. 28) a respeito de mulheres mortas e violentadas sexualmente torna-se fundamental para compreender como a informação da violência sexual é trabalhada na produção dos documentos.

A fim de adentrarmos essa trajetória burocrática, cabe esclarecer que o Inquérito Policial²⁵ é um compilado de vários documentos sobre o suposto crime. Nele estão presentes: uma cópia dos documentos da vítima e do indiciado (quando identificado); o *Termo de Declaração*²⁶ que apresenta o relato da denúncia; o *Auto de Identificação e Interrogatório*, que documenta os questionamentos ao indiciado sobre os atos de sua acusação; o *Mandado de Prisão Preventiva*; o *Exame de Corpo de Delito*; fotos da cena do crime e de corpos mortos, entre outros. Cada Inquérito apresenta documentos particulares sobre o ocorrido e todos eles contêm uma capa identificada com o nome da vítima, o nome do indiciado, a incidência penal e o ano. Os inquéritos eram separados em pastas por ano. Essa organização facilitou o meu trabalho de seleção dos documentos, minimizando, assim, o esforço para fotografar as diversas páginas (entre 5 e 50 em cada Inquérito) que estavam contidas em diversas pastas (43 pastas, considerando os que estavam soltos nas prateleiras) no arquivo físico da Delegacia.

Dos Inquéritos registrados por mim, 402 dizem respeito a crimes contra a mulher, a criança e ao idoso. Neles aparecem 42 tipos de delitos relacionados à Delegacia de Polícia Especializada, por exemplo: “Lei Maria da Penha”, “corrupção de menores”, “estupro de vulnerável”, “homicídio tentado”, “roubo e estupro”, “abuso sexual”, “importunação sexual”, “abandono de incapaz”, “exploração sexual e estupro de vulnerável”, “estupro majorado”, “estupro yanomami”, “lesão corporal grave”. Outros apareciam apenas com o Código Penal “Art 240 e 241L 8069/90” (referente à pornografia infantil/adolescente), “Art 243 L8069/90” (referente a dar bebidas alcoólicas a menores). Encontrei também alguns Inquéritos identificados como “atípico enforcamento”, “atípico afogamento”²⁷. Dos 402 Inquéritos encontrados, 233 correspondem à “Lei Maria da Penha”, 23 a “estupros”, 58 a “estupro de

²⁵ Para maior análise sobre IP no Brasil, ver: Misse, 2011; Vidal, 2013; Lowenkron & Ferreira, 2020. Para estudos sobre os cuidados e procedimentos na realização de um IP ver: Código de Processo Penal.

²⁶ O uso de itálico faz referência aos documentos que compõem os Inquéritos Policiais observados na Delegacia de Polícia e aos documentos que foram encontrados junto com as Declarações de Óbito na Vigilância Epidemiológica.

²⁷ É interessante ressaltar que encontrei, na Vigilância Epidemiológica, algumas Declarações de Óbito relacionadas a suicídios por meio de enforcamento e afogamento. Nas vezes que perguntei sobre violência sexual na cidade, a profissional da Vigilância me relatou que suicídios por meio de enforcamentos e afogamentos eram bem mais recorrentes que os casos de violência sexual.

vulnerável”, 6 a “importunação sexual”, 4 a “lesão corporal grave” e outros 78 IPs dizem respeito a delitos contra a pessoa idosa, afogamentos, enforcamentos, entre outros, todos entre o ano de 2010 até dia 08 de abril de 2020²⁸.

Inquéritos Policiais da Delegacia Especializada de São Gabriel da Cachoeira - AM (2010-2020)

Lei Maria da Penha	233
Estupros	23
Estupros de vulnerável	58
Importunação sexual	6
Lesão corporal grave	4
Outros delitos	78
Total de Inquéritos	402

Tabela 1: Tabela elaborada pela autora tomando como base os Inquéritos Policiais encontrados na Delegacia de São Gabriel da Cachoeira, 2020.

Essa segunda fase da coleta de dados foi realizada por mim na Delegacia de São Gabriel, para onde eu me deslocava três vezes na semana, geralmente no período da manhã, ao longo de, aproximadamente, dois meses. Diferentemente do trabalho realizado com os Boletins de Ocorrências e também com as Declarações de Óbito que veremos a seguir, realizei todas as fotografias dos Inquéritos no “conforto”²⁹. Longe dos estagiários da recepção, escrivães e investigador de polícia, eu estava também distante da população que procurava pelos serviços da Delegacia. Raramente eu encontrava a delegada e, poucas vezes, conseguia conversar com algum funcionário da Delegacia. Ficou evidente, para mim, que o trabalho era muito mais sigiloso do que havíamos realizado antes com os Boletins de Ocorrência. Sigiloso, solitário e doloroso devido ao conteúdo informado nos documentos.

É importante dizer que também me foi dado acesso à sala de arquivos onde encontrei os Inquéritos Policiais correspondentes à DEP e à DIP, além de Laudos Cadavéricos, *Medidas Protetivas*, entre outros documentos observados. Com a intenção de investigar como a violência sexual era abordada nos IPs, especificamente os de Francisca e Sarah, fotografei cada Inquérito

²⁸ Como pontua Flávia Melo (2008), existem diversas razões pelas quais, muitas vezes, casos de violência não são comunicados pelas mulheres nas delegacias de polícia. E, por vezes, também não são registradas por agentes do Estado, ocasionando a não instituição de Boletins de Ocorrência e Inquéritos Policiais. Desta forma, os números e delitos apresentados são referentes àqueles comunicados e registrados como tal na Delegacia de Polícia e não correspondem à realidade do cotidiano de mulheres na cidade.

²⁹ Essa sala fica em frente à sala da delegada e é chamada pelos funcionários da Delegacia de “conforto”, porque é onde os policiais descansam durante o trabalho noturno, dispendo de três camas dentro e um banheiro. Com o passar dos dias, a sala ficou repleta de Inquéritos que eu retirava da sala de arquivo, localizada ao lado dos banheiros, na recepção. No último mês de minha pesquisa, a sala também contou com o armazenamento de diversos materiais (capas de celulares, brinquedos, entre outros) apreendidos pela polícia.

em ordem decrescente, ou seja, iniciei com o ano de 2019³⁰ e segui até o ano de 2010. Na expectativa de encontrar os Inquéritos nas pastas referentes ao ano de 2016, estranhei a ausência dos IPs do caso de Francisca e Sarah nas pastas cujos documentos foram fotografados. No último dia em que realizei trabalho de campo na Delegacia, fui informada pela delegada que os Inquéritos de Francisca e Sarah existiam e assim que fossem localizados, eu poderia acessá-los. Posteriormente, fui informada pelo profissional da Delegacia que os Inquéritos de 2016³¹ não estavam no local. Quando perguntei onde estavam, não obtive resposta. Depois de ter acessado todo o material disponibilizado pela DIP de São Gabriel da Cachoeira e realizado a coleta de informações, iniciei, em julho, já de volta a São Paulo, o processo de organização desses materiais.

Sistematizei estes documentos averiguando quais correspondiam às mulheres indígenas adultas e quais estavam relacionados à cidade. Fazer um trabalho em que os Inquéritos Policiais e as Declarações de Óbito de Francisca e Sarah pudessem ser comparados, complementados ou relacionados se tornou inviável. No entanto, armazenei em fotos 20 Inquéritos correspondentes a violência sexual e 4 correspondentes a feminicídio³². Destes, escolhi um para a análise. A escolha baseia-se na intersecção entre os dois delitos (feminicídio e estupro) e também na minha escolha pessoal de trabalhar com o mínimo possível de Inquéritos, já que eu estava sendo afetada pelo conteúdo que encontrava nesses documentos durante o processo de fotografar, organizar e classificar os papéis. Realizei toda a organização desses materiais na Faculdade de Saúde Pública durante os meses de junho e julho, e pude separar o ambiente em que trabalhava com a violência e o ambiente em que eu vivia e dormia. Lidar com os Inquéritos Policiais em casa se tornou algo extremamente penoso devido ao conteúdo que era apresentado nos documentos: *Termos de Declaração* e fotos provocaram sensações e pesadelos que, misturadas ao isolamento social, se tornaram mais difíceis de suportar. Dessa maneira, tornou-se fundamental esvaziar a minha casa de toda violência apresentada nos papéis (digitais) e me transportar para um local distante, de trabalho, em que eu pudesse lidar melhor com seus conteúdos³³.

³⁰ Iniciei fotografando os Inquéritos de 2019 porque os de 2020 ainda estavam sendo produzidos. A escolha pela ordem decrescente justifica-se por privilegiar os casos mais recentes no município.

³¹ Ressalto que encontrei 15 inquéritos referentes ao delito “Lei Maria da Penha”, 6 referentes a “estupro de vulnerável” e 1 a “homicídio qualificado” correspondentes ao ano de 2016.

³² Foram encontrados 18 Inquéritos Policiais referentes a feminicídio e 29 Inquéritos referentes a estupro. No entanto, devido à qualidade da internet em São Gabriel da Cachoeira, ao fazer o armazenamento das fotos dos Inquéritos, 23 deles se perderam.

³³ Ressalto também que todas as medidas de segurança sanitária foram tomadas por mim e pela Universidade em todo o período que estive analisando os Inquéritos.

O Inquérito Policial escolhido para a análise apresenta uma multiplicidade de documentos que me ajuda a compreender como o crime de estupro foi elaborado nesse caso específico. Ademais, esse caso me ajuda a imaginar, por meio de aproximações e distanciamentos, o caso de Francisca e Sarah na medida em que me proporciona outras dimensões e perspectivas da violência contra as mulheres e de suas reelaborações documentais e institucionais. Entender esses três casos implica em conhecer melhor como a violência sexual é elaborada por agentes do Estado, bem como compreender melhor a concepção de violência e de Estado na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Além disso, é possível notar estratégias de resistência das três mulheres que foram mortas, como também das *parentas* vivas que produzem tensões e saberes em relação ao Estado.

O Inquérito Policial é um documento importante para essa pesquisa, pois permite a análise de relatos de moradores da cidade, por meio do que escreve o escrivão de polícia nos *Termos de Declaração* e no *Auto de Identificação e Interrogatório*, bem como proporciona relatos de profissionais da segurança pública através do *Auto de Prisão em Flagrante Delito* e do *Relatório* escrito pelo delegado. Possibilita, ainda, a análise de saberes do campo médico quando o Inquérito contém *Declaração de Óbito*, *Certidão de Verificação de Óbito*, *Exame de Corpo de Delito*. O Inquérito escolhido, não aleatoriamente, me permite refletir sobre o trabalho realizado pela polícia e pelo Hospital de Guarnição e ainda, me permite pensar sobre o que dizem as testemunhas ouvidas pelo escrivão de polícia. A discussão sobre o Inquérito Policial de Kátia será realizada no segundo capítulo.

1.3 Caminhos institucionais em busca das Declarações de Óbito

Em trabalho de campo realizado em 2017, José Miguel Olivar fez um levantamento institucional sobre casos de violência sexual e feminicídios – viabilizado pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) – de modo que pôde perceber a confusa organização institucional de registro e seguimento de casos, além da inconsistência e do desaparecimento de dados. Nesse exercício, ele buscou especialmente as Declarações de Óbito de dois assassinatos vivenciados de forma próxima durante seu trabalho de campo em 2016 (Francisca e Sarah) e que, segundo notícias, relatos de mulheres e familiares, estavam associados a violência sexual (OLIVAR et al, no prelo, p. 29). Para compreender a produção documental no campo médico, ou seja, entender como são produzidas as Declarações de Óbito do município, busquei acesso a tais documentos na Secretaria Municipal de Saúde.

Na primeira vez que fui até a instituição, localizada no bairro da Praia, eu consegui falar por três minutos com a subsecretária, uma mulher “branca” de aproximadamente 35 anos. Ela aconselhou-me a voltar no dia seguinte porque não conseguiria me atender naquele momento. Na minha segunda tentativa, fui com a graduanda Danielle Ichikura e encontramos o secretário de saúde, também branco e com idade similar à da subsecretária. Em sua sala, contei-lhe sobre minha pesquisa e fui informada de que as Declarações de Óbito referentes às mulheres indígenas estavam no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), mas o secretário me aconselhou a entregar-lhe uma carta de apresentação para análise, pois, assim, possivelmente eu conseguiria autorização para realizar minha pesquisa naquela instituição.

Mesmo com a fala do secretário, eu estava receosa quanto à aprovação de minha pesquisa na instituição. Lembrei que o professor José Miguel havia relatado que o acesso aos documentos em 2017 foi prontamente autorizado e que, especificamente na SEMSA, eu não tinha nenhuma rede de amigos para me auxiliar diretamente nos trâmites para realização de minha pesquisa. O que me confortava era que José Miguel estava em campo comigo por um período de 15 dias, tornando possível, naquele mesmo dia, a elaboração em conjunto de uma carta de apresentação para, no dia seguinte, deixar aos cuidados da subsecretária para que pudessem avaliar minha solicitação.

Enquanto isso, segui o caminho sugerido pelo secretário de saúde municipal e fui até o DSEI-ARN com a intenção de entender a produção e o arquivamento desses documentos. Na companhia de Danielle Ichikura, desloquei-me até a instituição, no bairro da Praia. Danielle já conhecia o prédio do DSEI por conta de seu trabalho de campo, iniciado aproximadamente 15 dias antes do meu na cidade³⁴. Apesar de ser um contexto distinto daquele vivenciado por nós duas em São Paulo, estar acompanhada de Danielle me trazia certa segurança em relação aos seus conhecimentos sobre gestão e saúde pública devido aos anos de formação no curso de Saúde Pública da USP. Ela também conhecia a recepcionista que tinha formação em enfermagem, o que facilitou nosso contato com a representante do coordenador da instituição, o médico Franklin Quirino, hoje falecido, que atuava como legista e teve sua assinatura encontrada em algumas das Declarações de Óbitos consultadas. Não havíamos marcado nenhuma reunião, e nunca havíamos conversado antes com o coordenador ou com outro

³⁴ Danielle realizou uma pesquisa de Iniciação Científica, no ano de 2020, em São Gabriel da Cachoeira, sobre os processos de institucionalização do parto e violência obstétrica em mulheres indígenas no alto rio Negro, especificamente de etnia Yanomami, pela perspectiva de uma enfermeira que também atua como coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-YA).

membro do corpo diretivo, então a relação já estabelecida com a funcionária da instituição, que gentilmente solicitou nosso atendimento, foi fundamental.

A recepcionista nos informou que o coordenador estava realizando uma viagem a trabalho e não conseguiríamos falar com ele, mas que havia uma mulher que estava o representando nesse período em que viajava e que poderíamos falar com ela. A porta da sala abriu e saiu uma mulher. Antes que Danielle e eu nos levantássemos, a representante do coordenador também foi até a porta e nos chamou. Ela era uma mulher branca, de aproximadamente 55 anos, que me pareceu gostar muito de falar. Quando entramos na sala, chamou nossa atenção para a bela vista da praia que era possível ver através da janela de vidro. Em seguida, perguntou o que desejávamos e então explicamos nossos interesses de pesquisa e aproveitei para saber um pouco mais sobre o funcionamento do Hospital de Guarnição.

- onde são produzidas as Declarações de Óbito? **(eu)**
- são produzidas em quatro lugares. **(representante da instituição)**
- mas as mesmas Declarações que tem aqui tem nos outros lugares? **(eu)**
- não, se a pessoa morre na terra indígena a DO fica no DSEI, se no hospital no hospital, se na cidade na secretaria. Na secretaria ficam todas as Declarações de Óbito. **(representante da instituição)**
- E tem outros documentos que são produzidos no hospital a respeito de pessoas mortas? **(eu)**
- Tem só os prontuários. **(representante da instituição)**
- E o que são esses prontuários? **(eu)**
- São documentos que, por exemplo, apresenta a causa de morte materna ou da criança... **(representante da instituição)**
- E documentos sobre o armazenamento de corpos na geladeira do hospital?³⁵ **(eu)**
- Geladeira? Não, não tem necrotério lá no hospital. **(representante da instituição)**

No decorrer da conversa, ela contou-me sobre um caso que aconteceu alguns meses antes de minha chegada em São Gabriel. Nessa história, a Secretária de Saúde queria que o DSEI-ARN “adotasse o óbito” de uma menina que foi encontrada no rio Negro, mas ressaltou que não podiam “adotar” porque ninguém foi reclamar o corpo, ressaltando a questão da tríplice fronteira que indica que o corpo poderia ter vindo inclusive da Colômbia ou Venezuela e que seria a Secretaria a instituição com a responsabilidade de assumir a Declaração do Óbito. O fluxo de notificação de óbitos entre povos indígenas residentes em comunidades é realizado pelo DSEI-ARN e o Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-YA). Posteriormente, as notificações são encaminhadas para a SEMSA. A notificação de óbito de pessoas que vivem no centro urbano de São Gabriel é feita pela UBS do território ou pelo HGU. A representante do DSEI me explicou que o município [SEMSA] não sabe muito bem como

³⁵ Em conversas com duas colegas, foi mencionada uma “geladeira” em que seriam colocados cadáveres no Hospital de Guarnição da cidade. Quando questionadas sobre a geladeira, não afirmaram sua existência ou forma de funcionamento porque nunca a viram e nem conhecem alguém que a tenha visto.

proceder quando os óbitos são de pessoas advindas da Colômbia e da Venezuela e daquelas que não são identificadas.

Desde minha conversa com o secretário de saúde, notei que há algumas incongruências relacionadas às Declarações de Óbitos. No diálogo que segue abaixo, bem como o que já havia me elucidado a representante do DSEI sobre a produção das DOs, fica mais notório a pouca articulação em rede das instituições.

- O que acontece com esses corpos não reconhecidos e não reclamados? **(eu)**
- Não sei o que aconteceu nesse caso, porque não tem onde armazenar os corpos aqui na cidade. **(representante da instituição)**
- Nem no hospital tem onde armazenar? **(eu)**
- Não, na verdade no hospital eu não sei por que eu não sou daqui de São Gabriel. Mas ninguém sabe muito bem o que acontece no hospital. **(representante da instituição)**

Essa conversa com a representante do DSEI me instigou a procurar mais informações sobre o Hospital de Guarnição da cidade para poder compreender quais procedimentos são realizados em casos como o mencionado acima em que é preciso de tempo, por isso o armazenamento e/ou registros do corpo, para obter informações que dizem respeito à pessoa morta e as causas que envolvem sua morte. No dia 20 de fevereiro, quando saí da Delegacia, fui até o HGU, também localizado no bairro Dabaru³⁶. O HGU é um prédio grande, capaz de ser visto antes mesmo de adentrar ao bairro. É o único Hospital da cidade e sua administração é realizada pelo estado do Amazonas em conjunto com o Exército Brasileiro. Em São Gabriel há a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, que segundo Leirner (2012) é uma unidade militar cuja extensão pode conter cerca de 3 a 5 batalhões³⁷.

Quando me aproximo do Hospital, vejo alguns homens adultos, militares, fardados conversando na porta da entrada de emergência. Dei meia volta e encontrei outra entrada. Nesta havia dois militares fardados, mas jovens. Saí e aguardei do lado de fora. Quando eles saíram, entrei e fui surpreendida pelo militar de aproximadamente 20 anos na recepção a quem expliquei minha pesquisa e solicitei informações para conseguir realizar um trabalho de campo na instituição. Enquanto conversava com o recepcionista, três militares fardados passaram por mim. Nesse momento, entendi o que significava um “Hospital do Exército” que tanto ouvia falar. A maioria dos funcionários que encontrei naquele dia eram militares e atuavam como médicos, enfermeiros e recepcionistas.

³⁶ Segundo Lasmar (2005) esse bairro é formado por pessoas vindas das comunidades e é tido como um bairro indígena. No início da pandemia em São Gabriel da Cachoeira (abril de 2020), o bairro Dabaru foi o que mais apresentava casos confirmados da doença.

³⁷ Leirner (p. 46, 2012) ao chegar em SGC descreve a paisagem entre o aeroporto até o centro da cidade e, neste percurso, o autor identifica a polícia federal, viaturas do exército, área militar da aeronáutica, radar de Sistema de Vigilância da Amazônia, brigada do exército, duas áreas militares de residência do exército, batalhão do exército.

Após aguardar sentada nas cadeiras do corredor da recepção, o recepcionista me informou que a diretora não estava no Hospital e que, por isso, eu deveria retornar no dia seguinte para que pudesse conversar com ela sobre minha pesquisa e saber dos procedimentos para a realização do trabalho de campo. Nesse momento, outro militar que trabalha no setor de dengue e malária aproximou-se querendo saber o que estava acontecendo. Depois de explicar a ele minha pesquisa, perguntei se no HGU também são preenchidas e arquivadas as Declarações de Óbito. Respondendo positivamente, o militar do setor de dengue e malária me diz que também posso encontrar as Declarações na Secretaria de Saúde e na Vigilância Epidemiológica.

No dia seguinte era outro jovem, militar, que estava na recepção. Expliquei o que desejava e solicitei falar com a diretora do Hospital. Assustado, o jovem chama outro militar e diz “ela quer falar com a diretora”. Este segundo chamou um terceiro militar que me perguntou: “você é quem veio ontem e ficou sentada aqui, né?! Pode entrar, a diretora está atendendo alguns casos oficiais e depois ela fala com você”.

Esse militar me levou até a porta à esquerda do corredor em que aguardei no dia anterior. Era outra sala de espera, mais parecida como um hall de entrada para outras duas salas. Nesse hall havia uma pequena recepção com uma mulher que pediu para que eu aguardasse a diretora do HGU. Sentada em um pequeno sofá, esperei por quase trinta minutos até que uma mulher loira de olhos verdes, vestida com um jaleco verde bordado “major” perguntou o que eu desejava saber. Em seguida, disse que eu precisaria de um ofício da universidade explicando meus objetivos de pesquisa, mas ressaltou que eu poderia aguardar a diretora para conversar.

Diversos militares, a maioria homens, circulavam pelo hall em que eu estava. Nas vezes em que a recepcionista perguntava com quem a diretora estava, os militares diziam: “Hum quando é com o [...]”, referindo-se à demora da reunião. Depois de quarenta minutos de espera, eu disse para a recepcionista que voltaria outro dia; nesse momento, a major que estava passando pelo hall me disse para esperar mais uns minutinhos que a diretora viria falar comigo. Após um minuto, a major retornou e disse que de fato eu deveria ter um ofício da Universidade solicitando minha entrada no Hospital e explicando minha pesquisa. Esse ofício deveria ser entregue no HGU e uma cópia deveria ser enviada à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SESAM) porque, segundo a major, o hospital funciona “de instituição para instituição”.

Chegando no ISA, local em que eu estava alojada, escrevi o ofício e no dia seguinte, quando fui para a Delegacia, eu passei no HGU para deixar o documento aos cuidados do Hospital. Na recepção, o jovem militar perguntou se eu tinha uma cópia do documento e diante de minha resposta negativa ele convidou-me a acompanhá-lo até as dependências internas do

HGU. Atravessamos um longo corredor que conecta a recepção, o hall de entrada para a sala da diretora e a ala de emergência do hospital. O corredor leva a uma passarela em um espaço descoberto e conecta a um novo corredor (muito menor) que leva para algumas salas. Sempre caminhando à direita do militar e uns dois passos atrás, entramos pela porta que estava bem de frente com a passarela. Na sala havia várias baias ocupadas por outros militares, dentre eles havia uma mulher que também é militar.

Todos me olharam quando entrei na sala. Enquanto eu olhava a imensa quantidade de pastas nas prateleiras encostadas na parede à minha frente, o militar que eu acompanhava parou em uma das baias. Ali, ele começou a brincar com mais três militares, inclusive a mulher e fez também uma xerox de meu ofício, carimbou e assinou os dois documentos como recebido, me deu um dos papéis e disse que naquele momento era só aguardar a avaliação da diretora e me acompanhou até a saída do Hospital.

Uma semana depois, retornei ao HGU para saber se já haviam avaliado o meu pedido, mas a diretora não estava. Por mais duas semanas fui ao local, mas nunca obtive nenhuma resposta além da informação de que a diretora não estava na instituição naquele dia e de que o meu pedido ainda não havia sido avaliado por ela. Nesse momento, recordei de Leirner (2012), que aponta que os trabalhos acadêmicos realizados com militares são, no mínimo, complicados, justamente por conta dos pedidos de autorização que, frequentemente, são estratégias para dificultar a pesquisa³⁸. Dessa forma, considerei que não haveria muito tempo para a realização do trabalho de campo no Hospital caso ele fosse aprovado nos dias decorrentes, tampouco parecia viável a aprovação de meu trabalho na instituição com os alardes legítimos a respeito da pandemia que havia chegado ao Brasil. Sendo assim, não retornei mais no Hospital para ter alguma resposta sobre meu pedido e até o momento, também não fui contatada por nenhum membro da instituição a respeito de minha pesquisa.

Após deixar minha carta de apresentação na SEMSA, retornei depois de três dias à instituição. Fui atendida pela subsecretária que me avisou que havia se esquecido de entregar minha carta ao secretário. Antes mesmo que eu pudesse me chatear com a informação, ela,

³⁸ “Havia, desde há algum tempo, uma constatação quase unânime entre pesquisadores da área (Castro; Leirner, 2009), a respeito das inúmeras estratégias de complicação que os militares usam para dificultar pesquisas a seu respeito. A mais usual é um circuito interminável de pedidos e autorizações que têm que subir e descer na cadeia de comando, formando um conjunto de dispositivos de troca de documentação que acaba, por fim, desgastando ou esfriando autorizações, pedidos, ofícios, memorandos no meio da hierarquia militar. [...] O artifício de se pedir uma autorização superior, neste caso, é uma clara evidência que se quer despistar o antropólogo de uma maneira polida. Quase sempre isso acontece, quando se resolve fazer o contato pelas vias burocráticas formais” (Leirner, p. 47, 2021).

sentada em sua mesa, disse-me que ligaria naquele momento para o secretário e que eu poderia aguardar sentada ao seu lado. Ela leu minha carta de apresentação para ele e, ao desligar, informou-me que as Declarações de Óbito ficam na Vigilância Epidemiológica (VE), e que se a profissional de lá autorizasse meu trabalho, o secretário de saúde não iria se opor. Então ligou para sua colega da VE, que pediu para eu ir (com a carta de apresentação) até o Centro de Referência Especializada Ambulatorial (CREAM), cujo setor de Vigilância Epidemiológica do município concentrava as Declarações de Óbito.

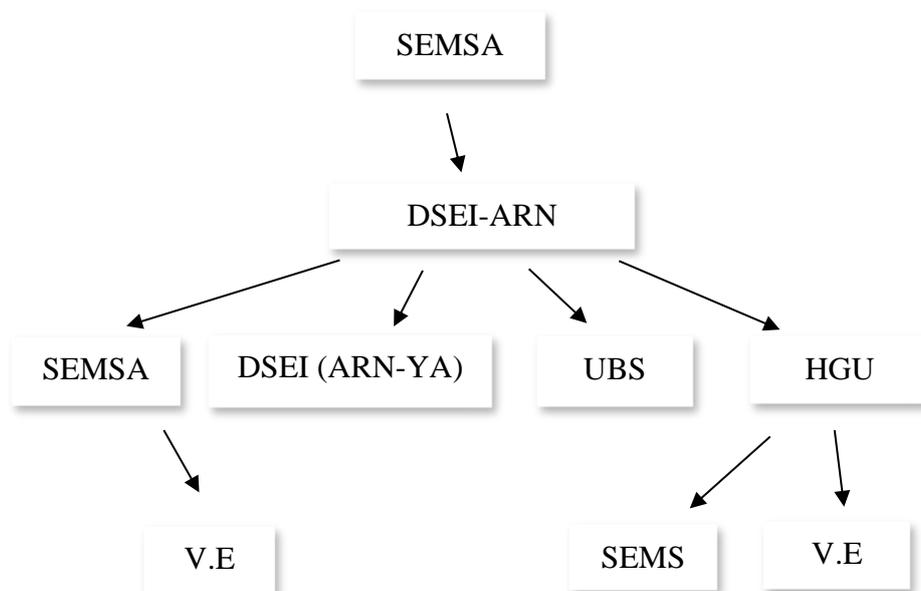
O que descrevo até agora são portas, cartas, caminhos, instâncias para poder ter acesso aos documentos e ao interior da instituição. O caminho percorrido para ter acesso ao interior da VE foi diferente do realizado com a Delegacia de Polícia, o que reflete em todo processo de trabalho de campo online e presencial no ano de 2021, como veremos no próximo capítulo. A relação que eu estava construindo com a Vigilância era, especialmente, formal e institucional, enquanto com a Delegacia tive redes de afeto que contribuíram para criar uma relação de confiança e, portanto, um acesso bem mais rápido e fácil – mesmo que me houvessem sido solicitadas cartas de apresentação³⁹. Essas redes de afetos consistem nos laços de amizade entre o professor José Miguel e a ex-coordenadora do DMIRN, Elizângela Baré e a comunicadora social, Juliana Radler, que possibilitaram as primeiras conversas com a delegada que atuava na cidade. Posteriormente, todo o conhecimento e a experiência da professora Flávia Melo facilitaram minha relação com os profissionais da segurança pública e com os documentos produzidos pela instituição.

A subsecretária ensinou-me como chegar ao CREAM, que fica no centro da cidade. Quando lá cheguei, a funcionária da recepção indicou-me a porta por onde eu deveria entrar. Assim feito, adentrei a sala bem pequena, com três funcionários, e perguntei onde encontraria a profissional da Vigilância. O homem que estava na mesa mais próxima a mim me disse que poderia entrar e indicou outra porta que me levaria à sala desejada. Entrei e me apresentei. A profissional da Vigilância me pediu para sentar e começou a ler minha carta de apresentação, enquanto eu reparava que, além de pequena, a sala tinha apenas uma janela com pouquíssima entrada de ar. Fiquei pensando o quanto poderia ser estressante trabalhar com mais duas pessoas (um homem e uma mulher) naquele ambiente e, ainda, dividir o espaço com armários e inúmeras pastas.

³⁹ Para discussões sobre redes de apoio e autorizações judiciais para a realização de trabalho de campo em instâncias do Estado, ver Cilmara Veiga (2018) e Laura Lowenkron (2015).

Uma vez terminada a leitura, ela me perguntou: “mas você quer acesso ao arquivo ou às Declarações físicas? Porque as físicas são todas aquelas ali (apontando para a prateleira cheia de caixas com as identificações “DO’s 2010”, “DO’s 2011”). Já no arquivo, sua análise será bem mais rápida, porque você pode selecionar por sexo, CID, comunidade. Eu só vou tirar o nome da vítima e do médico e posso disponibilizar o arquivo para você”, continuou. Então, expliquei-lhe que queria ter acesso ao físico para poder ver como o documento é formado, organizado e preenchido. Ela insistiu em dizer que esse era o caminho mais difícil e mais demorado, mas que, se era o que eu queria, estava autorizada a lidar com aquele monte de documentos.

**Instituições apontadas como contendo Declarações de Óbitos
São Gabriel da Cachoeira, 2020.**



Fluxograma 1: Produzido pela autora a partir dos caminhos institucionais percorridos em busca das Declarações de Óbitos em São Gabriel da Cachoeira.

1.3.1 Declaração de Óbito

A Declaração de Óbito é um documento do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) que procura colher informações de identificação pessoal da vítima, dados sobre o local da morte, identificação do médico que trabalhou no caso e, ainda, as condições e causas do óbito. Além de apresentar função legal, os dados de óbitos são utilizados para se ter conhecimento sobre a situação de saúde de determinada população e, assim, produzir ações que busquem melhorar essas condições⁴⁰.

Uma Declaração de Óbito apresenta o brasão da República Federativa do Brasil e a inscrição do Ministério da Saúde, junto com o número de série da Declaração ao lado do título do documento, “Declaração de Óbito”, centralizado no cabeçalho da folha. Em seguida, apresenta nove blocos de informações a serem assinaladas e preenchidas de forma escrita. O primeiro bloco corresponde a campos de identificação (nome, tipo de óbito, cartão do SUS, nome dos pais, naturalidade, data do óbito entre outras informações). O bloco II é denominado residência, o bloco III ocorrência, que procura especificar o local de ocorrência do óbito.

Em seguida há o bloco IV *fetal ou menor que 1 ano* e o bloco V *condições e causas do óbito*. Esse bloco é dividido em duas partes: a parte I apresenta um campo para que o médico informe a doença ou estado mórbido da vítima, ou seja, as causas da morte. Ao lado, há a indicação “*anote somente um diagnóstico por linha*”. Justaposta à linha que deve ser preenchida pelo médico, há um pequeno espaço para discriminar o tempo aproximado entre o início da doença e da morte e, ao lado deste, um espaço para indicar o CID (Classificação Internacional de Doenças). Abaixo, causas antecedentes, categoria correspondente aos estados mórbidos relacionados à causa da morte registrada, mencionando, em último lugar, a causa básica. Ao lado, três linhas para o registro conforme a linha acima. A parte II deve ser escrita pelo médico e refere-se a outras condições que também contribuíram para a causa da morte, mas que não foram mencionadas na parte anterior. Há duas linhas e, ao lado de cada uma delas, espaços como na parte I.

Já o sexto bloco, médico, diz respeito às informações do médico que atestou o óbito. O bloco VII, *causas externas*, tem campos para preenchimentos que visam identificar, por exemplo, se a morte ocorreu devido a suicídio, homicídio, acidente ou causas naturais; se foi acidente de trabalho; se a fonte de informação foi a polícia, hospital ou família. Também há,

⁴⁰ Disponível em <<<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/14/Declaracao-de-Obito-WEB.pdf>>>. Acesso 26/01/2021.

especificamente, o campo “*descrição sumária do evento*”, com um espaço a ser preenchido pelo médico e o tipo de local de ocorrência do acidente ou violência, com os campos a serem informados: via pública, endereço de residência, outro domicílio, estabelecimento comercial, outros e ignorado. O bloco VIII, cartório, deve especificar o cartório que fez o registro da Declaração, e por fim, o bloco IX localid. s/médico, que especifica o declarante e duas testemunhas.

Após a profissional de saúde realizar a leitura de minha carta de apresentação, perguntei se poderia fotografar as Declarações para agilizar o processo, explicando que estava fazendo o mesmo trabalho na Delegacia da cidade, ao que retorquiu ser proibido fotografar porque as Declarações de Óbito são sigilosas e somente um parente próximo poderia ter acesso. Porém, ela me disponibilizou sua mesa para que eu pudesse analisar cada Declaração, ao tempo que me esclareceu sobre o funcionamento da produção e circulação daqueles documentos.

- As Declarações de Óbito do DSEI também estão concentradas aqui? (eu)
- é tudo ligado (**profissional da Vigilância**)
- E quem atesta o óbito? (eu)
- ah depende da UBS [Unidade Básica de Saúde] da região. Se o cara morre em casa é o médico que atende no território, se morre no hospital é o médico que está de plantão (**profissional da Vigilância**)
- As DOs vêm tudo para cá? (eu)
- Sim (**profissional da Vigilância**)

Meu trabalho realizado na Vigilância era similar ao realizado na Delegacia apenas no que diz respeito às angústias relacionadas ao conteúdo dos documentos. Na Delegacia, enquanto fotografava os Inquéritos Policiais, eu batia os olhos sobre os *Termos de Declaração* e, muitas vezes de modo acidental, acabava lendo partes dos relatos das vítimas, pela perspectiva do escrivão, nesses documentos. As palavras transcritas no documento, em sua maioria de crianças vítimas de estupro, materializavam-se em vozes que se misturavam aos cânticos religiosos entoados pelas pessoas em cárcere na Delegacia durante a missa pela manhã. A maioria dos Inquéritos não apresentava qualquer tipo de foto, mas a narrativa desses *Termos de Declaração* era suficiente para que eu visualizasse as cenas relatadas. Na Vigilância Epidemiológica, a princípio, pensei que seria mais fácil lidar com os documentos, mesmo se tratando de Declarações de Óbito. No entanto, com a verificação de outros documentos anexados às DOs, deparei-me com histórias tão dolorosas quanto aquelas presentes nos Inquéritos. Ainda, por poucas vezes, encontrei *Declarações de Nascidos Vivos*, que estavam perdidas em meio às Declarações de Óbito e que contavam com a marca azul escura do pezinho dos bebês.

Tive de encontrar uma nova forma de trabalho com aqueles documentos. Diferente dos Inquéritos, eu teria que selecionar e estudar aqueles documentos dentro da sala da Vigilância. Como a análise era feita no momento e à mão, acabou sendo um trabalho lento e cansativo, pois se somava ao calor amazonense em uma sala sem ventilação e à tensão de estar sendo objeto de atenção das profissionais da Vigilância, que nunca me deixavam sozinha, além da circulação de funcionários na sala. O desconforto causado por não ter um local reservado para trabalhar e gerenciar minhas emoções com maior privacidade foi cedendo espaço aos pequenos vínculos e aprendizados que eu estava tendo com os profissionais de saúde naquela instituição. O trabalho feito nessa instituição era realizado três vezes por semana no período da tarde e teve duração de apenas sete dias, sendo o primeiro contato em 11 de março. As análises das DOs iniciaram-se no dia 16 de março e foram até o dia 20 do mesmo mês. Depois de uma pausa⁴¹ de 16 dias, retornei à Vigilância no dia 6 de abril e, no dia seguinte, encerrei o meu trabalho de campo na instituição.

No meu primeiro dia de trabalho na Vigilância, 16 de março, observei que as Declarações de Óbito ficavam em envelopes separados por mês de ocorrência. Os envelopes, por sua vez, estavam em pastas separadas por ano. Todas as Declarações de Óbito ficavam na pequena sala da Vigilância Epidemiológica e havia uma estante cheia de pastas. Para a análise desses documentos, eu observava quais eram registros de óbitos de mulheres, eliminando, desta forma, todos os óbitos de homens ou de recém-nascidos⁴². Observava também o campo que identifica o endereço da obituária, para analisar apenas as que viviam na cidade de São Gabriel, excluindo então as que viviam em comunidades indígenas. O campo que apresenta a causa da morte também foi fator excludente para minha análise. Todas aquelas, dentre as mulheres, que apresentavam a causa da morte relacionada a doenças cardiovasculares, respiratórias, acidentes com raios ou choques não foram analisadas por mim. Já as que apresentavam causa desconhecida, enforcamento, CID ou simplesmente estavam em branco eram selecionadas para que eu pudesse realizar análise completa. Dessa maneira, me atentei a três blocos pertencentes à Declaração de Óbito: o bloco dois, referente à identificação do falecido, o bloco três, que aponta a residência e, por fim, o bloco seis, que diz sobre as condições e causas do óbito.

⁴¹ Essa pausa deve-se às diversas reuniões que ocorreram na Vigilância Epidemiológica por conta do agravamento da Covid-19 no estado do Amazonas.

⁴² Observei que as Declarações de homens também eram preenchidas de forma negligente; muitas não apresentavam causa da morte.

A profissional da Vigilância que me recebeu na instituição disponibilizou sua mesa para que eu pudesse analisar as Declarações de Óbito, já que ela estava realizando o monitoramento de pessoas que estavam chegando de viagem em São Gabriel e participando de diversas reuniões de planejamento acerca da Covid-19. Peguei uma das pastas que estava na prateleira em que havia a descrição “DOs 2010”; dentro havia envelopes pardos indicando o mês referente às Declarações e, até o fim de meu trabalho na instituição, verifiquei a pasta “DOs 2016”.

Encontrei 20 Declarações de Óbito de mulheres, que apresentavam a causa da morte como: desconhecida, enforcamento, CID ou simplesmente estavam em branco. A maioria dessas DOs se referiam a mulheres que viviam em comunidades indígenas. Apenas duas delas eram referentes a mulheres que viviam na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Uma dessas DOs é de uma jovem que faleceu aos 17 anos no Hospital de Guarnição (HGU) da cidade, que teve a causa da morte definida como “enforcamento” e “suicídio indeterminado”. A outra DO é a de Sarah, que veremos no segundo capítulo dessa dissertação. A Declaração de Óbito de Francisca não foi encontrada por mim.

República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde
1ª VIA - SECRETARIA DE SAÚDE

Declaração de Óbito

I Censo
1. Censo: 1) Contorno, 2) Município, 3) UF, 4) Estado, 5) Data

II Identificação
6. Tipo de Óbito: 6.1) Tipo, 6.2) Causa SUS, 6.3) Naturalidade
7. Nome do falecido
8. Nome da mãe
9. Data de Nascimento: 9.1) Dia, 9.2) Mês, 9.3) Ano, 9.4) Hora, 9.5) Minuto, 9.6) Segundo
10. Sexo: 10.1) Masculino, 10.2) Feminino
11. Estado Civil: 11.1) Casado, 11.2) Solteiro, 11.3) Viúvo, 11.4) Separado, 11.5) Divorciado, 11.6) Não sabe
12. Ocupação habitual e nome do profissional (em atividade, morte ou aposentado)

III Residência
13. Logradouro (Rua, praça, avenida etc.): 13.1) Código, 13.2) Nome, 13.3) Complemento, 13.4) CEP
14. Bairro/Urbino: 14.1) Código, 14.2) Município de residência, 14.3) Código, 14.4) UF

IV Dependência
15. Local de ocorrência do óbito: 15.1) Hospital, 15.2) Outro estabelecimento, 15.3) Estrada, 15.4) Via pública, 15.5) Outro, 15.6) Ignorado
16. Estabelecimento: 16.1) Código
17. Endereço de ocorrência, na face do estabelecimento ou de residência (Rua, praça, avenida etc.): 17.1) Número, 17.2) Complemento, 17.3) CEP
18. Bairro/Urbino: 18.1) Código, 18.2) Município de ocorrência, 18.3) Código, 18.4) UF

V Falecido menor que 1 ano
PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO
19. Sexo: 19.1) Masculino, 19.2) Feminino
20. Esporadicidade (Por meio de estudo sorológico): 20.1) Sim, 20.2) Não, 20.3) Ignorado
21. Data de nascimento: 21.1) Dia, 21.2) Mês, 21.3) Ano
22. Tipo de gravidez (Em semanas): 22.1) Início de 22, 22.2) De 22 a 27, 22.3) De 28 a 31, 22.4) De 32 a 36, 22.5) De 37 a 41, 22.6) 42 a mais, 22.7) Ignorado
23. Tipo de gravidez: 23.1) Útero, 23.2) Extra-uterino, 23.3) Ignorado
24. Tipo de parto: 24.1) Normal, 24.2) Cesáreo, 24.3) Ignorado
25. Morte em relação ao parto: 25.1) Antes, 25.2) Durante, 25.3) Depois, 25.4) Ignorado
26. Peso ao nascer: 26.1) Número, 26.2) Nome do Doutor de Neotônio Virus

VI Condições e causas do óbito
ÓBITOS EM MULHERES
27. A morte ocorreu durante a gravidez, parto ou aborto? 27.1) Sim, 27.2) Não, 27.3) Ignorado
28. A morte ocorreu durante o puerpério? 28.1) Sim, 28.2) Não, 28.3) Ignorado
29. Assistência médica: 29.1) Não recebeu, 29.2) Recebeu durante o tempo que precedeu a morte?, 29.3) Não, 29.4) Ignorado
DIAGNÓSTICO CONFIRMADO POR:
30. Exame complementar? 30.1) Sim, 30.2) Não, 30.3) Ignorado
31. Orçugo? 31.1) Sim, 31.2) Não, 31.3) Ignorado
32. Necropsia? 32.1) Sim, 32.2) Não, 32.3) Ignorado
CAUSAS DA MORTE
33. Causas anteriores: 33.1) Sim, 33.2) Não, 33.3) Ignorado
34. Causa da morte: 34.1) Sim, 34.2) Não, 34.3) Ignorado
PARTE B
35. Outras condições significativas que contribuíram para a morte, a qual foi atribuída, porém, na ordem correta

VII Médico
36. Assina do médico: 36.1) CRM, 36.2) O médico que assinou atendeu ao falecido? 36.3) Sim, 36.4) Não, 36.5) Não sabe, 36.6) Não
37. Meio de contato (Telefone, fax, e-mail etc.): 37.1) Data do atestado, 37.2) Assinatura

VIII Causas externas
38. Descrição sumária do evento, incluindo o tipo de local de ocorrência
39. Descrição sumária do evento, incluindo o tipo de local de ocorrência
40. DE A Ocorrência foi em via pública, andar ou endereço: 40.1) Logradouro (Rua, praça, avenida etc.), 40.2) Código

IX Local e Médico
41. Declaração: 41.1) Assinatura, 41.2) Assinatura

FIGURA 4: Declaração de Óbito. FONTE: Ministério da Saúde

1.4 Projetos, mensagens, áudios e ligações

Cabe apontar que o trabalho de campo realizado para o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado teve início no dia 14 de fevereiro de 2020 e tinha previsão inicial para ir, de forma presencial, até o final do mês de junho de 2020. Entretanto, devido à pandemia de Covid-19 e à situação crítica em que o estado do Amazonas se encontrava, meu campo presencial na cidade foi alterado e posteriormente interrompido no dia primeiro de maio. Porém, o trabalho de campo continuou por meio do WhatsApp e por vídeo chamadas, e as questões relativas à pandemia também ganharam centralidade, especialmente no terceiro capítulo. Desse modo, o capítulo três dessa dissertação é fortemente marcado por uma ruptura. Esse capítulo traduz uma ruptura geral da vida, do Departamento de Mulheres, do meu trabalho de campo, da minha dissertação — ruptura produzida por esse marco pandêmico. Torna-se um desafio mostrar na minha dissertação que existem algumas continuidades que são estruturais, como por exemplo, o lugar do Estado, a relação interseccional via etnia e gênero com o Estado, a produção de sofrimento, a produção de mortes.

Na semana do dia 20 de abril de 2020, eu já estava receosa quanto à pandemia de Covid-19 que ameaçava chegar à cidade de São Gabriel da Cachoeira porque já haviam sido notificados os primeiros casos da doença em Manaus. O fluxo de circulação de mercadorias entre Manaus e São Gabriel é bem significativo, já que a capital amazonense é quem fornece a maioria dos produtos utilizados em São Gabriel, como insumos, gasolina e alguns alimentos. A circulação de pessoas entre as cidades também é expressiva, afinal, muitas procuram a cidade de Manaus para a realização de exames médicos, os jovens a procuram para a realização de um curso superior e outros ainda se deslocam à capital para visitar parentes ou ir para outros estados do país.

Por isso, foi promulgado pela Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira o Decreto do dia 18 de março que cancelava todas as atividades de atendimento ao público e suspendia as operações das embarcações que fazem o trajeto de São Gabriel até Manaus e vice-versa. Eu já havia terminado o trabalho de coleta de dados na Delegacia Interativa de Polícia, mas estava ainda no início do trabalho a ser realizado na Vigilância Epidemiológica que foi diretamente afetado pela pandemia. Após o Decreto, decidi – assim como muitos dos moradores da cidade – não circular pelas ruas ao menos durante um período de 14 dias. Soma-se a essa decisão os cancelamentos que fazia a profissional da Vigilância por conta das diversas reuniões de planejamento que realizavam para fazerem o monitoramento das pessoas suspeitas de estarem infectadas com o SARS-CoV-2.

Na primeira semana após o Decreto do dia 18 de março, fui ao mercado localizado no centro da cidade e notei que as ruas estavam vazias. Encontrei cerca de três pessoas durante todo o percurso. Foi uma sensação de grande alívio, tanto pela minha segurança naquele momento em que eu estava mais exposta fora de minha casa, quanto pelas próprias pessoas da cidade que estavam seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde. No entanto, também me causou medo porque aquele era o primeiro dia que eu vivia algo parecido com o que meus amigos em São Paulo me contavam. Não ver as pessoas circulando, a feirinha do centro funcionando e os bares abertos era uma imagem que eu ainda não havia imaginado para uma cidade tão movimentada como São Gabriel. Lá, em fevereiro de 2020, olhando notícias sobre a China e a Itália, acreditávamos (as mulheres com quem conversava, o professor José Miguel e eu) que a pandemia não chegaria a São Gabriel, mas, naquele momento, parecia ter chegado. Com essas mudanças iniciais da dinâmica de vida das pessoas em São Gabriel devido à pandemia, os receios e os medos que as mulheres indígenas vinham me relatando e, posteriormente, suas mobilizações ao combate à pandemia foram ganhando centralidade em minha pesquisa.

A partir de então, o uso do WhatsApp passou a ser mais frequente para manter minhas relações em São Gabriel da Cachoeira. A intensificação das relações online ocorreu de modo concomitante aos Decretos, à suposta aproximação do vírus e ao medo da pandemia. Doravante, no dia 26 de abril os dois primeiros casos de Covid-19 foram confirmados em São Gabriel da Cachoeira. Nos termos de Cláudia Fonseca (2017) — em que realiza uma crítica quanto as distâncias físicas e analíticas entre pesquisadores e pesquisados na realização de trabalho de campo — era como se eu estivesse “fora” quando ainda estava “dentro” de São Gabriel da Cachoeira realizando o clássico trabalho campo.

Devido ao avanço da Covid-19 na cidade e os rumores de que haveria um lockdown em Manaus, tomei a decisão de sair de São Gabriel, evento que ocorreu no dia primeiro de maio⁴³. Após esse dia, passei a realizar o trabalho de campo de forma totalmente online. Desta forma, mantive meus contatos próximos de WhatsApp, contatos que têm a ver com os afetos construídos em campo e, posteriormente, com a própria preocupação em saber como essas amigas estavam — já que no período em que saí da cidade, quase todas estavam com sintomas

⁴³ Importante dizer que a saída de São Gabriel da Cachoeira foi realizada por meio da articulação com o ISA, que me concederam uma vaga no avião da Secretaria Estadual de Saúde que estava levando 10 toneladas de Equipamentos de Proteção Individual para São Gabriel. Antes de conseguir esse avião estava em contato com redes de amigas que me mantinham informada sobre as possibilidades de sair da cidade via Exército Brasileiro. Em um período de menos de dez minutos recebi a informação de que um avião do Exército iria para Manaus no dia seguinte e, em seguida, a informação de que já não havia mais vagas. Funcionários de instituições públicas, ONG e familiares de militares deixaram a cidade com a chegada da pandemia.

da doença. A centralidade do clássico caderno de campo foi perdendo espaço nessa nova estratégia de fazer pesquisa de forma online, porque as informações vêm de diferentes ferramentas e em uma velocidade muito diferente da que temos em um trabalho de campo presencial⁴⁴. Para a organização desse trabalho, produzi um banco de dados com *prints* informando data, hora e fonte para que eu não me perdesse com as informações que vinham até mim, além de anotar conversas telefônicas no caderno de campo e transcrever áudios enviados pelo WhatsApp.

Com a pandemia em curso e já à distância, passei a acompanhar a vida das minhas amigas indígenas na cidade por meio das muitas postagens de Facebook, da abundância de conversas e comunicações via WhatsApp, e das participações em lives⁴⁵. Mais próximo do fim de meu trabalho de campo presencial na cidade, no mês de abril, pude auxiliar tecnicamente na construção de uma campanha para arrecadação de alimentos para os moradores do rio Negro em virtude da pandemia e pude auxiliar de forma online os desdobramentos dessa campanha — vale ressaltar que mesmo se não houvesse a pandemia, após o meu trabalho de campo presencial eu teria que fazer um acompanhamento e uma manutenção das alianças construídas em campo via WhatsApp devido a distância entre os estados do Amazonas e São Paulo.

Além do acompanhamento pessoal e de trabalho com as mulheres indígenas, em janeiro de 2021, juntei-me com diversos pesquisadores ao projeto “Indigenous Peoples Responding to COVID-19 in Brazil: social arrangements in a global health emergency”. De caráter antropológico e colaborativo, esse projeto objetiva a construção de uma plataforma digital sobre casos e processos de respostas indígenas à Covid-19 no Brasil: Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à Covid-19 (PARI-c). Durante o mês de julho de 2021, por meio da participação na PARI-c, realizei uma série de entrevistas semiestruturadas, com 5 mulheres indígenas e 1 não indígena sobre o processo pandêmico de São Gabriel da Cachoeira, especialmente sobre as ações de enfrentamento à pandemia através da campanha “Rio Negro, nós cuidamos!” por conta de meu envolvimento prévio com a campanha e minha estadia na cidade ao chegar da pandemia. Essas entrevistas foram pensadas e elaboradas tendo como norte a campanha “Rio Negro, nós cuidamos!” criada pelo Departamento de Mulheres no ano de 2020

⁴⁴ Carolina Parreiras (2015), em sua tese de doutorado, apresenta um balanço bibliográfico referente a trabalhos sobre o online. Posteriormente, no ano de 2020, Carolina Parreiras junto com Beatriz Lins e Eliane Freitas organizaram um dossiê afim de apresentar pesquisas que se desenvolveram a partir da mediação da internet no contexto de pandemia de Covid-19. A Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à Covid-19 (PARI-c) também apresenta notas de pesquisas e estudos de casos realizados durante a pandemia de Covid-19 que evidenciam estratégias de trabalho em equipe, além de produções bibliográficas e metodológicas desenvolvidas e relacionadas ao online. Ver: <http://www.pari-c.org/>.

⁴⁵Disponívelem<<https://www.salsa-tipiti.org/covid-19/iniciativas-solidarias-para-enfrentar-o-covid-19-na-amazonia-experiencias-de-colombia-e-brasil-5-27-20/>>. Acesso: 21/10/2020.

e que teve como foco linhas específicas de atuação da campanha, como por exemplo: a distribuição de cestas básicas, a produção de máscaras, o trabalho do *carro de som*, o uso de medicinas tradicionais e as relações interinstitucionais. Desse modo, foi elaborado um roteiro com perguntas abertas e direcionadas a essas temáticas que foi aplicado às mulheres que participaram ativamente do desenvolvimento da campanha. As entrevistas foram realizadas via Google Meet em decorrência da pandemia e tiveram, cada uma, a duração de aproximadamente uma hora. Foi através desses diálogos, bem como do acompanhamento do trabalho das mulheres por meio do WhatsApp e do trabalho de campo presencial na cidade que consegui insumos para pensar a campanha liderada por mulheres indígenas. As discussões referentes à pandemia e às mobilizações das mulheres ao seu enfrentamento são realizadas no terceiro capítulo desta dissertação.

As questões referentes à pandemia ganharam sua importância, mas as que dizem respeito às violências desferidas contra mulheres ainda faziam parte do meu trabalho de campo, que no momento ocorria de forma online. Em realidade, a intersecção entre as duas problemáticas ganhou corpo em meu trabalho, especificamente no mês de maio de 2020 como procuro mostrar no terceiro capítulo.

Em parceria com moradoras de SGC, as ex-coordenadoras do DMIRN e mulheres funcionárias do ISA, elaborei a cartilha “Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia. Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha”, produto que faz parte do projeto “Gênero e Violência contra mulheres indígenas na cidade de São Gabriel da Cachoeira”⁴⁶, pesquisa colaborativa e exploratória que busca avançar na compreensão coletiva da violência contra mulheres indígenas, especialmente jovens, na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), no intuito de gerar mecanismos de contenção e prevenção.

A produção dessa cartilha foi pensada em um contexto de muitas incertezas, medo e inseguranças. Começamos a pensar o material em maio de 2020, logo após eu sair de São Gabriel da Cachoeira. Fora da cidade e acompanhando a campanha “Rio Negro, nós cuidamos!”, conversei por WhatsApp com a jornalista Ana Amélia sobre nossa saída da cidade e sobre a mobilização das mulheres indígenas com a campanha. Nesse momento, a jornalista me convidou para escrever uma nota sobre violência contra a mulher no período de pandemia que seria publicada em um informativo produzido a partir das reuniões do Comitê de enfrentamento à Covid-19 que ela acompanhava em 2020. Junto a esse convite, as preocupações

⁴⁶ Esse projeto é um desdobramento da pesquisa “Através do limite: diferenciação, relação e atos de cuidado em contextos críticos na fronteira Amazônica: ênfase em sexualidade, gênero, ciclos de vida e etnia” coordenada pelo professor José Miguel.

de algumas mulheres relacionadas ao vírus e a possibilidade de obliteração de questões como a violência sexual contra mulheres e crianças foram a motivação para a produção do material informativo. Todo esse processo que envolve angústias e medos, bem como as primeiras ideias para a elaboração e desenvolvimento da cartilha foi realizado por meio de conversas e trocas de textos pelo WhatsApp e e-mail. Isso mostra como a questão da violência não saiu do cenário, porque as violências não são abordadas apenas nos documentos, mas também nos relatos das mulheres do movimento indígena e nas suas redes de aliança. Adiante, falarei um pouco mais sobre a cartilha produzida por nós.

Ainda, desenvolvi junto com as instituições parceiras, no fim de setembro e início de outubro de 2021, uma oficina para a formação de Promotoras Legais Populares Indígenas na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Essa oficina, financiada pelo Projeto Fundo Canadá, foi sobre força, cuidado e conhecimento sobre formas de se fortalecer, sobre a capacidade das mulheres rionegrinas de lidar, de se cuidar e de se proteger de violências e de outras forças que matam, adoecem e humilham. Desse modo, o objetivo da oficina foi de formar e alimentar uma rede de cuidados e de fortalecimentos, de troca e de saberes, de combate e de luta.

Apesar do foco dessa segunda viagem à São Gabriel ter sido a realização da oficina mencionada, em outubro, também articulei por WhatsApp com o profissional da Delegacia a viabilidade de eu retornar à instituição para procurar pelo Inquérito de Francisca e também o de Sarah. Assim que cheguei na instituição uma das funcionárias de etnia Baré, de 25 anos de idade me perguntou se eu iria querer ver os Inquéritos de 2020 e de 2021 produzidos até aquele momento, dizendo que durante o período de pandemia os crimes contra a mulher haviam aumentado significativamente, pois já havia 70 Inquéritos Policiais instaurados apenas no ano de 2021. A média de IPs até essa época do ano, segundo a profissional, era de aproximadamente 3. Destes 70 IPs mencionados por ela, disse-me que no mínimo 4 correspondem a feminicídio.

Em seguida, o profissional da Delegacia me chama para ir até sua sala e diz: “o [IP] da Sarah tá aqui comigo”. Abriu o armário que estava em sua sala, procurou e não encontrou. Disse alguma coisa (que não consegui entender devido a minha ansiedade em encontrar os documentos) e saiu da sala fechando a porta. Depois de aproximadamente 3 minutos retorna com uma pilha de Inquéritos Policiais no braço, senta-se em sua cadeira e conversando comigo, começa a procurar pelo IP de Sarah na pilha de documentos. Recordo que enquanto ele me justificava o fato de ter dúvidas sobre a existência de racismo ele estendeu-me a mão e disse: “aqui”. Desconcertada com o fato de querer olhar o documento e ao mesmo tempo permanecer conversando com o profissional perguntei onde ele havia ido buscar aquele Inquérito, ao que me respondeu que estava na sala de arquivo. Relatou-me que o documento “tinha ido para a

justiça por conta do pedido de DNA em que não foi encontrado material genético do agressor”, por isso não estava nas dependências da instituição quando realizei meu trabalho de campo presencial. Explico a ele que no ano anterior, com a devida autorização da Delegacia, eu fotografava os Inqueritos e perguntei se poderia fazer o mesmo com o de Sarah. Após consultar, por WhatsApp, o delegado atuante em 2021, respondeu positivamente a minha pergunta. Devido ao curto período eu não pude me dedicar à análise do IP de Sarah, mas torna-se peça fundamental para compreender o tipo de narrativa que produz o documento, assim como veremos no caso de Kátia.

Desse modo, o trabalho de campo online contribuiu para a manutenção das alianças e continuidade dos contatos e processos que estavam em desenvolvimento, o que evidencia a potencialidade de usar essa forma de conexão mesmo com as dificuldades relacionadas a qualidade da internet em São Gabriel. É por meio desse trabalho de campo que se torna possível costurar alguns pontos estruturantes no entorno da ruptura que se forma na dissertação. Inclusive, correndo o risco de ser óbvia demais, é importante dizer que o terceiro capítulo não estava previsto e o processo de sistematização e organização dos dados foram se formando no meio do caos dos diversos materiais de campo (documentos, mensagens, fotos, relatos, entrevistas) e de projetos em desenvolvimento. Como marcado desde a introdução de meu trabalho, esta dissertação está diretamente relacionada com outras pesquisas e trabalhos realizados com as mulheres de São Gabriel. De mesmo modo, também é parte de demandas realizadas pelas próprias mulheres em relação a informações e discussões relacionadas as violências que sofrem (OLIVAR, et al., no prelo). Mesmo não sendo inteiramente continua por conta de uma ruptura dos processos a dissertação não está descolada e isolada, pelo contrário, faz parte de um trabalho que vem sendo desenvolvido por um conjunto de pessoas por meio de projetos de pesquisas, técnicos e institucionais na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Assim sendo, os trabalhos com as mulheres continuam, não obstante o último ponto final desta escrita. Continuam porque são, principalmente, elas quem demandam, articulam e produzem.

CAPÍTULO 2 — MULHERES INDÍGENAS E VIOLÊNCIA SEXUAL NO FAZER DO ESTADO

Neste capítulo, procuro mostrar, por meio de trabalho etnográfico, algumas formas de produção de violências contra mulheres em São Gabriel da Cachoeira inscritas em documentos do Estado e presentes nos relatos de moradores da cidade. Os documentos consistem em duas Declarações de Óbitos e um Inquérito Policial produzidos por funcionários da saúde e da segurança pública respectivamente. O conteúdo, especificamente, das Declarações de Óbito não faz referência a nenhum tipo de violência sexual contra as obituárias, o que gera disputa e conflito com os relatos dos moradores da cidade que recordam e produzem conhecimento dos dois crimes de homicídio como contendo violência sexual. O Inquérito Policial nos dá pistas para pensar como a categoria de violência sexual é inscrita no documento, tendo em consideração os depoimentos de moradores da cidade. Como parte destas tensões e saberes, pretendo mostrar também as relações capilares entre os agentes do Estado e os moradores de São Gabriel — em relação aos relatos, à produção e materialização dessas violências — sobre os casos emblemáticos de assassinatos de mulheres indígenas. Assim, neste capítulo, proponho mostrar, por meio do caso de assassinato de três mulheres indígenas, relações e produções de saberes, trocas, tensões e documentos em São Gabriel da Cachoeira.

O Estado, neste trabalho, é formado pelas diversas versões dos agentes que o compõem por meio de suas relações. Como aponta Leiner (p. 38, 2012), “o Estado que queremos tratar aqui é uma relação entre pessoas concretas, conceito com gente dentro”. O autor (p. 42, 2012) afirma que, no campo empírico, os agentes de Estado, através de múltiplas relações, podem propositadamente se envolver ou não com determinadas situações. Deste modo, os agentes engendram versões múltiplas e, por vezes, contraditórias, como veremos adiante em relação ao Inquérito Policial que apresentava duas versões de interpretação do caso de violência doméstica (a do perito do HGU e a da delegada de polícia). Ainda seguindo as reflexões de Leiner (2012), essas múltiplas versões evidenciam certa dificuldade em se pensar uma unificação de Estado.

Como desenlace etnográfico para pensar empiricamente as relações múltiplas e capilares da gestão do Estado na cidade, apresentarei o trabalho de uma profissional da Vigilância Epidemiológica, moradora de São Gabriel, relacionado a criação de um arquivo de fotos que, no limite, percorre o meandro entre o pessoal e o institucional. Essa abordagem torna-se importante para entendermos o distanciamento e o entranhamento (DAS e POOLE, 2004, p.15) do Estado na vida dos moradores da cidade e como nessa relação também se produz formas de violências.

Assim sendo, com base nas inspeções foucaultianas sobre a capilaridade do poder em nominar práticas locais de controle e de regulação nos muitos níveis do Estado, recorro a análise de Olivar (2015) que apresenta uma abordagem multissituada de Estado em SGC e Tabatinga, cidade fronteiriça do interior do Amazonas no Alto Solimões. O autor mostra como ocorre a capilarização do encontro entre as políticas referentes ao tráfico de pessoas, a fronteira e as que dizem respeito ao enfrentamento a violência sexual nas duas cidades amazônicas. Olivar evidencia o Estado capilar por meio de pactuações locais como condição material e relacional de produção e operacionalização de Estado, em redes que conectam o local, o transfronteiriço, o nacional e o transnacional. E, essa noção de pactuação local como forma relacional de produção do Estado, apontada por Olivar (2015), me ajuda a pensar não apenas a produção do Estado como também a luta e resistência das mulheres indígenas como veremos no próximo capítulo.

Como mencionado na introdução desta dissertação, tive acesso a fotografias da DO de Francisca e de Sarah, mulheres indígenas que de acordo com relatos dos moradores da cidade, tiveram sua morte relacionada com violência sexual. Na parte I da Declaração de Óbito de Francisca, mulher de 36 anos, indígena⁴⁷, consta que a causa da morte foi “insuficiência respiratória”, CID não legível. Na parte II, por sua vez, vemos que consta “estrangulamento” CID X91.4⁴⁸. No campo “*descrição sumária do evento*”, o documento diz “paciente encontrada em vias públicas”. Na DO de Francisca não consta qualquer informação sobre violência sexual bem como na de Sarah.

Essa história também chama a atenção uma vez que no trabalho etnográfico realizado pelo professor José Miguel na cidade agentes do Estado e familiares de Francisca lembravam o crime como contendo violência sexual. Em 2020, durante a realização de meu trabalho de campo presencial, conheci três *parentas* de Francisca na feirinha Tuyuka, como descrito no capítulo anterior: Ângela, sua cunhada, de 50 anos e duas sobrinhas, Laura de 32 anos e Linda de 36 anos. Laura, muito disposta, perguntou-me, durante minha quarentena⁴⁹, como poderia

⁴⁷ A fim de preservar a identidade de Francisca e de minhas interlocutoras, Ângela, Linda e Laura, não irei expor a etnia de nenhuma das quatro.

⁴⁸ Agressão por meio de enforcamento, estrangulamento e sufocação – rua e estrada. Além deste CID, também constam outros dois rasurados.

⁴⁹ No dia 18 de abril de 2020, quando fui auxiliar a gravação do vídeo da Campanha “Rio Negro, nós cuidamos!”, eu adoeci. Com receio de estar com Covid-19, tanto pelo adoecimento quanto pela passagem que fiz no Hospital da cidade, tomei a decisão de fazer quarentena de ao menos 14 dias. No capítulo três desta dissertação, falarei mais sobre a campanha “Rio Negro, nós cuidamos!”.

ajudar-me com meu trabalho. Ao dizer que precisava saber sobre casos de violência contra a mulher em São Gabriel, ela, então, responde: “a única que sei é sobre a esposa do meu tio, que o caso simplesmente foi arquivado sem investigação nenhuma. É sério, acredito que nem suspeito prenderam. Ficou por isso mesmo”.

Contou-me que a tia saiu em um dia de domingo de agosto de 2016 e que, na segunda-feira, por volta das 10h da manhã, seu corpo foi levado para o hospital, porém era tarde demais. Então, os policiais deixaram o corpo na *casinha do cemitério* (também chamada de necrotério) até que alguém a reconhecesse. Ainda disse que foi um choque para toda a família, porque, em suas próprias palavras, “ninguém soube quem foi e por quê. Mas quando a acharam estava nua”. Pergunto a ela se foi realizado algum tipo de exame para saberem o que aconteceu com Francisca e ela me responde que não, que “veio depois um médico; fez exames clínicos e disse que tinha sido estrangulamento”. E continuou a me contar que “teve outro assassinato de uma menina estudante” (Sarah) que voltava do colégio à noite — três meses após a morte de Francisca — e que “foi do mesmo jeito, ela também estava nua e os policiais não divulgam quase nada, se resolveram os casos ou não”.

Desse modo, o intuito foi de rastrear e analisar os documentos referentes a Francisca para melhor compreender a sua morte, isso porque a violência não se interrompe na morte, ela se estende em um feixe e um contínuo de relações, transformando os documentos um lugar fundamental para a compreensão dessa violência. Trabalhar com o caso de Francisca é optar por uma estratégia metodológica combinada, ou seja, é fazer uso de documentos e de relatos a respeito de sua morte e de outras mulheres, como Sarah e Kátia, que também foram mortas e possivelmente violentadas sexualmente na cidade.

De acordo com os materiais de campo do professor José Miguel, referentes ao ano de 2017, o professor foi até a Secretaria de Saúde procurar a Declaração de Óbito de Francisca e de Sarah. Após verificar diversas pastas e solicitar tantas outras, o professor encontrou a Declaração de Sarah separada em um envelope, porque um dos profissionais de saúde estava verificando os diferentes casos de mortes de mulheres jovens na cidade. Nesse processo de busca, encontrou a Declaração de Óbito de outra jovem que havia sido assassinada na semana seguinte à morte de Sarah e a funcionária lhe disse que essa menina também havia sido estuprada, pois haviam feito algumas investigações sobre o caso. No entanto, em sua DO constava “morte por causas desconhecidas”. Essa DO foi assinada por uma médica. A Declaração de Francisca foi encontrada apenas após o professor mencionar o nome e o ocorrido para a funcionária que o auxiliava. Quando o professor José Miguel encontra a Declaração de Francisca, percebe que o médico que atestou seu óbito era o mesmo que havia atestado o de

Sarah, filho de um conhecido comerciante da cidade, e ambas as DOs constavam “estrangulamento” como causa da morte. Incomodado com a causa da morte descrita nessas três Declarações de Óbito, o professor questiona a razão da violência sexual não aparecer nos documentos, ao que lhe foi respondido que “eles [os médicos] não querem se comprometer com isso”⁵⁰.

Instigada por essa problemática me desloquei durante as tardes de sete dias até a Vigilância Epidemiológica para analisar as Declarações de Óbito referentes a mulheres indígenas que viviam na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Desta forma, me atentei à identificação da obituária e às causas da morte descritas no documento a fim de compreender como são reelaborados casos que envolvem violência sexual como parte do homicídio de mulheres indígenas, como relatei no capítulo anterior.

Conforme eu olhava essas Declarações, atenta também às bordas dos documentos, recordava de Letícia Ferreira (2009), que comenta os aspectos da lógica classificatória de corpos não identificados em um IML no Rio de Janeiro e a falta de utilidade que os profissionais da instituição demonstram sobre os documentos que produzem e arquivam. Assim como a autora (FERREIRA, p. 76, 2009), também encontrei bordas rabiscadas, folhas duplicadas, post its anexados, folhas não preenchidas ou preenchidas erroneamente nos documentos analisados. Observei que na borda lateral de duas das Declarações de Óbito, há a seguinte inscrição: “Autorizo sepultamento antes de 24 horas” e o carimbo do médico. Perguntei então à profissional da Vigilância o que isso poderia significar e a resposta que obtive foi de que possivelmente o corpo já estava em estado de putrefação e, por esse motivo, o médico autorizou o sepultamento⁵¹. Como veremos adiante, não apenas os escritos e carimbos nas bordas, mas

⁵⁰ Vale a pena ponderar sobre o que pode significar o “não se comprometer” com os casos de estupros que, por um lado, pode estar relacionado a trazer os homens para a discussão e alterar a estrutura naturalizada da violência que não é problematizada e discutida no cotidiano de São Gabriel. No entanto, a omissão do evento também pode estar ligada a, talvez, evitar mais trabalho e não ao receio de represálias que poderiam sofrer na cidade tendo em vista que o médico em questão era filho de um conhecido comerciante da cidade e que passou a ocupar um dos cargos importantes em uma instituição local. Isso também ressalta uma produção ativa da invisibilidade da violência sofrida pelas mulheres, especificamente dessas jovens cujas Declarações de Óbitos foram vistas pelo professor e a profissional que o auxiliava.

⁵¹ A resposta dada pela profissional condiz com o artigo 16 do regulamento dos Cemitérios do Município de São Paulo (Ato nº 326 de 21 de março de 1932) que prevê que “os enterramentos não podem, como regra, ser feitos antes de 24 horas do falecimento, salvo em casos especiais de moléstias contagiosas ou epidemias, ou ainda se o cadáver apresentar sinais inequívocos de princípio de putrefação” (LAURENTI, Ruy; JORGE, Maria, p. 77, 2017). Esse tipo de inscrição tem a ver com, principalmente, não precisar ir para o IML para passar por autópsia. O que nos leva a pensar diversas coisas como, por exemplo, a possibilidade que o médico escreveu isso porque na cidade não há IML tendo em vista que todo corpo cuja morte foi violenta deve ser encaminhado para essa instituição e permite o sepultamento do corpo para este não ficar em uma “geladeira” do HGU. Ou ainda, por ser novo na área médica e estar cumprindo à risca um protocolo.

também a cor de tinta e a espécie de caneta utilizada no preenchimento da Declaração de Óbito podem sugerir formas de gestão e tempos distintos na produção dos documentos.

Em SGC, tendo em consideração as DOs de 2010 a 2016, o não preenchimento minucioso parece recorrente devido aos vários documentos encontrados que contêm apenas informações pessoais das vítimas, às vezes incompletas e sem nenhum tipo de informação sobre o que o Estado atesta que lhes ocorreu. Apesar dos rabiscos, ausências, duplicações, post its colados nas Declarações, eu tive a percepção de que as profissionais que ali trabalhavam demonstravam cuidado e auferiam credibilidade aos documentos. Essa percepção baseia-se na atenção com que a profissional leu minha carta de apresentação, no fato de não me autorizar a fotografar as Declarações de Óbito com a justificativa de que aqueles eram documentos sigilosos, além de nunca me deixar sozinha na pequena sala em que trabalhávamos e, por fim, quando me explicava que as Declarações de Óbito apresentam uma numeração única e não poderiam ser extraviadas, correndo o risco de responder judicialmente pelo ocorrido. A profissional continuava me explicando que a VE faz o armazenamento apenas da via branca das Declarações de Óbito. As DOs têm três vias: uma branca, que fica na VE, uma rosa, que fica no prontuário médico do falecido e a amarela, que é entregue ao parente da pessoa falecida.

No período de realização do meu trabalho de campo com documentos na Vigilância Epidemiológica, percebi como a reelaboração dos casos de óbitos de mulheres por parte da população de São Gabriel da Cachoeira era utilizada em alguns documentos produzidos na VE. Encontrei *Fichas de Investigação de Óbitos* grampeadas em algumas Declarações de Óbito, com informações diferentes das presentes nas DO. Essas *Fichas* são um documento de coleta de informações aplicado pelos profissionais do DSEI aos parentes da pessoa falecida, com a finalidade de qualificar o óbito, cujas causas da morte foram preenchidas como mal definidas. Próximo ao brasão do Ministério da Saúde, no cabeçalho do documento, na parte superior esquerda da ficha, é informado “Formulário 3, AV3, autópsia verbal: pessoa com 10 anos ou mais”. A *Ficha de Investigação de Óbito* apresenta blocos como: relato do entrevistado utilizando suas próprias palavras, fatores de risco, breve história da doença ou situação que levou à morte, nas palavras do entrevistado.

A profissional da Vigilância, assim como alguns dos moradores de São Gabriel, já haviam me dito que na cidade não há a realização de necropsia. Como relatou-me a profissional a respeito dos indígenas que vivem em comunidades, o que há é uma autópsia verbal por meio das *Fichas de Investigação de Óbito* com as quais os profissionais de saúde do DSEI aplicam um questionário aos parentes das vítimas com a finalidade de colher informações sobre a causa da morte para encaminhar ao Ministério da Saúde. Ela prossegue

Se o médico coloca lá [na DO] ‘óbito fetal não especificado’, tem que fazer uma investigação e descobrir por que esse feto morreu. Ou então, tem um óbito em que as testemunhas vão informar no cartório, a equipe vai investigar. Vai para um comitê técnico (formado por profissionais da SEMSA e DSEI) que, após ler as *Fichas*, será informado o porquê aquela pessoa morreu.

Quando essas *Fichas* eram encontradas por mim, elas estavam sempre abaixo das Declarações de Óbito. Em uma delas encontrei no campo “relato do entrevistado utilizando suas próprias palavras” o seguinte relato: “O marido discutiu com ela e bateu nela de raiva, estava grávida. Em seguida a mesma foi para o mato tomar timbó⁵² e morreu e tinham tomado caxiri”⁵³. Essa declaração foi dada pela mãe da obituária. No bloco de risco, há a pergunta: sofreu algum ferimento/acidente/agressão? campo no qual não foi preenchida nenhuma resposta. A Declaração de Óbito referente a essa *Ficha de Investigação* não foi encontrada. Mesmo com os relatos dos moradores descritas por agentes do Estado, parece que o conhecimento sobre violências contra mulheres escrito nas *Fichas de Investigação de Óbito* apresenta falhas no preenchimento documental. Essas informações, bem como apontou Catarina Morawska (2014) sobre o caso das populações afetadas pela construção da usina de Belo Monte, são neutralizadas nos documentos.

Ao todo, encontrei 20 Declarações de Óbito de mulheres que me chamaram atenção pela ausência de causa da morte ou, quando presente, pela especificidade descrita no documento. Esses óbitos são referentes aos anos de 2010 e 2011 e dos meses de janeiro, março e maio de 2016, dentre elas a de Sarah, que faleceu em novembro de 2016. As pastas, como mencionado no capítulo anterior, estavam organizadas por ano, no entanto, os envelopes, que eram separados por meses, estavam distribuídos de forma, para mim, aleatória. A DO de Sarah, por exemplo, foi encontrada no envelope correspondente a óbitos de janeiro e a de Francisca não foi encontrada no envelope correspondente aos óbitos do mês de agosto⁵⁴. Dessas 20 Declarações de Óbito, 17 apresentavam a *Ficha de Investigação de Óbito*. Algumas também apresentavam *Ficha de Informação de Óbito* e/ou *Ficha de Investigação de Óbito de Mulher em Idade Fértil*⁵⁵. Outras DOs não apresentavam nenhum desses documentos.

⁵² Timbó é uma planta tóxica usada para matar peixes. Em São Gabriel, às vezes, é utilizada em casos de suicídio, como percebi analisando as Declarações de Óbito.

⁵³ Caxiri é uma bebida típica do Alto rio Negro, fermentada à base de mandioca.

⁵⁴ Ao perceber que a pandemia de Covid-19 estava produzindo algumas mudanças na dinâmica de vida das profissionais da VE que, naquele momento, estavam tendo diversos trabalhos relacionados a doença, comecei a procurar, especificamente, pela DO de Francisca e Sarah.

⁵⁵ Quando perguntada sobre as *Fichas de Identificação de Óbito* a profissional de saúde da Vigilância Epidemiológica, relatou-me que são de utilização e preenchimento dos profissionais do DSEI para melhor qualificar o óbito ocorrido. Dois dos campos que aparecem nessa *Ficha* são: “história do óbito” e “resumo do caso” em que era descrito pelo profissional o que narra o entrevistado – muitas das vezes o parente mais próximo – sobre as condições da ocorrência da morte. É possível saber que ambas as *Fichas de Investigação* e de *Informação* eram

Como mencionado no capítulo anterior, eu não encontrei a Declaração de Óbito de Francisca na Vigilância Epidemiológica durante meu trabalho de campo em 2020. No ano seguinte, 2021, por causa de minhas redes pouco tecidas com as profissionais da instituição, eu não tive a oportunidade de voltar e procurar pelo documento. Linda relatou-me que possivelmente seu tio teria a Declaração de Óbito, no entanto, nenhuma de nós ficamos confortáveis em ir falar com ele sobre o assunto porque, segundo ela, o marido de Francisca sempre sofreu muito com a perda da esposa. Assim, trabalho com o documento físico da Declaração de Óbito de Sarah, com a foto da Declaração de Óbito de Francisca e o Inquérito Policial de Kátia, bem como com relatos sobre, especialmente, os casos de Francisca e Sarah para tentar entender o modo de preenchimento dos documentos, as formas como as violências são elaboradas e entendidas por diversos interlocutores em campo e nos próprios documentos.

2.1 Sarah, tintas, canetas

Na manhã chuvosa de 18 de março de 2020, após tomar café da manhã com dona Flora⁵⁶, aproximadamente 65 anos, de etnia Piratapuya, funcionária do ISA, eu fiquei na cozinha da mesma instituição revisando minha aula de tukano. Pouco tempo depois, dona Flora retornou à cozinha e sentou-se ali comigo. Pergunto se ela se lembra do caso de Sarah, morta aos 17 anos no segundo semestre de 2016. Ela ficou pensativa... custou a lembrar e então disse: "Nossa, lembro sim, foi horrível". Com o semblante bem triste, fitou-me e acrescentou: "Mas o que que tem?". Eu disse que não sabia muito sobre o que tinha acontecido com ela e, então, Flora começou a contar-me que

As duas meninas que estavam com ela saíram correndo, mas pegaram ela. Rasgaram toda a roupa dela, os materiais da escola. Aconteceu umas nove horas da noite, encontraram de manhã lá na casa, quando foram procurar. Ela fez de tudo pra fugir deles, mas não conseguiu. As meninas que fugiram não falam nada sobre o que aconteceu, elas não conseguem falar nada.

Intrigada com o relato, pergunto se, além de morta, Sarah também foi abusada sexualmente e a resposta obtida foi a seguinte: "Nossa, abusaram muito dela, muito mesmo.

aplicadas em um mesmo caso de óbito por serem encontradas juntas embaixo da DO. A *Ficha de Investigação de Óbito de Mulher em Idade Fértil* é obrigatória para a investigação do óbito, a fim de descartar se é óbito materno, ou seja, se a obituária estava grávida, se a morte ocorreu em decorrência de complicações no parto ou no pós-parto. Para melhor compreensão desses documentos, a *Ficha de Investigação de Óbito* e a *Ficha de Investigação de Óbito de Mulher em Idade Fértil* cedidas pela coordenadora da Vigilância Epidemiológica estão em anexo nesta dissertação. A *Ficha de Informação de Óbito* não foi enviada pela instituição e tampouco a encontrei por outros meios, como no site do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Saúde Indígena.

⁵⁶ Flora é um nome fictício criado por mim.

Ela foi encontrada sem roupas, eles tiraram tudo”. A partir de minha pergunta, dona Flora evidencia que o abuso sofrido por Sarah foi ter suas roupas retiradas de seu corpo sem mencionar outro tipo de abuso sexual.

De acordo com informações midiáticas⁵⁷ e pequenos relatos como o de dona Flora, Sarah estudava no período noturno na cidade de São Gabriel e desde que saiu da escola, em uma segunda-feira, não foi mais vista. Na manhã seguinte, um morador encontrou o corpo de Sarah em um terreno baldio na região central da cidade, junto com sua mochila e outros objetos próximos ao corpo. A jovem estava nua e havia sido espancada. As informações também faziam referência ao trabalho policial que procurava vídeos de câmera de segurança de comércios próximos ao terreno baldio para análises e apurações do caso, mas sem sucesso. Também há informações de que houve uma busca visível da marca das unhas de Sarah no rosto do assassino, como indicam os relatos do ano de 2016 na cidade.

Em conversa com profissional da Delegacia, fui informada de que foram enviadas amostras biológicas de Sarah para Manaus, a fim de investigar a suspeita do crime de violência sexual. No entanto, o profissional me diz que não foi obtido nenhum resultado da amostra com a justificativa de que provavelmente o material não foi coletado de forma precisa. Estudando os materiais de campo do professor José Miguel, encontrei um áudio em que ele conversava com uma amiga não indígena, sobre o que o investigador da época havia dito a respeito da investigação policial do caso de Sarah:⁵⁸

Constataram estupro e o cara deveria ter usado camisinha (isso é muito louco) porque não tinha secreções, não tinha esperma. Então eles não têm prova biológica, sim? Pra fazer DNA, por exemplo, ou sangue ou qualquer coisa, não tem. É... mas que foi constatado o estupro, enfim. É... e que a única prova que tem é de uma testemunha ocular. Que viu um cara conversando com ela naquele lugar e meio puxando ela assim, pro mato. E que... era um cara e que a descrição coincide com um cara que já está preso ali por estupro, sim?

Um cara meio moreno, aí ele [investigador na época] me disse: ‘tá vendo aquele cara ali de boné branco? É ele’ Um cara moreno, alto não sei o que, e ele [investigador na época] diz assim ‘cara eu tenho certeza que é ele. Mas a gente não tem mais provas’. Não tem prova material, só tem essa prova né, a testemunha ocular. E que não é testemunha de estupro, é testemunha de que tava conversando com o cara, ponto

(Caderno de campo, José Miguel Olivar, 2017).

Assim como é descrito no relato acima, o profissional da Delegacia me afirmou que Sarah havia sido estuprada. Retomo o início de nossa conversa sobre os materiais biológicos e o profissional me diz que todas as circunstâncias apontavam para a violência sexual e que o comprometimento do material biológico impossibilitava apenas a prova para identificar

⁵⁷ Por mais que seja um caso bem conhecido em São Gabriel da Cachoeira, não irei mencionar nenhuma notícia sobre o ocorrido neste trabalho para não expor a identidade de Sarah.

⁵⁸ Agradeço ao professor José Miguel pela generosidade e confiança em compartilhar seus cadernos de campo.

possíveis suspeitos. Pergunto qual foi o desfecho do caso de Sarah e o que foi escrito na capa de seu Inquérito e ele me diz que foi determinado como um crime de estupro, além do homicídio. Além disso, disse-me que ninguém foi preso pelo crime, pois não havia provas e nenhuma testemunha que fosse depor sobre o ocorrido. O profissional me conta que, de forma geral, nenhum morador da cidade se envolve em processos de investigação, pois temem sofrer alguma represália e não se sentem seguros pelo próprio sistema de segurança da cidade, então escolhem não se envolver.

O Inquérito Policial de Sarah conta a história de uma jovem “calada” que foi “encontrada morta em um terreno baldio [...] despida com sinais de violência sexual”. Há duas fotos do corpo morto de Sarah, com sua mochila escolar por cima de sua vagina. As pessoas que apresentam essas narrativas são suas colegas de escola que também a viram mexendo em seu celular para o uso do Facebook na mesma noite em que foi assassinada. Do mesmo modo, os suspeitos que foram vistos na noite do crime próximo ao terreno baldio, no centro da cidade, onde a jovem foi encontrada nua às 7h da manhã por um homem que disse estar colhendo açaí no local. Uma de suas colegas conta no *Termo de Declaração* que viu Sarah conversando com um homem em um local escuro próximo ao terreno baldio e que, apesar de parecer ser um conhecido de Sarah, ela e o homem aparentavam estar discutindo.

Segundo o Inquérito Policial de Sarah houve uma “requisição de perícia técnica” ao Instituto de Criminalística do Amazonas para que fossem analisados uma calcinha, 2 tubos tipo eppendorf contendo secreção vaginal, 1 tubo tipo eppendorf com pedaços de unhas, 2 lâminas contendo esfregaço da vagina de Sarah, além de tubos de ensaio contendo material sanguíneo de 6 suspeitos: estudante de 20 anos, taxista de 27 anos, vigia de 36 anos, desempregado de 45 anos, outro taxista de 24 anos e, por fim, outro estudante de 21 anos que já havia esfaqueado alguém em 2016 e já tinha sido preso por tentar estuprar uma menina quando era menor de idade. No Inquérito Policial não consta nenhum dos resultados desses exames. Nas últimas páginas do IP aparece a solicitação de um *Mandado de Prisão Temporária* no dia 26 de maio de 2017 para um jovem de 24 anos, cozinheiro de uma embarcação, também suspeito de ter assassinado Sarah em 2016 e que já havia sido preso e processado por lesão corporal. Esse cozinheiro foi encontrado pela polícia em uma embarcação indo para Manaus e teve seu *Auto de Qualificação e Interrogatório* instaurado no dia 12 de setembro de 2018 e realizou *Exame de Corpo de Delito – Lesão Corporal Cautelar*⁵⁹ no dia 24 de agosto de 2018.

⁵⁹ Esse exame serve para garantir a integridade física e moral do preso que está sob custódia do Estado.

No último dia que fui até a Vigilância Epidemiológica encontrei a DO de Sarah e analisando o documento percebi que o bloco 5, denominado “*condições e causas do óbito*”⁶⁰, é dividido em duas partes, além de apresentar um quadro para identificar se o óbito se refere à mulher em idade fértil. A parte I apresenta um campo para que o médico informe a doença ou estado mórbido da vítima, ou seja, as causas da morte. Ao lado, com a indicação “*anote somente um diagnóstico por linha*”, lê-se “asfixia”. Justaposta à linha preenchida pelo médico, há um pequeno espaço para discriminar o tempo aproximado entre o início da doença e da morte (que está em branco) e, ao lado deste, um espaço para indicar a CID⁶¹, que consta “T71”⁶². Abaixo, causas antecedentes, categoria correspondente aos estados mórbidos relacionados à causa da morte registrada, mencionando, em último lugar, a causa básica. Ao lado, três linhas para o registro conforme a linha acima. A primeira linha, única preenchida, consta “estrangulamento” e CID “Y20.8”⁶³.

A parte II deve ser escrita pelo médico e refere-se a outras condições que também contribuíram para a causa da morte, mas que não foram mencionadas na parte anterior. Há duas linhas e, ao lado de cada uma delas, espaços como na parte I. No caso de Sarah, o médico responsável pelo preenchimento do documento afirma que ela sofreu “agressão” e CID “Y04.9”⁶⁴. No bloco 7, causas externas, há campos para preenchimento que visam identificar, por exemplo, se a morte ocorreu devido a suicídio, homicídio, acidente ou causas naturais; se foi acidente de trabalho; se a fonte de informação foi a polícia, hospital ou família. Também há, especificamente, o campo “*descrição sumária do evento*” com um espaço a ser preenchido pelo médico e o tipo de local de ocorrência do acidente ou violência, com os campos a serem informados: via pública, endereço de residência, outro domicílio, estabelecimento comercial, outros e ignorado. Nesse campo, a DO de Sarah informa na “*descrição sumária do evento*” “estrangulamento + asfixia” e no tipo de local de ocorrência do acidente ou violência consta assinalado “outro”.

É notável que a estrutura do próprio documento estatal não se apropria de informações extremamente relevantes para identificar e visibilizar sua população. Por exemplo, em uma cidade em que a maioria das pessoas são declaradas indígenas, não se encontra o campo na

⁶⁰ O uso de aspas e itálico refere-se às informações do próprio questionário da Declaração de Óbito.

⁶¹ A profissional da VE me aconselhou a baixar o aplicativo CID-10 para que eu pudesse entender o significado de cada CID escrito nas Declarações. Portanto, as definições presentes nesta dissertação correspondem às informações disponibilizadas pelo aplicativo.

⁶² Asfixia.

⁶³ Enforcamento, estrangulamento e sufocação, intenção não determinada – outros locais específicos.

⁶⁴ Agressão por força corporal, local não especificado.

Declaração de Óbito para informar a etnia da obituária⁶⁵. No trabalho realizado por Flávia Melo (no prelo) em 17 cidades do interior do Amazonas, sobre o mapeamento da criminalidade e violência contra a mulher, a autora observou que os documentos policiais e do Sistema de Justiça omitem com muita frequência informações sobre pertencimento étnico. Exceto pelos dados disponíveis nas Secretarias de Saúde Indígena, os registros realizados nas sedes municipais desconsideram a necessidade dessa informação. A autora verificou que essa ausência compromete a identificação de um perfil completo sobre as vítimas e agressores e que, dos 1181 Boletins de Ocorrência que foram analisados, apenas 11 apresentavam informações referentes à etnia dos envolvidos (MELO, no prelo, p. 12). Letícia Ferreira (2009), resgatando os escritos de Saramago, diz que “a morte tem inegável serventia a poderes de Estado” e que os corpos, além de serem enterrados como não identificados, também foram arquivados e esquecidos por meio dos documentos. Nesse mesmo sentido, a população indígena vem sendo enterrada e arquivada por meio da ausência técnica, profissional, estrutural e étnica⁶⁶.

Estar diante do documento físico permitiu-me atentar para além do relato de meu orientador e da própria fotografia que tinha do documento. Como sugeriu Ann Laura Stoler (2009) em trabalho sobre arquivos coloniais holandeses, as bordas dos documentos, como as tensões no seu processo de produção, podem produzir conhecimento para além do próprio conteúdo do documento. A importância de trabalhar com documentos físicos é que assim podemos observar não apenas o conteúdo existente, mas também sua forma, rabiscos e tonalidades.

Na Declaração de Óbito de Sarah, onde se encontra a CID da segunda linha do bloco 5, condições e causas do óbito, tem-se “X91” escrito a lápis no espaço destinado a “*tempo aproximado entre o início da doença e a morte*” e onde deveria estar o código da CID está, também a lápis, um rabisco em cima do código “Y20.8”. A partir do bloco 5, as informações foram preenchidas com outra caneta. Essa caneta é de bico fino com uma tinta azul mais clara e, ainda, o último dígito da CID Y049 estava circulado e escrito com caneta de tinta preta enquanto todo o documento estava preenchido de azul. A assinatura do médico estava firmada com caneta azul escuro, assim como a primeira parte da Declaração de Óbito (referente aos dados pessoais).

⁶⁵ Cabe ressaltar que apenas no censo de 2010 que se interroga sobre etnia. Quando isso acontece há uma tentativa de dar visibilidade à questão étnica, mas todas as vezes que não se pergunta sobre isso estamos diante de um ato de “produção de invisibilidade” como me apontou a professora Cristiane Cabral.

⁶⁶ Veiga (2018), ao falar sobre ritmos e tempo em relação aos processos referentes ao maníaco matador de velhinhas em Juiz de Fora, ressalta uma retórica da falta de recursos, mão de obra, entre outras ausências que se mostram presentes em pesquisas nas dependências do Estado. Em São Gabriel da Cachoeira como pode ser observado nesta dissertação carece dos serviços técnicos e de recursos humanos.

O óbito de Sarah ocorreu dia 14/11/2016 véspera de seu aniversário e a data da produção da Declaração de Óbito consta 27/12/2016. Não obtive nenhuma resposta em campo para entender este período de quase um mês e meio entre o óbito e a produção do documento. Fica uma lacuna nesse intervalo de tempo que nos mobiliza a pensar como e quando ocorreu o sepultamento de Sarah. É com a Declaração de cor amarela que o familiar recebe que se dirige ao Cartório do Registro Civil⁶⁷ para a produção e emissão de uma Certidão de Óbito que contém as informações mais relevantes da Declaração de Óbito, como, por exemplo, o nome do médico que atestou o óbito, a causa da morte, os dados pessoais da obituária, o local e horário da morte. Após a emissão da Certidão de Óbito, a DO fica arquivada no cartório compondo parte do registro civil que o IBGE trabalha com a contabilização de óbitos, além do SIM que vem pelo sistema de Vigilância Epidemiológica. E, também, é com a Declaração de Óbito que se pode enterrar um parente no cemitério. A *Ficha de Investigação de Óbito de Mulher em Idade Fértil* de Sarah estava totalmente em branco. Em seguida, havia uma declaração da prefeitura do dia 19 de julho de 2017, emitida por meio da Secretaria Municipal de Saúde, assinada por duas enfermeiras, um médico e duas Agentes Comunitárias de Saúde, todos do bairro Miguel Quirino, e um Agente Comunitário de Saúde do bairro Areal, que dizia:

Declaramos para os devidos fins que os parentes de Sarah se recusaram a prestar quaisquer informações contidas na investigação de óbito [...], em que pese as tentativas de contato nos dias 17/07/1987 [2017] pelo turno da manhã e 19/07/2017 pelos turnos da manhã e tarde, ocorrendo na última visita, a recusa da pessoa que fez o contato com os profissionais, alegando que não iria prestar informações e retornando à residência.

Pensar a produção de documentos sobre homicídios de mulheres indígenas que, no saber popular e na memória, foram violentadas sexualmente antes de sua morte, é também pensar na construção e atribuição de uma história que oficializa o que ocorreu com a vítima, levando em consideração o que (não) entra nos documentos. Stoler (2009) chama a atenção para o fato de que os documentos devem ser pensados como produtores de conhecimento e não apenas fontes que recuperam determinadas informações. A autora pensa os documentos não apenas como ferramentas de Estado, mas também, como eles próprios formam o Estado. Para ela, a produção, a estrutura e as bordas dos documentos estão relacionadas às ansiedades e inseguranças dos escribas na produção documental, gerando conhecimento por meio dos papéis (STOLER, 2009). Dessa forma, ressalta que não apenas o conteúdo presente no documento, mas também

⁶⁷ Importante dizer que o Cartório é outro lugar que eu poderia ter ido buscar as Declarações e registros de óbitos, mas, como descrito no primeiro capítulo desta dissertação, ele não apareceu como sendo uma referência para o arquivamento desse documento e informações. O Cartório apenas é mencionado pelo profissional da Delegacia de Polícia na segunda vez que vou para a cidade, em 2021, quando se interroga sobre o paradeiro do Inquérito Policial de Francisca.

sua forma se torna importante para essa produção de conhecimento que cada documento pode produzir. E a forma do documento é capaz de evidenciar um “viés” que consegue moldar o que pode ser escrito, o que pode ser repetido e, também, quais histórias podem ser contadas e as que não podem ser contadas (STOLER, p.6, 2009).

Tendo em vista essas noções, os registros e suas formas na DO de Sarah chamam a atenção. Não apenas o registro da lacuna entre a data do óbito e a da produção do documento, mas também as diversas canetas e, possivelmente, as várias mãos que produziram o documento, bem como o período relacionado à busca pela família de Sarah para maiores informações sobre a investigação do óbito, parecem evidenciar a falta ou prescindibilidade da urgência e o não comprometimento dos profissionais envolvidos. No entanto, também podem ser evidências da complexidade do caso que se mostrou completamente emblemático na cidade. Sarah é sempre lembrada como a jovem que não tinha envolvimento com bebidas alcoólicas e estava saindo da escola quando foi assassinada e violentada sexualmente. O Inquérito Policial produzido evidencia por meio de depoimentos, pedidos de exames de DNA, pedidos de quebra de sigilo da conta do Facebook entre outros documentos ao longo de suas 145 páginas que o caso envolveu diversas pessoas e investigações⁶⁸.

Para compreendermos melhor essas relações e violências no Inquérito Policial, passaremos agora para o caso de feminicídio de Kátia. Como explicado no capítulo anterior, entre os 402 Inquéritos vistos por mim, não encontrei o referente a Francisca, por isso optei em trabalhar com o de Kátia que me ajuda a pensar os procedimentos realizados em São Gabriel.

2.2 Kátia: construindo um caso na descrição de documentos

Na capa cor azul claro, havia uma folha sulfite colada no centro. Com o brasão do estado do Amazonas e o carimbo da Delegacia de São Gabriel da Cachoeira, junto à sigla “PCAM” em destaque e sublinhada em cima de seu significado, “Polícia Civil do Estado do Amazonas”, e “Delegacia de Polícia Interativa de São Gabriel da Cachoeira/AM – DIP/SGC” no cabeçalho da folha, encontro o Inquérito Policial de Kátia⁶⁹. Abaixo do cabeçalho, há um retângulo na vertical. Dentro deste retângulo consta o ano de 2015, o número do inquérito policial, “nº XXX/2015 – DIP/SGC”, seguido, logo abaixo, de um pequeno retângulo na horizontal com a palavra “cópia”. Na sequência, são apresentados os delitos, “homicídio qualificado e estupro

⁶⁸ Importante ressaltar que o Inquérito Policial não pode ser confundido com a investigação do caso como aponta Ferreira e Lowenkron (2020).

⁶⁹ Kátia também é um nome fictício criado por mim.

tentado”, o nome do indiciado e seu apelido, nome da vítima, incidência penal, “Art. 121, § 2º, II e Art. 213 c/c Art. 14, II – CPB” e, em seguida, a data e local, “XX/03/2015 – Av. 7 de Setembro, bairro Praia – neste município”. Com letras maiúsculas, em destaque, centralizada e com a maior fonte utilizada na capa do inquérito, aparece “AUTUAÇÃO”, com o seguinte texto:

Aos XX (XX) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, em meu cartório, autuei o DESPACHO da Autoridade Policial, que adiante se segue, do que, para constar, lavro este termo. Eu XX, Escrivão de Polícia Civil, que o digitei e assino.

Por fim, consta o carimbo do cartório, datado dez dias após o delito.

A página seguinte – assinada pelos dois escrivães e por um condutor – corresponde ao *Auto de Prisão em Flagrante Delito*, indicando o autor, o delito e a vítima do caso apresentado no IP. O texto corrido inicia-se com hora, data e local do crime. Em seguida, lê-se a identificação da delegacia e de seus dois escrivães, bem como do condutor que fez a apresentação do indiciado à delegacia. O relato do condutor, assim como das testemunhas, é informado sempre com frases curtas interligadas com “QUE” – padrão utilizado para relatos em documentos policiais de diversas localidades do Brasil, inclusive em São Gabriel da Cachoeira.

QUE, dando apoio à guarnição de serviço, também iniciou buscas na tentativa de encontrar o acusado; QUE por volta das 11h30min obteve a informação de que o acusado estava em sua residência; QUE de posse da informação deslocou-se até o local e ali chegando encontrou o flagranteado; QUE diante dos fatos deu voz de prisão àquele e o apresentou, logo em seguida, nesta delegacia para que fossem realizados os procedimentos cabíveis; QUE presenciou o momento em que o flagranteado ao chegar nesta Delegacia confessou a prática do crime; QUE após o flagranteado ser apresentado nesta Delegacia, o mesmo ainda informou que a roupa que utilizava na madrugada de hoje e a arma do crime estavam em sua residência; QUE diante da informação foi até a residência do flagranteado juntamente com o [...] e ali encontraram a bermuda e camisa utilizadas pelo flagranteado na noite de ontem, sendo que a bermuda apresentava manchas de sangue, assim como a arma do crime, uma faca.

A segunda página conta com a assinatura de uma testemunha, além das mencionadas do Auto anterior. Este é o *Auto de Exibição e Apreensão* que relata o recolhimento na casa do flagranteado, a faca de cozinha, a bermuda e a camisa masculina preta. A terceira página é a *Declaração de Óbito* de Kátia. Neste documento, vemos que Kátia tinha 18 anos, era indígena (não é mencionada a etnia), teve sua causa de morte diagnosticada como “choque hemorrágico” e “ferimentos por arma branca”. Em relação à necropsia, foi assinalado “ignorado” e, na descrição sumária do evento, apenas uma frase: “mulher encontrada morta em via pública com múltiplas lesões”. A *Declaração de Óbito* recebeu a assinatura e o carimbo de uma médica, além do carimbo da delegacia (como todas as outras páginas do Inquérito).

As duas páginas seguintes correspondem ao *Termo de Declaração* de uma das três testemunhas. A jovem de 19 anos relata aos escrivães que estava com dois amigos na orla da praia e viu Kátia, embriagada, na companhia de um desconhecido⁷⁰.

QUE Kátia aparentava estar bastante embriagada, pois cambaleava bastante; QUE os dois iam abraçados, sendo que Kátia não parecia muito ciente de si.

A jovem contou que seu amigo foi até o quiosque e viu Kátia caída no chão, depois chamou sua outra amiga para ver a cena e, em seguida, a chamaram. Havia, disse a jovem, duas perfurações no corpo de Kátia, uma na altura do pescoço e a outra na barriga. As pessoas que moravam ao redor do local foram acionadas e, posteriormente, a polícia. Ela seguiu dizendo

QUE Kátia estava com a blusa suspensa até um pouco abaixo dos seios e sua calça estava com o zíper aberto; QUE não chegou a ver o rapaz entrando com Kátia no box, porém, a última vez em que a viu antes dela ser encontrada morta, foi na companhia daquele; QUE retornou para sua residência após a polícia militar ter chegado no local e retirado o corpo de Kátia dali.

A próxima página conta com a cópia dos documentos da declarante e, na seguinte, vemos o *Auto de Reconhecimento de Pessoa*, em que a declarante reconhece o suspeito apresentado pela polícia como sendo o mesmo que estava com Kátia no dia de sua morte. Esses dois últimos termos são assinados pelos escrivães e a declarante, sendo que o *Auto de Reconhecimento de Pessoa* apresenta a assinatura de duas testemunhas a respeito do reconhecimento realizado pela jovem.

Em seguida, há outro *Termo de Declaração* referente a um jovem de 18 anos que disse ter conversado com Kátia naquela noite e que ela estava visivelmente embriagada e em companhia de algumas pessoas, inclusive com o suspeito. Relatou

QUE não chegou a ver Kátia e o nacional entrarem num dos quiosques, porém, viu momentos depois o rapaz saindo sozinho nas proximidades onde ficam os quiosques; QUE não sabe dizer o que aconteceu entre aqueles, porém, ainda quando estavam na orla da praia ouviu quando alguém disse: “TEM UMA MOÇA MORTA AQUI”; QUE

⁷⁰ A questão do consumo de bebida alcoólica faz parte de um debate público em São Gabriel da Cachoeira. O consumo de bebidas alcoólicas e sua relação com as violências também aparecem nas rodas de conversa em 2018, colocando em relação a liberdade, o comportamento das mulheres e a violência. Cristiane Lasmar (2005), em sua análise sobre as transformações e gênero no alto rio Negro nota que a questão do consumo de álcool interfere na escolha das mulheres indígenas relacionada ao casamento com homem indígena ou não-indígena. A questão do consumo de álcool em São Gabriel é algo que merece uma atenção especial e um aprofundamento nos estudos sobre as relações que essa variante produz. Trabalho como de Souza e Garnelo (2007), analisa o processo de alcoolização entre populações indígenas do alto rio Negro, demonstrando a inter-relação entre o contexto sócio-cultural local, a história das relações interétnicas e os modos de consumo de bebidas alcoólicas. Tendo em consideração o que se bebe, como se bebe e quando se bebe, já que, por exemplo, o consumo da bebida típica produzida a base de mandioca, o *caxiri* é diariamente consumido por alguns, especialmente em rituais. Essas são relações e especificidades importantes de análises para se entender melhor o processo de violência, que exigem mais tempo de estudos e um período mais demorado e denso de trabalho de campo, portanto não serão possíveis de serem analisados nesta dissertação.

foi juntamente com o pessoal que ali estava verificar a informação quando alguém disse: “É A KÁTIA”.

Assim como o Termo e o *Auto de Reconhecimento* da primeira declarante, estes também estavam assinados pelo declarante, escrivães e testemunhas. Já a décima primeira página apresenta outro *Auto de Prisão em Flagrante Delito*, em que o autor do crime foi interrogado. O autor disse que Kátia era amiga de sua irmã, que bebiam juntos na orla da praia e que entendeu que a vítima estava mostrando algum interesse nele.

Tentou agarrá-la em um dos boxes da orla; QUE quando tentava agarrar Kátia, esta o empurrou e disse para parar; QUE quando Kátia o empurrou ela ainda o xingou chamando-o de “filho da puta”; QUE ficou bastante revoltado, tanto pela recusa de Kátia, como pelo fato de ela o ter chamado de “filho da puta”; QUE como estava armado de arma faca, a qual tinha trazido de casa, desferiu alguns golpes contra a vítima; QUE não sabe quantas vezes acertou a vítima, porém, recorda-se que ela ainda tentou se defender, QUE após acertar a vítima, saiu correndo do local.

Na página seguinte, consta a cópia do documento do autor do crime (natural de São Gabriel da Cachoeira, 24 anos, solteiro e desempregado). Em seguida, há *Informações Sobre a Vida Progressiva do Indiciado* (Artigo 6º, Alínea IX do CPPB), documento que contém perguntas sobre a escolaridade, o estado civil, se o indiciado tinha algum imóvel, se praticou o delito quando estava alcoolizado ou sob fortes emoções e se estava arrependido de cometer tal crime. Este documento contém apenas a assinatura de um dos escrivães. O próximo documento que compõe o Inquérito é a *Nota de Ciência das Garantias Constitucionais*, assinada pelo escrivão e pelo indiciado. A *Nota de Culpa*, que informa que o indiciado está preso, é o próximo documento, seguido do *Comunicado à Família*, que apresenta a assinatura do escrivão e da mãe do indiciado. *Guia de recolhimento, ofício nº XXX/2015 – DIP/SGC/AM* endereçado ao Defensor Público Estadual, *ofício nº XXX/2015 – DIP/SGC/AM* endereçado ao Promotor de Justiça, *ofício nº XXX/2015 – DIP/SGC/AM* endereçado à Juíza de Direito, assinados pelo escrivão de polícia, são os próximos documentos que compõem o Inquérito. Em seguida, o documento de *Despacho*, que instaura o Auto de Investigação Social para apuração dos fatos, assinado pelo delegado.

Na vigésima terceira página, há o último *Termo de Declaração* de outra jovem de 18 anos, que relatou ter visto Kátia pouco antes de sua morte com alguns jovens e com um rapaz que a abraçava diversas vezes.

QUE quando saiam do palanque [o acusado] abraçou novamente Kátia e a beijou na boca, momento em que Kátia o empurrou; QUE ficou observando Kátia, principalmente pelo fato dela estar bastante embriagada; QUE por volta das 0h20min, viu Kátia e [o acusado] indo na direção da praia, sendo que [o acusado] estava com um dos braços sobre o ombro de Kátia, dando a impressão de ir lhe puxando; QUE ainda comentaram entre os que estavam com a declarante que [o acusado] ia levar

Kátia para a água, a fim de manter relação sexual com aquela; QUE cerca de 10min (dez minutos) após os dois passarem próximos a declarante e seus amigos, pediu para [amigo da declarante] verificar se avistava Kátia e [o acusado] na praia, pois, pelo fato de Kátia estar bastante embriagada, iria (a declarante) puxar [o acusado] de cima daquela; QUE [amigo da declarante] foi verificar e após retornar disse: “ELE TÁ LÁ EM CIMA DELA”; QUE o local onde [amigo da declarante] se referia era o banheiro de um dos boxes da orla da praia; QUE foi até o boxe puxar [o acusado] de cima de Kátia, porém, quando ali chegou, viu somente os pés de Kátia para fora; QUE acreditando que Kátia pudesse ter dormido ali, resolveu entrar e chamá-la; QUE quando chegou próximo percebeu que Kátia estava com a blusa levantada até a altura dos seios; QUE ainda imaginou que [o acusado] estava tentando abusar sexualmente de Kátia quando [amigo da declarante] passou lá perto, momento em que aquele saiu correndo; QUE como estava bastante escuro pegou seu celular pra iluminar o local e quando ligou este, percebeu que Kátia tinha um corte na região do pescoço e aparentava estar morta; [...] QUE além da perfuração no pescoço Kátia apresentava um outro corte na barriga.

Nas duas páginas seguintes, estavam a cópia dos documentos da declarante e o *Auto de Reconhecimento de Pessoa* assinado pela declarante, escrivães e testemunhas. As próximas cinco páginas são de fotografias. Na primeira, há duas fotos do quiosque onde o corpo de Kátia foi encontrado e, nas próximas quatro, todas as imagens são do corpo morto de Kátia. Duas das fotos evidenciam as duas perfurações no corpo da jovem, conforme narrado pelas testemunhas. A que focaliza a perfuração da barriga também evidencia os botões de sua calça abertos. Outra foto mostra o corpo de Kátia disposto ao chão em meio à sujeira do quiosque, com a blusa suspensa até a altura dos seios. A última também ilustra um dos depoimentos: na vertical, a foto mostra as pernas de Kátia penduradas na porta que, aparentemente, dá para o corredor do quiosque; no corredor, fica mais visível a quantidade de garrafas de bebidas e entulhos abandonados no local. As cenas narradas pelas testemunhas ganharam forma nas fotografias presentes no Inquérito. As fotos foram tiradas pelos policiais após os declarantes encontrarem o corpo; no entanto, seus relatos foram colhidos no dia seguinte ao homicídio de Kátia. Essas imagens do Inquérito materializam e evidenciam os relatos, bem como a morte da jovem, os registros das imagens, como aponta Sontag (p. 69, 2003), são “como registros transparentes da realidade”.

Na trigésima segunda página, aparece o *Relatório* redigido e assinado pelo delegado e direcionado à meritíssima Juíza informando, de forma resumida, os procedimentos de investigação. Segundo Larissa Nadai (p, 211, 2012), para a produção do *Relatório*, todos os relatos apresentados e os trabalhos investigativos realizados para a instauração do Inquérito Policial são revisitados para, então, a delegada concluir o trabalho investigativo da polícia conduzido até o momento. A delegada de São Gabriel da Cachoeira, quando me explicava como era composto um IP, me disse que o *Relatório* era extremamente importante, pois apresenta todo o percurso da investigação de determinado crime e que, por isso, ela se dedicava ao

máximo em produzir um bom documento, afinal, tinha receios de que fosse o único, ou um dos poucos documentos que pudessem ser lidos (nos demais setores da Justiça) no Inquérito Policial. Sendo assim, o *Relatório* presente no Inquérito de Kátia⁷¹ faz menção à declaração do condutor e dos três declarantes, ressaltando as informações: “Estava também com a blusa suspensa e calça estava aberta”⁷², “ao retornar juntamente com [...] ao Box/quiosque encontraram Kátia desacordada com perfurações no pescoço e na barriga e também com a blusa suspensa e calça estava aberta”, “neste momento escutou alguém dizendo ‘tem uma moça morta aqui’”. Ainda,

O indiciado, [nome], vulgo [apelido], confessa os crimes a ele imputados. Afirmou que ele e Kátia estavam muito embriagados e achou que Kátia estava interessada nele. Levou ela para um Box/quiosque, que também é usado como banheiro e tentou agarrá-la. Em seguida, Kátia lhe empurrou e lhe xingou, lhe deixando muito revoltado por sua recusa. Como estava armado com uma faca, desferiu-lhe alguns golpes e evadiu-se do local, escondendo-se em sua residência. Ao amanhecer foi preso em flagrante pela polícia.

Excelência, a autoria e materialidade dos crimes estão devidamente comprovadas pelos depoimentos do condutor, das testemunhas, pelo interrogatório do indiciado, objetos do crime etc. Este é o entendimento desta Autoridade.

Em seguida, o delegado determinou ao escrivão que fizesse a REMESSA dos Autos ao Fórum da Comarca por meio do documento *Despacho*. Em seguida, há o *Ofício nº XXX/2015 – DIP/SGC/AM*, endereçado à Juíza de Direito da Comarca de SGC informando que a cópia da *Certidão de Óbito* e o *Exame de Verificação de Óbito* de Kátia, assim como de outras pessoas, estava sendo encaminhada para ser anexada aos Inquéritos Policiais correspondentes. Este documento está datado do dia 14 de abril de 2015.

O *Exame de Verificação de Óbito*, datado do dia 2 de março de 2015, apresenta, no cabeçalho, o brasão e a denominação “Ministério da Defesa”, “Exército Brasileiro” “CMA - 12ª RM”, “Hospital de Guarnição de SGC/AM”, “(Hospital Uaupés/1922-Unidade Mista SUSAM/1994)”. O documento apresenta a assinatura do diretor do Hospital de Guarnição (HGU) e de duas peritas que produziram o laudo. Este exame foi requerido pela delegacia por meio de ofício a fim de que os profissionais do hospital “descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias, o que encontrarem, descobrirem e observarem, e bem assim, para responder aos seguintes quesitos:”

⁷¹ Importante reforçar que este documento não foi produzido pela delegada que atuava na cidade durante o meu período de campo.

⁷² Na dissertação de mestrado de Cilmaria Veiga (p. 139, 2018) sobre o caso do maníaco matador de velhinhas, a autora chama a atenção para como os agentes de justiça registram os indícios de uma possível violência sexual por meio da observação e atenção que dão as roupas íntimas das senhoras assassinadas.

PRIMEIRO: Houve morte? **“Sim”**.

SEGUNDO: Qual a causa da morte? **“Choque hemorrático”**.

TERCEIRO: Qual o instrumento ou meio que produziu a morte? **“Elemento pérfuro-cortante”**.

QUARTO: Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou outro meio insidioso ou cruel? **“Prejudicado”**.

QUINTO: Qual a provável hora da morte? **“22:30h”**.

SEXTO: Outras observações que julgarem necessárias. **“Recomendável ser encaminhado para Perícia Técnica em Manaus”**.

INSPEÇÃO EXTERNA: **“Face, pescoço: múltiplas lesões pérfuro incisas. Tórax: lesão pérfuro-incisa em região do esterno. Abdome: três lesões em região pélvica de natureza perfurante”**.

Por fim, como último documento que compõe o IP de Kátia, encontrei a *Certidão de Óbito*, que apresenta o título de “Registro Civil das pessoas naturais”, abaixo, “Certidão de Óbito”, nome e matrícula da vítima. Assinado pelo escrevente autorizado do cartório do 1º Ofício de São Gabriel da Cachoeira, esse documento apresenta: sexo (feminino), cor (indígena), estado civil e idade (solteiro - 18 anos), causa da morte (choque hemorrágico, ferimentos por arma branca). Além disso, pergunta sobre naturalidade, documento de identificação, filiação e residência, data, hora e local de falecimento, local de sepultamento, identificação do declarante e da médica que atestou o óbito. Por fim, um campo sobre observações e averbações, com dados pessoais de Kátia e informações sobre filhos e testamentos, além de informar a gratuidade do documento em questão.

2.2.1 Produção de delitos: homicídio qualificado e estupro tentado

A primeira coisa que me chamou atenção ao ler o Inquérito de Kátia foi que, a despeito dos depoimentos de dois dos declarantes indicando a ocorrência de uma possível violência sexual antes da morte, em momento algum foi mencionado em laudos técnicos (como a *Declaração de Óbito*, *Exame de Corpo de Delito*, *Exame de Verificação de Óbito*) que a vítima havia sido violentada sexualmente pelo acusado antes de morrer. Isso me chamou a atenção porque em ligação telefônica, na realização de meu campo online, o profissional da Delegacia me informou que no caso de Sarah, a pedido da polícia, o HGU enviou uma análise de material biológico para Manaus a fim de identificar se houve violência sexual contra a jovem. Sabemos que a inspeção no corpo de Kátia foi realizada de forma externa, não havendo um exame de necropsia e coleta de material vaginal. Também somos informados pelo laudo do *Exame de Verificação de Óbito* que as médicas incumbentes do caso recomendaram que o corpo de Kátia fosse enviado para Manaus, a fim de ser examinado pela Perícia Técnica.

A materialidade dos crimes a que se refere o delegado em seu *Relatório* tem a ver com toda a produção dos documentos apresentados que torna os fatos materializados. Cilmária Veiga (2018), em sua dissertação de mestrado, ao analisar processos judiciais e matérias jornalísticas sobre o caso de assassinato de cinco mulheres em Juiz de Fora, pontua que a produção de provas materiais que confirmam a materialidade de um crime é um processo de articulação. Essa articulação, segundo a autora, ocorre entre informações e documentos que implicam repetições sobre os dados obtidos e o encaixe das articulações com o crime em questão⁷³. Veiga também aponta que o saber prático configura parte da produção de materialidade do crime, quando consideramos, por exemplo, Laura Lowenkron (2013), que mostra em seu trabalho etnográfico como o olhar investigativo dos profissionais de segurança pública produz a materialidade do crime e dos corpos através de análises de vídeos e fotos a fim de determinar a maioria das vítimas, tendo os próprios corpos como ferramentas para a construção dessa materialidade dos crimes. O documento que contém a declaração do condutor da polícia militar que declara a prisão do acusado, assim como a apreensão da arma do crime e das roupas que o acusado estava usando na noite em que matou Kátia, é prova material do crime. Os documentos produzidos pelo HGU atestaram a morte da vítima, especificando sua causa, que, aos olhos dos investigadores, apresenta provável compatibilidade com a arma do crime encontrada. O reconhecimento das testemunhas e o próprio depoimento e confissão do acusado também se mostram relevantes para a associação do crime com um autor. Como apresentado no *Relatório* do delegado, há provas materiais a respeito da morte de Kátia.

Retorno à capa do inquérito e leio “Homicídio Qualificado e estupro tentado”. Intrigada, fui conversar com o profissional da Delegacia da cidade, por WhatsApp, e ele me informa que um caso só é considerado estupro se houver penetração vaginal. No entanto, o Inquérito referido apresenta incidência penal do artigo 213 do Código Penal Brasileiro e o profissional me elucida que o fato de não ter consumado o estupro não reduz a pena, porque a intenção era de cometer o estupro que não se concretizou por causas externas⁷⁴.

⁷³ No caso de Veiga (p. 102, 2018), essa articulação “trata-se de provar que, em conformidade com tais ordenamentos e prescrições, houve roubo e houve morte, e, portanto, está caracterizada a ocorrência do crime de latrocínio”.

⁷⁴ Larissa Nadai (2012), em sua dissertação de mestrado, faz uma discussão sobre a classificação, atualização e atribuição do Artigo nº 213 referente ao estupro no Brasil. Em seu trabalho sobre estupro e atentado violento ao pudor, aponta que a legislação fundamental é o Código Penal de 1940 em que os crimes sexuais constam como crime contra os costumes. Sendo assim, a autora aponta que a legislação assegura a honra da mulher tendo como foco a garantia de direito da família e não o direito individual da mulher. Em agosto de 2009 a Lei nº 12.015 alterou o título VI para “crimes contra a dignidade sexual” e a redação do artigo 213 e 214 referente ao crime de estupro e atentado violento ao pudor, respectivamente, também sofreu alterações: “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (NADAI, p.74, 2012), (BRASIL, 2009).

Importante ressaltar que o termo violência sexual não aparece no Código Penal. Além disso, termos como “estupro” e “assédio sexual” previstos em lei podem sofrer variações de interpretação e preenchimento nos documentos produzidos por diferentes órgãos do Estado, como verificou Flávia Melo (2008) em sua dissertação de mestrado sobre Boletins de Ocorrência produzidos em relação à lesão corporal grave contra mulheres no Amazonas. Na mesma perspectiva de que o que é narrado e escrito nos documentos oficiais sofre alterações, Larissa Nadai (2018) apresenta diversos caminhos que as narrativas sobre a definição legal de estupro e atentado violento ao pudor podem tomar. A autora mostra que falar ““conjunção carnal”, “dedo na vagina”, “pipi no meu bumbum”, “relações sexuais”, “mediante violência”, “com arma de fogo”, “grávida do autor”, consiste em reconhecer que muitas são as formas de seguir por esses trajetos mapeados a partir da legislação”. (NADAI, 2018, p. 78). Em São Gabriel as diversas formas e caminhos que a violência sexual pode se manifestar é notório nos relatos sobre Sarah quando dona Flora me conta que “abusaram muito dela. Ela foi encontrada sem roupas” e ainda, quando o professor José Miguel diz “mas que foi constatado o estupro” referindo-se a fala do investigador da época em que Sarah havia sido morta, bem como relatou-me Laura “ela também estava nua”.

Os *Termos de Declaração*, bem como o próprio testemunho do indiciado que dizem “estava também com a blusa suspensa e calça estava aberta”, “tentou agarrá-la”, “ELE TÁ LÁ EM CIMA DELA”, sugerem versões de relatos a respeito da violência sexual. Estes são relatos dos envolvidos — os quais ganham legitimidade após assinaturas, brasões e carimbos — que foram registradas pelo escrivão de polícia e que elucidam algumas das formas de colocar em jogo a violência sexual. Essa forma de registro sugere tal violência e instaura o Inquérito referente à incidência prevista no artigo 213 c/c artigo 14, II do Código Penal Brasileiro referente ao estupro combinado com a tentativa do mesmo⁷⁵. Ou seja, o documento registra elementos para pensar violências, “violência sexual” como categoria política. No entanto, as materialidades dos crimes podem ser afirmadas apenas sobre a morte de Kátia, incidindo, desta forma, no delito de “estupro tentado”⁷⁶.

⁷⁵ O significado de “c/c” é “combinado com”, no campo do direito o termo é utilizado quando é necessário mais de um artigo como fundamento para determinado ponto, ou seja, quando os artigos são complementares.

⁷⁶ Em sua dissertação, Veiga (2018) mostra como o crime de latrocínio foi uma estratégia para a condenação do homem que roubou as cinco idosas em Juiz de Fora, tendo em consideração que, por meio de provas materiais, o crime de homicídio relacionado às cinco vítimas poderia não ser atribuído ao indiciado. A autora ressalta que nos autos processuais que analisou “a fábula foi construída por meio de determinadas articulações que, em suas reificações e repetições, hierarquizaram termos, evidências e procedimentos, nos quais a ocorrência do latrocínio ganhou relevo: de cadáveres, amarras, mordanças, enforcamentos, espancamentos, televisões, relógios, rádios relógio, cheques e documentos roubados, enquadrou-se o latrocínio” (VEIGA, 2018, p. 111).

Desse modo, o Inquérito Policial de Kátia mostra o processo da produção de materialidades, articulações jurídicas sobre o assassinato produzindo um argumento sobre o crime, o responsável/culpável pelo ato hediondo e sobre como um estupro pode ou não ter acontecido. O documento nos ajuda a pensar as relações e articulações referentes ao caso de Sarah em relação as ações das testemunhas que acompanham com o olhar momentos antes do assassinato das jovens. Nos dois casos as testemunhas deixam a cena seguir o seu curso, mas no caso de Kátia a jovem interrompe e corre para ver o que está acontecendo porque sabe o que pode acontecer. A testemunha que viu um homem conversando com Sarah em um local escuro perto do terreno baldio percebeu que o casal estava discutindo e se atentou a cena que se apresentou a ela. Se atentar a essas condições também infere um certo conhecimento sobre riscos, perigos, cuidados, medos, violências. Logo, essas testemunhas produzem, por meio do Inquérito Policial, saberes sobre violências que ocorrem à noite em espaços não domésticos.

2.3 Francisca e os percursos do corpo morto: mulheres indígenas e a produção de saberes

No primeiro dia de trabalho na VE, ainda confusa, perguntei à profissional da Vigilância que estava sentada próxima a mim como eram feitas as análises dos corpos para a produção da Declaração de Óbito. Ela olhou para os outros dois funcionários que estavam na sala e, rindo da minha pergunta, disse: “Ela acha que aqui tem IML, aqui não tem IML”. Recordo-me de algumas informações a respeito da operacionalização de agentes do Estado que eu tinha antes de ir para São Gabriel da Cachoeira. Uma delas é que em investigações criminais que ocorriam na cidade, por exemplo, a atuação de médicos legistas era realizada de forma ad hoc, ou seja, algum médico é nomeado para acompanhar determinado caso.

A profissional da VE me explicou que, quando um corpo é encontrado na cidade, o Departamento Funerário o leva para a capela do cemitério (que é em frente a *casinha*) e, às vezes, se a polícia é acionada, um Boletim de Ocorrência é lavrado. Isso faz com que a delegacia nomeie um médico da cidade para o caso. Esse médico vê o corpo e o analisa conforme sua competência e preenche a Declaração de Óbito. Já em trabalho de campo online, por meio de ligação telefônica, confirmando essas informações, o profissional da Delegacia me elucida que raramente o Hospital de Guarnição atende aos pedidos da Polícia da cidade para enviar amostras de material biológico para Manaus, como aconteceu no caso de Sarah.

Em outubro de 2021 fui com o professor José Miguel e Laura até o cemitério da cidade, próximo à Vila Tuyuka, com a finalidade de visitar o túmulo de Francisca e conhecer a tal *casinha do cemitério*. Assim que passamos pelo portão, à esquerda havia uma casinha com uma

porta e uma janela aberta. Paramos e Linda nos disse que achava que aquela era a *casinha do cemitério* onde deixaram o corpo de sua tia. Um senhor indígena de aproximadamente 60 anos perguntou o que desejávamos e em seguida começou a nos explicar o funcionamento do cemitério contando que ali não era a *casinha* e sim o Departamento do setor administrativo do cemitério. Levou-nos até a capela e a *casinha*, que fica mais ou menos no centro do cemitério. A *casinha do cemitério* é uma sala pequena que contém uma mesa metálica com relevos. Segundo os relatos de Laura e Linda é sobre essa mesa que o corpo de Francisca foi reconhecido pela família.

O senhor que nos atendeu contou-me que trabalha no administrativo por conta de sua idade e de alguns problemas de saúde, mas ainda se nomeava como coveiro, sua antiga profissão. Narrou a mim que a Secretaria de Saúde é a primeira instituição a ser acionada quando um corpo é encontrado em via pública que por sua vez comunica a polícia e a prefeitura sobre o acontecido. A partir deste comunicado às instituições um médico é nomeado para verificar o corpo e, caso solicitado pela família, ocorre a coleta de materiais biológicos para análise laboratorial em Manaus. Nesse momento o diretor do Departamento se juntou a nós e começou a me dizer que “teve uma menina [Sarah] que estava vindo da escola e fizeram a coleta nas unhas dela, encontraram o cara fugindo em um barco para Manaus. Ele estava com o pescoço todo arranhado”. Ambos contaram que no Hospital de Guarnição é realizado apenas o trabalho emergencial e que por isso não recebem nenhum corpo morto e que lá também há uma capela com espaço para dois corpos, mas que é ocupado apenas por pessoas que falecem no hospital.

Após um longo período de conversa com os profissionais que trabalham no cemitério retornei ao encontro do professor José Miguel e Laura para saber enfim onde está o túmulo de Francisca ao que me foi respondido que não o encontraram. Naquele momento olhei para o professor que parecia tão impactado como eu porque, até aquele momento, eu não tinha encontrado a Declaração física referente ao Óbito, nem o Inquérito Policial e nem o túmulo de Francisca. Como relatou-me a funcionária da Delegacia quando procurava pelo Inquérito de Francisca e não encontrou nenhum registro no Livro Tombo que apresenta o conjunto de registros dos Inquéritos Policiais: “se não está aqui é como se não existiu”. O documento realmente não sabemos se existe ou se em algum momento foi instaurado apesar de termos a informação, relatada por Linda, de que o marido de Francisca compareceu algumas vezes na Delegacia para depor sobre o ocorrido. O desencontro com o túmulo de Francisca reforçava a ausência, não apenas de informações oficiais a respeito de violência sexual nos documentos, mas, uma ausência de toda a materialidade que eu buscava encontrar a respeito de Francisca.

O que até então preenchia a lacuna do espaço vazio da materialidade produzida em torno do corpo de Francisca nessa dissertação é o conteúdo da Declaração de Óbito — por meio da fotografia disponibilizada por José Miguel — e os relatos das demais *parentas* como Linda, também sobrinha de Francisca, e Ângela, de 50 anos:

Nossa parente foi cruelmente violentada, estrangulada e assassinada, morreu deixando o esposo e os cinco filhos que na época ainda eram menores de idade. Ela foi parar no “Bela Vista”, que é um local de festa, ou seja, um bar, pra dizer a verdade. E foi lá naquele local que tudo aconteceu. No outro dia, que já era segunda feira dia 17 de agosto, o marido dela começou a procurá-la desesperado dizendo que a esposa não voltou pra casa. Quando deu 10 horas da manhã alguém escutou na rádio FM que tinha um corpo no necrotério que era para ir lá reconhecer o corpo, e foi aí que o pessoal foram ver e se depararam com a pessoa que estavam procurando, trouxeram o corpo dela para casa, para mandar realizar os devidos exames. Foi então que descobrimos que o pescoço foi estrangulado e que também foi violentada sexualmente, porque o corpo foi encontrado sem roupa. A investigação desse caso não foi concluída e nós nunca tivemos um resultado da pessoa culpada por esse ato de violência contra a nossa parente. Também o esposo parou de correr atrás do caso porque nunca teve resultado positivo. Vários casos assim foram esquecidos e deixados de lado pelas autoridades do município sem se importar com a dor da família que perdeu um ente querido.

(Depoimento de Linda, Caderno de Campo, 2021).

É muito difícil uma coisa dessa. Não sei te explicar nada sobre isso, dói muito para nós indígenas. O hospital não sabe fazer nada, o médico foi em casa com a assistente social da prefeitura, o médico não fez nada, não fez exame, não verificou nada. A gente pode ser pobre, mas tem que ter esse direito. No corpo dela [o médico] não mexeu nada; achei estranho isso.

(Depoimento de Ângela, Caderno de Campo, 2020).

De forma mais detalhada, Laura contou-me que tudo aconteceu em um final de semana em que sua tia saiu para beber como de costume, mas que, naquela vez, não retornou para casa. Nesse relato, de maneira complementar ao que me contou a profissional da Vigilância Epidemiológica, a *parenta* mostra questões técnicas e do âmbito mais público da violência. Em sua fala, aparecem as relações com o Estado, mas também o próprio Estado precário em diversos planos, inclusive tecnicamente. Ela mostra a mobilidade do corpo morto que percorre a via pública, certamente o carro da polícia, o HGU, a *casinha do cemitério* e, ainda, mobiliza a rádio municipal. Para além disso, a sobrinha de Francisca reforça o não desfecho do caso e a insatisfação com o trabalho médico, ela nos apresenta uma análise interessante sobre o próprio corpo de Francisca, que por meio dos conhecimentos das *parentas*, deixa em aberto outra interpretação sobre os fatos que envolvem o caso.

Quando eles [os policiais] acharam o corpo ainda estava quente, entendeu? O corpo não estava gelado como se tivesse passado horas após o óbito dela, tava quente, tava mole, não duro e gelado como acontece quando a pessoa morre. [...] Eu não sei se ainda estava com vida porque falaram que ela chegou no hospital, [...] aí como sempre,

o médico de plantão não chega na hora, não sei que tipo de negligência aconteceu lá. Mas se ela parou no hospital é porque ainda estava com algum batimento cardíaco. Então, quando o médico foi atender, aparentemente ela já estava sem vida, porém o corpo ainda não estava gelado, aí como ela já não tinha vida eles [os policiais] trouxeram aqui no cemitério e deixaram ali. E parece que comunicaram na rádio que tinha uma mulher morta no cemitério e quem pudesse reconhecer que fosse lá para reconhecer e avisar os parentes, aí como todo mundo aqui em casa estava agoniado porque ela não tinha voltado, o meu tio foi lá no cemitério vê de quem que se tratava. Só depois de meio dia o doutor veio examinar ela, aí que ele determinou que ela tinha sido estrangulada. E só pelo fato da cabeça não estar firme na coluna ele disse que tinha sido estrangulamento, porque ele simplesmente fez o exame físico ali e nada mais aí como o pescoço estava quebrado ele definiu como estrangulamento. Bom na verdade eles [policiais] comentaram sobre violência sexual, pois no local ela tava nua, a roupa que ela levava tava toda rasgada, a bermuda tinha sido tirada, ela tava só de calcinha e com a blusa toda rasgada. Devido a isso, eles falaram que tinha tido violência sexual. Porém, a minha tia, quando ela foi limpar o corpo, ela percebeu que não tinha nenhuma secreção na vagina dela ou nas pernas que alguém pudesse dizer que ela tinha sido abusada, porque se fosse lógico que ia ter algum tipo de secreção, não é? E minha tia disse que não, que estava limpo⁷⁷.

(Depoimento de Laura, Caderno de Campo, 2020).

Larissa Nadai (2012) nota que a questão do consentimento das relações sexuais identificadas pela perícia permanece incógnita nos documentos, ou seja, o laudo do IML pode identificar que houve relação sexual, mas não que não houve consentimento. Numa mesma direção, Nadai e Veiga (2020), na comparação entre documentos produzidos sobre corpos de mulheres mortas e vivas, concluem que é muito difícil afirmar em um documento a violência sexual sofrida. Em contrapartida, dizem que, em relação a um corpo morto, a autópsia, no seu papel de escrutinar o corpo, informa detalhadamente todas as observações realizadas na leitura dos corpos, fazendo, então, aparecer a causa da morte. Embora o documento seja outro, utilizando o termo das autoras, para o médico que atendeu Francisca e pelo registro que apontou em sua Declaração de Óbito, o “pedaço de carne” do corpo que lhe importou foi unicamente seu pescoço, que não estava perfeitamente ajustado ao tronco.

Ainda neste trabalho, no qual as autoras comparam os documentos de perícia produzidos no IML de Campinas em relação a estupros e atentados violentos ao pudor com os documentos cadavéricos produzidos sobre casos de latrocínio em Juiz de Fora, elas falam sobre um “saber ler corpos”, bem como saber descrever as técnicas em documentos sobre sofrimentos que marcam a carne, fazendo “com que os discursos que falam sobre materialidades corpóreas, feridas, sangue, sofrimento, manifestem-se por intermédio de terminologias médicas”

⁷⁷ Cabe ressaltar que se não houver ejaculação, ou se a pessoa ejacular dentro da vagina, ou ainda com o uso de preservativo, dificilmente os fluidos estariam no corpo da mulher. Isso nos leva a pensar como pensamos e trabalhamos a violência sexual no senso comum e como que essa busca pela prova cabal da violência sexual se aproxima com o que a justiça faz com a palavra das vítimas de violência sexual no caso de mulheres vivas.

(NADAI&VEIGA, 2020, p. 189). Medeiros (2018), em um contexto voltado majoritariamente para homens, geralmente negros, no Rio de Janeiro, mostra-nos que, durante a necropsia, a interpretação médica fazia o corpo falar. Isso é interessante para pensar todo o contexto em que o corpo é encontrado para definir, por exemplo, se houve violência sexual. Nos casos de Sarah e Francisca, seus corpos estavam nus e em nenhum documento estudado é mencionado a presença de algum tipo de fluido, fissuras na vagina ou indícios de violência. Para as testemunhas, assim como para os populares que me relataram sobre Francisca e Sarah, o fato de estarem nuas ou com apenas parte de suas roupas determinava que essas mulheres foram violentadas sexualmente.

Em São Gabriel da Cachoeira, especificamente em relação ao caso de Francisca, quem produz de forma mais ampla esse “saber ler corpos” são as *parentas* de Francisca. No relato da sobrinha, é perceptível que ela questiona o médico que olhou apenas para o pescoço da obituária, não realizando nenhum tipo de exame, nem mesmo uma “leitura do corpo” ou ao menos “ouvir” o que ele tinha a dizer para definir melhor a causa da morte. Analisando todo o contexto em que se encontrava o corpo de Francisca, a *parenta* coloca em dúvida a violência sexual que os policiais afirmaram, sobretudo por causa da ausência de fluídos na vagina.

Por meio da leitura do corpo de Francisca, suas *parentas* contestam termos especializados em documentos oficiais. Assim como as famílias de vítimas de execução sumária no Rio de Janeiro procuram fazer uma releitura de documentos do Estado a fim de proporcionar uma nova narrativa sobre os casos (FARIAS, 2020), essas mulheres realizavam uma nova leitura do corpo, colocando em questão as explicações oficiais do Estado por meio das análises do médico e dos policiais e, conseqüentemente, dos próprios documentos produzidos.

Entre as tensões e saberes que as *parentas* evidenciaram em seus relatos, a ausência antes mencionada passou a movimentar o meu próprio trabalho etnográfico. Durante a segunda tentativa de encontrar o túmulo de Francisca, desta vez com Linda e três de seus filhos, ao lado de uma pequena árvore na lateral direita do cemitério encontramos um túmulo azul desbotado, com fragmentos em preto que entendemos ser o nome de Francisca. A filha mais velha de Linda foi quem reconheceu o túmulo dizendo “olha aqui a árvore que plantamos”. O sol estava demasiadamente quente, mesmo assim, enquanto as crianças foram brincar no espaço do cemitério, Linda e eu sentamos no túmulo ao lado do de Francisca e começamos a conversar sobre a morte da *parenta*.

Quando meu tio veio reconhecer o corpo na casinha do cemitério ela estava dentro de um caixão da prefeitura e já tinha algumas formigas saindo de sua boca e nariz. Quando minha tia Ângela foi limpar o corpo vimos que a perna dela estava toda roxa.

O médico quando chegou disse que não deveríamos ter mexido no corpo, mas a gente só limpou porque não tinha como a gente deixar ela daquele jeito. Alguns falam que ela foi encontrada perto do HGU já sem roupa, sem bermuda, sem nada. Não sabemos se foi os policiais ou se foram os criminosos que a deixaram lá para alguém ver. Os policiais trouxeram ela do HGU para a casinha do cemitério. A roupa foi encontrada no caminho entre o Alemazonas e o Bela Vista. Os policiais levaram o marido dela para o local em busca de provas e acharam a bermuda dela, um pedaço de madeira e uma pedra. Acho que usaram a madeira para quebrar o pescoço dela.

O Alemazonas e o Bela Vista são dois bares famosos em São Gabriel da Cachoeira que estão localizados no *Dabaru Beira Rio* na orla do rio Negro no bairro Dabaru. Em frente aos dois bares há um espaço enorme ao ar livre e atrás há o rio Negro. Entre esses dois bares há uma grande quantidade de árvores e um estreito caminho, que faz a conexão entre os dois locais. Foi nesse caminho que as roupas de Francisca foram encontradas pelos policiais. A narrativa sobre as roupas de Francisca bem como os relatos sobre o caso de Sarah e de Kátia são os primeiros indícios que levam a pensar a ocorrência de violência sexual. As testemunhas no caso de Kátia e Sarah assim como as *parentas* de Francisca produzem um saber sobre os corpos vivos e mortos destas mulheres e um certo tipo de cuidado relacionado aos seus corpos. Cuidado esse que fez Sarah ser observada quando estava acompanhado de um homem em um local escuro, que fez a testemunha pedir para um amigo averiguar o que estava ocorrendo com Kátia e que iria tirar o acusado de cima dela caso fosse necessário e, no caso de Francisca, o cuidado para com a limpeza do corpo.

Na tentativa de evidenciar estratégias que obliteram a violência sexual contra essas mulheres é possível encontrar produção de saberes e conhecimentos que permitem contestar conclusões do Estado.

2.4 Fotografias, violências e documentação

A cena etnográfica que apresentarei advém do meu primeiro dia de trabalho na Vigilância Epidemiológica, no qual a profissional da VE — que me recebeu e aceitou a realização de meu trabalho dentro da instituição — sentada próxima a mim, me disse que provavelmente não iria me acompanhar até o final de meu trabalho, pois havia pedido transferência, uma vez que estava muito sobrecarregada. Frisou que trabalharia em outra instituição pública de saúde, com menos responsabilidades e tarefas a serem desenvolvidas por ela. Contou-me que recebia muitas fotos dos moradores da cidade em seu WhatsApp. Eram registros de pessoas encontradas mortas em vias públicas. Continuou contando que não sabia mais o que fazer com as imagens, já que não iria mais atuar naquela instituição. Além disso,

acrescentou os diversos trabalhos que estavam surgindo devido a pandemia de Covid-19, como a produção do Plano de Contingência Municipal, a reestruturação da rede do serviço de saúde para monitoramento das pessoas com suspeitas da doença.

Segundo Flávia Medeiros (2018), além dos corpos, registros em papéis e radiografias, as fotografias também fazem parte da série de instrumentos que são utilizados para a produção de documentos públicos que declaram a morte dos indivíduos. A partir disso, me atentei a algo importante, que me chamou atenção somente após sair de São Gabriel e iniciar a análise dos meus dados de campo. Em meio ao relato e desabafo da profissional da Vigilância, ela menciona as fotos de pessoas mortas chegando em seu aparelho telefônico. As pessoas enviavam as fotos para a profissional que, por sua vez, armazena essas fotos para a complementação de seu trabalho. Essas fotos enviadas pelo WhatsApp são documentos que provam a existência de um corpo morto em uma via pública e que tem a finalidade de encontrar uma resolução para a questão, ao mesmo tempo que é um documento que possibilita a identificação de pessoas desaparecidas e mortas. A profissional da Vigilância relatou-me que não sabia muito o que fazer com as imagens porque já haviam alcançado uma quantidade significativa e receava que um parente próximo de uma vítima fosse à sua procura quando ela não mais tivesse seu banco de imagens.

Esta cena apresenta alguns elementos interessantes que nos permitem pensar sobre a morte e o Estado em São Gabriel da Cachoeira. O primeiro elemento, mais evidente, diz respeito a essas mortes serem públicas, no sentido de que ocorreram em locais públicos e não domésticos. O compartilhamento das fotos de pessoas mortas com a profissional da Vigilância também remete a uma noção do cotidiano, indicando que o fato da morte em via pública, conhecido por meio da fotografia, ocorre na cidade. Esse tipo de compartilhamento de fotos de pessoas mortas, desaparecidas, violentadas sexualmente e de agressores é recorrente em São Gabriel da Cachoeira. Recordo-me de um caso que ocorreu poucos dias antes de eu chegar na cidade. Em um café da manhã no ISA, Carlos, de etnia Tukano, aproximadamente 40 anos e funcionário da mesma instituição, contou uma história que aconteceu dias antes de nossa conversa:

Nós estávamos vindo da comunidade e aí vi uma outra canoa acenando e eu pensei que fosse o motor, que tivesse acontecido alguma coisa e eles estivessem precisando de ajuda para isso. Mas eu também estava com o barquinho cheio e não poderia fazer muita coisa. Chegando perto, eu vi três homens neste outro barco e eles apontaram para o rio e aí eu vi que era um cadáver de uma menina né, ele tava normal só estava um pouco inchado e o rosto deformado. Os homens não queriam pegar o corpo porque eles estavam com medo e tudo mais e eu disse para eles pegarem o corpo porque não tinha como eu colocar no barco porque já estava cheio e que cabia ali no barco deles. Então esses homens pegaram o corpo e levaram pra praia e no mesmo momento pedi pra minha esposa ligar para a polícia e aí imediatamente a polícia já veio com a família

da menina porque ela já estava desaparecida desde sábado. Porque aí domingo já estava boiando né, é o tempo certo de o corpo boiar. Então a polícia chegou, não havia nenhum médico, ninguém examinou o corpo porque não tem como examinar.

(Caderno de campo, p. 2-3, 2020).

Sobre este ocorrido, a delegada me disse que a polícia contava com os relatos de testemunhas nas investigações porque, aparentemente, essa menina indígena foi vítima de violência sexual. Em conversas posteriores, a delegada sempre me relatava que estava ouvindo as testemunhas, analisando vídeos e fotos da vítima – que, antes de sua morte, dançava funk, embriagada, em uma festa. Eu não tive acesso a nenhum destes materiais que aparentemente estavam circulando nas redes sociais. No entanto, enviaram-me um *print* de um *post* no Facebook. Esse *print* tinha a foto do suspeito do crime, um jovem de aparentemente 18 anos, juntamente com um texto acusando-o de ter matado a jovem e, ainda, de “querer pegar ela à força”, dizendo que ele havia chegado “sem as calças, sem sandálias e nervoso”. No último dia que trabalhei na delegacia, perguntei à delegada qual fim teve a investigação do caso da menina Baré, e ela me contou que em seu relatório deixou evidente os relatos e suposições sobre a violência sexual, mas que, como não tinha a materialidade do crime, não pôde determinar o estupro da menina. Sua fala me fez perceber que há uma tensão entre o que “todo mundo sabe” e o que o Estado pode, quer e consegue estabelecer de maneira articulada, capilar, e em cada composição documental, como verdade oficial sobre os corpos dessas mulheres. Os agentes do Estado são parte desse “todo mundo sabe”, ao mesmo tempo em que são eles mesmos que produzem — seja por falta de suporte técnico para comprovar a materialidade do crime e dar seguimento à investigação como no caso da delegada de polícia ou, ainda, por não querer se comprometer com estas questões, como relatou a profissional da SEMSA — o silenciamento sobre violências sofridas pelas mulheres indígenas⁷⁸.

Após o término do meu campo presencial em São Gabriel da Cachoeira, recebi, já na primeira quinzena de novembro, em um dos grupos de WhatsApp, uma foto de um homem morto na praia de um dos portos da cidade. Em seguida, também me foi encaminhada uma mensagem que dizia que o departamento funerário e a delegacia da cidade contavam com a colaboração da população para o reconhecimento do homem na capela do cemitério da cidade. O professor José Miguel, de forma similar, relatou-me que, em 2016, diversas fotos do corpo de Sarah foram publicadas no Facebook, bem como fotos de outros crimes, suas vítimas e seus autores. Durante os dias em que estive na cidade, também foi compartilhada, na intenção de

⁷⁸ Agradeço as considerações de Letícia Ferreira em minha banca de qualificação que me chamou a atenção para essa perspectiva.

alertar a população, a foto de um jovem que havia assaltado um dos maiores mercados de São Gabriel. Ao mesmo tempo que esse compartilhamento me parece a busca por suprir a defasagem da atuação estatal e mitigar os sentimentos de injustiça e impunidade, é importante considerar que a imagem de corpos mortos e de acidentes exerce um fascínio. Fazer circular vídeos e fotos de um corpo violentado é o prazer em se horrorizar com a morte e falar sobre ela, como já apontado por Sontag (1933).

Em trabalho no qual discute sobre fotos de vítimas da guerra, Susan Sontag (1933) diz que a fotografia flerta com a morte desde sua invenção, em 1839. No contexto de São Gabriel, também fica evidente uma relação da morte (e das violências) com a fotografia, com um intuito que me parece particular em buscar, de alguma forma, resolver uma situação (como expor um ladrão ou um agressor, informar sobre violência sexual, identificar algum corpo, recolher um cadáver do rio). Este é o terceiro ponto que gostaria de trazer à luz para pensarmos sobre a morte na cidade, por meio da cena com a profissional da Vigilância. Inclusive, esta relação de violências, imagens e compartilhamentos está ligada ao primeiro e terceiro ponto que mencionei: as mortes ocorreram em vias públicas, permitindo o acesso público a elas e, também, ocorreram no campo do ordinário. O que chamo de ordinário é entendido e elaborado por Veena Das (2020) como sendo um evento onde é possível acionar e fazer parte da vida de outrem, portanto, não está no campo de eventos extraordinários. Essa conexão ocorre porque os moradores da cidade são, geralmente, os primeiros a terem acesso ao corpo morto e que produzem materiais que funcionam como provas da morte ocorrida.

Essa atuação dos moradores nos dá pistas para determinadas capilaridades dos níveis e práticas processuais e complexas do Estado. Todos os eventos descritos anteriormente a respeito do compartilhamento de imagens e vídeos sobre corpos mortos e ações que contém determinadas violências são também exemplos da atuação dos moradores frente a problemas de responsabilidades relacionados à Segurança Pública, bem como à Secretaria de Saúde.

No capítulo anterior, menciono algumas instruções que foram anexadas no mural da Delegacia de Polícia da cidade que informavam como deveria ser a atuação dos profissionais da delegacia em caso de alguma eventualidade como homicídios, violência contra a mulher e a criança. Algumas das instruções consistem em ir ao local do incidente para a produção de fotografias, registrar as fotos e enviar as informações no grupo da Polícia Civil. No entanto, são os moradores da cidade que produzem um primeiro registro, um primeiro ponto de vista do real (e enquadrado) através da fotografia e compartilham com a profissional da Vigilância Epidemiológica e outros moradores.

Os corpos dos moradores estabelecem uma relação com o corpo morto em via pública que, por meio do registro, acaba tendo a responsabilidade de não fazer desaparecer aquele que se foi. Ao mesmo tempo, o ato de registrar e compartilhar as imagens pode ser uma maneira de suprir a morosidade e até o silenciamento dos agentes do Estado em relação às violências que ocorrem na cidade, fazendo com que a imagem compartilhada siga seu próprio curso nas instâncias competentes. Susan Sontag (p. 36, 2003) em seu livro que discute como a produção de imagens pode produzir apatia, violência e dores nos espectadores, diz que “as intenções do fotógrafo não determinam o significado da foto, que seguirá seu próprio curso, ao sabor dos caprichos e das lealdades das diversas comunidades que dela fizerem uso”.

Fotos de um corpo morto em via pública, um corpo encontrado no rio, imagens de agressores e ladrões são circuladas para que haja reconhecimento e seja dado encaminhamento a esses casos pelas instâncias estatais competentes. A função dessas imagens me parece diferente daquelas poucas encontradas nos Inquéritos Policiais, que eram parte da constituição de provas materiais de determinado crime. As fotos de Kátia, apesar da ausência de relato técnico policial e médico sobre elas, me pareciam a prova da narrativa dos declarantes, prova de um corpo morto, perfurado e possivelmente violentado sexualmente. Pode-se observar o local em que ela foi morta, as marcas deixadas em seu corpo pela faca de cozinha utilizada e as roupas desajustadas em seu corpo. Da mesma forma, recordo-me de um inquérito de estupro de uma criança em que havia fotos das roupinhas totalmente organizadas e dispostas sobre uma superfície lisa, as quais, possivelmente, foram enviadas à perícia em Manaus para encontrar algum vestígio da violência contra a criança, produzindo, desta forma, a materialidade do crime.

Acredito que uma cena importante para a narrativa dessa produção de materialidade por meio de fotos e laudos, não necessariamente voltados para a resolução de um problema no campo do ordinário, foi quando a delegada se sentou comigo em sua sala para me mostrar o que era um Inquérito Policial. No recinto bem iluminado e extremamente gelado devido ao ar-condicionado, observei que, em sua mesa, havia diversos Inquéritos nos quais possivelmente trabalhava.

A delegada pegou um papel em sua mesa e começou a fazer uma pequena diferenciação entre a DIP e a DEP, assim como a professora Flávia Melo havia me ensinado anteriormente. Explicou-me que, na maioria das vezes, os crimes relacionados à DIP produzem um *Termo Circunstanciado de Ocorrência* (TCO), que é um documento simples, feito, geralmente, em uma única folha e, os relacionados à DEP, produziam o Inquérito Policial. Em seguida, tomou um dos Inquéritos que estavam em sua mesa, folheando a fim de mostrar-me os documentos que compunham o IP, até que chegamos na página que continha uma foto da

vítima, mulher adulta que havia sido agredida e que apresentava um ferimento em seu nariz. Nas páginas seguintes, estava um *Termo de Compromisso de Perito ad hoc* do HGU⁷⁹, documento produzido por profissional técnico do Hospital. Neste documento, o primeiro quesito a ser respondido pelo perito era se “há ofensa à integridade física do paciente?”; a resposta a esta pergunta foi negativa. A delegada, com voz alterada e retornando à página da imagem da vítima, disse-me que aquilo não era possível. Mostrava-me a imagem dizendo que o ferimento na foto estava completamente visível e que ele não poderia dar essa resposta. Sua alteração também se deve ao fato de o médico em questão já ter enviado outros laudos com esse mesmo tipo de problema, mas, desta vez, ressaltou que eles teriam que conversar mais seriamente. Como sugere Butler (2018), a fotografia se converte em uma cena estruturadora da interpretação em que descreve uma cena dentro de um enquadramento. A autora, ao elaborar a maneira como a dor é nos apresentada, tendo em consideração fotografias de crime de guerras e um diálogo com Susan Sontag e como essa apresentação afeta nossa resposta, diz que a prova visual e a interpretação discursiva sobre uma fotografia atuam uma contra a outra (p.122). Deste modo, Butler sugere que para que as fotografias nos comuniquem diversos conteúdos, elas devem apresentar uma função transitiva que nos permita uma elaboração ética de resposta. Posteriormente, analisando os desdobramentos de um espancamento de um jovem negro cometido por quatro policiais brancos em Los Angeles no ano de 1991, Butler (2020) nos conduz a pensar na possibilidade de olhar para a mesma imagem e ver coisas diferentes porque a materialidade é relação, é perspectiva, é articulação e coordenação⁸⁰. No caso específico da foto apresentada pela delegada, a materialidade é a foto, bem como a alteração da delegada e a performance dela diante de mim, em aliança.

Portanto, a construção de relatos que seguem nas redes sociais com as imagens dos corpos violentados e desaparecidos se difere das imagens encontradas nos Inquéritos quando analisadas etnograficamente. Na tentativa de identificar e analisar os contextos, as situações e os atores das experiências de terror, Juliana Farias (2015, p. 22), por meio da análise do laudo cadavérico de Carlos Eduardo, executado na chacina do Borel, fala sobre perguntas não impressas e não respondidas, perguntas impressas e respostas incompletas, mostrando que elas podem produzir uma lista de ausências de informações no laudo cadavérico. Para compreender

⁷⁹ Flávia Melo (2008) ressalta a relevância do exame de corpo de delito em casos de lesão corporal grave realizados no IML de Manaus (AM). A autora discute como as marcas no corpo são transcritas e preenchidas nos formulários médicos mostrando que, no caso de lesão corporal grave, os quesitos mais importantes são aqueles que causam prejuízo permanente ou algum dano à membros do corpo por meio de cicatriz.

⁸⁰ Este espancamento foi gravado em vídeo e utilizado tanto pela acusação quanto pela defesa do caso diante do júri.

este contexto social, a autora supõe gradações de visibilidade tendo em consideração as tensões existentes entre os esforços para a produção da visibilização – por meio de uma capa de revista –, ao mesmo tempo em que há uma produção da invisibilização de mortes de moradores de favelas no Rio de Janeiro por meio do laudo cadavérico. Para a autora, estes dois materiais abarcavam um mesmo problema de pesquisa, a saber, a fabricação da legalidade das mortes pelo Estado. Tal fabricação é trabalhosa, é relacional e está em relação, justamente, com “regimes de visibilidade”, regimes do olhar.

Em SGC, as imagens aparecem nos Inquéritos (na menor parte deles), mas se apresenta de forma mais intensa no compartilhamento entre a população e a profissional da Vigilância, bem como, muito provavelmente, com a própria delegada da cidade, produzindo a visibilização dos corpos mortos e violentados. Isso tendo em perspectiva uma resolução de problemas a nível comunitário em que a ideia é identificar os envolvidos e visibilizar a questão aos moradores, inclusive os agentes de Estado.

Outro ponto para se pensar a composição do Estado em São Gabriel da Cachoeira diz respeito à documentação de fotos realizada pela profissional da Vigilância, mesclando um plano analítico que envolve ser e não ser composição de Estado. Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017, s/p) chamam a atenção para um fazimento cotidiano de Estado que é necessariamente produzido a partir de mobilizações afetivas, relações generificadas e sexualizadas.

E, onde há o cuidado e a vigilância em não tomar o Estado como unidade institucional, ideológica ou ideacional, isso em geral não se faz ao ponto de considerar que seus processos permanentes de constituição são sempre e necessariamente sexualizados, generificados e atravessados por afetos. Defendemos, assim, que levar a sério a complexidade e a processualidade inerentes ao Estado, implica compreendê-lo como trama de sentidos, possibilidades de ação e formas de interdição feitas de e por dinâmicas de gênero.

O que quero dizer é que o ato de documentar e produzir um arquivo de fotos — realizado por uma mulher, moradora de São Gabriel e agente do Estado — se nubla entre essas configurações processuais. A profissional armazena as imagens advindas de outros moradores para comporem um arquivo pessoal-institucional de fotos, a fim de serem utilizadas como ferramentas que contribuem com seu trabalho na Vigilância Epidemiológica. Afinal, como ressaltou Sontag (p.42, 2003) “não se espera que uma foto evoque, mas sim que mostre”, mostre que há um corpo em via pública e mostre as soluções que a população procura ao enviar a imagem e, por meio da fala da profissional da Vigilância, possibilite alento às famílias que têm parentes desaparecidos. O fato de a profissional da Vigilância produzir um arquivo pessoal-institucional de fotos é a perfeita noção de capilaridade e de governamentalidade. Não há um Estado lá, uma moradora aqui, um arquivo pessoal, um arquivo institucional: tudo está nos

fluxos e nas multiplicidades. A profissional é moradora, é mulher, é Estado. As pessoas mandam fotos para ela em todas essas posições e ela tem que lidar com essas fotos, que também são múltiplas, desde todas essas posições, e, assim, se produzem as coisas. O próprio corpo da profissional, em ação e em relação, confecciona versões compostas de relações capilares, por meio de pessoas, instituições, documentos/fotografias e corpos mortos.

Desta forma, este arquivo pessoal de fotos aparece como ferramenta documental que permite o reconhecimento de corpos que têm suas DOs preenchidas como “não identificadas” porque não foram reconhecidos por nenhum parente até a produção do documento. Essa noção de documentar encontra reverberação no trabalho realizado por Natália Padovani (2020). Em sua pesquisa realizada na Penitenciária Feminina de Santana, explora os sentidos e os efeitos do que produz os documentos. Sua interlocutora de pesquisa faz uso das cartas que troca com seu marido a fim de comprovar seu casamento diante de membros do Primeiro Comando Capital (PCC), explorando a ideia de “documentar” como um processo de construção de verdade de sua narrativa. No entanto, no caso da profissional da Vigilância, o documentar evoca não apenas a produção de uma narrativa de provas para determinadas mortes, como também apresenta as práticas, em suas formas mais complexas, de produção e capilaridades de Estado, afinal, o ato de documentar está diretamente relacionado ao ato de fazer circular os registros feitos pelos moradores da cidade.

Considerando que a imagem recebida pela profissional é a única prova de que a pessoa está morta e enterrada sem reconhecimento, esse dossiê documental, arquivado pela profissional, também viabiliza o encerramento de procura da pessoa por parte dos familiares. Isso porque os familiares vão até a profissional para ter acesso ao arquivo e procurar as fotos para fazerem o reconhecimento. Na conversa com a profissional da Vigilância, a identificação da pessoa para a família parecia encerrar um caso e, assim, sentia-se tranquila em excluir a foto de seu aparelho telefônico. As relações entre Estado, profissional da Vigilância e parentes de vítimas são produzidas pela tecnologia da fotografia e seu compartilhamento, tornando-se um arquivo documental pessoal e, ao mesmo tempo, de Estado.

Essas imagens, quando compartilhadas nas redes sociais e WhatsApp, podem também ser o gatilho para a produção de mais violência, como fazer justiça com as próprias mãos ante o sentimento de impunidade que todos os casos sem desfecho provocam. Isso nos permite pensar em um terceiro ponto que diz respeito ao próprio corpo da profissional da Vigilância que é afetado pela documentação e, posteriormente, pela pandemia. Susan Sontag (p.98, 2003) expõe que há uma sensação de que não se pode ter o direito de experimentar à distância, por meio da fotografia, a dor e os sofrimentos de outrem. Ainda, ao fazer uma autocrítica (p. 88,

2003), questiona qual prova diz respeito ao efeito decrescente do impacto gerado aos espectadores diante de uma repetição de imagens desastrosas. O fato corriqueiro de fotos de pessoas mortas chegarem no telefone da profissional da Vigilância possibilita pensar a violência e o sofrimento que as imagens causam ao observador. No meandro da profissional e a personalização do Estado, tem-se uma pessoa com dúvidas sobre como agir em relação ao seu arquivo pessoal de fotos. Ela relata que estava sobrecarregada e que não sabia mais o que fazer com tantas fotos de pessoas mortas, e, percebi que naqueles dias que trabalhamos juntas, a demanda de trabalho sobre ela parecia excessiva. Ela então pediu transferência para outro local de trabalho. Aqui podemos perceber um Estado não essencializado em que questões como gênero, violência e a própria noção de Estado são co-produtivas e que é por meio das relações e na afetação que se constrói suas formas e limites.

CAPÍTULO 3 — MULHERES INDÍGENAS E MOBILIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Nesse capítulo, procuro mostrar as articulações das mulheres indígenas de São Gabriel da Cachoeira em relação aos elementos que se somam em um contexto crítico que se apresentaram a elas. Olivar (2019) define a noção de contexto crítico, como sendo aqueles em que determinadas vidas são postas constantemente como precárias, não dignas de luto e gozo. Segundo o autor, o contexto crítico é produzido através das ações, forças e rearranjos do ordinário, pois são elementos que, através da sua massiva e persistente presença se somam em um contexto. Um bom exemplo disso são as maneiras como o Estado inscreve e omite em documentos sanitários violências contra mulheres e como esse contexto se torna ainda mais crítico com a chegada da pandemia de Covid-19 na cidade como veremos adiante.

Assim, exponho a mobilização de mulheres diante da intersecção entre a violência contra mulheres e a pandemia de covid-19 que configuram esse contexto crítico. Apresento neste capítulo a preocupação das mulheres em relação à obliteração que a pandemia poderia causar às problemáticas referentes às violências deferidas contra elas e como se articularam em rede, por meio de suas alianças, para lidarem com tais eventos através da produção da campanha “Rio Negro, nós cuidamos!” e a da cartilha “Violência doméstica e violência sexual em tempos de pandemia - Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha”.

Quando da iminência da chegada do Sars-CoV-2 a São Gabriel, as mulheres assumiram um protagonismo conectivo e rapidamente suas redes, na região inteira, foram ativadas. Nesse processo, o DMIRN assumiu um papel de liderança regional. Na extensa e intrincada rede de mulheres, uma das redes que foi ativada e que mobilizou parte da campanha e dos cuidados foi a recente, mas já ampla e fortalecida, rede de apoio, de cuidado, em torno da violência contra elas. Além de ser uma crescente rede de pessoas, principalmente de mulheres, incluindo atores institucionais e diversas mulheres não indígenas, essa rede também conecta afetos, estratégias ancestrais da cultura (como os chás e benzimentos), estratégias de acessibilidade à informação e, ainda, demonstra os modos particulares como esses eventos críticos se imbrincam.

Este terceiro capítulo apresenta uma ruptura na pesquisa desenvolvida. Isso porque o trabalho de campo e a vida das pessoas foram rompidos e atravessados pela pandemia de Covid-19. O que tento realizar neste capítulo é uma costura a partir de uma ruptura que não é possível ocultar. Então, sendo uma ruptura, eu tento evidenciar e costurar algumas coisas que são inteiras e que são estruturantes da dissertação: o lugar do Estado, a relação interseccional via etnia e

gênero com o Estado, a produção de sofrimento, a produção de mortes. Desse modo, o que procuro fazer é uma costura que apresenta o fato da ruptura, o risco da obliteração e a evidência das continuidades estruturais.

Com o acesso aos materiais de campo do professor José Miguel e por meio dos diversos diálogos com ele, eu soube que em São Gabriel havia um serviço de táxi-lotação, uma espécie de táxi sem taxímetro, no qual o motorista cobra um valor de quatro reais por passageiro independente da localidade que deseja ir (exceto o aeroporto, que fica fora da cidade). Recordo-me que nas conversas com o professor, ele me relatava que os táxi-lotação eram os espaços geralmente narrados como sendo propícios para a ocorrência de violências sexuais e agressões de mulheres na cidade e, como mencionei no capítulo anterior, cerca de dois taxistas foram considerados suspeitos no caso de investigação da morte de Sarah. Portanto, antes de ir a São Gabriel da Cachoeira, eu estava receosa por conta dos relatos; no entanto, o professor também me informou que era raro ouvir falar de algum caso de violência contra mulheres não indígenas e que fosse de fora de São Gabriel⁸¹. O fato de que iríamos realizar, inicialmente, um trabalho de campo coletivo, trouxe um pouco mais de tranquilidade em estar em uma cidade desconhecida.

Já em São Gabriel, quando precisei me deslocar da Associação dos Artesãos Indígenas de São Gabriel (ASSAI) para a Delegacia de Polícia, interpelei a uma liderança indígena de etnia Tukano qual seria o melhor caminho a ser feito. Ela me fitou e disse que eu poderia tomar um táxi-lotação que logo chegaria à delegacia. Um pouco desconcertada, eu disse que sentia um pouco de medo de utilizar esse serviço devido às histórias que ouvi. Antes mesmo que eu terminasse de me justificar, ela disse que “não era bem assim”, que “durante o dia não acontecia nada” e que “era mais complicado”, geralmente, “nas sextas, sábados e domingo à noite por causa das festas”. Interrompidas por outras mulheres que visitavam a feira dos artesãos, ela encerrou o diálogo dizendo que eu tinha que pegar uma lotação para poder chegar rapidinho na Delegacia⁸².

Posteriormente, na beira do rio Negro, uma mulher não indígena contou-me que ouviu diversas histórias sobre tentativas de estupros nas lotações. Então, contei a ela sobre meu receio

⁸¹ O professor relata que há também casos de tentativas de ataque a mulheres de militares e, inclusive, a uma jovem militar que conseguiu se defender e fugir.

⁸² Nos 77 dias em que estive em São Gabriel da Cachoeira, eu nunca peguei um táxi-lotação sozinha (primeira vez que estive na cidade).

de utilizar o serviço de táxi-lotação; ela olhou-me e disse que “não havia risco” para mim, que “eles [homens do táxi-lotação] não eram loucos de fazer isso [estupros] com uma pessoa de fora”, “porque eles sabem que se fizessem isso conosco, por exemplo, iríamos gritar e denunciar”.

Com isso, percebi que é o corpo indígena que está em jogo na cidade, um corpo que não era o meu⁸³. Como aponta Lasmar (2005, p.184), até mesmo entre as mulheres indígenas há algumas vulnerabilidades maiores em relação a outras quando a temática se trata de violência sexual. Em sua tese de doutorado, a autora realizou entrevistas e um levantamento de parentesco de três mulheres de uma mesma família, mas de gerações distintas. A geração das mulheres estava ligada também à transição de mudança da comunidade para a cidade. Segundo a autora, as moças que habitam o bairro da Praia dizem que as meninas recém-chegadas na cidade (as moças de sítio) são as principais vítimas de estupros porque elas não têm muita familiaridade com o meio urbano (LASMAR, 2005).

Além disso, me chamou a atenção o discurso de minha interlocutora não indígena de que há uma ideia de que as mulheres indígenas não gritam, não denunciam. Nas rodas de conversa produzidas por Olivar (2019, no prelo, p.71), uma jovem indígena relata que as meninas indígenas são menos informadas e tornam-se alvos mais fáceis para os homens:

dos homens que vêm de fora, o desejo, a intenção deles é usar as meninas... porque índia não sabe de nada, né? Eu vou ficar com ela só pra ter relação sexual e depois eu vou voltar... muitas vezes eles têm mulher na cidade de onde eles vieram... e a intenção é abusar sexualmente de todas as mulheres. A gente vê muito isso... tanto que a Aids, que a gente vê há um tempo vem deles... Eu acho que é mais pelos homens militares que tem essa intenção. (Riso porque o namorado é ex-militar)

No entanto, a própria Lasmar (2005) apresenta que há um consenso na região de São Gabriel da Cachoeira de que para evitar serem molestadas, as mulheres não caminham sozinhas à noite e não aceitam convites de pessoas desconhecidas. E Olivar et al (2019, no prelo) apresenta diversas falas de mulheres nas rodas de conversa que evidenciam os agenciamentos produzidos pelo enfrentamento das violências. Algumas das falas giram em torno de ações simples em espaços públicos, como, por exemplo, caminhar com pedras nas mãos, gritar e evitar determinadas ruas que julgam ser mais perigosas. Outras estavam relacionadas mais ao âmbito doméstico e conjugal; nesse sentido, uma das mulheres relatou que “eu tenho minha rede pra

⁸³ Por conta de meu fenótipo, pele negra e cabelos lisos, muitas vezes, no sudeste do país, fui chamada e comparada a uma “índia”. No entanto, em São Gabriel, parecia ser evidente que eu era uma não indígena por conta do meu modo de vestir, andar e falar. Uma vez, ao brincar com dona Flora que eu era sua filha, dando gargalhadas, ela disse-me que ninguém acreditaria em nós.

cá e a dele pra lá. Falo pra ele que não quero e que se eu quiser eu chamo ele” (OLIVAR et al, no prelo, p 76). Benzimentos também foram apontados como possível combate à violência contra as mulheres porque “amolecem os homens”, podendo minimizar os conflitos domésticos (OLIVAR et al, no prelo).

Os autores ressaltam a importância de falas como as mencionadas acima porque apresentam formas de lidar, no cotidiano, com possíveis violências no âmbito público e familiar e expõem aspectos relevantes sobre a cultura indígena na cidade, além de apontar a própria cultura como uma forma de lidar com o problema em questão. Ângela Sacchi (2014), em discussão sobre direitos relacionados a mulheres indígenas e etnicidade, diz que as mulheres indígenas no Brasil buscam formas específicas de enfrentar a violência dentro da própria cultura, pois entendem que as formas externas (Estado, polícia, Lei Maria da Penha) não condizem com as necessidades apresentadas por elas e que, geralmente, quando procurados, esses setores não funcionam, como foi mencionado na introdução desse trabalho.

Em relação às mulheres que sobreviveram aos mais diversos tipos de violência, é possível elencar alguns tipos dessas estratégias como, novamente, apontado por Olivar et al (no prelo, 2019): a manutenção de uma rede separada para cada cônjuge, a realização de denúncias em órgãos governamentais, os atos físicos de resistência e fuga, a criação de caminhos seguros, a criação e fortalecimento de redes de alianças, os vínculos de cuidado e força para resolverem problemas de violência no âmbito comunitário e familiar, além da busca por palestras, seminários, conversas e outros espaços de diálogo e aprendizado como ocorre marcadamente no trabalho realizado em conjunto com a USP e a UFAM, por exemplo.

Como menciona Larissa Nadai (2012), as mulheres que foram abordadas e violentadas por homens desconhecidos na cidade de Campinas evidenciaram a resistência e o não consentimento quando aparece nos relatos que foram coagidas com arma de fogo ou até mesmo com luta corporal. Em São Gabriel da Cachoeira, as mulheres indígenas, quando vivas, também criam estratégias próprias para lidar com as violências que sofrem. Quando abordamos os casos de Kátia e Sarah, observamos que elas, na tentativa de fuga do ato de violência, fizeram uso de xingamentos, empurrões e luta corporal com os membros superiores. Tais atos, segundo os relatos e documentos, permitiram que esses casos específicos fossem reinterpretados por pelo menos parte dos moradores e profissionais de segurança pública da cidade como atos de resistência frente às violências que estavam sofrendo na noite em que foram mortas.

É nesse contexto de uma miríade de violências diferentes que as mulheres de São Gabriel se reúnem na orla da praia, de frente com o rio Negro, e se mobilizam para a produção do ato público do dia 8 de março de 2020 como ação estratégica de se fortalecerem e resistirem

às violências que sofrem. É também nesse cenário, em um período que provavelmente jamais será identificado que, por meio do rio Negro, o coronavírus chegou na cidade.

3.1 Medos e inseguranças: a chegada da pandemia em São Gabriel da Cachoeira

Era domingo, 22 de março de 2020, e eu não sabia se a feirinha Tuyuka iria funcionar. Isso porque no dia 18 de março foi decretado, pela prefeitura municipal, o fechamento de qualquer estabelecimento que causasse aglomeração, a partir da segunda-feira vigente, a saber, dia 23 de março do ano de 2020. Optei por ir até a feira para saber sobre seu funcionamento. Quando cheguei próximo ao estabelecimento, percebi que havia pouca movimentação de pessoas, pois estava muito silencioso. Fui subindo a íngreme escada até chegar à maloca e, após subir todos os degraus, vi que a feirinha estava funcionando. Mas não havia música como nos outros domingos. Os Tuyuka estavam ouvindo uma gravação de um senhor que dava algumas informações sobre formas de prevenção ao coronavírus, como lavar as mãos, usar máscaras e não aglomerar. Esse áudio tinha a duração de aproximadamente cinco minutos e era repetido diversas vezes, durante todo o dia. Para materializar as informações a respeito da doença, um dos moradores da Vila Tuyuka, que é Conselheiro Municipal de Saúde, fixou no mural da maloca alguns cartazes.

Quando saí de casa, não pensei na forma como iria me comunicar e me relacionar com as pessoas; nem pensei em fazer uso de máscara e álcool em gel⁸⁴. Com os homens eu não tinha muito diálogo; com os mais próximos, apenas nos cumprimentávamos com um aperto de mão, mantendo uma distância considerável entre nossos corpos. Com as mulheres, às vezes, dávamos alguns abraços com muitos risos. Já com as crianças, eram beijos e abraços na maior parte do tempo. Também não tinha pensado se compartilharia dos mesmos utensílios que eles. O *caxiri*, por exemplo, era sempre servido em uma única cuia a qual todos os presentes na maloca bebiam. Mas nesse dia, o *caxiri* não foi compartilhado para não causar nenhuma aglomeração no espaço da maloca⁸⁵.

Dentro da maloca estava uma de minhas amigas, de aproximadamente 35 anos, que ao me cumprimentar sorrindo e com o álcool em gel nas mãos, disse: "sem abraço". Rimos um

⁸⁴ Importante ressaltar que, no início da pandemia, o Ministério da Saúde orientava o uso de máscara apenas para pessoas que apresentavam os sintomas da Covid-19.

⁸⁵ Em material produzido pelo ISA em parceria com a FOIRN, no qual tive participação, orientamos a não produção de *caxiri* para não disseminação do vírus. Durante o processo de produção da bebida, deve-se mascar a macaxeira, o cará, a batata (alimentos que compõem a mistura do *caxiri*). Ver: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/coronavirus-covid-19-tome-cuidado-parente>.

pouco por conta da negativa do abraço e conversamos sobre o novo vírus que ameaçava chegar à cidade. Todas me diziam que tudo estava acontecendo muito rápido e que não sabiam muito bem o que aconteceria com a feirinha nesse novo cenário. Enquanto conversávamos, elas trabalhavam, indo para um lado e para o outro com seus produtos: panelas com carne de paca, balaios com beiju e baldes de açaí. Não sabíamos muito como lidar com o que se aproximava, no entanto, todas as feirantes estavam usando toucas, luvas e constantemente utilizavam álcool em gel. Esse foi o último dia de funcionamento da feirinha no meu período de trabalho de campo presencial na cidade.

Essas preocupações e incertezas a respeito do coronavírus também eram pautas nos cafés da manhã que eu realizava no ISA com dona Flora. Conversávamos um pouco sobre o que seria esse vírus, se chegaria a se espalhar pelo país e em quanto tempo ele estaria entre nós. A princípio, eu acreditava que o vírus jamais chegaria naquela cidade por estar isolada dos grandes centros urbanos e minha amiga, na mesma expectativa que eu, completava dizendo que “São Gabriel é abençoada por Deus” e que o vírus não iria chegar.

Justamente por conta dessa expectativa em relação ao estado do Amazonas e à proliferação do Sars-Cov-2, Geise Ganalez et al. (2020) mostram como ocorreu a interiorização do vírus no referido estado por meio das vias fluviais. Essa expectativa era referente à dimensão territorial e à ausência de estradas que conectem os municípios e, ainda, à quantidade baixíssima de voos realizados nas cidades do interior do Amazonas, como no caso de São Gabriel, que apresenta complexidades que envolvem atrasos e cancelamentos de voos.

Esta imagem reiterada em discursos governamentais e por outros atores políticos criou a falsa expectativa de que a doença não iria se interiorizar em estados como o Amazonas e, sobretudo, em territórios onde as dificuldades de acesso tornariam as comunidades rurais “intocáveis” (GANALEZ, et al.p. 29, 2020).

Deste modo, no dia 13 de março de 2020, quando foi confirmado o primeiro caso de Covid-19 no estado do Amazonas⁸⁶, a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira suspendeu, por meio de Decreto n. 003, no dia 18 de março, as operações de trânsito das embarcações que faziam o trajeto de ida e volta entre Manaus e São Gabriel, sendo permitida apenas a circulação de embarcações com insumos, cargas e combustíveis. Esse Decreto suspendia também as atividades de atendimento ao público e os eventos que produzissem aglomerações por um período de trinta dias. Além disso, apresentava situação de emergência

⁸⁶ O estado do Amazonas já havia decretado emergência na saúde pública no estado (Decreto Estadual n. 42.061 de 16 de março de 2020). Em um período de uma semana, em Manaus, foram contabilizados 275 casos confirmados para a doença. Duas semanas após o primeiro caso confirmado, já havia 1175 casos na capital amazonense. O primeiro registro de óbito data do dia 25 de março de 2020 (GANALEZ et al, 2020).

na saúde pública do município e, também, implementava o Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19).

O objetivo do Comitê era produzir e divulgar ações referentes à prevenção da doença. O Comitê foi formado por instituições locais, como a FOIRN, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Socioambiental (ISA), Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro (DSEI-ARN), além de secretarias municipais, como a de Educação, Assistência Social e Meio Ambiente. Reunindo-se semanalmente, os representantes dessas instituições procuravam avaliar as ações que seriam desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Saúde da cidade.

O representante do (ISA) no Comitê criado pela Prefeitura, um homem de etnia Baré, explicou-me em outubro de 2020 que, com o passar das primeiras reuniões,

percebemos que tinha muita gente que não tinha nada a ver com o Comitê, que era muito mais parte política. Muitas coisas que ainda não tínhamos definido já estavam sendo espalhadas pelas redes sociais e, com o tempo, achamos melhor reduzir o Comitê. E foi daí que começou a andar. No início, a prefeitura estava bem perdida e foi quando a FOIRN e o ISA tomamos a frente do Comitê, principalmente Marivelton [presidente da FOIRN, liderança Baré no médio Rio Negro, de 29 anos] que tem boas relações com os governantes de fora, e foi assim que conseguimos bastante apoio.

A partir de abril, as reuniões do Comitê passaram a ocorrer todos os dias na palhocinha aberta localizada na lateral da sede do ISA. A partir daí, pude acompanhar mais de perto. A primeira surpresa foi entender que, naquele início, as coordenadoras do DMIRN não compunham as reuniões. Sua ausência me intrigou porque eu sabia, em função de meu trabalho de campo, que elas vinham fazendo um trabalho sistemático de informação sobre a pandemia (via redes de mulheres e grupos de WhatsApp, por exemplo), além de estarem produzindo cartilhas sobre a doença nas línguas indígenas⁸⁷ e terem participado de uma pequena peça audiovisual sobre o coronavírus⁸⁸. Questionei o representante do ISA e ele me explicou que, “no calor do momento da pandemia”, o presidente da FOIRN liberou todos os funcionários e tomou a frente das atividades da instituição.

Em meados de abril, as reuniões do Comitê contaram com a participação de uma jornalista contratada pelo ISA, demanda do próprio Comitê, com o propósito de repassar para a população informações ali discutidas. Inicialmente, segundo a jornalista, a ideia era produzir dois informes semanais para serem divulgados no WhatsApp e um boletim mais denso em PDF.

⁸⁷ A cartilha denominada “Coronavírus (COVID-19) Tome cuidado, parente!” foi traduzida para três línguas indígenas cooficiais de SGC (Nheengatu, Baniwa, Tukano) e para a língua Dâw, além de uma adaptação ao povo Hupd’äh. Ela foi uma produção de importante repercussão na região e pode ser encontrada no Apêndice A desta dissertação (p. 131) e no acervo do Instituto Socioambiental (<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/coronavirus-covid-19-tome-cuidado-parente>).

⁸⁸ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=MCeN-jNQFeA&t=26s>>. Acesso: 17/10/2020.

Devido à urgência da situação e as constantes atualizações sobre a pandemia, o boletim em PDF não foi produzido e o informe para o WhatsApp passou a ser diário. Foram divulgadas as decisões do Comitê como, por exemplo, as dinâmicas de funcionamento das viagens de estudantes universitários que, devido à pandemia, estavam tentando retornar à cidade. Além disso, repassavam informações oficiais da OMS, Fiocruz, Ministério da Saúde e, também, foi cedido espaço nesses informativos a profissionais de saúde, pesquisadores e lideranças religiosas, com pequenos textos de linguagem acessível para a divulgação de informações.

De acordo com o relato da jornalista, esses encontros do Comitê contavam com a participação do presidente da FOIRN, um capitão do Exército Brasileiro, o bispo de São Gabriel, o secretário de Saúde, o coordenador da FUNAI e dois médicos do DSEI-ARN. Ela relatou também que a participação das mulheres foi fundamental para o desenvolvimento das atividades do Comitê. Embora estivesse em Manaus devido às barreiras sanitárias, a jornalista e comunicadora social do ISA auxiliou na articulação para a implantação das Unidades de Atendimento Primário Indígena (UAPI) dentro das Terras Indígenas. Uma professora indígena contribuiu na fiscalização das Unidades Básicas de Saúde (UBS) da cidade, produzindo um relatório no qual, além de apontar focos de contaminação nesses espaços, apresentou algumas ações necessárias para evitar a disseminação do vírus. Houve também a participação de uma enfermeira, que denunciou o descaso com os Yanomami na fila da lotérica onde recebiam os benefícios sociais do governo como o bolsa família e o auxílio emergencial. Juntamente com elas, participaram a subsecretária de saúde, uma enfermeira indígena do DSEI-ARN e uma funcionária da FOIRN que produziu as atas de cada reunião do Comitê. Por fim, o Comitê teve a participação da jornalista contratada pelo ISA, que compartilhou comigo essas ações.

A jornalista, que no momento da criação do Comitê esteve retida em Manaus devido o fechamento da cidade, contou em junho de 2021 que também foi criado um Grupo de Trabalho (GT) de comunicação vinculado ao Comitê e que, por meio deste, passaram a trabalhar de forma mais integrada no combate às *fake news*. Ressaltou-me que o Comitê foi de suma importância para que estivessem a par de todos os boatos e informações que circulavam pela cidade e, juntos, encontrassem alguma estratégia de ação como, por exemplo, a parceria com os profissionais do DSEI que foram nas comunidades indígenas e distribuíram cartilhas e banners informativos sobre a doença⁸⁹.

Então, assim, o comitê servia pra gente poder tentar ter transparência, alguma transparência, alguma informação, entendeu, e aí a colaboração vem da vontade de colaborar nossa, do ISA, da FOIRN, da sociedade civil, do Greenpeace que se juntou,

⁸⁹ Apenas os profissionais de saúde do DSEI-ARN e do DSEI-YA estavam autorizados a entrar nas comunidades indígenas.

dos Expedicionários da Saúde que se juntou, o MSF que se juntou. Quando o MSF estava em São Gabriel, eles sempre participavam da reunião do comitê, eles viraram uma assessoria técnica ali do comitê, então, ali existia a gente fazendo um controle social, buscando, né, exigindo que o secretário de saúde passasse informação, que o exército passasse informação. Assim, na realidade, o comitê sempre foi assim, pisa em ovos e pelo menos é um lugar em que a gente consegue alguma transparência de informação.

(Juliana Radler, julho de 2021, entrevista PARI-c).

Desde então (março de 2020), como medidas iniciais de combate à ameaça do novo coronavírus, outros decretos foram promulgados e muitas reuniões foram realizadas na cidade. No dia 20 de março, com o intuito de apresentar as primeiras formulações do Plano de Contingência Municipal, os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de São Gabriel da Cachoeira (SEMSA) se reuniram no ginásio de esportes da cidade. Nesta reunião, tornou-se evidente que a cidade não tinha nenhum recurso técnico de materiais e até mesmo de recursos humanos para lidar com o vírus que já vinha causando colapsos no sistema de saúde de algumas cidades brasileiras. Uma das enfermeiras presentes na reunião pegou o microfone e disse “não temos máscaras, a máquina de esterilização está quebrada, temos falta de recursos humanos para dar conta do Plano desenvolvido. Então como vamos cuidar da Covid-19?”. Nesse momento, as pessoas que estavam sentadas na arquibancada falaram: “ela tá certa, mano, tá certíssima”.

Um farmacêutico, de aproximadamente 35 anos, ressaltou a importância da capacitação dos profissionais para as coletas dos materiais biológicos, e ainda mencionou que parte da equipe de saúde (que estava apresentando o Plano de Contingência) estava indo naquele momento até um dos portos da cidade colher material biológico e ver como estavam as pessoas que chegavam. Enquanto o farmacêutico falava, a profissional da Vigilância Epidemiológica sentou-se ao meu lado na arquibancada e me disse que a situação não era nada fácil. A precária infraestrutura sanitária e hospitalar da cidade e da região a deixava preocupada. Contou-me sobre a dificuldade de armazenamento de amostras nasofaríngeas na temperatura adequada devido ao calor amazonense, e as dificuldades de enviar esses materiais ao Laboratório Central de Saúde Pública do Amazonas (LACEN), em Manaus, onde eram realizados os exames.

Por mais que a cidade estivesse “fechada” e a circulação aérea ainda mais restrita, eram conhecidos os boatos de pessoas chegando “clandestinamente” nas embarcações. Por isso, naquela reunião, as palestrantes apelavam: “se souberem de algum barco que está chegando, nos avisem para que possamos fazer o monitoramento”. Esse monitoramento se iniciava no porto de Camanaus, a aproximadamente 30 quilômetros do centro urbano da cidade, quando a equipe de profissionais se deslocava ao local para verificar se os passageiros apresentavam

algum sintoma da covid-19. Uma estudante Baré da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) contou que quando conseguiu retornar para São Gabriel, por meio das articulações realizadas pelo Comitê de Enfrentamento e Combate à Covid-19, foi recebida pela equipe da Vigilância no porto, teve seus sinais vitais conferidos e preencheu um papel comprometendo-se a fazer o isolamento domiciliar. Aos que apresentavam algum sintoma, era realizado o teste rápido e, assim, a SEMSA mantinha o controle das pessoas com suspeita do vírus. Nos poucos dias que trabalhei na Vigilância Epidemiológica, ouvi uma das enfermeiras fazendo ligações telefônicas, investigando se a pessoa havia viajado e se apresentava algum sintoma da doença, para verificar os boatos que circulavam na cidade por meio de WhatsApp e Facebook.

Além desse encontro ao qual fui convidada pela profissional da Vigilância Epidemiológica enquanto eu realizava meu trabalho de campo na instituição, no dia anterior, as instituições locais rapidamente se articularam para realizar uma reunião do Fórum Interinstitucional de Políticas Públicas, criado em 2011 para articular propostas em relação às dificuldades que afetam a região do rio Negro. De acordo com a ata da reunião⁹⁰, estavam presentes a diretoria executiva do Fórum, membros dos departamentos da FOIRN, representantes do DSEI-ARN, assim como do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), do ISA, do HGU, da SEMSA e da Diocese, além dos líderes comunitários indígenas.

A pauta dessa reunião tornou-se questões referentes a pandemia de Covid-19, como por exemplo, a barragem do acesso de pessoas não indígenas nas comunidades para que o vírus não atingisse a população nas terras indígenas. Essa pauta também se mostrou relevante em reunião posterior, no dia 27 de março, na qual os profissionais do DSEI-ARN se reuniram na sede do ISA para discutirem as formas de prevenção e de cuidado nas comunidades indígenas⁹¹. Essa preocupação se intensifica quando é levada em conta a logística de atendimento às pessoas com suspeita da doença devido às dificuldades de locomoção entre as comunidades e a cidade. Destarte, o médico presente na segunda reunião salientou a importância da diferenciação entre os sintomas gripais, de resfriados e do novo coronavírus. Segundo o médico, o aconselhável era transferir da comunidade para a cidade com o helicóptero do DSEI apenas pacientes com sintomas da Covid-19, pois seria necessário todo um cuidado na utilização de máscaras, toucas,

⁹⁰Disponível

em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/memoria_de_reuniao_forum_interinstitucional_covid-19.pdf>. Acesso, 21/07/2021.

⁹¹ Quando tomava café da manhã com minha amiga que realiza a limpeza do espaço do ISA, ela contou-me sobre a reunião que iria acontecer. A partir dessa informação, solicitei a participação ao representante do ISA no Comitê de Enfrentamento à Covid-19.

luvas, esterilização do helicóptero e, eventualmente, de barcos, antes, durante e após o deslocamento da pessoa com suspeita de infecção por SARS-CoV-2.

Por fim, foram anunciadas em ambas as reuniões preocupações em relação à tríplice fronteira, bem como a falta de estrutura tanto do DSEI-ARN quanto do HGU para a realização do atendimento de pessoas com o vírus. No início da pandemia, o hospital contava com apenas sete respiradores e nenhum leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), o que ocasionou o colapso do hospital logo nos primeiros dias de pandemia⁹². O HGU fazia o encaminhamento dos casos graves de Covid-19 para Manaus (por meio de transporte aéreo, com o auxílio logístico da SEMSA), cidade que já estava em estado de calamidade pública.

A sensação das pessoas era de grande preocupação. Nos televisores dos bares e restaurantes que eu conseguia ouvir das ruas da cidade, telejornais noticiavam a chegada do vírus no Brasil e, posteriormente, o desastre que ele vinha causando em Manaus. Encontrei amigas indígenas que me relataram pesadelos, medos, incertezas e sobre parentes que estavam tentando retornar de Manaus e não conseguiam devido ao fechamento da cidade⁹³. As ruas ficaram praticamente vazias uma semana após o Decreto de 18 de março, que instaurou situação de emergência no município. Muitas famílias se isolaram em *sítios*, outras se adaptaram ao novo horário de funcionamento do comércio essencial no centro urbano. Muitos boatos surgiram, bem como informações equivocadas sobre casos confirmados da doença na cidade. Uma vez, presenciei profissionais da Vigilância Epidemiológica produzirem uma nota informativa alertando a população de que não havia nenhum caso de Covid-19 registrado na cidade, ao contrário do que havia sido equivocadamente divulgado pela Fundação da Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS/AM).

A sensação de todas as mulheres com quem eu conversava era de muito desespero devido à precária situação do sistema de saúde da cidade e da especificidade da cidade, que dependia de insumos, gasolina, alimentos advindos de Manaus, por exemplo. Como me relatou Juliana Radler

quando o vírus chegasse lá ia ser assim como uma bomba de Hiroshima, sabe? Tipo um bombardeio americano num vilarejo vietnamita, uma coisa assim muito catastrófica, com mortes em massa, as populações mais vulneráveis, tipo os Hupd'äh, Daw, né, os povos de recente contato, assim a gente realmente imaginava, e as pessoas de São Gabriel imaginavam, assim, uma tragédia assim talvez sem precedentes na

⁹²Ver: <<https://amazoniareal.com.br/com- apenas-7-respiradores-sao-gabriel-da-cachoeira-confirma-dois-casos-de-covid-19/?fbclid=IwAR2UGqmX0hjX8BUNo8GRvpj4WKyKrtaxVdx51itXVxFhWTJAtvZeEcp1HkI>>. Acesso: 16/08/2021.

⁹³ Nesse caso específico, o Expresso Lady Luiza, que já havia saído de Manaus, teve que retornar porque foram barrados antes mesmo de chegarem a São Gabriel da Cachoeira.

história. E aí, assim, eu fiquei sabendo que tiveram choros coletivos, as famílias se despedindo, as pessoas assim muito desesperadas.

Quando deu aquele positivo, aquilo também caiu como uma bomba na cabeça das pessoas. E agora? e tudo mais, mas ao mesmo tempo também as pessoas falando precisamos enfrentar e passar por isso. E aí você vê que já começa os primeiros movimentos de trocas de receitas, né, das plantas, dos chás, dos benzimentos, ou dos povos é... que moram nas comunidades de se afastar e ir pro mato, como os Daw e outros fizeram isso, vão pra perto das roças e pra perto das casas de farinha, como se fazia antigamente nas epidemias, né, eles iam pra mais longe e se isolavam da doença, né, a doença não é algo que você enfrenta, mas que você esconde dela, pra que ela não te ache, né.

(Juliana Radler, julho de 2021, entrevista PARI-c).

Confirmei em 26 de abril, por meio do boletim⁹⁴ da SEMSA, um boato que já circulava, então, nos grupos de WhatsApp: os dois primeiros casos de infecção por Covid-19 em São Gabriel da Cachoeira. Os infectados eram uma militar não indígena, funcionária do Hospital de Guarnição, que estava sendo monitorada em casa, e um professor indígena da etnia Baniwa, em estado grave de saúde. Em ambos os casos, nos dias que antecederam a aparição de sintomas e o diagnóstico, não havia histórico de viagens e contato com pessoas suspeitas.

A contaminação na cidade foi, de partida, considerada comunitária, provocando uma profusão de rumores sobre casos confirmados e suspeitos, além da culpabilização de pessoas que estavam participando de eventos comunitários. Diversos boatos foram produzidos a respeito dos moradores da cidade, assim como foram divulgados boletins epidemiológicos falsos. Essas ações desencadearam algumas notas informativas veiculadas pela SEMSA no Instagram, esclarecendo a população sobre a situação epidemiológica da cidade e reforçando que a divulgação de notícias falsas seria penalizada.

Entre o marco inicial de 26 de abril até o fim do mês de maio, a situação epidemiológica da cidade era alarmante. No dia 20 de maio, foi divulgado um informe sobre a dinâmica dos casos de Covid-19 no perímetro urbano do município, que corresponde ao período de 26 de abril até 19 de maio. As informações contidas dizem respeito aos 399 casos confirmados e os 15 óbitos notificados naquele momento. Posteriormente, em 31 de maio, a SEMSA apresentou o número de 1.647 casos e 21 óbitos por Covid-19. Esse aumento de 1.248 casos confirmados em um período de doze dias deve-se à realização de testagem em massa, que ocorreu entre os dias 26 e 29 de maio, conforme consta no comunicado⁹⁵ feito pela SEMSA no dia 25 de maio.

No dia 2 de maio, foi confirmado o primeiro óbito por Covid-19 na cidade, o do professor da etnia Baniwa. A partir desse falecimento, e por alguns dias, o que mais se comentou

⁹⁴ Disponível em <https://www.instagram.com/p/B_dQ5C6AmT-/?igshid=1ujusu4fixock>. Acesso 26/07/2021.

⁹⁵ Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CAogeF-gS7-/?igshid=1eazui1ypw7oi>>. Acesso: 26/07/2021.

nos grupos de WhatsApp foi sobre como o Hospital de Guarnição (HGU) não tinha identificado a doença nas primeiras vezes que o professor buscou atendimento e sobre as possíveis pessoas que tiveram contato com ele. Posteriormente, dia 19 de maio, no grupo de WhatsApp das mulheres⁹⁶, uma das comunicadoras da Rede Wayuri agradeceu a todas pelas felicitações de seu aniversário e complementou: “Se cuidem viu! [...] tivemos esperanças do início ao fim na internação do meu tio no HGU, e hoje perdemos ele”. O tio da comunicadora era um senhor da etnia Wanano que, segundo informações de campo, fazia uso de sonda que deveria ser trocada com certa frequência no HGU. Após realizar o procedimento, o tio da comunicadora retornou a sua casa e, sem demora, começou a sentir-se mal e foi internado com Covid-19.

A filha do falecido escreveu no Facebook um desabafo público sobre a maneira como o pessoal médico tratou e transportou seu pai, tio da comunicadora da FOIRN, estabelecendo uma relação entre esse fato e o óbito. A postagem reverberou em nosso grupo de Whatsapp. Dessa maneira, a comunicadora da Rede Wayuri nos explica que sua prima já havia assinado um termo de reclusão para não levarem seu tio para Manaus por ele não ter condições de embarcar no avião. Ela contou-nos que, mesmo sem autorização, seu tio foi transferido para a capital, aproximadamente 852 km de São Gabriel, e morreu de parada cardíaca durante a viagem. Assim, sua prima teve que ir imediatamente para Manaus porque, em palavras da nossa amiga: “a gente não sabia onde eles iriam jogar [meu tio] em Manaus...” E continuou:

O pessoal do HGU queria mandar na marra! Eu não sei por qual motivo. Minha prima já tinha falado não e não! [...] Ontem pela manhã falaram pra minha prima que ele estava bem e que ele tinha até acordado...tentando tranquilizá-la pra mandar ele para Manaus. Como não podemos ver e nem conferir de perto a real situação dele... fica difícil saber se era verdade ou não. [...] Não sabemos o que realmente acontece com os nossos parentes que estão entubados!

Uma foto também estava sendo compartilhada no WhatsApp e no Facebook, que mostrava um avião em Manaus com profissionais da saúde em pé, cobertos da cabeça aos pés com equipamentos de proteção contra o vírus, retirando o corpo do falecido embrulhado num saco mortuário. Enquanto essa conversa acontecia no grupo de WhatsApp, as mulheres se solidarizaram com a jovem comunicadora, enviando-lhe mensagens de ânimo.

⁹⁶ Grupo criado em 2018 após a realização de rodas de conversa com mulheres, principalmente indígenas, sobre violência na cidade de São Gabriel.

3.2 Campanha “Rio Negro, nós cuidamos!”

E aí você começa a ver essas reações, essas reações rionegrinas mesmo, dos povos de lá, e uma das reações também foi a campanha e aí uma potência vindo das mulheres, né, as mulheres com a campanha, quando o resultado começa a existir, as doações começam a vir e aí você vê a força dos vínculos das pessoas que já trabalharam, que mantêm vínculos com o rio Negro, muitos pesquisadores do Brasil e de fora do Brasil, instituições parceiras, muita gente procurando e querendo doar, né, gente se oferecendo pra traduzir em francês, né, houve uma pesquisadora francesa ajudando muito lá na França a divulgar, o pessoal da Aliança pelo Clima também divulgando na Áustria e na Alemanha, e o pessoal aqui no Brasil também, claro, divulgando e teve bastante doação.

(Juliana Radler, julho de 2021, entrevista PARI-c).

O poder executivo local seguiu, em boa medida, as recomendações internacionais de prevenção e controle da pandemia, muito baseadas em quarentena domiciliar, restrição das mobilidades, esvaziamento do espaço público e fechamento de comércios. Contudo, antes de surgirem os primeiros casos de Covid-19 no município, Elizângela Baré me enviou uma mensagem de texto. Disse que, após conhecer a campanha Emanas⁹⁷, realizada por mulheres de Roraima, teve o desejo de criar uma campanha que pudesse arrecadar e distribuir alimentos, produtos de higiene, álcool em gel e máscaras para a população do rio Negro.

Com o novo cenário que se formava, as coordenadoras do DMIRN entenderam rapidamente que além da ameaça do vírus e das problemáticas antigas que enfrentam, era necessário estarem atentas aos efeitos que as medidas sanitárias já estavam causando nas famílias indígenas. Como abordado por Canalez et al (p.30, 2020), a proibição da circulação entre cidade e comunidades, ou, comunidades e sedes municipais, iria comprometer a rota de circulação de produtos agrícolas das comunidades rurais e o abastecimento dos produtos industrializados nas sedes municipais. Os autores reforçam que as medidas de distanciamento social deveriam garantir essas necessidades de abastecimentos. No caso específico de São Gabriel, as coordenadoras do DMIRN, em 2020, se atentaram que, com a proibição da circulação entre cidade e comunidades, as mulheres das 33 associações filiadas à FOIRN não iriam conseguir levar seus produtos até a loja Wariró⁹⁸ e assim teriam seu “bem viver” e “autonomia” afetados. Elas, conhecendo seu território, perceberam rapidamente as consequências na dinâmica entre as comunidades e a cidade com os novos decretos que estavam

⁹⁷ Disponível em <<https://boavistaja.com/local/2020/07/01/campanha-arrecada-alimentos-e-kits-de-higiene-para-mulheres-em-vulnerabilidade-social/>>. Acesso: 28/07/2021.

⁹⁸ Loja em São Gabriel criada pela FOIRN com o objetivo de geração de renda por meio da comercialização de trabalhos artesanais.

sendo instaurados pelo município em decorrência da ameaça do vírus, como é possível perceber na fala da jornalista do ISA:

Assim, as primeiras atividades vinham do que as pessoas da saúde ali do comitê falavam e a gente via pelo noticiário, né, o que que tinha que se fazer, né, e a necessidade alimentar foi a primeira a bater na porta também porque se as comunidades têm que fazer isolamento, bom elas não vão poder sair das aldeias, né, pra poder ir pra cidade pra fazer a compra daquilo que eles não têm de subsistência. Então a gente vai ter que mandar lá açúcar, sal, óleo, arroz, feijão e aí a decisão do que se coloca na cesta, Dulce, foi uma decisão 100 por cento Das mulheres indígenas, foi delas, assim.

(Juliana Radler, julho de 2021, entrevista PARI-c).

Na segunda quinzena de março, uma vez que a utilização de máscaras era apresentada como uma forma de prevenir a transmissão do vírus, Elizângela e Janete pensaram: “vamos confeccionar máscaras para enviá-las às comunidades. Vamos arrecadar cestas básicas, sabão. Vamos mandar para elas [mulheres do rio Negro] para não terem que vir para a cidade”. Elizângela e Janete relataram que a ideia inicial era ajudar as mulheres que não poderiam circular com os seus artesanatos. Deste modo, o nome inicial pensado pelas coordenadoras do DMIRN foi a palavra em Tukano *Numiã* que em português significa mulher. No entanto, as coordenadoras do DMIRN notaram que, além da ameaça do vírus, era importante estar atenta aos efeitos colaterais que as medidas de controle de transmissão do vírus já estavam causando na vida de todos os rionegrinos. E, como se definem enquanto cuidadoras da casa, da família e do território, surge a ideia do nome “cuidado”, como por exemplo, me enviou Elizângela por WhatsApp: “nós mulheres indígenas sabemos como cuidar dos nossos filhos, das nossas famílias, comunidades, roças e florestas!”, ou seja, “nós cuidamos deste território”; as mulheres como protagonistas desse cuidado criam e gerenciam a campanha “Rio Negro, nós Cuidamos!”. Dessa maneira, o DMIRN passou a preparar uma ação que pudesse contribuir com as condições de *resguardo*⁹⁹ das 750 comunidades procurando garantir produtos que os “parentes” não conseguiriam estando isolados nas comunidades.

Desse modo, criaram a campanha “Rio Negro, Nós Cuidamos!”¹⁰⁰ com a finalidade de contribuir com os *parentes*. Arrecadar e distribuir alimentos, máscaras, produtos de higiene, combustível, ferramentas agrícolas e de pesca auxiliaria as famílias rionegrinas a não se deslocarem até a cidade em busca destes produtos, correndo o risco de contraírem a doença e a

⁹⁹ No dia 20 de agosto, em *live* produzida pelo ISA, Elizângela explica que o *resguardo* diz respeito a diversos tipos e situações de isolamento domiciliar. Posteriormente, Janete menciona que o *resguardo* também é feito por pessoa que pega alguma doença e precisa ficar em casa seguindo orientações do profissional de saúde ou do benzedor.

¹⁰⁰ Disponível em <<https://noscuidamos.foirn.org.br/>>. Acesso: 28/07/2021.

levarem para as comunidades¹⁰¹. A campanha também visa atender às necessidades da Rede de Comunicadores Indígenas do rio Negro, a Rede Wayuri¹⁰², sistema regional de comunicação e informação radiofônica e digital da FOIRN, que teve papel fundamental na divulgação de informações sobre o novo coronavírus nas comunidades indígenas, como veremos adiante.

A campanha teve seu lançamento no dia 29 de abril (três dias após os primeiros casos confirmados no município). Para o final de maio, o DMIRN e a FOIRN começaram uma sequência de viagens que tiveram como objetivo a distribuição de cestas básicas e o melhor conhecimento das situações que estavam sendo vividas nas diversas calhas da região. A partir dessas viagens, foram produzidos três relatórios aos quais tive acesso através de Elizângela quando lhe perguntei por WhatsApp como estava sendo essa experiência das viagens. Ela me respondeu: “experiência nunca poderá ser escrita porque é inexplicável. É uma sensação de extermínio, de expulsão do nosso território, abandono de nossas comunidades, repressão... não sabemos definir”, e me enviou os relatórios para que eu pudesse entender melhor. Representantes da FOIRN e do DSEI realizaram três viagens entre os dias 27 de maio e 26 de junho de 2020 nas quais distribuíram aproximadamente 3.379 cestas básicas a mais de 2.500 famílias. Cartilhas, banners e álcool em gel também foram distribuídos entre os agentes comunitários de saúde nas comunidades e *sítios* (FOIRN, 2020). Elizângela e Janete compartilharam por WhatsApp diversas fotos de suas filhas produzindo máscaras, ressaltando que, por meio da campanha, outras costureiras foram convidadas para a produção de mais de 8 mil máscaras também distribuídas na região.

Em paralelo à campanha “Rio Negro, Nós Cuidamos!”, as mulheres indígenas compartilharam, por mensagens de texto no WhatsApp, receitas de chás e benzimentos que geralmente vinham acompanhadas de relatos pessoais ou de pessoas próximas que conseguiram se curar da Covid-19. Inclusive, a equipe que realizava as viagens para a distribuição das cestas básicas observou: “nas comunidades ribeirinhas, pelas próprias manifestações das lideranças locais, que a Covid-19 já passou na maioria delas. Segundo os moradores, eles se curaram com remédios tradicionais da floresta, benzimento de pajés e cumuã” (FOIRN, 2020:8). Uma senhora do povo Tukano, após fazer o isolamento social em um *sítio*, retornou à cidade com diversos remédios tradicionais e panelões de chás que foram distribuídos por seu marido, do povo Tariano, quando realizava benzimentos às pessoas que estavam infectadas. A comunicadora do Departamento de Comunicação da FOIRN (SETCOM), relata:

¹⁰¹ A campanha também se atentou a enviar um total de 200 cestas básicas para mães solteiras, inclusive jovens, tanto para as que viviam nas comunidades como as que residiam na cidade.

¹⁰² Disponível em <<https://foirn.org.br/rede-de-comunicadores-indigenas-do-rio-negro/>>. Acesso: 28/07/2021.

Quando soubemos que a pandemia já estava no mundo, a gente tava com medo, particularmente eu e minha família procuramos um pajé, porque sempre meu pai falava, né, na época do sarampo, outros vírus que chegavam, eles já recorriam ao chá, ao benzimento, então quando a gente ouviu isso, também, minha família já recorremos ao pajé aonde fechamos nosso corpo e então praticamente a gente já estava com o corpo fechado entre aspas assim, nós povos indígenas.

(Ednéia Teles, julho de 2021, entrevista PARI-c).

Através da campanha, as mulheres mobilizaram a radiofonia da região e adquiriram financiamento para a utilização de um carro e gasolina, pegaram microfones e andaram em carro de som pela cidade para alertarem a população sobre a importância de ficarem em casa, utilizarem máscaras e lavarem as mãos. A comunicadora social do SETCOM me contou em entrevista que

quando foi o primeiro caso em São Gabriel foi o pior momento da nossa vida, da minha vida, é... eu como comunicadora tive que me preparar, na época eu tava na FOIRN trabalhando na Radiofonia, né, a Radiofonia é um meio de comunicação que atinge mais de 300 comunidades, se a gente for analisar, são mais de 20 mil pessoas que a gente atinge, ou mais pra dizer a verdade. Então, foi meu papel naquele momento de falar via Radiofonia pras comunidades dizendo que a Covid-19 já estava na nossa região. Pô, tive que parar uma meia hora pra me preparar e repassar isso para os nossos parentes, e onde os parentes não entendiam o que que era covid, como que é, porque a gente assistindo na TV é uma coisa e os nossos parentes que não viam, que não sabiam, é... havia muito fake news na época também que eram informados então eles não sabiam se esse covid era realmente uma doença perigosa, uma coisa de política ou de bruxaria, é muita coisa, né, então, como comunicadora tive que repassar sobre a chegada da Covid-19 na Radiofonia, que foi um momento difícil que eu passei no momento, e fora outros que foi a morte de nossos parentes, onde eu tinha que informar que nossos parentes havia falecido, eu passava uns segundos, uns dois, três minutos sem conseguir falar, porque a lágrima vinha, falar, né, poxa, eu sou comunicadora, eu tenho que passar força pra eles e não ficar da forma que eu tava, né.

Foram voluntários no carro de som, foram nove pessoas, éramos nove pessoas que estavam aí como voluntários, professores, juventude, é [a secretaria municipal de saúde] ... foram a classe que estive nos acompanhando. [O carro de som] é um meio de comunicação que eu acho que deve ser valorizado, que na cidade é muito difícil as pessoas ouvirem via rádio, né, rádio municipal ou outras rádios que poucos têm, então carro de som não, eles são obrigados a ouvir porque tá passando na sua casa, né, então, por mais que eles não queiram ouvir alguma coisa tá lá. [...] Teve uma época que a cidade parou mesmo, únicas pessoas que andavam na cidade eram segurança, polícia e a gente da comunicação via carro de som, onde levamos informação através de é... línguas, línguas co-oficiais, Baniwa, nheengatu, até Yanomami também a gente rodava com o carro, né, e tudo isso foi graças ao, à Campanha "Rio Negro, nós Cuidamos!".

(Ednéia Teles, julho de 2021, entrevista PARI-c).

O trabalho realizado pelo SETCOM junto à Rede Wayuri de Comunicação foi fundamental para a disseminação de informação sobre a Covid-19 no município de São Gabriel da Cachoeira¹⁰³. A comunicadora social do SETCOM conta que algumas pessoas riam e diziam

¹⁰³ A Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas ganhou uma menção honrosa, título de heróis globais da informação junto com correspondente do *The New York Times* em Wuhan.

que ela e os voluntários que trabalharam no carro de som estavam com medo e que por isso estavam fazendo aquele trabalho, mas também me informou que outras pessoas a procuraram pedindo ajuda dizendo “[Comunicadora social] e equipe passa aqui na nossa rua que tem muita gente andando assim assim assado, faltam informações a eles”, “[Comunicadora social] e equipe a gente gostaria que vocês viessem falar mais daquele assunto que vocês estavam falando, têm idosos aqui que não entende”¹⁰⁴. Tal trabalho de levar as informações de uma forma simples e, especialmente, em línguas indígenas, causou grande impacto na compreensão dos cuidados relacionados à epidemia do coronavírus em São Gabriel.

A gente procurava as pessoas, né, por exemplo, eu quando ia falar na Radiofonia, o médico tava falando lá sobre doença, remédio, tudo em palavras técnica, vamos supor, só pra você entender, né, ele falava em é... covid tá morrendo muita gente, tá tendo óbito, né, a palavra óbito, então um parente lá da comunidade, por mais que tenha atendimento médico e tudo isso, não sabe o que que é óbito. Então eu, sendo verdadeira, eu falava morte, né, de óbito pra morte rapidinho o parente vai entender, então a gente... traduzindo em português mesmo o nosso linguajar, a gente usava as nossas palavras, do nosso cotidiano, então pra mim ficava fácil pra falar pro nosso parente “olha parente, use máscara, faça isso, faça aquilo senão vai ter muita morte pela frente (risos), eu não falava óbito, então a gente tentava usar o nosso linguajar mesmo pra repassar aos nossos parentes, né, e também, por isso que a gente usava bastante é... áudios em português e em línguas, por exemplo, a Rede Wayuri falava textos sobre o uso de máscaras, isso, aquilo, aí a gente fazia outros áudios falando em nheengatu [...], então falava em português e depois vinha tradução em línguas nos áudios, então ficava fácil das pessoas entenderem também, né, e esses mesmos áudios a gente colocava via Radiofonia no microfone pras pessoas ouvirem nas comunidades, então isso também foi o ponto positivo onde a gente recebeu muitos elogios, Dulce, sobre essa forma da gente adaptar a comunicação aqui no Rio Negro, né, onde as pessoas falavam “poxa [Comunicadora social], foi uma inovação e tanto essa questão que vocês estão passando via Radiofonia, a gente ouve em português e a gente não consegue entender, mas a gente já vai ouvir em nheengatu, em Tukano, aí dá pra entender, agora falar em português realmente não dá pra entender”, então foi esse formato que a gente aderiu pra passar comunicação pras nossas comunidades. Olha, teve um episódio esse ano de 2021, quando a gente foi lá pra uma rua, né, aí nós fomos lá, né, eu falei pra parar bem aqui, era comunidade de evangélicos, paramos e aí ficamos falando, falando e falando. O pessoal parou de trabalhar e veio um idoso, aí ele veio e falou “minha filha, num consigo entender o que vocês tão falando não, explica melhor pra nós”, aí eu falei pra minha colega “bora colocar o áudio pra ele ouvir”, “qual língua que o senhor fala?”, aí ele falou “falo nheengatu”, “então a gente vai colocar em nheengatu pro senhor”, aí nós pegamos o áudio e colocamos bem no nheengatu, aí ele ficou ouvindo, aí ele falou “agora sim eu entendi” ele falou. É um ato assim tão simples, mas pra nós foi importante de ver a importância de um carro de som, ele falou “nunca ninguém fez isso com a gente, agora vocês têm que vir sempre” ele falou pra gente. (Ednéia Teles, julho de 2021, entrevista PARI-c).

¹⁰⁴ A comunicadora social disse-me que o carro de som passava principalmente nas proximidades das casas lotéricas e bancos (onde há grandes aglomerações por conta do recebimento de benefícios sociais dos programas governamentais). Os áudios que divulgam no carro de som são orientações de profissionais da saúde famosos, como o doutor Dráuzio Varella e anônimos que trabalham no DSEI Alto rio Negro e na Secretaria de Saúde do município de São Gabriel. Ela ainda relata que muitos dos áudios de pessoas famosas e de universidades eram articulados pela comunicadora social do ISA e Rede Wayuri de Comunicadores através de “várias parcerias que a gente aderiu pra trabalhar no carro de som, quando eu falo, assim, a parceria é tudo pra gente, tinha a FOIRN, tinha a Secretaria de Saúde, tinha o DSEI, o DSEI Yanomami também, DSEI Alto Rio Negro e DSEI Yanomami, e as escolas onde entraram em parceria com a gente, né, então tudo isso foi graças à articulação da FOIRN através do SETCOM, pra levar um profissional de saúde pra falar na Radiofonia”.

Em uma região em que a circulação de pessoas, artesanatos e dinheiro são centrais, as mulheres indígenas se mobilizaram para fazer circular, dessa vez, informações, máscaras, álcool em gel, chás e alimentos, tudo na expectativa de restringir a circulação do vírus e de garantir o cuidado coletivo. Responsáveis por cuidar da família, das plantas medicinais, da roça e das crianças – como relata Elizângela no vídeo de lançamento da campanha – as mulheres do rio Negro se engajaram em relações de partilha e circulação do cuidado, contribuindo para evitar a contaminação por Covid-19 em São Gabriel da Cachoeira. Essas mulheres, com suas ações, intervieram no debate sanitário do município e criaram estratégias para lidar de forma diferente com a pandemia.

A disseminação de informações sobre a pandemia, alertando os *parentes* sobre como se cuidarem, foi fundamental em São Gabriel. Além das orientações divulgadas pela Rede Wayuri, as mulheres do rio Negro compartilharam receitas de chás e benzimentos nos grupos de WhatsApp, alertando as *parentas* a “respirar na cultura” e a confiar em seus conhecimentos tradicionais como nos mostra Elizângela Costa (p. 5, 2021):

As mulheres indígenas que moram na cidade de São Gabriel da Cachoeira fizeram as suas estratégias de cuidados com as plantas retiradas dos quintais e mel de abelha; enquanto aquelas das comunidades (aldeias) utilizaram as plantas da terra firme e da beira dos rios. O mais utilizado foi a abelha com ferrão retirada da natureza, para a defumação, fazer chá e passar a cera pelo corpo. No decorrer dos dias, as mulheres da cidade passaram a saber sobre os remédios que estavam sendo utilizados por seus pais e parentes nas comunidades e, então, pediram para que as enviassem para que elas também pudessem usar na proteção de si e de suas famílias na cidade. Assim, o Cesto de Conhecimento, que depende das nossas formas de conhecimento e dos nossos territórios, foi sendo utilizado e compartilhado pelas mulheres do rio Negro. Com as muitas trocas, as plantas tiveram novos donos e foram utilizadas de diferentes formas para poder alcançar o objetivo de salvar vidas.

As estratégias encontradas pelas mulheres indígenas, muitas vezes, dentro da própria cultura, como mencionou uma das mulheres presentes nas rodas de conversa realizadas em 2018, evidenciando o “respirar na cultura” como uma resolução de conflitos no seio mais íntimo de redes de afetos, dentro de sua própria cultura:

Minha irmã é casada com indígena... ele já foi alcoólatra. Então eu, como artista, sempre gostei de arte... eu botei eles para tecerem juntos. É isso que eu podia dar. Não tinha dinheiro para mandar ele para algum lugar, então a gente tenta fazer da nossa própria cultura, do conhecimento que a gente tem. (...) Hoje ele se tornou um grande Pajé! E a esposa dele, minha irmã, é parteira! (...) Então, essa situação [da violência, da bebida] é muito complicada na nossa vida. Eu digo: tem que respirar na cultura. A princípio, como é que nossos pais viviam?

Vamos botar nossa cultura: plantar, tecer, tirar tucum... Então vamos tecer! [ela continua falando sobre seu próprio processo de sustentabilidade econômica a partir do “respirar na cultura”]. Depois que eu saí do emprego (...) eu fiquei sem chão... Então vamos fazer meu próprio emprego, de onde ninguém vai me poder tirar... fui tirar meu

CNPJ, comecei a tecer dia e noite, dia e noite, teve dia que estourou meu dedo, eu não vou negar, mas eu não vou sair aí pra beber, estar me drogando, não vou me suicidar... Aí o que aconteceu: buscar contatos... comprar matéria prima, ensinei outras mulheres (...) É uma geração de renda, uma geração de emprego.... Nós estamos sobrevivendo assim. Eu me formei com muito orgulho, com meu conhecimento, com a minha tradição, com o trabalho que eu gerei e eu vou continuar gerando (OLIVAR et al, no prelo, p. 78).

Essas falas que Olivar et al (2019, no prelo) trazem dizem claramente sobre como a experiência de “respirar na cultura” é importante e pode trazer resoluções aos problemas que são internos e que devem ser solucionados por meio da própria cultura, de suas redes e não apenas por ações externas. “Respirar na cultura” ficou muito ligado, aos atos de tecer, a um modo específico de mobilizar a ancestralidade “como nossos pais viviam” e aos afetos: ela colocou a irmã para tecer com o cunhado que era alcoólatra. Nessa história toda, ela ainda disse que foi atrás de um CNPJ, quer dizer, algo vinculado ao Estado, mas que tem a ver com a formação de outras mulheres e com a geração de renda delas.

Digo isso, porque me ocorre que “respirar na cultura” parece ter a ver mais com uma forma específica de tecer afetos e relações, como disse anteriormente, e menos com uma divisão radical entre violências e estratégias de enfrentamento que sejam “internas” e “externas”. Porque, por exemplo, as ações das mulheres como resistência às violências (como Sarah arranhando e Kátia empurrando seu agressor), ou mesmo, toda a troca de conhecimentos, chás e cuidados referentes a pandemia aparecem como algo importante para os moradores de São Gabriel. Do mesmo jeito “a realização de denúncias em órgãos governamentais”, a parceria com Universidades, Secretaria de Saúde, DSEI, entre outras, também aparece como uma das estratégias para se lidar com a violência e a pandemia de Covid-19. Dessa forma, “respirar na cultura” aparece como forma de buscar, no próprio conhecimento, soluções para um problema através do compartilhamento da dor e do cuidado, produzindo alianças. Por meio destes conhecimentos e alianças as mulheres criam estratégias, apresentando elementos para a compreensão das redes de mulheres em contextos sociais críticos. Afinal, respirar é, antes de tudo, um ato vital e uma ação contínua da qual a vida depende. Mais do que isso, a respiração é uma troca entre o corpo e o mundo (BOLDRIN, Juliana, no prelo).

Toda essa articulação, mobilização e construção da campanha vão além da pandemia de Covid-19. Com a estabilização dos casos, o afrouxamento das medidas de quarentena e circulação de pessoas e, especialmente, com novas demandas e problemáticas surgindo na região do Alto Rio Negro, a campanha “Rio Negro, nós cuidamos!” tem se atentado a reagir a outros eventos assolam a região. A campanha fortaleceu e evidenciou as ações de apoio, ajuda

e união das mulheres de São Gabriel da Cachoeira. Formou-se uma rede de proteção e cuidado que em momentos mais recentes se atentou às cheias que estavam afetando as famílias rionegrinas bem como, na nova gestão do DMIRN, está procurando se atentar às violências desferidas contra as mulheres¹⁰⁵.

Nessa prática de mobilização, conexão e liderança, as mulheres da FOIRN assumiram a norma e a operação governamental do cuidado quando repreenderam quem não usava máscara, elas denunciaram quem não respeitou o lockdown, elas absorveram e traduziram as informações científicas sobre a pandemia, elas articularam com parceiros do humanitarismo nacional e internacional (Greenpeace, Médicos Sem Fronteiras, entre outros), trabalharam junto com o DSEI, elas indicaram assistência psicológica para algumas. Assumiram a responsabilidade de uma intervenção política e experimentar-se governo, assumindo o exercício do poder.

3.3 Pandemia e o risco de obliteração da violência contra as mulheres

No ínterim entre a ameaça da chegada do vírus e a criação da campanha “Rio Negro, nós cuidamos!” Elizângela Baré demonstrou preocupação com problemáticas que poderiam ser esquecidas e, ao mesmo tempo, intensificadas em decorrência da pandemia. A violência, a invasão e o garimpo nos territórios indígenas apareceram nos relatos de Elizângela, como podemos ver em um vídeo que gravou para a série vozes da resistência.

Vimos também que essa pandemia vem nos prejudicando bastante porque vimos que vários outros problemas sociais estão sendo esquecidos, como a violência doméstica, como o abuso sexual, como com relação aos direitos indígenas, com relação a exploração de garimpo, invasão dos territórios indígenas, a nossa Amazonia sendo destruída¹⁰⁶.

No próprio sítio de Elizângela, dia 18 de abril do ano de 2020, quando decidimos ir para a roça colher mandioca e gravar o vídeo para a campanha “Rio Negro, nós cuidamos!” seu marido disse que tinha algumas pessoas buscando ouro por ali. Caminhando sentido a roça vimos um homem – que depois Elizângela me disse ser *parente*. Elizângela parou até que ele se aproximasse e perguntou se estava trabalhando com mineração, que aquelas terras eram dela e que ninguém a havia informado que circularia por suas terras e que poluiria os igarapés com

¹⁰⁵ A campanha realizou algumas entregas de cestas básicas para famílias que foram afetadas pelas cheias no Alto Rio Negro no mês de junho do ano de 2021. Em reuniões de trabalho com as coordenadoras do DMIRN, uma delas, ressaltou a importância de se atentarem (por meio da campanha) aos trabalhos relacionados às violências contra as mulheres.

¹⁰⁶ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=MCeN-jNQFeA>>. Acesso 11/11/2021.

mineração. Elizângela estava brava, indignada. Olhou para mim e disse: “Eu fiquei muito brava quando vi ele com aquele negócio nas costas, com aqueles canos azuis. Isso me traz muitas lembranças da época que vinham caçar ouro aqui”.

Posteriormente, em julho de 2021, nessa mesma perspectiva de esquecimento de determinadas questões, Elizângela contou-me que até o momento não havia entendido muito bem o que havia acontecido na reunião do Fórum Interinstitucional de Políticas Públicas que mencionei anteriormente. Imediatamente recordei-me da ata de reunião do Fórum que tinha o registro de que as pautas que deveriam ser discutidas diziam respeito às questões sobre o suicídio e a violência doméstica, mas, devido ao avanço do coronavírus, muitos dos compromissos estavam sendo cancelados. Elizângela prosseguiu contando que ela e Miriõ haviam preparado uma fala sobre as questões de violências na cidade que caem especialmente sobre mulheres e jovens. No entanto, durante a reunião, elas não conseguiram falar e apresentar os dados relacionados às violências contra mulheres que haviam levantado junto à professora Flávia Melo. Isso porque já no início da reunião, na mesa de abertura, foi colocado a questão da barreira sanitária entre as comunidades indígenas e a cidade, transformando a pauta da reunião em discussões referentes a pandemia que se aproximava e não sobre as questões propostas anteriormente. Elizângela ressaltou-me da importância em discutir ações e estratégias para prevenção do coronavírus e justamente por isso criaram a campanha, no entanto, não entendia o porquê não abordar a pauta da violência contra mulheres e jovens que é tão latente na cidade e o porquê não foi dada a palavra a ela e a Miriõ durante a reunião. A ameaça da ruptura provocada pelo vírus da Covid-19 foi rapidamente lida por Elizângela, fato esse que traduzo como obliteração da violência por fazer desaparecer pouco a pouco essa questão, afinal, a obliteração é uma arte de produzir um regime específico de invisibilidade. Então, o esforço de trazer este capítulo para a dissertação tem a ver com trazer também uma ruptura e costurar a partir da ruptura, cuidando dessa ideia da obliteração.

Como sabemos, o cenário de pandemia da Covid-19 exige uma série de cuidados. Uma das principais medidas de proteção e prevenção ao vírus é o distanciamento físico, que tem a ver com reduzir ao máximo a quantidade de pessoas que se mantêm proximidade. Dessa forma, é possível evitar a contaminação pelo novo coronavírus. No entanto, essa medida também traz dificuldades e ressalta problemas que já estavam entre nós antes da pandemia: os crimes de violência doméstica e violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes que podem se intensificar com o isolamento domiciliar e, Elizângela já estava atenta isso.

Conforme a cartilha *Violência Doméstica e Familiar na Covid-19*, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), estima-se que o número de denúncias desse tipo de violência cresceu

50% no Brasil devido à pandemia no ano de 2020. De acordo com a Delegacia Interativa de São Gabriel da Cachoeira (AM), as denúncias sobre violência doméstica também aumentaram na cidade neste período, e apresenta elementos que importam quando pensamos a violência para além daqueles presentes nos dados oficiais do Estado, como relatou-me a delegada enfatizando, por exemplo, que muitas das mulheres que são violentadas não realizam a denúncia:

Como a polícia militar faz esse atendimento prévio ela vai lá quando tem a denúncia, ela pega o cara coloca na cela e no outro dia eu vou fazer o procedimento. Normalmente isso acontece à noite e aí de manhã eu já faço o procedimento. Quando eu chego pra fazer o procedimento, às vezes, a mulher não vai na delegacia. Eu tenho que mandar o investigador ir lá na casa dela e ela nem tá, ou então ela não quer ir fazer a denúncia. Então a gente não formaliza nem faz Boletim nesses casos porque ela só queria ficar livre do cara que estava querendo agredir ela naquela noite, entendeu? Então assim tem muito caso assim que a gente fala que é “cifra negra” estatística, os Boletins de Ocorrência que a gente não coloca no boletim porque ele precisa ter a pessoa que denunciou.

E aí quando eu via os casos mais sérios mesmo que a mulher não quisesse eu convencia, pedia para o investigador ir lá buscar ela e tal e quando eu via que tinha...gravidade né...ou que tinha ido no hospital eu mandava buscar o prontuário para fazer a denúncia e aí eu fazia, ou então se a mulher concordasse também eu fazia o pedido de prisão e tudo, mas o que eu posso falar assim que: dá pra perceber que foi um aumento expressivo porque diminuíram os outros crimes devido ao lockdown, mas aumentou a violência doméstica, mas de fato no papel, não dava pra...eu não vou ter como te passar essa estatística majorada porque elas não queriam fazer o Boletim de Ocorrência eu tô te falando o que aconteceu realmente na delegacia porque eu ia lá todo dia.

(Áudio da Delegada. Caderno de Campo, 2021).

No segundo ano de pandemia, 2021, os números de casos registrados na Delegacia pareciam ainda maiores. Quando retornei à São Gabriel da Cachoeira, a funcionária da Delegacia contou que durante o período de pandemia os crimes contra a mulher haviam aumentado significativamente. Disse-me que já havia 70 Inquéritos Policiais referentes a violência contra a mulher instaurados apenas no ano de 2021, como já mencionado no primeiro capítulo.

O aumento de casos de violência contra a mulher desde o início da pandemia é algo que organizações e grupos já apontam em diversos lugares do país. Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência entre abril de 2020 e abril de 2021 no Brasil, durante a pandemia da Covid-19, segundo pesquisa do Instituto Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e divulgada em 07 de junho de 2021 (GLOBO, 2021). O relatório, no entanto, aponta que a região norte do país foi a que teve menos mulheres entrevistadas e a menção sobre a violência com mulheres indígenas se restringe apenas a quantidade daquelas que se autodeclararam na entrevista.

Em conversa por WhatsApp com a jornalista Ana Amélia responsável por produzir os informativos do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 em São Gabriel, recebo o convite para publicar uma nota sobre violência contra a mulher em um dos informes que circularia por WhatsApp na cidade de São Gabriel. Realizei a nota, mas, intrigada com as pontuações de Elizângela fui conversar com ela sobre a produção de um material mais denso e voltado para as mulheres indígenas do rio Negro. Mesmo atarefada por conta da organização e viagens de distribuição das cestas básicas nas calhas do rio Negro, por meio da campanha “Rio Negro, nós cuidamos!” Elizângela ressaltou a importância de falarmos sobre a questão da violência e, colocando-se à disposição, passou-me o contato da professora e artesã de etnia Tariana, para me auxiliar nesse trabalho. Também apoiou a ideia de envolvermos a Delegacia de Polícia com a participação da delegada da cidade que já vinha demonstrando abertura sobre a temática, participando de reuniões tanto com o DMIRN, ISA quanto com a FSP/USP com o apoio ao desenvolvimento de minha pesquisa dando-me acesso, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, aos documentos da Delegacia. Quando compartilhei essas coisas com a delegada da cidade (julho de 2020), ela prontamente se dispôs a participar da produção do material. Desse modo, o Estado é formado e operacionalizado por meio de pactuações locais realizadas por mulheres em uma relação interétnica.

Elizângela também disse que seria importante termos a participação de alguma mulher representante do Conselho Tutelar e, ao falar com a presidente da instituição, aceitando trabalhar conosco, relatou-me que antes da pandemia, geralmente, eram notificados entre cinco e seis casos de denúncias referentes à criança e ao adolescente e que no mês de julho de 2020

teve uns..uns dez casos, nove assim... que foi denunciado né e que a gente soube, mas a gente tá se preparando, conversamos até com a delegada hoje que quando...agora que tá passando e vai aparecer muito mais e quando tiver passado mesmo essa pandemia vai aparecer muito e muito mais, então a gente reuniu justamente para já se preparar pra gente não deixar nenhuma criança ou adolescente de fora né desse atendimento a proteção e a tudo. E aí a gente só tem essas informações até o exato momento e esses dez estão entre maus tratos né, é violência...mesmo sexual, é... aliciamento, é... também abuso né.

(Áudio da Presidente do Conselho Tutelar. Caderno de Campo, 2020).

Contudo, no mês de julho de 2020, produzimos a cartilha “Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia. Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!”¹⁰⁷. A parceria com essas duas instituições públicas para a produção do material informativo foi de suma importância para que pudéssemos traduzir a linguagem jurídica dos

¹⁰⁷ Disponível nos Apêndices deste trabalho.

procedimentos envolvidos em casos de violências contra a mulher, a criança e o adolescente. Desse modo, cumpriríamos o nosso objetivo de apresentar uma linguagem que fosse acessível a todas as pessoas tendo conosco a participação e apoio dessas mulheres, que compõem o corpo do Estado. A intenção das mulheres, especialmente as indígenas, nesse processo de produção era justamente recorrer às redes de alianças que estavam tecendo e produzindo na cidade. *Respirar na cultura*, tendo as relações mais próximas com amigas e *parentes*, bem como com recursos mais evidentes da própria cultura como a realização de benzimentos e o consumo de determinados chás. Para além dos afetos mais próximos, o intuito da cartilha também foi sensibilizar as mulheres de que elas não estavam sozinhas e que o DMIRN poderia auxiliá-las de forma a estabelecer relações com essas redes, inclusive as institucionais.

Para auxiliar o entendimento do texto, a cartilha conta com ilustrações. A preocupação que tivemos era de que o material fosse voltado para as pessoas do rio Negro e isso incluía os desenhos nela realizados. Houve todo um processo de descrição da dinâmica da vida das mulheres indígenas, bem como traços fisiológicos que pudessem ajudar na produção de um desenho que, de certo modo, representasse as mulheres indígenas de São Gabriel. O artista que realizou os desenhos já havia produzido ilustrações para a cartilha relacionada a Covid-19 e mesmo assim, tomou todo cuidado e preocupação com esse trabalho, já que até então, nunca tinha encontrado uma mulher indígena do Alto rio Negro. A primeira versão de um de seus desenhos – que se tornou a capa da cartilha – trazia uma mulher com uma criança no colo e outra entrelaçada às suas pernas. Essa mulher apresentava um semblante completamente triste porque a ideia era demonstrar que ela havia passado por uma situação de violência. Apesar de ser a vulnerabilidade que fazem as mulheres se mobilizarem contra as violências tornando-as fortes como cacto, como raízes que nutrem e que são resistentes, os traços do artista passaram a ressaltar a mulher com o semblante mais “firme”, “confiante”, “decidida” e “forte”.

Toda essa preparação e produção fez com que esse informativo gerasse grande mobilização das mulheres indígenas. A divulgação da cartilha iniciou-se em 14 de agosto na Casa do Saber, em São Gabriel e, desde então, as mulheres indígenas se organizaram para a distribuição e a discussão sobre a questão das violências contra mulheres e crianças na cidade. As distribuições das cartilhas foram realizadas nas comunidades de Maturacá, São Gabriel Mirim, Taracua, Pari Cachoeira e no distrito de Iauaretê. Além desses locais, o material também foi distribuído no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), em escolas públicas e instituições locais, como FOIRN e na Delegacia. Relações entre a pandemia e a violência contra mulheres,

assunto da cartilha, também foram discutidas em uma *live* da série Casa Floresta promovida pelo ISA e no 49º programa do Boletim de áudio Wayuri dedicado à cartilha.

Essa forma tentacular de produção de alianças dentro da própria cultura tem fortalecido o movimento indígena em São Gabriel, especialmente as mulheres, que têm tomado a frente de diversas iniciativas sociais e políticas para o cuidado com os moradores do rio Negro. Nessa mesma perspectiva, Francineia Fontes (p.5, 2020), mulher Baniwa e, em relação com outras mulheres indígenas, chama a atenção para “entender a mulher dentro de uma dinâmica que cria espaços políticos e ideológicos, espaços de troca de saberes, espaços de fortalecimento das identidades e das diferenças, de um espaço de negociação de interesses e de prioridades para atingir metas estabelecidas por muitos povos”.

Em um cotidiano de violências intensificadas por um momento de crise sanitária, notamos como o movimento de mulheres indígenas produzem, com a campanha e a cartilha, relações de alianças, cuidado, intersecção, espaços de trocas de saberes, pactuações com o Estado e, ainda, oferecem iniciativas dentro de sua própria cultura. Em um primeiro momento temeram a obliteração da violência por conta da pandemia e posteriormente, procuraram combater as opressões múltiplas e imbricadas dos dois momentos. Isso ocorre por meio da vontade de conversar, da capacidade de chamar os homens para as discussões (especialmente sobre violências), e das afirmações repetidas da força, da capacidade de luta e do conhecimento que as mulheres têm e compartilham para poder enfrentar contextos críticos que se apresentam a elas. Elas assumiram a norma e a operação governamental do cuidado.

NOTAS DE ENCERRAMENTO

Houve, ao longo desta dissertação, a tentativa de dar uma densidade empírica a todo o processo de construção de relações e problemas que evidenciam tensões e saberes relacionados ao contexto crítico vivenciado e enfrentado pelas mulheres indígenas de São Gabriel da Cachoeira, a saber, violências contra mulheres indígenas e o cenário de pandemia de Covid-19. Interessada em compreender a maneira como casos de violência sexual e feminicídio são reelaborados e reescritos pelas agências do Estado local, e também como são reelaborados pelos moradores da cidade, tomo como centro dessa dissertação o caso dos assassinatos de Francisca, Sarah e Kátia. Por meio de documentos produzidos em torno de suas mortes, elas ajudam a compreender os procedimentos técnicos, a própria produção dos documentos, bem como apresentam informações sobre o que ocorreu nesses três casos específicos de feminicídio.

Esses documentos foram acessados na Vigilância Epidemiológica e na Delegacia Interativa de Polícia de São Gabriel da Cachoeira no primeiro semestre de 2020 e no segundo semestre de 2021. Toda a articulação interinstitucional está descrita no capítulo primeiro desta dissertação. Para além da articulação com essas instituições, houve uma parceria de trabalho com a Delegacia da cidade — por meio da delegada que atuou em SGC até o ano de 2020. Essa parceria contou com a presença do Instituto Socioambiental, do Conselho Tutelar e do Departamento de Mulheres Indígenas, além de algumas moradoras da cidade para que produzíssemos a cartilha “Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia. Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!”, material que surge como resposta à intensificação e à possibilidade de obliteração da violência contra mulheres no período de pandemia, como procurei mostrar no terceiro capítulo.

O foco dos documentos e os caminhos institucionais que percorro, descritos no capítulo primeiro, mostram minhas alianças e relações de trabalho de campo presencial e algumas articulações relacionadas ao trabalho de campo online, mas também, apresenta uma composição e dinâmica de Estado em SGC. Isso por meio, das instituições que frequentei e aquelas que não consegui adentrar para a produção da pesquisa — seja por questões burocráticas como ocorreu em relação ao Hospital de Guarnição ou o Cartório de Registro Civil que não foi mencionado durante meu trabalho de campo na cidade —, os próprios documentos produzidos bem como as relações, alianças firmadas e mobilizações, especialmente de mulheres, mostram uma feitura de Estado.

Outra maneira pela qual tive acesso as informações referentes à feminicídios na cidade foi por meio de relatos dos moradores. O caso de Francisca, bem como o de Sarah, é fortemente

lembrado por moradores da cidade, especialmente pelas *parentas* de Francisca. Mediante o vínculo criado com as *parentas*, acessei fragmentos narrativos a fim de compreender melhor a morte de Francisca, já que até o momento havia mais lacunas deixadas pelos desencontros com seus documentos físicos (os quais não foram encontrados por mim em nenhum dos dois trabalhos de campo realizados na cidade). As discussões acerca dos documentos e dos relatos dos moradores de São Gabriel concernente aos casos de Francisca, Sarah e Kátia ajudam a identificar saberes produzidos, como o da declarante que volta ao encontro de Kátia porque sabia que a jovem poderia ser violentada sexualmente, a profissional da SEMSA que relata sobre os médicos não quererem se comprometer registrando nas Declarações de Óbito as violências sexuais que envolvem os casos de feminicídio e, por fim, as *parentas* que produzem um saber sobre o corpo morto, verificando a ausência de fluídos na vagina tal como o corpo nu de Francisca. Evidentemente esses saberes produzidos também causam tensões e disputas em relação aos saberes documentais do Estado que, ao mesmo tempo que apagam, também apresentam possibilidades de se pensar politicamente a categoria de violência sexual deferida contra as mulheres, como apresentado no capítulo dois dessa dissertação.

Tensões e saberes que também se mostram presentes no contexto de pandemia. Enquanto as primeiras medidas sanitárias eram implementadas em São Gabriel da Cachoeira, Elizângela Baré e Janete Dessana estavam se atentando às problemáticas que as medidas de prevenção à Covid-19 já estavam causando na cidade e comunidades indígenas. Desse modo, criaram a campanha “Rio Negro, nós cuidamos!” para garantir que as pessoas do rio Negro não precisassem se deslocar das comunidades para a cidade ou ficassem sem alimentos durante o período de *resguardo*.

Inclusive, o terceiro capítulo apresenta uma ruptura que se faz presente na vida, nas lutas, nas relações, nos trabalhos e, portanto, nesta dissertação. Ruptura sobre qual precisei construir costuras para mostrar algumas continuidades dos processos e, também, como essa ruptura corre o risco de tomar conta de obliterar questões como a violência sexual, como Elizângela nos chama a atenção. Desse modo, um dos fios que proporciona o alinhavar desta pesquisa é a dimensão da produção de Estado que não é apenas pela produção dos documentos, a capilaridade, os silenciamentos e a violência sexual, mas que também é produzido por corpos, por movimento político, pela resistência das mulheres em diálogo com o Estado. Os dois primeiros capítulos alinhavados com fios que trazem o caso dos assassinatos e o último pelos fios que abordam a resistência das mulheres. Isso também ajuda a configurar o problema que é gênero, violência, mulheres indígenas e documentos na produção da cidade de São Gabriel.

Assim, mostro no terceiro capítulo como as mulheres encontram estratégias de enfrentamento no *respirar na cultura*, ou seja, buscam uma resolução de conflitos no seio mais íntimo de redes de afetos próximos. O *respirar na cultura* ajuda a pensar a campanha porque as mulheres indígenas aliaram-se à Rede Wayuri, ao ISA, à USP, aos benzimentos, aos Médicos sem Fronteiras (MSF), entre outros, para criar estratégias, divulgar informações, se deslocar para as comunidades, ter atendimento médico e para, por exemplo, cercar os corpos por meio de benzimentos. Essa lógica de mobilização (que também está em construção e desenvolvimento) me remete a *respirar na cultura* e explica o *respirar na cultura* com a noção do ser mulher: mulher que cuida, mulher de força e mulher de conhecimento e saberes.

Mulheres que também não se isentam das relações e produções de violências. Diferente do que observou Maria Filomena Gregori (1993) por meio de entrevistas realizadas com mulheres que experienciaram cenas de violências e se viam de modo virtuoso ao mesmo tempo em que percebiam certa fraqueza em seus parceiros¹⁰⁸, as interlocutoras da autora se referiam a “passar a borrachinha” como um ato de suportar, suportar e suportar outra vez, para então, serem recompensadas por meio do tempo, com a mudança do marido, ou com um desfecho fatal (GREGORI, 1993). Em São Gabriel da Cachoeira, as mulheres não se veem como virtuosas; elas não se excluem das produções de violência. Muitas das vezes, como apontado no dossiê referente às rodas de conversa (OLIVAR et al, no prelo), as mulheres também praticam atos de violência.

No entanto, podemos observar que a produção das relações violentas contra as mulheres em São Gabriel da Cachoeira cria resistências e enfrentamentos por vias coletivas e de redes institucionais, de alianças e de afetos, como por exemplo, o acontecimento do ato público do dia 8 de março de 2020, a oficina de Promotoras Legais Populares Indígenas realizada no segundo semestre do ano de 2021. O próprio Departamento de mulheres Indígenas da FOIRN vem incorporando trabalhos e discussões referentes as pautas sobre violências da região, como apontado por Olivar et, al. (no prelo). Alianças que elucidam uma não binariedade das relações, das soluções para os problemas enfrentados, bem como dos saberes produzidos. Portanto, essa dissertação não se trata de mulheres indígenas contra Estado, porque no meandro das relações

¹⁰⁸ A violência aparece na obra da autora como uma maneira de comunicação entre os parceiros, em que ambos buscam jogos de prazer, culpabilização, vitimização e cenas de agressão recorrentes do cotidiano. Longe de uma abordagem em que a culpa recai sobre as mulheres, Gregori aborda a violência como tendo um caráter relacional nas diversas cenas do cotidiano das relações violentas entre parceiros, rompendo com o pressuposto da dualidade entre a vítima, que é sempre passiva e, o algoz, que detém a ação violenta e dominadora (GREGORI, 1993).

formam-se alianças, às vezes parciais, muitas vezes capilarizadas para garantir o cuidado e o autocuidado relacionados ao contexto crítico que enfrentam.

A violência neste trabalho em um primeiro momento, na introdução, está relacionada à Francisca, Sarah e Kátia que foram assassinadas, sofreram agressões físicas e violências sexuais durante à noite, em locais não domésticos na cidade de São Gabriel. No entanto, com o trabalho empírico, no decorrer da dissertação, passo a considerar as elaborações nativas sobre a temática, tornando a noção e definição de violência ainda mais vasta. Então, ao invés de esmiuçar e afunilar o termo procuro evidenciar através dos relatos, medos e insegurança de meus interlocutores ampliando a noção de violência que constitui um pano de fundo nas relações desenvolvidas na cidade. Desse modo, não há uma definição do conceito de “violência” neste trabalho, mas sim um movimento e sentido que as pessoas dão ao conceito e que procuro trazer nesta dissertação.

Abordar a violência dessa maneira permite considerar fenômenos que transcendem dados estatísticos produzidos pelo Estado. E, é na compreensão desses fenômenos que vemos a mobilização das mulheres indígenas no enfrentamento prévio da pandemia e da possibilidade de obliteração das violências desferidas contra elas. São por meio dos casos de Francisca, Sarah, Kátia, mas também por diversos outros apresentados nesta dissertação, que é possível pensar o descaso em relação à produção de documentos, o atravessamento de valores em relação a discussões sobre violências. Pensar a violência contra mulheres deve ser entender os atravessamentos e fenômenos que são compostos por corpos, alianças, cuidados, medos, sofrimentos, mortes, que, poucas vezes, se problematizam. A multiplicidade do material trabalhado (documentos, mensagens, fotos, relatos, desenho) para compor essa abordagem, tanto no trabalho de campo presencial quanto no trabalho de campo online permitiram evidenciar que as violências contra mulheres em São Gabriel da Cachoeira estão compondo a vida cotidiana da cidade, ao mesmo tempo em que esse cotidiano revela também a força e a resistência das mulheres indígenas em face das ameaças e violências.

As imagens que trago para a dissertação ajudam a produzir uma linha narrativa e interpretativa relacionada as violências, à força e a resistência que as mulheres produzem. A imagem, muitas das vezes, é o que resta. No entanto, nesta dissertação elas se mobilizam e se movimentam ganhando e produzindo dimensões através das lutas produzidas pelas mulheres indígenas. As imagens, não apenas as anexadas nesta dissertação, mas também aquelas que aparecem nos Inquéritos Policiais, aquelas as quais não tive acesso e que estavam no celular da profissional da Vigilância Epidemiológica, os cartazes, o próprio desenho no início da dissertação são diferentes maneiras de comparecimento das formas de ver, mostrar e, ao mesmo

tempo, de ocultar e que se tornam também o desenho dessa dissertação. Por meio das alianças com as mulheres indígenas, bem como com instituições locais, que deixo aqui uma das imagens produzida até o momento: imagem desenhada, narrada, escrita.

Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.

Ailton Krenak - Ideias para adiar o fim do mundo, p. 27, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRELLO, Geraldo. 2006. **Cidade do Índio**. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI. 447 pp.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2018.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte. Autêntica, 2020.
- _____. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.
- Boa Vista Já. (2020). Campanha arrecada alimentos e kits de higiene para mulheres em vulnerabilidade social. **Boa Vista**, 1 de julho de 2020. Disponível em <<https://boavistaja.com/local/2020/07/01/campanha-arrecada-alimentos-e-kits-de-higiene-para-mulheres-em-vulnerabilidade-social/>>. Acesso em: 18 out. 2020.
- BOLDRIN, Juliana. **Afeto e perigo: reflexões sobre máscaras e respiração em tempos de pandemia, no prelo**.
- CANALEZ, G. G. *et al.* **Espalhamento da COVID-19 no interior do Amazonas: panorama e reflexões desde o Alto Solimões, Brasil**. Mundo Amazônico, 11(2), e 88492. (2020). <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n2.88492>.
- DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. Editora Unifesp, 2020.
- DANOWSKI, D; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental. 2014.
- DUTRA, J.; MAYORGA, C. **Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política**. Psicologia: Ciência e Profissão 2019 v. 39 (n.spe), e221693, 113-129. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221693>.
- Equipe do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental & Morais, D. (2020). **“Coronavírus (COVID-19) Tome cuidado, parente!”**. Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/>>. Acesso em: 18 out. 2020.
- FARIAS, Juliana. “Da capa de revista ao laudo cadavérico: pesquisando casos de violência policial em favelas cariocas”. In: BIRMAN, P; LEITE, M; MACHADO, C. **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**. Ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- _____. **Burocracias e violências de Estado: analisando a trajetória documental de um caso de execução sumária**. In: Ferreira, L & Lowenkron, L (org). Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: e-papers, 2020.
- FERREIRA, Letícia. **Dos autos da cova rasa**. A identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2009.

FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (org). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: e-papers, 2020.

FIOCRUZ. **Violência Doméstica e Familiar na Covid-19**, 2020.

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. **Relatórios de entrega de cestas básicas Alto Rio Negro**. Relatório de viagem (1), de 27 a 31 de maio de 2020. São Gabriel da Cachoeira. 2020.

_____. **Relatório da viagem região Nadzoeri: entrega de cestas básicas e kits de proteção individual**. Relatório de viagem (2), de 4 a 8 de junho de 2020. São Gabriel da Cachoeira. 2020.

_____. **Relatório de viagem da entrega de cestas básicas de alimentos nas comunidades/sítios da abrangência da Coordenadoria Diawi'i/Foirn**. Relatório de viagem (3), de 16 a 26 de junho de 2020. São Gabriel da Cachoeira. 2020.

_____. **São Gabriel da Cachoeira** <<https://noscuidamos.foirn.org.br/>>. Acessado em 15/11/20. 2020.

_____. <<https://foirn.org.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2020. FOIRN/ISA – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro / Instituto Socioambiental. (2005). Levantamento socioeconômico, demográfico e sanitário da cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM). São Gabriel da Cachoeira: FOIRN/ISA. 2019.

FONSECA, Cláudia. **Lá onde, cara pálida?** Pensando as glórias e os limites do campo etnográfico. Revista Mundaú, 2017, n. 2, p. 96-118. 2017.

FONTES, Francineia. **Minha escrevivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro – Amazonas/Brasil**. Cadernos de campo (São Paulo, online) | vol.29, n.1 | p. 179-186 | USP 2020.

GLOBO. **Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa**. < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>>. Acessado em 18/11/2021.

GOMES, P.; AIRES, J. **Os caminhos trilhados pelas mulheres indígenas na constituição de organizações femininas**. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: ANPOCS. 1993.

HERMANO, Brasilina. **Bebendo entre amigos: um estudo antropológico sobre uso de bebidas alcoólicas na Casa de Apoio à saúde indígena de Roraima**. Dissertação – Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Roraima. Recife, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/sao-gabriel-da-cachoeira/panorama>. Acesso em: 02 nov. 2020.

ISA - Instituto Socioambiental
https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/memoria_de_reuniao_forum_interinstitucional_covid-19. Acesso em: 28 jul. 2021.

IUBEL, Aline. **Relações exteriores nas políticas indígenas em São Gabriel da Cachoeira:** indigenização da prefeitura e incorporação de alteridades. Rev. antropol. (São Paulo, Online) | v. 61 n. 1: 360-380 | USP, 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

LASMAR, Cristiane. **Antropologia feminista e etnologia Amazônica:** a questão do gênero nas décadas de 70 e 80. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

_____. **De volta ao lago de leite:** gênero e transformação no Alto do Rio Negro. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI. 2005.

_____. **Mulheres Indígenas:** representações. Estudos Feministas, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/U, 1997, pp.143-156.

LEIRNER, Piero. **O Estado como fazenda de domesticação.** Revista de Antropologia da UFSCar, v.4, n.2, jul.-dez., p.38-70, 2012.

LINS, Beatriz; PARREIRAS, Carolina; FREITAS, Eliane. **Estratégias para pensar o digital.** Cadernos de Campo (São Paulo, online) | vol. 29, n.2 | p.1-10| USP 2020.

LOWENKRON, Laura. **Da materialidade dos corpos à materialidade do crime.** A materialização da pornografia infantil em investigações policiais. MANA 19(3): 505-528, 2013.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo:** a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

MANTOVANELLI, Thais. “Quanto vale a vida?” Os Mëbengôkre-Xikrin do Bacajá e os Juruna da Volta Grande do Xingu contra a engenharia de cálculo e setores técnicoempresariais da hidrelétrica de Belo Monte. In: **Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal.** [E-book] / organizadores, Suzane de Alencar Vieira, Jorge Mattar Villela. - Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020.

MARQUES, Bruno. **Os Hupd’äh e seus mundos possíveis:** transformações espaço-temporais do Alto Rio Negro. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). 2015.

MATOS, Maria Helena. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: Sacchi, Ângela e Gramkow, Márcia Maria (org.) **Gênero e Povos Indígenas.** Museu do Índio – FUNAI - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). Brasília/Rio de Janeiro. 2012, pp. 140 – 171.

MEDEIROS, Flávia. **“Linhas de investigação”:** técnicas e moralidades policiais na gestão de mortos na região metropolitana do Rio de Janeiro. R@U, 10 (1), jan./jun. 2018: 238-256.

_____. **“Matar o morto”**: A construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2018.

_____. **O morto no lugar dos mortos**: classificações, sistemas de controle e necropolítica no Rio de Janeiro. REVISTA M. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 72-91, jan./jun. 2018.

MELO, Flávia. **Delicta factis permanentis**: marcas de um delito invisível. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2008.

_____. **Mapeamento da violência contra mulheres notificada à Polícia Civil do município de São Gabriel da Cachoeira/ Amazonas 2010-2014**. Amazonas, no prelo.

MISSE, Michael. **O Papel do Inquérito Policial no Processo de Incriminação no Brasil**: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. Revista Sociedade e Estado - Volume 26 Número 1 janeiro/abril 2011.

MORAIS, Dulce. **Tensões e saberes**: violência sexual, mulheres indígenas e produção documental. Projeto de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2020.

MORAIS, Dulce; ALVES, Janete; JARDIM, Grace; SILVA, Dayane; SILVA, Elizângela. (2020). **“Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia. Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!”**. Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

MORAWSKA, Catarina V. **“A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados”**. Revista Antropológicas. Ano 18, 25(2):22-40, 2014.

NADAI, Larissa. **Descrever crimes, decifrar convenções narrativas**: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

_____. **Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios**: o Instituto Médico Legal e suas tramas. Tese de Doutorado. (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

NADAI, Larissa & VEIGA, Cilmara. **Fazer falar os pedaços de carne**: comparação entre laudos periciais em casos seriais produzidos pelo Instituto Médico Legal (IML) de Campinas e Juiz de Fora. In: Ferreira, L & Lowenkron, L (org). Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: e-papers, 2020.

OLIVAR, José Miguel. **Através do limite**: diferenciação, relação e atos de cuidado em contextos críticos na fronteira Amazônica – ênfase em sexualidade, gênero, ciclos de vida e etnia. Projeto de Pesquisa. Auxílio Regular FAPESP: 2019/01714-3. p. 12, 2019.

_____. **“Caçando os devoradores. Agência, ‘meninas indígenas’ e enquadramento neocolonial”**. Revista De Antropologia, 62(1), 07-34. 2019.

_____. **Performatividades governamentais de fronteira:** a produção do estado e da fronteira por meio de políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. *Revista Ambivalências*, v.3, n.5, p. 149 – 182, Jan-Jun/2015.

OLIVAR, J. M. et al I. **Dossiê sobre rodas de conversa com mulheres indígenas sobre violência:** projeto mulheres indígenas, gênero e violência no Rio Negro. Relatório técnico. São Gabriel da Cachoeira: ISA, FOIRN, FSP, OVGAM, no prelo.

OLIVAR, J. M. *et al.* **‘Rio Negro, We Care.’** Indigenous Women, Cosmopolitics and Public Health in the COVID-19 Pandemic. *Global Public Health*. 2021.

PADOVANI, Natália. **Cartas reduzidas a termo:** processos de estado e trâmites do comando na gestão das relações em uma penitenciária feminina da cidade de São Paulo. In: Ferreira, L & Lowenkron, L (org). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: e-papers, 2020.

PARREIRAS, Caroline. **Altporn, corpos, categorias, espaços e redes:** um estudo etnográfico sobre pornografia online. Tese Apresentada ao Programa de PósGraduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2015.

PEREIRA, Rosilene. **Cerimônia do Dabucuri:** uma reflexão sobre patrimônio imaterial do Alto rio Negro. *Cadernos NAUI* Vol. 5, n. 9, jul-dez 2016.

RICARDO, C. A.; RICARDO, F. (2011). **Povos indígenas do Brasil 2006/2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental.

ROSSI, María. **Identidade sem pertencimento?** Dimensões íntimas da etnicidade feminina no Vaupés. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 2016.

ROSSI, María. **Reflexões sobre gênero e etnicidade nos cenários e repertórios de participação política no Vaupés colombiano.** *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 319-347, set./dez. 2020.

SACCHI, Ângela. **Mulheres Indígenas e Participação Política:** a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista Antropológicas*, v. 14, p. 105-120, 2003.

_____. **Violências e Mulheres Indígenas:** justiça comunitária, eficácia das leis e agência feminina. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 10, n. 2, p. 62-74, julho-dezembro, 2014.

SANTOS, Fabiane. **Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia:** empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. *Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente*, Humaitá, LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA - ISSN 1983-3423. Ano 5, vol VIII, 2012-1, jan-jun, Pág 94-104.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. **Decreto nº 003, de 18 de março de 2020.** Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública no município de São Gabriel da Cachoeira e das medidas preventivas necessárias para o enfrentamento para conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19). São Gabriel da Cachoeira. 2020.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. **Decreto nº 019, de 5 de maio de 2020.** Dispõe sobre a suspensão temporária do serviço de táxi-lotação e transporte público no âmbito do município de São Gabriel da Cachoeira, e dá outras providências. São Gabriel da Cachoeira. 2020.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. **Decreto nº 021, de 11 de maio de 2020.** Dispõe sobre as medidas restritivas e complementares ao “Lockdown” a serem aplicadas no âmbito do município de São Gabriel da Cachoeira, em virtude da Covid-19, e dá outras providências. São Gabriel da Cachoeira. 2020.

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde
<https://instagram.com/semsa.sgc?utm_medium=copy_link>. Acesso em: 28 jul. 2021.

SOUZA, Maximiliano; GARNELO, Luiza. **Quando, como e o que se bebe:** o processo de alcoolização entre populações indígenas do alto Rio Negro, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 2007.

STENGERS, Isabele. **No tempo das catástrofes: resistir a barbárie que se aproxima.** São Paulo: Cosac Naify. 2015.

STOLER, Ann Laura. **Along the Archival Grain:** Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense. Copyright 2009 by Princeton University Press.

VEIGA, Cilmara. **O caso do maníaco matador de velhinhas:** entre trâmites processuais e diferentes formas de narrar que enredam um crime em série. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2018.

_____. **Entre datas, marcas e registros burocráticos:** uma análise dos múltiplos tempos de um processo criminal referente a um crime em série. IV ENADIR – GT: Antropologia, burocracia e documentos. s/d.

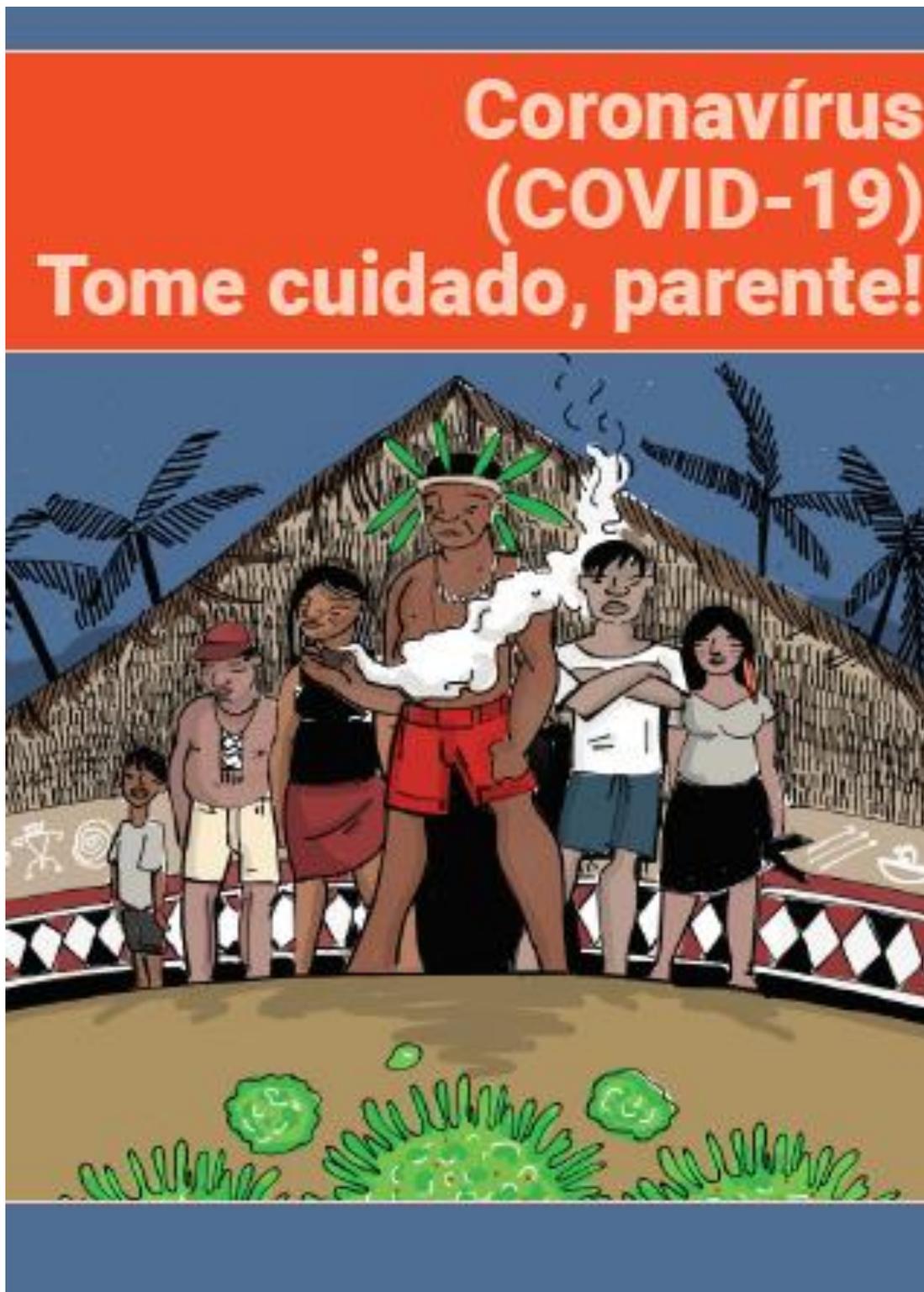
VIANNA, A; LOWENKRON, L. **O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens.** Cadernos pagu (51), 2017.

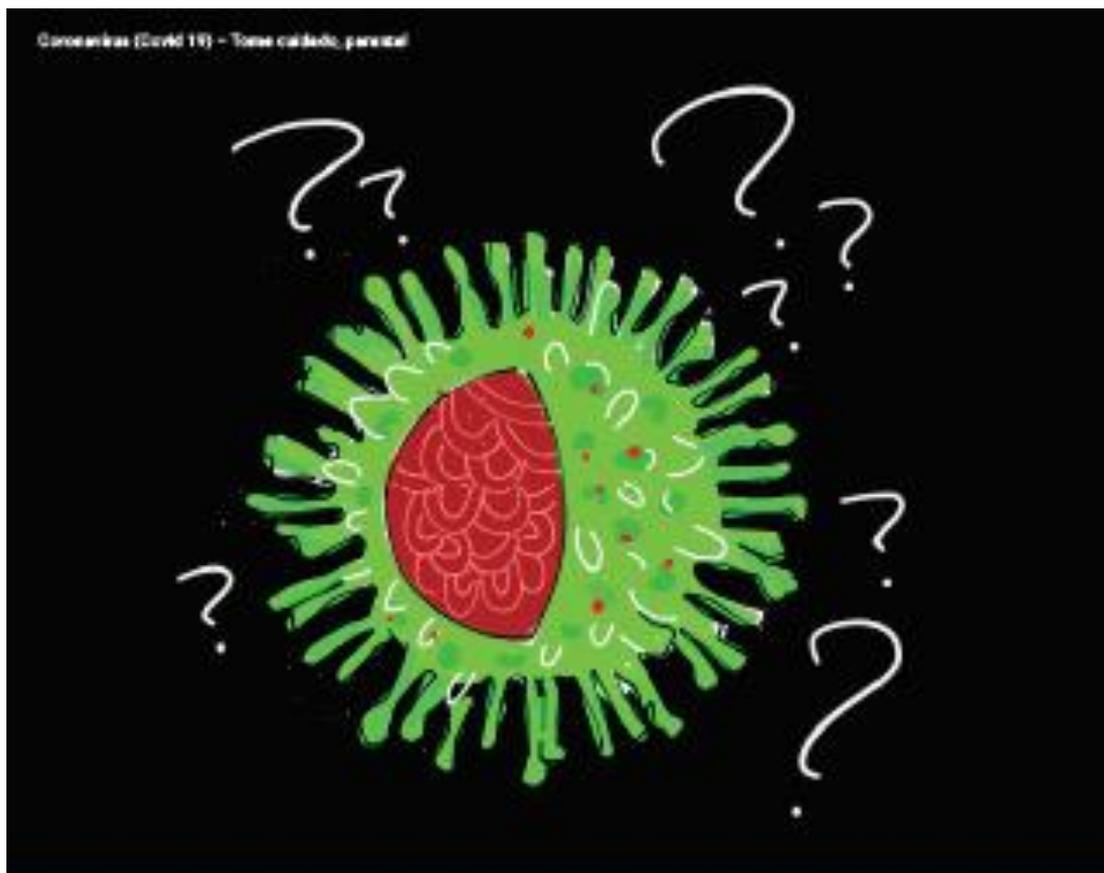
VIDAL, Paula. **Os Donos do Carimbo.** Investigação Policial Como Procedimento Escrito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

OVGAM/UFAM e CPaS-1/USP. **Vozes da re-existência na pandemia.** em <<https://www.youtube.com/watch?v=MCeN-jNQFeA>>. Acesso 11/11/2021.

APÊNDICES

Apêndice A - Coronavírus (COVID-19) Tome cuidado, parente!





O QUE É O CORONAVÍRUS (COVID-19)?

O coronavírus é uma família de vírus que causa infecções respiratórias e provoca a doença chamada COVID-19, que foi identificada no ano passado em Wuhan, China. No dia 11 de março de 2020, essa doença foi classificada como PANDEMIA pela Organização

Mundial da Saúde (OMS). Isso quer dizer que ela se espalhou por uma grande região do mundo, infectando milhares de pessoas e acabou chegando aqui na região Amazônica também. Por isso, temos que nos cuidar e evitar que essa doença se espalhe no Rio Negro.



Coronavírus (Covid 19) - Tome cuidado, pessoal!

COMO PEGA A DOENÇA?

Atualmente, a transmissão ocorre principalmente de uma pessoa para outra. É como uma gripe, o contágio acontece da mesma forma - através de gotículas que entram em contato com a boca, nariz e olhos, entrando no sistema respiratório. Os sintomas podem aparecer entre 1 e 12 dias após a exposição ao vírus.

Coronavírus (Covid 19) – Tome cuidado, parental



GRUPO DE RISCO

A doença é mais grave para as pessoas acima de 60 anos ou as que apresentam alguma dificuldade respiratória, pressão alta, diabetes e doença cardíaca. Uma em cada seis pessoas que pega Covid-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade em

respirar. Os casos mais sérios exigem que a pessoa seja internada em UTI (Unidades de Tratamento Intensivo) e utilize respiradores mecânicos para auxiliar na respiração. Em nossa região do Médio e Alto Rio Negro não existem UTIs, portanto, em casos graves precisam ser removidos para Manaus.

Coronavírus (Covid 19) - Tome cuidado, parental



O QUE FAZER SE SENTIR OS SINTOMAS?

Caso sinta febre e tosse, fique em casa por pelo menos 14 dias para não transmitir a doença. E não compartilhe utensílios e nem tenha contato físico com amigos e familiares.

Caso sinta dificuldades para respirar, procure o hospital ou unidade básica de saúde

mais próxima de sua casa. Procure os serviços de saúde somente se você faz algum tratamento que não pode ser interrompido, ou se estiver realmente com uma doença grave. Os hospitais e unidades básicas de saúde são os lugares mais propícios para adquirir qualquer doença contagiosa, inclusive o coronavírus.

Como se proteger?

- Isolamento físico (ficar o tempo todo em casa).
- Lavar bem e sempre as mãos, punhos, unhas e espaços entre os dedos com água e sabão. Também pode usar álcool em gel.
- Cobrir a boca quando tossir ou espirrar, usando a parte interna do braço.
- Nunca tocar os olhos, boca e nariz sem higienizar as mãos.
- Não abraçar, pegar na mão ou beijar as pessoas.
- Limpar a casa e os móveis com água sanitária.
- Parentes (com ou sem sintomas) que chegarem de fora da região devem ser examinados por um médico, e aguardar 14 dias de quarentena, antes de regressar para a comunidade.
- Se alimentar bem com alimentos que contêm vitamina C, que ajudam na imunidade (ex.: abóbora, cubiu, pupunha, jambu, mastruz, alho e cebola).

- Não produzir o caxiri para não disseminar o vírus.
- Evitar consumo de bebidas alcoólicas para não baixar a imunidade.
- Não compartilhar cuias e utensílios.
- Dormir mais ou menos 8 horas por noite.
- Quem for da cidade para a comunidade, quando for pernoitar ou estiver chegando na sua comunidade, precisa tirar as roupas, escaldar ou lavar bem. E tomar banho, antes de ter contato com outras pessoas.
- Evite pegar lotação. Caso seja muito necessário utilizar este serviço é importante que ao chegar no local desejado tome banho, troque de roupa e higienize bem as mãos. Também é indicado que o motorista use máscara e mantenha as janelas do carro abertas para ventilação.
- Evite tomar banhos no rio. Dê preferência a tomar banho no chuveiro ou com bacia durante o período de pandemia.

Coronavírus (Covid 19) – Tome cuidado, parental

Atenção

**Evitar
aglomeração
de pessoas.
Ficar em
nossas casas e
comunidades
é o mais
importante a
fazer agora.**

**Se muitas
pessoas ficam
doentes ao
mesmo tempo,
o serviço de
saúde não
consegue
atender todo
mundo e entra
em colapso.**

Coronavírus (Covid 19) - Tome cuidado, parental

Atenção

Com o colapso do sistema de saúde, muita gente pode morrer por falta de leitos e de atendimento.

Esse é o principal receio das autoridades mundiais na área de saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS).



O QUE FAZER SE TIVER ALGUÉM DOENTE EM CASA?

O ideal é que esta pessoa fique sozinha em um ambiente, sem a utilização de máscara. Apenas quando for ao banheiro, cozinha ou em qualquer outro lugar da casa deverá utilizar máscara.

A máscara deve tampar nariz e boca. Enquanto estiver com máscara não pode encostar as mãos nela. É preciso trocar a máscara toda vez que ela estiver úmida ou a cada duas horas e tocar apenas em suas alças. A

máscara não pode ser utilizada novamente por nenhuma pessoa. Caso não tenha máscara em casa é recomendado que a pessoa com suspeita ou portadora do vírus utilize a parte interna dos braços ao tossir e espirrar. Em último caso, se utilizar as mãos, tem que lavar bem com água e sabão.

Não se deve compartilhar a mesma toalha, roupas e utensílios de pessoas que estão com suspeita ou infectadas. Então, é cada um com o seu xibê!



OUTRAS INFORMAÇÕES

Essa doença se espalha como o sarampo e varíola, que mataram muita gente, destruindo comunidades indígenas inteiras. Ainda não existe vacina para essa doença, por isso é muito importante ter todos esses cuidados.

Converse com suas famílias, parentes, líderes comunitários e de bairros para que permaneçam em suas casas. Sua casa, sítio ou comunidade é o lugar mais seguro para ficar com saúde até a doença passar!

Coronavírus (Covid 19) – Tome cuidado, parente!



CUIDADO COM AS NOTÍCIAS FALSAS!

Parentes, estejam atentos para as notícias e orientações das equipes de saúde! Tomem cuidado com informações erradas, as chamadas **FAKE NEWS**, principalmente notícias espalhadas pelo WhatsApp. Aqui estão dicas para não ser enganado e também não compartilhar notícia falsa:

- Sempre verificar se a notícia recebida tem uma fonte e um link para clicar. Normalmente, instituições sérias colocam uma página em site oficial com mais informações e que a pessoa possa verificar se a informação é verdadeira e tem origem em uma fonte segura.
- Textos encaminhados sem citar a fonte da notícia não devem ser considerados (a fonte pode ser um veículo de imprensa reconhecido ou uma instituição).
- Vídeos e fotos também podem ser

manipulados para te enganar. Antes de compartilhar, verifique se a origem do vídeo é verdadeira confirmando sua origem e se foi veiculado por algum veículo de imprensa reconhecido.

- Boatos e fofocas na rádio Cipó podem causar pânico nas pessoas e fazer muito mal para a saúde mental e psicológica. Tenha responsabilidade antes de compartilhar informações, ainda mais durante uma situação de crise!
- Pessoas e instituições podem ter suas vidas e reputações seriamente abaladas por conta de Fake News. Calúnia, injúria e difamação podem ser punidas criminalmente. Por isso, muito cuidado com notícias falsas que circulam pelos meios eletrônicos.

Saiba mais:

<https://coronavirus.saude.gov.br/>

Elaboração do informativo:

Conteúdo: Equipe do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA) com a colaboração de Dulce Meire Mendes Morais, especialista em Saúde Coletiva, mestranda da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), com informações do Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS).

Desenhos: @jo.ribs

Diagramação: Raquel Uendi

Tradutores nas línguas indígenas: André Fernando (Baniwa), Elizângela da Silva Baré e Edson Gomes Baré (Nheengatu), Justino Sarmiento Rezende (Tukano) e Roberto Carlos Sanchez (Dâw)

Adaptação para os povos Naduhup: Américo Socoí Hupd'ãh, Bruno Marques, Karolin Obert e Patience Epps

Edição e organização: Juliana Radler - Instituto Socioambiental (ISA)

Distribuição impressa e eletrônica: Equipes de Saúde do DSEI-ARN, Secretaria municipal de Saúde de São Gabriel da Cachoeira, Rede Wayuri de Comunicação Indígena, FOIRN e ISA.

Prevenir é melhor que remediar.

Coronavírus (Covid-19) – Tome cuidado, paraité!

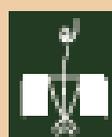
Informativo produzido em março de 2020 em apoio aos trabalhos de informação e comunicação para os povos indígenas do Rio Negro do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao novo Coronavírus (COVID-19), criado pelo decreto 008 de 18 de março de 2020 da Prefeitura municipal de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Realização



www.socioambiental.org

Parceria



FOIRN

www.foirn.org.br



#RioNegroContraCoronavirus #Covid19longedaqui #PovosdoRioNegrocontraCoronavirus
#FicaEmCasaGabrielense #RioNegroContraCovid19

Apêndice B - Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia. Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!



Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia
Redes de apoio e denúncias: você não está sozinho!

O atual cenário de pandemia da Covid-19 que estamos vivendo exige uma série de cuidados. Uma das principais medidas de proteção e prevenção à doença é o isolamento domiciliar, que faz as pessoas ficarem mais tempo em casa. Dessa forma, é possível evitar a contaminação pelo novo coronavírus.

Porém, essa medida ressalta problemas que já estavam entre nós: violência doméstica e violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes que podem se intensificar com o isolamento domiciliar.

Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia
Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!

Conforme a cartilha Violência Doméstica e Familiar na Covid-19, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), estima-se que o número de denúncias desse tipo de violência cresceu 50% no Brasil devido à pandemia.

De acordo com a Delegacia Interativa de São Gabriel da Cachoeira (AM), as denúncias sobre violência doméstica também aumentaram na cidade neste período.

São Gabriel da Cachoeira conta com uma rede de proteção contra esses crimes. Informe-se como se proteger!

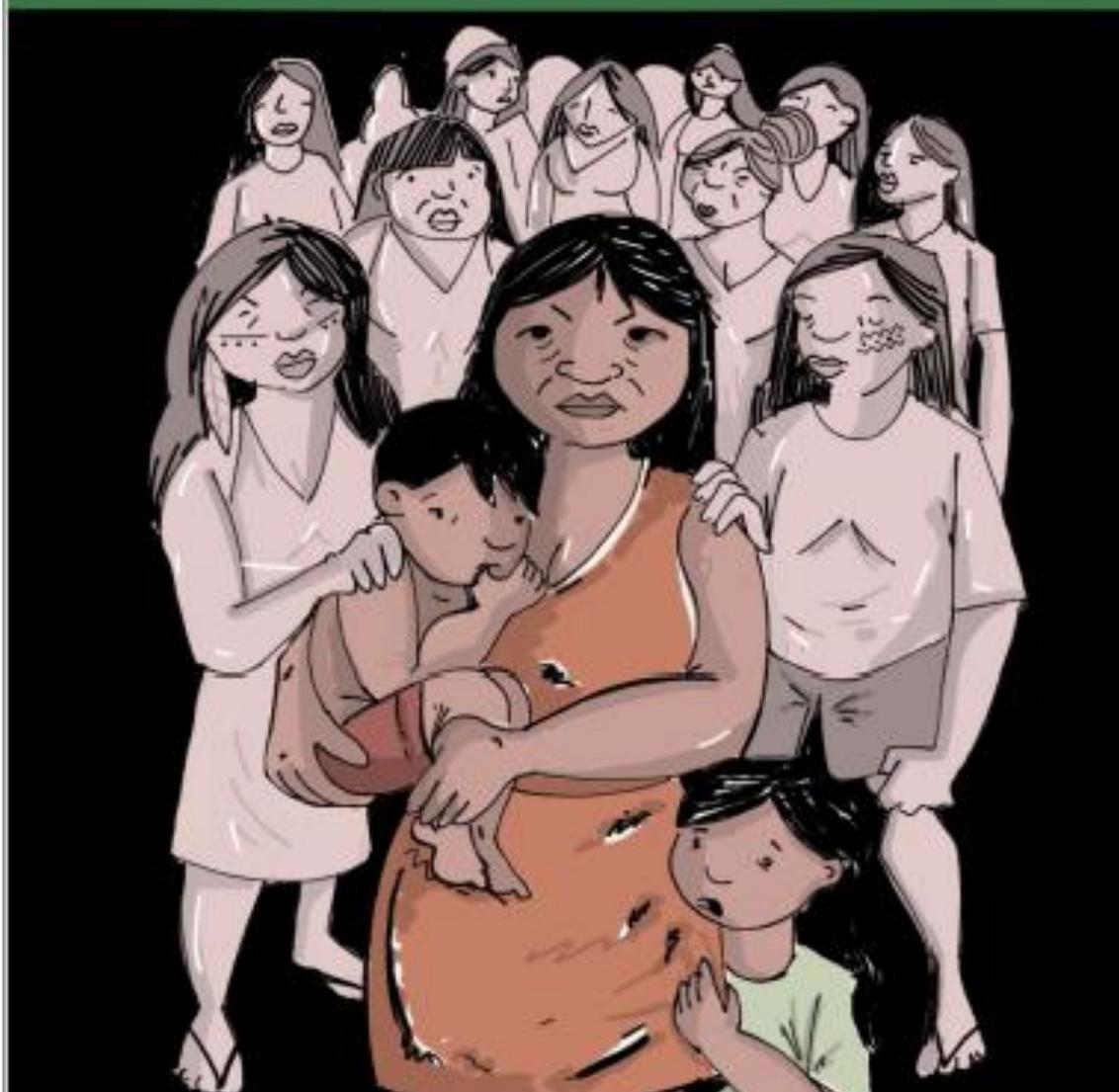
Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia.
Recos de apoio e denúncias: você não está sozinha!

Você está sendo agredida ou se sentindo agredida? Seus filhos ou filhas estão sofrendo agressões, violências, toques inadequados ou estupros dentro de casa neste período de isolamento domiciliar?



Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia
Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!

Então saiba que você não está sozinha!



Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia
Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!

Nós, mulheres do Rio Negro, estamos construindo nossas próprias redes e estratégias de proteção!

Temos a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), que vem desenvolvendo atividades sobre gênero, juventudes e violências em parceria com diversas instituições. Você pode entrar em contato com as coordenadoras do Departamento de Mulheres da FOIRN: Elizângela da Silva Baré (97) 98404-5990, Janete Alves Desana (97) 98408-7033, ou ainda pelo telefone institucional (97) 3471-1632.

E você também pode entrar em contato com o Conselho Tutelar, que está atendendo pelo whatsapp (92) 98430-5484.

Existe também o serviço que atende pessoas em todas as regiões do país, que é o Disque Direitos Humanos: Disk 100, um serviço de denúncias e também de proteção contra violações dos direitos humanos.

Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia
Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!

Caso você precise de ajuda da polícia, se estiver em São Gabriel da Cachoeira, você pode ligar para a Polícia Militar: (97) 99167-5923. A polícia irá até sua casa. Ou entrar em contato com a Polícia Civil (97) 98434-7132 para avisar à autoridade policial que você sofre violência.



**Todos esses órgãos
fazem atendimentos 24
horas, inclusive nos fins
de semana e feriados.**

Conversar com parentes, amigas e vizinhas pode ajudar a desabafar, encontrar saídas, conhecer benzimentos e se fortalecer. Foi observado em rodas de conversa sobre violência em São Gabriel da Cachoeira que, na nossa cultura, redes de amigas têm sido algo profundamente importante em contextos de violências.



Também é importante ampliar as estratégias e fortalecer as práticas e os conhecimentos da nossa cultura! Cuidar das plantas, fazer farinha, tecer, por exemplo, podem trazer mudanças em alguns tipos de relações violentas em casa, facilitando entendimentos e até gerando renda, como também foi observado nas rodas de conversa em nossa cidade.



Mas qual o procedimento realizado após uma denúncia de violência contra a mulher?

A delegada vai ouvir você e, de acordo com o caso, poderá pedir medidas protetivas, que vão desde o afastamento do agressor do lar, proibição de aproximação da vítima e de testemunha (pessoalmente ou por mensagens) e suspensão do porte de armas.

Além disso, pode ser feito o pedido de pensão provisória e prestação de alimentos, caso você dependa e/ou tenha filhos com o agressor. Se a situação for de ameaça de morte, agressões graves ou por repetidas vezes, a delegada vai analisar e poderá pedir a prisão do agressor.

Caso você tenha marcas das agressões, a delegada pedirá um exame de corpo de delito, que é um exame médico feito no hospital que vai comprovar a agressão.

Se você tiver fotos, vídeos ou áudios das agressões é importante levar para a delegacia.

Quando uma denúncia é realizada, os profissionais da delegacia produzem um inquérito policial, o qual é formado por vários documentos sobre o caso da violência. Esses documentos são enviados ao juiz ou juíza que segue avaliando o caso.



Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia.
Recursos de apoio e denúncias: você não está sozinha!

O que devo fazer ao ter conhecimento de algum caso de violência contra a mulher?

Converse com ela, incentive e dê apoio durante o processo de denúncia. Lembre-se de que não há mulher que goste de sofrer violências! Mas nem todas querem que seu agressor seja preso.

Você também pode auxiliá-la com itens de alimentação e higiene, caso ela esteja precisando destes produtos.

Também é importante lembrar que bebidas alcoólicas não justificam atos de violência!



E como identificar violências contra crianças em período de isolamento domiciliar?



Muitas das violências contra as crianças são observadas nas escolas, onde elas passam grande parte do tempo e onde interagem com os colegas e pessoas adultas. Mas com o isolamento domiciliar essa percepção se torna mais difícil.

Então, é importante que as mães, irmãs, primas, parentes fiquem atentas às crianças!

Observe o comportamento delas, fique atenta à forma com que a criança anda e senta, se apresenta marcas no corpo e, ainda, se sente medo de determinadas pessoas.

Não esqueça de ouvir e acreditar no que a criança e adolescente estão contando, dê atenção e credibilidade a elas.

Violência Doméstica e Violência Sexual em tempos de pandemia
 Redes de apoio e denúncias: você não está sozinha!

E quais as medidas que podem ser tomadas para proteção às crianças e adolescentes que sofrem violência no período de isolamento domiciliar?



A criança ou adolescente será acompanhada pelo Conselho Tutelar e o CREAS, receberá atendimento psicológico e assistência para avaliação de sua saúde.

O pai, padrasto ou outro adulto agressor no lar é afastado da criança, o que ocorre porque ele passa a cumprir pena prisional ou medidas protetivas para seu distanciamento da vítima. Se todos os responsáveis adultos cometem abusos, o Conselho Tutelar faz um levantamento de qual parente mais próximo pode passar a cuidar da criança ou adolescente.

É importante saber que a criança e adolescente não terão mais contato com seu agressor!

Saiba que todos esses processos serão sigilosos! Violência contra mulheres, crianças e adolescentes é coisa séria! Fazer fofocas e piadas sobre esses crimes não é legal! Ajudar as pessoas que se encontram nessa situação é um ato de cuidado.

Vamos construir juntas as ferramentas para as demandas de nossa cidade. O processo de cuidado é coletivo! Você não está sozinha! Em caso de violência contra mulheres, crianças e adolescentes proteja-se e ou denuncie.



Para se proteger, ligue:
 Elizângela Baré: (97) 98404-5990
 Janete Desana: (97) 98408-7033
 FOIRN (97): 3471-1632
 Conselho Tutelar: (92) 98430-5484
 Polícia Militar: (97) 99167-5923
 Polícia Civil: (97) 98434-7132
 Disque Direitos Humanos: 100

Concepção e escrita:

Elizângela da Silva Baré (Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro da FOIRN)
 Janete Alves Desana (Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro da FOIRN)
 Dulce Meire Mendes Moraes (Mestranda na Faculdade de Saúde Pública da USP)
 Grace Jardim (Delegada de São Gabriel da Cachoeira)
 Dayane Franco da Silva (Presidente do Conselho Tutelar de São Gabriel da Cachoeira)

Assessoria, ideias, leitura e revisão:

Florinda Lima Orjuela (Agricultora e moradora de São Gabriel da Cachoeira)
 Ana Amélia Hamdan (Jornalista do Instituto Socioambiental - ISA)
 Carla Dias (Antropóloga do Instituto Socioambiental - ISA)
 José Miguel Nieto Olívar (Professor na Faculdade de Saúde Pública da USP)
 Desenhos: @o.rlbs

Diagramação: @wellsiqueira

Apoio Institucional

Instituto Socioambiental (ISA)
 Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)
 Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP - USP)
 Delegacia Interativa de Polícia de São Gabriel da Cachoeira
 Conselho Tutelar de São Gabriel da Cachoeira



Informativo produzido em julho de 2020 em apoio às mulheres e crianças de São Gabriel da Cachoeira (AM).

ANEXOS

Anexo A - Ficha de Investigação de Óbito



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Análise de Situação de Saúde

Formulário 3

AV3

Autópsia Verbal

Pessoa com 10 anos ou mais

Ficha de Investigação de Óbito

Causa mal definida

Esta ficha não deve ser aplicada para o caso de investigação de óbito materno, isto é, quando as Questões 14 e/ou 15 da Ficha MIF - Investigação de óbito de mulher em idade fértil - identificação de possível óbito materno estiverem assinaladas positivamente; a mulher estava grávida no momento do óbito ou esteve grávida nos 12 meses anteriores à morte. Para esses casos deve-se utilizar o material preconizado para investigação de morte materna com causa mal definida.

1	Nome do(a) falecido(a)				
2	Nome da mãe				
3	Data de nascimento	_____	4	Data do óbito	_____
5	Idade	_____	6	Sexo	_____
		anos completos			Masc <input type="checkbox"/> Fem <input type="checkbox"/>
7	A Declaração de Óbito (DO) foi emitida?		_____ sim _____ N° DO _____ não _____ não sabe		
8	Possui Certidão de Óbito (emitida pelo cartório)?		_____ sim _____ não _____ não sabe		
9	Local do sepultamento				
LOCAL DA ENTREVISTA					
10	Logradouro (Rua, Praça, Av, etc)		N° _____ Compl _____		
	Bairro	Distrito / Povoado		Telefone _____	
	Município	UF _____	Local	<input type="checkbox"/> urbano	<input type="checkbox"/> rural
	Ponto de Referência				
IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)					
11	Nome do(a) entrevistado(a)				
12	Qual sua relação com o(a) falecido(a)				
	<input type="checkbox"/> mãe	<input type="checkbox"/> pai	<input type="checkbox"/> irmão(ã)	<input type="checkbox"/> outro	
RELATO DO(A) ENTREVISTADO(A) UTILIZANDO SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS					
13	Breve histórico da doença ou situação que levou à morte nas palavras do(a) entrevistado(a)				
14	Breve relato sobre as condições de vida e antecedentes de saúde do(a) falecido(a) e antecedentes familiares				

DOENÇAS E CONDIÇÕES ANTECEDENTES			
15 Doenças e condições antecedentes			
<input type="checkbox"/> Diabetes	<input type="checkbox"/> Desnutrição	<input type="checkbox"/> Pressão alta	<input type="checkbox"/> Cirurgia qual? _____
<input type="checkbox"/> Tuberculose	<input type="checkbox"/> Obesidade	<input type="checkbox"/> Infarto do miocárdio	<input type="checkbox"/> D. Pulmonar qual? _____
<input type="checkbox"/> Deficiência mental	<input type="checkbox"/> HIV/AIDS	<input type="checkbox"/> Derrame cerebral (AVC)	<input type="checkbox"/> * Cancer qual? _____
<input type="checkbox"/> Epilepsia	<input type="checkbox"/> Cadeirante	<input type="checkbox"/> Febre reumática	<input type="checkbox"/> Outra doença _____
<input type="checkbox"/> Depressão	<input type="checkbox"/> Acamado crônico	<input type="checkbox"/> Internado por transtorno mental	
15.1 Medicação de uso contínuo			
FATORES DE RISCO			
16 Tomava bebida alcoólica?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
16.1 Há quanto tempo?	<input type="checkbox"/> meses	<input type="checkbox"/> anos	<input type="checkbox"/> não sabe
16.2 Com que frequência?	<input type="checkbox"/> vezes por _____	<input type="checkbox"/> (dia, semana, mês ou ano)	<input type="checkbox"/> não sabe
17 Fumava?	<input type="checkbox"/> sim, _____	<input type="checkbox"/> cigarros	<input type="checkbox"/> charutos
		<input type="checkbox"/> cachimbadas	<input type="checkbox"/> por _____
			<input type="checkbox"/> (dia, semana, mês ou ano)
			<input type="checkbox"/> não
			<input type="checkbox"/> não sabe
17.1 Há quanto tempo?	<input type="checkbox"/> meses	<input type="checkbox"/> anos	<input type="checkbox"/> não sabe
18 Fazia uso de outras drogas (ex.: maconha, cocaína)?	<input type="checkbox"/> sim, _____	<input type="checkbox"/> ex-usuário	<input type="checkbox"/> não
			<input type="checkbox"/> não sabe
19 Sofreu algum ferimento/acidente/agressão?	<input type="checkbox"/> sim, _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
20 A pessoa faleceu devido a ferimento/acidente/violência?	<input type="checkbox"/> sim: passe à Questão 67	<input type="checkbox"/> não: continue com a Questão 21	
SINAIS E SINTOMAS DA DOENÇA QUE LEVOU À MORTE			
21 Durante quanto tempo esteve doente antes de morrer?	<input type="checkbox"/> anos	<input type="checkbox"/> meses	<input type="checkbox"/> dias
			<input type="checkbox"/> não sabe
22 Teve febre?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
22.1 A febre era:	<input type="checkbox"/> contínua	<input type="checkbox"/> ia e vinha	<input type="checkbox"/> não sabe
22.2 A febre era muito alta?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
22.3 Teve febre apenas à tarde e/ou à noite?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
22.4 Também teve calafrios e/ou arrepios?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
23 Perdeu peso durante a doença?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> quilos	<input type="checkbox"/> não
			<input type="checkbox"/> não sabe
24 Estava muito fraco(a)?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
25 Estava descorado(a) e pálido(a) (teve palidez)?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
26 Estava com os olhos fundos?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
27 Teve tosse?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
27.1 A tosse era frequente?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
27.2 Tossia somente quando estava deitado?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
27.3 Vomitava quando tossia?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
27.4 A tosse era produtiva com catarro?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe

27.5	Tossia com sangue?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
27.6	Teve suor à tarde e/ou à noite?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
28	Teve falta de ar?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____		<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe
28.1	A falta de ar impedia seus afazeres (atividades) diários?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
28.2	Teve falta de ar quando estava deitado(a)?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
28.3	Teve uma respiração asmática (piados, chiados)?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
29	Ficou arroxeadado (cianótico) alguma vez?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
29.1	Onde?	<input type="checkbox"/> ao redor da boca	<input type="checkbox"/> nas mãos e nos pés	<input type="checkbox"/> no corpo todo <input type="checkbox"/> não sabe
30	Teve dor no peito?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____		<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe
30.1	Como começou?	<input type="checkbox"/> de repente	<input type="checkbox"/> gradualmente	<input type="checkbox"/> não sabe
30.2	Quanto tempo durava?	<input type="checkbox"/> menos de meia hora	<input type="checkbox"/> de meia hora a 24 horas	<input type="checkbox"/> mais de 24 horas <input type="checkbox"/> não sabe
30.3	Onde era a dor?	<input type="checkbox"/> no peito à esquerda, abaixo das costelas <input type="checkbox"/> no esterno (osso no meio do peito titela) <input type="checkbox"/> no peito à esquerda e irradiava para o braço esquerdo <input type="checkbox"/> não sabe <input type="checkbox"/> no peito à direita		
30.4	A dor era:	<input type="checkbox"/> contínua	<input type="checkbox"/> ia e vinha	<input type="checkbox"/> não sabe
30.5	Piorava quando tossia ou respirava?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
30.6	Piorava quando fazia esforço?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
30.7	Teve palpitações (sentia o coração acelerado) ao mesmo tempo?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
30.8	Ficava pálido(a) e suando?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
31	Teve dor em outro local do corpo?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
32	Teve diarreia?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____		<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe
32.1	A diarreia era:	<input type="checkbox"/> contínua	<input type="checkbox"/> ia e vinha	<input type="checkbox"/> não sabe
32.2	Quantas vezes defecava no dia?	<input type="checkbox"/> vezes		<input type="checkbox"/> não sabe
32.3	Em algum momento as fezes tinham sangue?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
32.4	As fezes pareciam borra de café?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
33	Vomitava?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____		<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe
33.1	Quantas vezes por dia?	<input type="checkbox"/> vezes		<input type="checkbox"/> não sabe
33.2	Como era o vômito?	<input type="checkbox"/> líquido ou coagulado de cor vermelho vivo <input type="checkbox"/> outra <input type="checkbox"/> líquido e cor de café <input type="checkbox"/> não sabe		
34	Teve dores de barriga/cólicas?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____		<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe
34.1	A dor/cólica era:	<input type="checkbox"/> contínua	<input type="checkbox"/> ia e vinha	<input type="checkbox"/> não sabe
34.2	As dores de barriga/cólicas eram fortes?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe

35	Teve a barriga inchada?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
35.1	Com que rapidez o inchaço se desenvolveu?	<input type="checkbox"/> rapidamente (dias) _____	<input type="checkbox"/> gradualmente (meses) _____	<input type="checkbox"/> não sabe
35.1	Ficou sem evacuar?	<input type="checkbox"/> sim, por _____ dias	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
36	Teve um volume endurecido ou caroço dentro da barriga?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
36.1	Onde se localizava?	<input type="checkbox"/> parte superior direita da barriga	<input type="checkbox"/> parte inferior direita da barriga	<input type="checkbox"/> em toda a barriga
		<input type="checkbox"/> parte superior esquerda da barriga	<input type="checkbox"/> parte inferior esquerda da barriga	<input type="checkbox"/> não sabe
		<input type="checkbox"/> parte superior da barriga	<input type="checkbox"/> parte inferior da barriga	
37	Teve dificuldades ou dores ao engolir alimentos sólidos?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
38	Teve dificuldades ou dores ao engolir líquidos?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
39	Teve dores de cabeça?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
39.2	A dor era:	<input type="checkbox"/> contínua	<input type="checkbox"/> ia e vinha	<input type="checkbox"/> não sabe
39.3	As dores eram fortes?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
39.4	Vomitava quando tinha dores de cabeça?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
40	Esteve mentalmente confuso(a)?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
40.1	Como começou?	<input type="checkbox"/> de repente	<input type="checkbox"/> rapidamente (num dia) _____	<input type="checkbox"/> lentamente (muitos dias) _____
41	Chegou a ficar inconsciente (desacordado)?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
41.1	Como começou?	<input type="checkbox"/> de repente	<input type="checkbox"/> rapidamente (num dia) _____	<input type="checkbox"/> lentamente (muitos dias) _____
42	Teve convulsões (ataque/epilepsia)?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
43	Teve o pescoço rígido (endurecido) ou curvado para trás?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
44	Teve rigidez de todo o corpo?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
45	Teve paralisia num lado do corpo?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
45.1	Como começou?	<input type="checkbox"/> de repente	<input type="checkbox"/> rapidamente (num dia) _____	<input type="checkbox"/> lentamente (muitos dias) _____
45.2	Qual lado do corpo ficou paralisado?	<input type="checkbox"/> direito	<input type="checkbox"/> esquerdo	<input type="checkbox"/> os dois lados
46	As pernas ficaram paralisadas durante a doença que levou à morte?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não se aplica
46.1	Como começou?	<input type="checkbox"/> de repente	<input type="checkbox"/> rapidamente (num dia) _____	<input type="checkbox"/> lentamente (muitos dias) _____
47	Teve dificuldades de urinar?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
47.1	Urinava de pingo em pingo?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
48	Teve alguma mudança na cor da urina?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
49	Em algum momento a urina tinha sangue?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
50	Teve mudança na quantidade de urina por dia?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe
50.1	Qual?	<input type="checkbox"/> aumentou muito	<input type="checkbox"/> diminuiu muito	<input type="checkbox"/> parou
		<input type="checkbox"/> aumentou pouco	<input type="checkbox"/> diminuiu pouco	<input type="checkbox"/> não sabe

51	Teve feridas na boca?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
52	Teve lesões (manchas, bolhas, pápulas, feridas) na pele?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
52.1	Onde?	<input type="checkbox"/> rosto	<input type="checkbox"/> braços e pernas	<input type="checkbox"/> tronco	<input type="checkbox"/> não sabe	<input type="checkbox"/> outro local _____				
52.2	Como eram?	<input type="checkbox"/> manchas avermelhadas	<input type="checkbox"/> manchas roxas	<input type="checkbox"/> bolhas com pus	<input type="checkbox"/> bolhas com líquido transparente	<input type="checkbox"/> pápulas ou nódulos (caroço)	<input type="checkbox"/> feridas com pus	<input type="checkbox"/> feridas com líquido transparente	<input type="checkbox"/> não sabe	<input type="checkbox"/> outro _____
53	Teve coceira?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
53.1	Onde?	_____								
54	Teve algum sangramento durante a doença que levou à morte?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
54.1	Onde?	<input type="checkbox"/> nariz	<input type="checkbox"/> boca	<input type="checkbox"/> ânus	<input type="checkbox"/> vagina	<input type="checkbox"/> outro _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe		
55	Teve algum inchaço?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
55.1	Onde?	<input type="checkbox"/> nas pernas	<input type="checkbox"/> no rosto	<input type="checkbox"/> no corpo todo	<input type="checkbox"/> nas articulações	<input type="checkbox"/> não sabe	<input type="checkbox"/> outro _____			
56	Teve inguas?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
56.1	Onde?	<input type="checkbox"/> no pescoço	<input type="checkbox"/> na nuca	<input type="checkbox"/> na axila	<input type="checkbox"/> na virilha	<input type="checkbox"/> não sabe				
57	Os olhos ficaram de coloração amarelada (icterícia)?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
PERGUNTAR EM RELAÇÃO A TODAS AS MULHERES										
58	Teve alguma alteração na mama (ferida ou inchaço ou nódulo)?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
58.1	Que tipo de alteração?	<input type="checkbox"/> ferida	<input type="checkbox"/> caroço/nódulo	<input type="checkbox"/> inchaço	<input type="checkbox"/> não sabe					
59	Teve corrimento vaginal em grande quantidade?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
59.1	Como era esse corrimento?	<input type="checkbox"/> com mau cheiro	<input type="checkbox"/> esverdeado	<input type="checkbox"/> amarelado	<input type="checkbox"/> sanguinolento	<input type="checkbox"/> não sabe				
60	A mulher menstruava?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
60.1	Sangrava muito durante o período menstrual?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
60.2	Sangrava entre os períodos menstruais?	<input type="checkbox"/> sim, por quanto tempo? _____	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
61	Tinha as trompas ligadas (laqueadura)?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não sabe						
62	Quantas vezes esteve grávida?	<input type="checkbox"/> vezes _____	<input type="checkbox"/> nenhuma	<input type="checkbox"/> não sabe						
62.1	Quantas gravidezes resultaram em: (número de)	<input type="checkbox"/> abortos _____	<input type="checkbox"/> nascidos vivos _____	<input type="checkbox"/> nascidos mortos _____	<input type="checkbox"/> não sabe					
62.2	Qual a data do último parto/aborto?	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> não sabe					

72 Se não recebeu tratamento em serviços de saúde porque não?

<input type="checkbox"/> não percebeu que necessitava de atendimento	<input type="checkbox"/> chegou ao local mas não teve atendimento
<input type="checkbox"/> não conseguiu chegar a tempo ao local de atendimento	<input type="checkbox"/> outro _____
<input type="checkbox"/> encontrou morto	<input type="checkbox"/> não se aplica
<input type="checkbox"/> não quis / não aceitou	<input type="checkbox"/> não sabe

ANOTAÇÕES COMPLEMENTARES

73 Resultados de exames mais importantes sobre a doença que levou à morte se houver

74 Informações mais importantes do Resumo de alta do hospital sobre a doença que levou à morte se houver

75 Tomou vacinas nos últimos 10 anos? sim não não sabe

75.1 Quais? dupla (difteria e tétano) hepatite febre amarela não sabe

triplice (sarampo, rubéola, caxumba) gripe pneumococo outra _____

76 Observações do entrevistador (Sobre as condições de vida e de moradia do falecido sobre a qualidade da entrevista, se o entrevistado colaborou ou não se tinha dificuldade para se expressar, e sobre alguma circunstância da morte que considere relevante.)

CONCLUSÃO DA INVESTIGAÇÃO DA AUTÓPSIA VERBAL

CAUSAS DA MORTE DEPOIS DA ENTREVISTA CID-10

Parte I	Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte	a	
	Causas antecedentes	b	Devido ou como consequência de
	Estados mórbidos se existirem que produziram a causa acima registrada mencionado-se em último lugar a causa básica	c	Devido ou como consequência de
		d	Devido ou como consequência de
Parte II	Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima		

Data da entrevista

Data final da análise

Nome dos entrevistadores _____ Profissionais médicos que analisaram as informações _____

